

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

JOSÉ CARLOS DO AMARAL JUNIOR

**A PEDAGOGIA DO DOMÉSTICO:
UMA MEMÓRIA APREENDIDA DA SÍNTESE DIALÉTICA ENTRE
ECONOMIA DOMÉSTICA E EXTENSÃO RURAL**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

AGOSTO DE 2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

JOSÉ CARLOS DO AMARAL JUNIOR

**A PEDAGOGIA DO DOMÉSTICO:
UMA MEMÓRIA APREENDIDA DA SÍNTESE DIALÉTICA ENTRE
ECONOMIA DOMÉSTICA E EXTENSÃO RURAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS) como requisito obrigatório e parcial para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

AGOSTO DE 2020

A515p	<p style="text-align: center;">Amaral Junior, José Carlos do.</p> <p>A pedagogia do doméstico: uma memória apreendida da síntese dialética entre economia doméstica e extensão rural. / José Carlos do Amaral Junior – Vitória da Conquista, 2020. 222f.</p> <p style="text-align: center;">Orientadora: Ana Elizabeth Santos Alves. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2020.</p> <p style="text-align: center;">Inclui referências: F. 210-220.</p> <p style="text-align: center;">1. Economia doméstica. 2. Extensão rural. 3. Memória social. 4. Pedagogia. I. Alves, Ana Elizabeth Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 640</p>
-------	---

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The Domestic Pedagogy: a seized memory of the dialectic synthesis between Home Economics and rural extension.

Palavras-chaves em Inglês: Home Economics. Rural extension. Pedagogy. Education.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (presidente); Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (titular); Prof. Dr. José Alves Dias (titular); Profa. Dra. Cristina Maria Macedo de Alencar (titular); Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali (titular).

Data da Defesa: 19 de agosto de 2020.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

JOSÉ CARLOS DO AMARAL JUNIOR

**A PEDAGOGIA DO DOMÉSTICO:
UMA MEMÓRIA APREENDIDA DA SÍNTESE DIALÉTICA ENTRE
ECONOMIA DOMÉSTICA E EXTENSÃO RURAL**

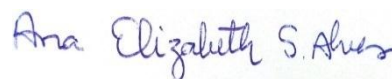
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS) como requisito obrigatório e parcial para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 19 de agosto de 2020.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves
(Presidente)
Instituição: UESB

Ass:



Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos
Instituição: UESB

Ass.:



Prof. Dr. José Alves Dias
Instituição: UESB

Ass:



Profa. Dra. Cristina Maria Macedo de Alencar
Instituição: UCSAL

Ass.:



Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali
Instituição: UFU

Ass:



AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, na figura de seus professores, colaboradores e demais profissionais que tornaram possível a conclusão dessa trajetória. Também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento inicial às atividades de pesquisa junto ao Programa.

À Profa. Ana Elizabeth Santos Alves, pela paciência, sabedoria e confiança dedicadas ao meu acompanhamento e atenciosa orientação. Agradeço imensamente pela acolhida sem a qual esse trabalho não teria sido possível.

Ao Prof. José Rubens Mascarenhas de Almeida, pelo acompanhamento, dedicação e contribuição ímpar também à trajetória aqui materializada.

Aos Professores Cláudio Eduardo Félix dos Santos e José Alves Dias, e às Professoras Cristina Maria Macedo de Alencar e Fabiane Santana Previtali, pelas contribuições imprescindíveis para a conclusão e enriquecimento do trabalho. Cada parte dessa tese reflete, em certa medida, a dedicação e orientação atenciosa deles.

À Professora Amélia Carla Sobrinho Bifano, pelo constante incentivo e por ter sempre acreditado em minha capacidade.

Aos colegas de caminhada, em especial aos amigos Daniel e Tatyara, pelo apoio constante e debates revigorantes.

Aos colegas de profissão da extensão rural, pela constante oportunidade de diálogo, reflexão e crescimento.

Ao João Paulo, pelo apoio incondicional e pela crença inabalável de que tudo daria certo.

À minha mãe, Ruth, e meus irmãos, Daniel e Neto, que mesmo longe sempre me apoiaram e acreditaram no sucesso dessa jornada.

RESUMO

Este trabalho buscou analisar a pedagogia que se apreende a partir da relação dialética entre Economia Doméstica e extensão rural, tendo em vista o compartilhamento de certos elementos ideológicos. Tendo como orientação metodológica o materialismo histórico-dialético o trabalho buscou, pela mediação das categorias elencadas a partir da análise do fenômeno educativo, apreender os principais elementos em torno da Economia Doméstica e da extensão rural cuja síntese resultou historicamente em uma proposta pedagógica específica para o cotidiano e as atividades domésticas. Em termos de procedimentos, o estudo teve como ponto de partida a realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais de economia doméstica que atuavam na extensão rural pública. Para construção das demais etapas do processo investigativo foram consultadas fontes bibliográficas específicas e documentos que auxiliam a remontar as principais características da Economia Doméstica e da extensão rural, desde seus primórdios estadunidense até os modelos brasileiros nos dias atuais. Na primeira parte do trabalho foi possível reconstruir os elementos da gênese da Economia Doméstica nos Estados Unidos da América, identificando contornos ideológicos específicos de um primeiro modelo emergente em meados do século XIX e aquele que surgiu e se popularizou a partir da primeira década do século XX. Percebeu-se também que o modelo amplamente difundido no Brasil teve a marca de certo hibridismo entre os antecessores estadunidenses e esteve, desde sua origem, relacionado com a política de extensão rural. Na segunda parte do trabalho demonstrou-se como a extensão rural surgiu também nos EUA no final do século XIX, enquanto resultado de um contexto social e econômico específico em torno do mundo rural e como sua popularização no Brasil ocorreu em um cenário contextual específico do capitalismo pós-II Guerra Mundial. Nesse sentido, é possível articular como ideologicamente a extensão rural compreendeu historicamente a categoria família e, por consequência, determinada visão sobre o espaço doméstico e os saberes a ele relacionados. Na terceira parte, enquanto esforço de síntese das partes anteriores, foi possível argumentar a favor de um movimento específico de construção de uma Pedagogia do Doméstico enquanto resultado de determinada conformação do capitalismo a partir do século XIX. Nesse sentido, demonstra-se como tanto a Economia Doméstica, quanto a extensão rural, surgiram historicamente em torno de certos pares dialéticos e elementos ideológicos que legitimavam e difundiam uma certa lógica pedagógica envolvida no doméstico. Em termos gerais, foi possível perceber, portanto, que a simbiose brasileira de ambas as instituições pedagógicas está longe de ser explicada por certo funcionalismo contextual dos anos 1950, mas que só pode ser corretamente compreendida ao se demonstrar como a Economia Doméstica e a extensão rural sempre estiveram, desde sua origem, relacionadas em menor ou maior grau com certa visão de mundo e processo de intervenção educativo preconizada por essa Pedagogia do Doméstico.

Palavras-chave: Economia Doméstica; Extensão rural; Memória Social; Pedagogia.

ABSTRACT

This work sought to analyze the pedagogy that is learned from the dialectical relationship between Home Economics and rural extension, considered to sharing certain ideological elements. Assuming as methodological orientation the historical-dialectical materialism, the work sought, through the mediation of the categories listed from the analysis of the educational phenomenon, to apprehend the main elements around the Home Economics and the rural extension whose synthesis historically resulted in a specific pedagogical proposal for the everyday life and domestic activities. In terms of procedures, the study had as its starting point the realization of semi-structured interviews with professionals from Home Economics who worked in the public rural extension. For the construction of the other stages of the investigative process, specific bibliographic sources and documents were consulted that help to trace the main characteristics of the Home Economics and the rural extension, from its American beginnings to Brazilian models today. In the first part of the work, it was possible to reconstruct the elements of the genesis of Home Economics in the United States of America, identifying specific ideological contours of a first model emerging in the middle of the 19th century and the one that emerged and became popular from the first decade of the 20th century. It was also noticed that the model widely spread in Brazil had the mark of a certain hybridism among the American predecessors and was, since its origin, related to the rural extension policy. In the second part of the work, it was demonstrated how rural extension also appeared in the USA at the end of the 19th century, as a result of a specific social and economic context around the rural world and how its popularization in Brazil occurred in a specific context of capitalism post-World War II. In this sense, it is possible to articulate how ideologically the rural extension historically comprised the family category and, consequently, a determined view of the domestic space and the knowledge related to that space. In the third part, as an effort to synthesize the previous parts, it was possible to argue in favor of a specific movement for the construction of a Domestic Pedagogy as a result of a certain conformation of capitalism from the 19th century onwards. In this sense, it demonstrates how both the Home Economics and the rural extension have historically emerged around certain dialectical pairs and ideological elements that legitimized and disseminated a certain pedagogical logic about the domestic life and activities. In general terms, it was possible to perceive, therefore, that the Brazilian symbiosis of both pedagogical institutions is far from being explained by a certain contextual functionalism of the 1950s, but that it can only be correctly understood by demonstrating how Home Economics and rural extension since their origin, have always been related in some degree with a certain view of the world and the process of educational intervention recommended by this Domestic Pedagogy.

Keywords: Home Economics; Rural extension; Memory; Pedagogy.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- AAFCS - American Association of Family and Consumers Sciences
- ABCAR - Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do estado do Paraná
- AHEA - American Home Economics Association
- AIA - American International Association for Economical and Social Development
- ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
- CODAPAR - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
- CPRA - Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
- DED-UFV - Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa
- EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EPAGRI - Empresa Agropecuária de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina
- ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais
- ESCD - Escola Superior de Ciências Domésticas
- ETA - Escritório Técnico de Agricultura
- HEART - Home Economics Achieve: Research, Tradition and History
- IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná
- IICA - Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas
- INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
- MIT - Massachusetts Institute of Technology
- PEATER - Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PROATER - Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
- RURALTINS - Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins
- UFC - Universidade Federal do Ceará

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

USDA - United States Department Of Agriculture

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivos.....	17
1.2 Hipóteses	18
2. MÉTODO.....	20
2.1 Considerações sobre o materialismo histórico-dialético	20
2.2 Componentes do fenômeno educativo.....	24
2.3 Memória	28
2.4 Organização do processo investigativo	36
2.4.1 Procedimentos Técnicos	36
 PRÓLOGO 29	
A "gênese ausente"	41
O método extensionista, funcionalismo e diferenças aparentes	44
 PARTE I	
A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA DOMÉSTICA:	
DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XX	
 CAPÍTULO I	
A constituição da Economia Doméstica do século XIX	55
A Economia Doméstica através das eras	60
“A Treatise On Domestic Economy” de Catherine Beecher	64
"An Ideal Kitchen” e “Young Housekeeper” de Maria Parloa	72
 CAPÍTULO II	
A institucionalização da Economia Doméstica: uma transição pedagógica.....	82
“The Cost Of Shelter” e “Euthenics” de Ellen Richards	91
 CAPÍTULO III	
A Economia Doméstica da década de 1950: uma outra proposta?	102
Uma “Educação para o lar”	109
 CAPÍTULO IV	
Crise, declínio, extinção e dispersão	119

PARTE II**A EXTENSÃO RURAL PÚBLICA OFICIAL****CAPÍTULO V**

A extensão rural no Brasil136

CAPÍTULO VI

Família e extensão rural 148

"Lugar de mulher é na cozinha": família alicerçada na divisão sexual do trabalho 150

"Apenas mão de obra": família reificada 155

"Unidade produtiva familiar": família como empresa capitalista..... 158

PARTE III**A CONSTRUÇÃO DE UMA “PEDAGOGIA DO DOMÉSTICO”:****ECONOMIA DOMÉSTICA, EXTENSÃO RURAL E O FENÔMENO EDUCATIVO****CAPÍTULO VII**

Sobre a “pedagogia do doméstico” 168

CAPÍTULO VIII

Economia Doméstica e extensão rural: uma mesma espinha dorsal187

CONSIDERAÇÕES FINAIS200

REFERÊNCIAS210

APÊNDICES221

Apêndice 1 - Roteiro da entrevista 221

1. INTRODUÇÃO

A palavra economia vem do grego “*oikonomia*”, que significa “administração da casa, lar”, sendo a junção de “*oikos*” (casa, lar) e “*nomein*” (gerenciar, colocar em ordem), também de origem grega.¹ Já a palavra doméstica, deriva do latim “*domus*” que significa “casa”, “lar”.² Portanto, ao se falar em economia doméstica, grosso modo, está se referindo à administração dos recursos de uma casa, de um lar. No entanto, o termo pode designar algumas especificidades variáveis em termos contextuais: em primeiro lugar, há a utilização no sentido *lato*, ainda empregando-o para falar do ato ou ação de administrar e/ou alocar recursos em um ambiente determinado, nesse caso, o doméstico; há ainda uma considerável utilização do termo no bojo das ciências econômicas, cujo significado remete, na macroeconomia, às condições internas de um determinado mercado ou recorte de análise, como, por exemplo, a “economia doméstica do Brasil”; a terceira diz respeito à designação de uma área de conhecimento específica, consolidada em meados do século XIX nos EUA e introduzida no Brasil no início do século XX.

Em termos de amplitude, o primeiro uso do termo pode ser encontrado nas ações do cotidiano, no conhecimento do senso comum, e é uma “economia doméstica” mais ou menos exercida por todos que se ocupam de alguma parte da administração/manutenção de um ambiente doméstico.³ O segundo uso do termo é de cunho mais técnico, e está circunscrito a uma utilização específica para efeitos de análises macroeconômicas, sendo dificilmente empregado em outros contextos com esse mesmo significado.⁴ Por último, o terceiro uso do termo, embora corresponda em bastantes pontos ao primeiro, designa um conjunto de instrumentos específicos, que representam uma tentativa de sistematizar uma série de conhecimentos que têm em comum as atividades e o ambiente doméstico - uma Economia Doméstica, portanto, com letra maiúscula.⁵

Este trabalho se atém particularmente ao terceiro uso do termo, buscando compreender as especificidades da Economia Doméstica que surgiu a partir de meados de 1800 nos EUA e foi difundida em diversos países no início de 1900, incluindo o Brasil. Busca, portanto, olhar mais atentamente para o movimento de organização e sistematização da Economia Doméstica enquanto área de conhecimento, mesmo que sua conexão com o sentido genérico do termo

¹ Segundo o Dicionário Miachelis de Língua Portuguesa Online (2019).

² Idem.

³ Tal como abordado por Tiriba (2007).

⁴ É o caso da utilização empregada nos trabalhos de Oliveira (2019) e Barcelos (2019).

⁵ Tal como abordado em Amaral Junior (2016a).

continue existindo nessas condições.

Embora seja difícil datar o início deste movimento, supõem-se que ele tenha começado com a Revolução Industrial, que promoveu mudanças expressivas nas formas de produção e sociabilidade e, conseqüentemente, nas maneiras como as famílias se estruturavam e conduziam suas atividades (A. C. OLIVEIRA, 2006). Os primeiros escritos sobre essa Economia Doméstica surgiram nos EUA e buscavam demonstrar a importância de se pensar, discutir e sistematizar um conjunto de conteúdos que fosse capaz de amparar as famílias estadunidenses frente aos desafios de uma sociedade com constantes e expressivas modificações (*Op. cit.*). Esse cenário de incertezas estaria afetando o progresso do país na medida em que modificaria sua “célula de reprodução básica” - a família. Integrava, portanto, um conjunto de pensamentos reformistas que marcam a caminhada rumo ao fim de uma era de intensas convulsões e alterações sociais (HOBBSAWM, 2018a). Por isso, certos estratos sociais defendiam ser necessário olhar para o ambiente doméstico e suas atividades com outra perspectiva, buscando organizar novos conhecimentos que fossem agora compatíveis com essa sociedade mais complexa e de relações bastante diferentes (*Op. cit.*).

Ideologicamente legislava-se em torno da ideia de que a economia doméstica - nesse caso, com letra minúscula - do senso comum, geracional e cotidiana, era insuficiente para a nova conformação social, que demandava a construção de uma área específica do conhecimento que se debruçasse sobre o ambiente doméstico, aplicando contextualmente o avanço obtido com as diversas áreas técnicas e científicas (A. C. OLIVEIRA, 2006). Essa ideia parece ter tido relativa aceitação social sendo amplamente difundida, principalmente, por meio de publicações específicas e debates que se estenderam pela segunda metade do século XIX⁶. No entanto, foi na primeira década do século XX que ela pareceu ter efetivamente se popularizado, quando Ellen H. Richards, professora e pesquisadora do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), iniciou as pesquisas experimentais em Economia Doméstica impulsionada, sobretudo, pelos avanços da engenharia sanitária e suas possibilidades de aplicação na vida cotidiana (SIMÃO, 2016).

A proposta da professora Richards rapidamente se difundiu para outros países sendo incorporada das mais diversas maneiras. No Brasil, a Economia Doméstica foi introduzida em formatos bastante distintos, variando desde inserções na grade do ensino primário e secundário regular, até a criação de escolas rurais e de cursos secundários especificamente femininos (A. C. OLIVEIRA, 2006). Sua premissa básica remetia à formulação estadunidense

⁶ Como demonstram Lopes (1995), A. C. Oliveira (2006) e de certa forma Hobsbawm (2018a) e Perrot (2019).

original, e buscava preparar jovens moças para as “novas condições” domésticas do século que se iniciava (*Op. cit.*). A forma como o fazia estava ancorada, sobretudo, em noções de etiqueta, moral, técnicas de cozinha, nutrição, melhorias sanitárias, artes manuais e enfermagem -conhecimentos oriundos de diversas áreas que tinham experimentado expressivo progresso no século XIX (LOURO; MÉYER, 1993).

No entanto, a Economia Doméstica em seu formato institucionalizado encontraria o seu apogeu no Brasil apenas algumas décadas mais tarde. Primeiro, porque sua difusão na educação escolar encontrou reverberação apenas após as Reformas do Ministro Gustavo Capanema, que ocorreram na década de 1940 (TOMÉ; QUADROS; MACHADO, 2011). Tendo a família enquanto núcleo aglutinador de sua proposta educacional, o Ministro Capanema regulamentou o ensino técnico diferenciado para homens e mulheres, atribuindo às últimas papel importante na responsabilidade pela “manutenção” da família e dos valores considerados “caros” à sociedade (SCWHARTZMAN, *et al.* 2000). Por outro lado, a preocupação política com a questão agrária brasileira - naquela época percebida sob a ótica de um “rural atrasado” que travava o desenvolvimento econômico do país - consolidaria um projeto que catalisaria o processo de implementação da Economia Doméstica no Brasil: a extensão rural pública oficial (PINHEIRO, 2006).

A extensão rural é uma política pública que foi construída oficialmente ao longo da década de 1940, embora existam elementos e argumentos de sua existência no Brasil em momentos anteriores em sentido mais amplo (PEIXOTO, 2008). O principal impulso para sua implementação foi a crença amplamente difundida de que o país não conseguiria desenvolver-se economicamente caso não resolvesse o que era enfaticamente designado como seu “atraso” no campo (*Op. cit.*). As missões e expedições estrangeiras que foram comuns nessa época pelo país - das quais destaca-se a Missão Rockefeller - fizeram exaustivos relatórios sobre as condições precárias de vida e produção no meio rural brasileiro, ampliando ainda mais o debate sobre como fomentar o desenvolvimento econômico diante desse cenário (*Op. cit.*). A extensão rural, portanto, seria uma iniciativa pública para difundir conhecimentos junto às famílias rurais, de forma que fosse possível promover modificações de comportamento suficientemente adequadas para impulsionar o desenvolvimento nacional (RODRIGUES, 1997). A primeira agência de extensão rural foi fundada em 1948, no estado de Minas Gerais, com apoio direto de órgãos estadunidenses e com vistas a ampliar a implantação rapidamente para todas as unidades da federação (PEIXOTO, 2008).

O modelo de extensão rural preconizado para o Brasil, portanto, demandava uma

equipe paritária que fosse capaz de trabalhar com a família em sua dimensão produtiva e reprodutiva, buscando englobar todos os seus membros em um processo de educação não formal eficiente em gerar as mudanças de comportamento almejadas pelo Estado (RODRIGUES, 1997). Aí está localizado o ponto nevrálgico de uma relação que se coloca como central para essa pesquisa: a simbiose entre a extensão rural brasileira e a Economia Doméstica em sua forma institucionalizada a partir da década de 1950.

É verdade que a Economia Doméstica existiu independentemente da extensão rural, em outros formatos, e que a extensão rural não foi formulada com orientação exclusiva à Economia Doméstica. Mas é preciso perceber que, na forma objetiva como foram implementadas no Brasil, ambas só podem ser compreendidas se analisadas no seio desta relação, projetando-a, inclusive, para os dias atuais. Compreende-se, portanto, que tanto a Economia Doméstica, quanto a extensão rural, constituíram-se historicamente como instituições pedagógicas, que segundo Cury (1989) são “organizações elaboradoras e difusoras das concepções de mundo, por meio das ideias pedagógicas” (p.94). Ainda segundo esse autor, as instituições pedagógicas podem se realizar pelas vias da educação formal, adentrando o sistema oficial escolar e de instrução, pelas vias da educação não formal, ou seja, difundindo suas ideias a partir de um conjunto de práticas, materiais e rituais não inseridos no contexto do sistema educacional oficial, mas amparados por outras estruturas sociais coletivas, ou ainda pelo caminho da educação informal, aquela cuja face está mais voltada à vida cotidiana e aos saberes e práticas que ali se desenvolvem no decorrer do processo de socialização. Emergindo enquanto instituições pedagógicas historicamente diferenciadas no curso da história, Economia Doméstica e extensão rural estabelecerem em seu formato brasileiro um ponto de interseção que, supõe-se, possuía correspondentes no campo das ideias pedagógicas.

Segundo Cury (1989), inspirando no conhecido trecho de Marx e Engels (2007), as ideias pedagógicas dominantes em determinada época frequentemente são as ideias da classe dominante, buscando filtrar sua cosmovisão, ocultar a contradição e fazer sobrepor-se os interesses gerais com os interesses da burguesia. Nesse sentido, as ideias buscam difundir modos de vida, visões de mundo e formas ideologizadas que mantenham o *status quo* das relações sociais. Essas ideias, portanto, só se realizarão por intermédio das instituições pedagógicas, cujas origens podem ser relativamente diversas.

Por isso, o problema central dessa pesquisa reside na compreensão de como a Economia Doméstica e a extensão rural brasileira emergiram enquanto instituições

pedagógicas diferentes, mas compartilharam certo arcabouço comum no campo das ideias pedagógicas que resultou em seu formato simbiótico - uma exclusividade do modelo brasileiro, visto que esse formato uníssono entre Economia Doméstica e extensão rural não era regra no seu país exportador, os EUA.

Historicamente, os estudos sobre a Economia Doméstica e a extensão rural no Brasil frequentemente optam por uma análise que coloca em segundo plano essa relação, apresentando-a com contornos quase sempre funcionalistas. O trabalho de Pinheiro (2016) é uma das raras exceções que localizam a importância da Economia Doméstica para a efetivação do projeto político de uma extensão rural brasileira. No entanto, em todos os trabalhos, parece escapar uma dimensão importante do fenômeno: como Economia Doméstica e extensão rural constituíram-se enquanto instituições pedagógicas e quais foram os elementos compartilhados que possibilitaram a ambas assumir esse modelo simbiótico a partir de 1950, visto que se propagassem ideias conflitantes, esse formato seria historicamente inviável no campo do fenômeno educativo.

Se analisarmos pela aparência imediata do fenômeno, há dois pontos ainda que merecem destaque: (i) a simbiose entre a extensão rural e a Economia Doméstica parece não ter durado muito, tendo a prática extensionista gradativamente diminuído a inserção do profissional de Economia Doméstica a partir da década de 1970 - uma sobrevida de pouco mais de duas décadas. Nesses termos, mesmo com mudanças de paradigmas e orientações pedagógicas, há uma continuidade da extensão rural para além da Economia Doméstica, indicando que esse ponto de interseção foi aparentemente temporário, portanto, bastante circunscrito no tempo e na história em uma curta duração nas décadas de 1950 e 1960; (ii) por outro lado, mesmo tendo sido o principal objetivo e justificativa de difusão da Economia Doméstica pelo país, a absorção da mão de obra pela extensão rural, mesmo em grande declínio pós-década de 1970, não foi o suficiente para conduzir uma extinção rápida da área no Brasil, que viria a ocorrer apenas décadas mais tarde com o fechamento dos cursos ofertados no sistema de ensino formal - principal via pela qual a Economia Doméstica se efetivou no país, embora não exclusiva⁷.

O movimento de compreensão da realidade objetiva, no entanto, requer um esforço para além da aparência, o que conduz a análise para alguns pontos importantes em direção à essência do fenômeno: a simbiose entre extensão rural e Economia Doméstica na década de

⁷ Vale destacar que o objetivo do trabalho não é uma análise sobre a trajetória histórica dos cursos superiores de Economia Doméstica no Brasil, tarefa parcialmente apresentada em Amaral Junior (2016a). No entanto, a análise irá recorrer aos cursos visto que, neste momento de simbiose que se localiza entre as décadas de 1950 e 1960, esse foi o principal formato a partir do qual a Economia Doméstica se disseminou pelo Brasil.

1950 não é ocasional, tampouco pode ser compreendida de um ponto de vista unicamente funcionalista, geralmente prevalente, em que as instituições pedagógicas se fomentaram mutuamente por questões puramente pragmáticas. Tanto o projeto político extensionista da metade do século XX, quanto a proposta de difusão da Economia Doméstica parecem compartilhar elementos ideológicos em relação à família, à divisão sexual e social do trabalho, às concepções pedagógicas e à perspectiva desenvolvimentista. O que se formula, portanto, é que embora esse modelo simbiótico entre as duas instituições pedagógicas tenha durado pouco, ideologicamente continuou reproduzindo diversos elementos do que se pode convencionar chamar de uma “pedagogia do doméstico”, ou seja, de um conjunto de ideias pedagógicas que historicamente se fizeram comuns em ambas as instituições sobre o “doméstico”, emergindo da relação dialética entre elas.

Nesse prisma, essa pesquisa busca compreender qual modelo pedagógico se apreende da relação dialética existente entre a Economia Doméstica e a extensão rural. A ideia é também avançar em relação aos trabalhos anteriores que versam sobre o tema, buscando demonstrar que a análise histórica da Economia Doméstica no Brasil não pode debruçar-se unicamente sobre a construção social de gênero da qual ela fez/faz parte, tampouco somente sobre o contexto sociopolítico do e no qual emergiu enquanto curso superior - teses prevalentes nos trabalhos até hoje desenvolvidos. Assim, esse trabalho busca também argumentar a favor da existência de um sistema ideológico específico, que opera no campo da memória social e, por quase dois séculos, reestruturou e reproduziu determinados conceitos acerca das práticas e atividades domésticas. Esse sistema se apresenta como um verdadeiro objeto no campo do fenômeno educacional, representando um conjunto de ideias pedagógicas que historicamente se perpetuaram por meio de determinadas instituições - e reside aqui o foco de compreender a relação Economia Doméstica/extensão rural, buscando suas origens e seus desdobramentos até os dias atuais.

Para tal, essa tese está sistematizada da seguinte maneira: a seguir, de forma complementar à construção do problema, estão apresentados os objetivos da pesquisa e as hipóteses construídas para nortear o trabalho. Mais adiante, está apresentado o capítulo referente ao método, que busca localizar a escolha metodológica adotada e os desafios postos ao processo investigativo e ao modo de exposição dos resultados, o trabalho com as categorias do estudo e os procedimentos técnicos utilizados. Em seguida, apresentamos um breve prólogo, cujo objetivo foi demonstrar - empiricamente e por meio de uma atualização

de um estudo exploratório que vinha se desenvolvendo desde 2014⁸ - a pertinência dos pressupostos levantados e os desafios postos na condução do estudo. Na sequência, são apresentados os capítulos que dissertam sobre o estudo em questão, organizados em três partes distintas, a saber: (i) uma primeira parte que sistematiza o conteúdo específico referente à Economia Doméstica, desde sua emergência em meados do século XIX até sua situação no ano de 2020; (ii) em uma segunda parte, está apresentada a trajetória histórica da extensão rural pública oficial no Brasil e suas principais alterações em pouco mais de seis décadas; e (iii) na terceira parte apresenta-se a discussão sobre os elementos em comum de uma “pedagogia do doméstico” presentes tanto na extensão rural quanto na Economia Doméstica brasileira, buscando situar esse panorama historicamente, desde a emergência de ambas até o ano de 2020. Após o desenvolvimento destes três capítulos são apresentadas as considerações finais e os elementos pós-textuais.

1.1 Objetivos

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a pedagogia que se apreende a partir da relação dialética entre Economia Doméstica e extensão rural, tendo em vista o compartilhamento de elementos ideológicos.

Especificamente pretende-se:

- Estudar o processo de formação histórica da Economia Doméstica enquanto instituição pedagógica, desde sua origem estadunidense no século XIX;
- Estudar o processo de formação da extensão rural no Brasil a partir da década de 1950 e da construção de uma memória da prática extensionista no país enquanto instituição pedagógica;
- Analisar os principais elementos existentes na relação simbiótica entre Economia Doméstica e extensão rural no Brasil, compreendendo de que forma esses elementos se articulam em torno de ideias comuns e contraditórias, identificando ainda as características básicas do modelo pedagógico que emerge de ambas;
- Analisar quais e como esses elementos em comum refletem características de uma “pedagogia do doméstico” no fazer extensionista dos Economistas Domésticos, posicionando historicamente a relação entre as duas instituições pedagógicas analisadas e o formato pedagógico acerca do doméstico.

⁸ Os resultados parciais podem ser visualizados em Amaral Junior (2016a).

1.2 Hipóteses

As hipóteses foram construídas tendo como base a aproximação com a problemática da pesquisa. Desde o ano de 2013 - quando foi iniciado esse movimento específico de aproximação com a situação da Economia Doméstica no país, datando a primeira publicação (AMARAL JUNIOR, 2013) - realizamos uma série de estudos teóricos, exploratórios e ensaios sobre a temática. Importante ressaltar também que a posição de pesquisador no bojo das relações sociais influenciou sobremaneira na leitura – e, portanto, nas hipóteses construídas - que nortearam essa pesquisa. Como economista doméstico, mestre em economia doméstica e extensionista rural da área, a problemática está imbricada tanto em minha trajetória pessoal e profissional, como nas principais questões e desafios que cotidianamente se colocam.

Por isso, dois elementos nessa pesquisa se fazem necessário: as hipóteses, que longe de representarem um esforço experimental de refutação ou prova, indicam os pressupostos teóricos e empíricos que balizaram todo o movimento de investigação; e o prólogo, cujo objetivo foi atualizar algumas questões que já haviam sido levantadas em trabalhos anteriores.

Assim sendo, esse trabalho tem como base as seguintes hipóteses:

1. A Economia Doméstica, ao contrário do que demonstram a maioria dos trabalhos acadêmicos, possuiu duas conformações históricas que, embora se apresentem como similares, indicam modificações importantes no conjunto de suas ideias, agentes, materiais e rituais pedagógicos⁹. Enquanto sociais e históricos, esses elementos variaram segundo os contextos da organização da produção capitalista de cada época, tendendo mais à nucleação trabalho reprodutivo/manutenção das tradições em determinados cenários e à nucleação trabalho produtivo/quebra das tradições em outros. Essa hipótese indica, portanto, a possibilidade de que a Economia Doméstica apresenta relações contraditórias em sua trajetória, com elementos de continuidade e ruptura - e não somente tendo sido construída em torno de um "acúmulo histórico" progressivo, como é comum na maior parte dos trabalhos sobre o tema.

2. Tanto a Economia Doméstica quanto a extensão rural compartilham de certos elementos no campo das ideias pedagógicas, sobretudo aqueles que versam sobre a divisão sexual e social do trabalho, sobre o vocacionalismo das atividades femininas, sobre o rompimento com as tradições, sobre as crenças higienistas e sobre determinada visão desenvolvimentista do campo atrelada ao consumo. Esse compartilhamento indica que ambas as instituições pedagógicas emergiram de um fenômeno social da dinâmica do capital que

⁹ Essas categorias serão melhor explicadas na seção seguinte.

buscou normatizar as atividades domésticas, difundindo sobre elas certa lógica empregada na produção capitalista e inculcando certos valores e crenças que fossem capazes de garantir a reprodução das condições necessárias à manutenção das relações sociais na sociedade capitalista. Dessa relação dialética surge uma “pedagogia do doméstico” de conteúdo familiar, especialmente orientada ao rural enquanto lugar de trabalho e vida cotidiana;

3. A Economia Doméstica e a extensão rural, mesmo após a aparente “cisão” entre as instituições na década de 1970, continuaram mantendo certa relação histórica com essa proposta pedagógica. Isso quer dizer que, historicamente, ambas as instituições possuíram graus diferenciados de manutenção da "pedagogia do doméstico" em sua conformação, explicando as diferenças históricas percebidas para a Economia Doméstica e a extensão rural no Brasil, respectivamente.

2. MÉTODO

Neste capítulo serão apresentados os elementos metodológicos que guiaram tanto o processo investigativo, quanto o processo de organização da exposição dos resultados obtidos. O objetivo é explicitar não só a concepção de método adotado para conduzir o estudo, como também detalhar as formas como os distintos elementos que compõem o objeto de pesquisa foram analisados.

Em primeiro lugar, estão apresentadas as considerações mais gerais sobre a escolha metodológica em sua dimensão epistemológica e ontológica: o materialismo histórico-dialético e suas categorias centrais. Nessa subseção estão expostos os elementos que justificam e caracterizam a escolha do método proposto por Marx e Engels, enquanto forma relacional do sujeito pesquisador com o fenômeno pesquisado e não somente como conjunto de procedimentos padrão a ser adotado.

A seguir, estão apresentados os elementos utilizados para estudar o fenômeno educativo a que se refere o objeto de pesquisa. Essa parte está destinada a esclarecer de que forma o trabalho buscou identificar, em seu movimento de análise, os elementos constituintes de uma “pedagogia do doméstico” na Economia Doméstica, na extensão rural e na relação contextual entre ambas no Brasil. A principal referência que nos guiou nessa empreitada foi Jamil Cury (1989) e sua proposta de componentes básicos do fenômeno educativo.

Em um terceiro momento delineamos os aspectos metodológicos básicos para estudar a relação Economia Doméstica/extensão rural em uma perspectiva da categoria memória. Aqui, buscamos nos distintos teóricos do campo os elementos necessários para identificar como a memória perpassa as distintas categorias do estudo sem, no entanto, descaracterizar-se enquanto tal. Optamos por manter essa parte dentro da seção do método por compreendermos que o estudo que propomos acerca da "pedagogia do doméstico" é, em sua totalidade, um estudo do campo da memória.

Em quarto lugar estão apresentados os procedimentos da condução do estudo que, obedecendo ao exposto em relação ao método nas seções anteriores, mediaram o processo investigativo. Portanto, nessa parte estão descritos os procedimentos técnicos adotados.

2.1 Considerações sobre o materialismo histórico-dialético

O método utilizado para o trabalho foi o materialista histórico-dialético, cuja proposta remete à Marx e Engels. Formulado enquanto uma proposta de compreensão e modificação da

realidade, os pressupostos iniciais do materialismo histórico-dialético surgiram da necessidade de reformular o pensamento filosófico à época, marcado pelo idealismo. O percurso teórico de Marx foi marcado, inicialmente, pelo embate com os jovens hegelianos, demonstrando que a dialética proposta por Hegel estava, em sua perspectiva, invertida, e por isso, as abordagens propostas não eram suficientes para promover uma adequada compreensão e modificação da realidade.

Em “A Ideologia Alemã” Marx e Engels (2007) formulam 11 teses a respeito dessa discussão, que se tornaram, nas palavras de Paula e Batista (2014) “um divisor de águas no campo das ciências humanas ao passo que tomam uma direção pautada no transpor concreto do pensamento” (p.2208). As Teses, embora orientadas especificamente ao jovem hegeliano Feuerbach, podem ser compreendidas como um esboço filosófico elaborado por Marx para criticar o pensamento alemão filosófico vigente em meados do século XIX, em especial o de herança hegeliana, mas também o idealismo de um modo mais geral.

Os princípios metodológicos do método materialista histórico-dialético podem ser bem visualizados analisando-se estas teses, visto que descrevem a postura filosófica que iria permear toda a obra marxiana. Segundo Marx e Engels¹⁰ (2007), as 11 teses, grosso modo, versam sobre: uma crítica ao idealismo presente na obra de Feuerbach, sobretudo à noção de atividade humana sensível; uma crítica à compreensão do mundo apenas pelo viés contemplativo da atividade humana sensível; a centralidade da práxis, na formação social e na conformação das relações sociais; a concepção dos sujeitos enquanto seres sociais; a estreita relação de pertencimento da atividade sensível à prática; a inclinação do materialismo proposto para a sociedade humana; e a filosofia como elemento de transformação, e não mais apenas interpretação da realidade.

O método pressupõe também um entendimento diferente de como o pensamento teórico deve se relacionar com o objeto da pesquisa. Segundo Netto (2001) “a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (p.20). Dessa maneira, embora o estudo envolva a abstração e a descrição analítica sobre o fenômeno, o faz de maneira planejada enquanto reprodução do objeto de pesquisa em sua concreticidade. A diferença básica dessa concepção em relação aos métodos idealistas está na negação de que o real é um resultado do ideal, invertendo essa relação para afirmar que o pensamento é resultante direto da relação dialética que se estabelece entre o homem e sua ação no mundo

¹⁰ As teses foram originalmente escritas por Marx, mas na edição utilizada, foram revisadas por Engels.

concreto.

O materialismo histórico-dialético propõe esse movimento teórico a partir da realidade, de um objeto concreto que existe independente da consciência do pesquisador, que busca apreendê-lo nesse movimento que vai da aparência à essência. Marx (2011) demonstra como esse movimento é importante na medida em que sua incorreta compreensão pode provocar um falseamento do fenômeno estudado, ao se admitir categorias abstratas enquanto objetivamente reais. Assim:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade de diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2011, p.54).

Esse movimento da aparência à essência deve permitir destruir o mundo da pseudocncreticidade, uma vez que “o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 1963, p.15). A pseudoconcreticidade revela características contraditórias que devem ser adequadamente apreendidas pelo pesquisador, cujo principal objetivo é revelar as contingências históricas que caracterizam a estrutura do fenômeno, da coisa em si (*Op. cit.*). Essa noção nos instrumentaliza a perceber que o fenômeno estudado - relação entre Economia Doméstica e extensão rural e os elementos em torno de uma “pedagogia do doméstico” - apresenta características de sua essência em sua aparência, ou seja, em sua pseudoconcreticidade. Isso quer dizer que, pela via da aparência, elementos dessa pedagogia, como o lugar da mulher na divisão sexual do trabalho, o vocacionalismo das atividades femininas e uma visão linear do desenvolvimento das sociedades se apresentam como fenômenos “naturais” e a-históricos, cujos agentes apenas precisam atuar no sentido de garantir seu desenvolvimento e continuidade. No entanto, é somente pela correta inclinação para as estruturas que compõem o fenômeno e das relações entre elas que será possível construirmos um sistema abstrato que corresponda à essência do real, ou seja, à descrição de como as relações historicamente se estabelecem de fato no objeto pesquisado - o que significa dizer que mais do que compreender que existe uma divisão sexual e social do trabalho, uma naturalização das atividades femininas e uma pretensa linearidade no desenvolvimento social, o processo investigativo deve permitir compreender como esses elementos se construíram e relacionaram historicamente e, sobretudo, passaram a figurar como centrais em determinado conjunto de ideias pedagógicas que se efetivaram tanto por instrumentos da educação formal, quanto por intermédio de uma política de Estado.

A abstração obtida nesse processo, ou apropriada a partir desse movimento, embora aparente pretensão universalidade por ser justamente abstrata, deve ser sempre tomada como “produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas” (MARX, 2011, p.58). O que quer dizer também que toda teoria só tem validade dentro da prática social e histórica estabelecida, ou seja, que a teoria precisa também ter certa objetividade (*Op. cit.*). Por isso o materialismo histórico-dialético pressupõe compreender as contingências históricas das relações sociais que, efetivamente, dão forma as distintas esferas da sociedade.

Essa concepção metodológica coloca o sujeito ativamente no centro do fazer científico, responsabilizando-o por esse movimento de apreensão da realidade e pela sistematização do conhecimento construído a partir de tal empreitada (*Op. cit.*). Ainda segundo o autor, é por isso que há uma importância salutar em compreender que o modo de investigação deve ser distinto do modo de exposição. Para Marx:

A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção *a priori* (2011, p.90).

Vale ressaltar que Marx não cunhou um método no sentido restrito do termo, remetendo a um conjunto de procedimentos, instrumentais e técnicas que devessem ser seguidos para obter determinado conhecimento. Sua contribuição metodológica reside em “uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p.53).

O modo de exposição pode parecer ao leitor, pouco familiarizado com o método em questão, estranho. Mas a escolha se deu respeitando-se o movimento “inverso” necessário, capaz de operacionalizar o retorno das categorias ou elementos abstratos sintetizados ao concreto real de onde resultaram. Isso significa dizer que escolhemos um método de exposição que se inicia pela decomposição das partes simples, descrevendo e analisando seus elementos fundamentais, para somente depois prosseguirmos com as relações que se estabelecem e com a perspectiva que se instaura entre a particularidade e a universalidade. Dessa maneira, começaremos expondo os resultados obtidos com o estudo especificamente da Economia Doméstica e seus elementos centrais, prosseguindo com movimento semelhante a respeito da extensão rural. Nessas duas primeiras partes, já começaremos a esboçar o que

acreditamos ser os elementos presentes em ambos os casos que remetem a uma “pedagogia do doméstico”, para na terceira parte, finalmente, promovermos uma análise no sentido de consolidar o objetivo da pesquisa sob a forma objetiva das relações sociais históricas que o conformam.

Em termos de categorias de análise centrais para o método, compreendemos que aquelas que possuem maior interface com o tema da pesquisa são: (i) o trabalho enquanto categoria central e fundamental; (ii) a mediação; (iii) a contradição; (iv) a reprodução; e (v) a totalidade. Apesar de identificarmos essas categorias como centrais, por estudarmos especificamente um objeto pertinente ao fenômeno educativo, optamos por adotar as categorias de análise elaboradas por Carlos Jamil Cury (1989) no trabalho "Educação e Contradição". A forma como essas categorias serão compreendidas e trabalhadas está demonstrada na seção seguinte.

2.2 Componentes do fenômeno educativo

Um desafio metodológico que se colocou no plano investigativo foi o de estabelecer com maior rigor de que maneira procederíamos com a análise do que convencionamos chamar de uma “pedagogia do doméstico”. Isso porque, a defesa da existência dessa proposta pedagógica não poderia existir apenas no campo ideal, com o risco de acabarmos orientados para uma proposição idealista que não fosse coerente com os pressupostos metodológicos apresentados na seção anterior. Além disso, compreende-se o desafio de estudar a relação entre Economia Doméstica/extensão rural à luz do fenômeno educativo na medida em que essas duas áreas de conhecimento/atuação não estiveram sempre historicamente posicionadas em lugares similares no contexto das relações sociais.

Para essa empreitada, utilizamos as contribuições de Carlos R. Jamil Cury em seu livro “Educação e Contradição” (1989). O autor propõe estabelecer categorias para a compreensão do fenômeno educativo, buscando superar as visões clássicas para os processos educativos que ora buscavam harmonizar os processos sociais, ora fomentavam a individualidade mascarando os conflitos e contradições próprios da sociedade e do sistema capitalista. Segundo Saviani (2013), a tese de Cury traz como relevante contribuição ao campo da educação a categoria da contradição, indicando que mesmo onde há aparente mecanicismo se instaura um processo contraditório em que há possibilidades de uma educação revolucionária.

Dialogando diretamente com o campo marxista dos sistemas ideológicos, Cury (1989) analisa as categorias centrais de uma proposta materialista histórico-dialética e as articula com

o fenômeno educativo, para depois proceder com sua sistematização dos componentes que constituem tal fenômeno nas sociedades capitalistas.

Assim, fazendo o percurso pelas categorias da contradição, totalidade, mediação, reprodução e hegemonia, o autor demonstra como a educação pode ser analisada por uma perspectiva dialética, em que se revelem a essencialidade das menores partes do fenômeno. Sua defesa geral é de que a educação nas sociedades capitalistas acaba servindo às classes dominantes, instituindo-se das mais variadas formas:

A educação é iminentemente presente à totalidade histórica e social e coopera no processo de incorporação de novos grupos e de indivíduos, o que é feito também mediante a interiorização de uma visão de mundo já existente e pré-existente do real (p.53).

Embora a abordagem de Cury (1989) se assemelhe no geral à leitura crítica da escola nas sociedades capitalistas proposta por Enguita (1989), em “Educação e Contradição” o foco analítico está também, em certa medida, na educação de forma mais ampla, compreendendo que o fenômeno educativo nessas sociedades assume diversas conformações que podem ser, inclusive, mais fortes e coercitivas que a própria educação em seu formato escolar. O autor propõe, então, a sistematização de cinco categorias do fenômeno educativo, pois

O modo próprio como a educação se desenvolve, ao articular-se contraditoriamente pelas relações sociais com a totalidade, necessita ser interpretado por um conjunto de elementos a fim de não passarem de meras abstrações (CURY, 1989, p.87).

Nessa construção teórica, os cinco componentes apresentados por Cury (*Op. cit.*) como constituintes do fenômeno educativo que se apresentam como importantes do ponto de vista metodológico são: (1) As ideias pedagógicas; (2) As instituições pedagógicas; (3) O material pedagógico; (4) Os agentes pedagógicos; e (5) Os rituais pedagógicos.

Grosso modo, as ideias pedagógicas podem ser descritas como situadas no campo ideológico¹¹, cuja principal razão de existência está em ocultar a contradição (CURY, 1989). Mas para terem efeito em todas as classes sociais, cumprindo sua missão de manutenção do *status quo*, essas ideias só podem estar veiculadas por meio de um arcabouço institucional, ou seja, das instituições pedagógicas. Ainda segundo o autor, as instituições educacionais podem se realizar por meio de três vias diferentes: a educação informal, a educação formal e a educação não formal. Nesse prisma, Economia Doméstica e extensão rural serão entendidas, como já mencionado, enquanto instituições pedagógicas cujo objetivo estava em difundir ideias pedagógicas social e historicamente determinadas.

¹¹ Optamos por manter a categoria ideologia explicitada no decorrer do trabalho, na medida em que compreendemos estar em estreita relação com a categoria das ideias pedagógicas de Cury (1989).

Para que as instituições pedagógicas logrem êxito na difusão de suas ideias pedagógicas, no entanto, é necessário um sistema de mediação que consiga prover as condições materiais para esse processo, o que Cury (1989) convencionou chamar de material pedagógico, terceiro componente descrito do fenômeno educativo. Esses materiais são essenciais porque são a mediação entre um sistema ideológico pré-existente, as instituições que o intencionam veicular e a formação das consciências individuais (*Op. cit.*). Nessa perspectiva, para ascender aos elementos constituintes da “pedagogia do doméstico” foi necessário analisar seus materiais pedagógicos, tanto no contexto da Economia Doméstica, como da extensão rural. O material pedagógico dá forma objetiva a esse sistema ideológico que as instituições historicamente intentaram reproduzir, portanto, uma correta análise de seus conteúdos auxiliou na compreensão da processualidade tanto das ideias quanto das próprias instituições.

O quarto componente exposto por Cury (1989) remete aos agentes pedagógicos que “[...] representam os divulgadores mais imediatos da concepção de mundo que busca o consentimento ativo e coletivo das classes sociais” (p.113). Neste estudo, os agentes pedagógicos aparecem em dois momentos distintos: de forma consequente nos materiais pedagógicos, muitos dos quais expressam opiniões e visões de mundo de agentes específicos e contextuais; e nas entrevistas realizadas para o prólogo, cujos agentes têm uma dupla inserção na condição de economistas domésticos e extensionistas.

O quinto e último componente diz respeito aos rituais pedagógicos, que são os automatismos, posturas, elementos e demais componentes que regem o funcionamento de todo o processo de formação pedagógica (CURY, 1989). Na pesquisa, os rituais aparecem descritos nos materiais pedagógicos analisados, mas também nos depoimentos dados pelos economistas domésticos que atuam na extensão rural.

Esses cinco componentes nos instrumentalizaram para uma investigação mais incisiva e ordenada, buscando entender de que forma poderíamos proceder para, por meio dos elementos diversos que tínhamos disponíveis, compreender historicamente como a Economia Doméstica e a extensão rural pública oficial se constituíram instituições pedagógicas - com a missão manifesta de difundir uma série de ideias específicas em relação ao doméstico. Os cinco componentes nos auxiliaram também a ordenar e analisar melhor toda a fonte bibliográfica-documental disponível.

Compreender as instituições pedagógicas no bojo do fenômeno educativo requer também entender que, conforme já relatamos anteriormente, estas podem se efetivar por meio

da educação formal, não formal e informal. Nesse sentido, utilizamos a análise teórica proposta por Gohn (2006), segundo a qual essa classificação vai variar conforme um conjunto de critérios a ser considerado, a saber: quem é o educador, onde se educa, como se educa, quais os objetivos da ação educativa, quais os principais atributos dessa ação e quais são os resultados esperados.

Assim, a educação formal está marcada pela presença do educador licenciado oficialmente, geralmente sob tutela do Estado, realizada em um ambiente específico e regulamentado por lei, o escolar, com objetivos de difundir e socializar uma série de conhecimentos pré-estabelecidos que são previamente materializados em um plano, geralmente composto por série e/ou ciclos e marcado pela certificação (GOHN, 2006). No Brasil, o sistema de educação formal está representado pelo ensino básico e fundamental obrigatório, de responsabilidade do Estado e com gratuidade garantida por lei, pela educação infantil, acompanhado pelo sistema de ensino superior (que abrange a pós-graduação) e pelo sistema de formação profissional e complementar regulamentados pela legislação vigente - todos sob tutela, direta ou indiretamente, do Estado.

Já a educação não formal é marcada pelo espaço da coletividade, pela ausência de um espaço pré-determinado (como ocorre com o escolar), pela não necessidade de regulamentação legal - embora ela possa ocorrer - e pela participação geralmente optativa dos sujeitos, que se colocam voluntariamente no processo educativo (GOHN, 2006). Esse modelo de educação não está baseado em um currículo específico, tampouco estruturado em séries ou ciclos, podendo variar expressivamente nos formatos práticos que assume e nos objetivos que almeja, geralmente sempre conectados com a ampliação de conhecimento de um grupo de sujeitos (*Op. cit.*). Aqui pode-se exemplificar os processos educativos que não integram o sistema de educação oficial, como aqueles organizados por Organizações da Sociedade Civil, Movimentos Sociais e até mesmo de forma transversal por políticas públicas.

Por último, a educação informal é aquela que se estabelece no seio da sociabilidade do sujeito, tendo como agentes todos aqueles indivíduos que fazem parte desse processo direta ou indiretamente, e como espaço o conjunto das atividades cotidianas (GOHN, 2006). O objetivo maior desse modelo de educação é promover a inserção do sujeito na sociedade, tornando possível sua apreensão do conjunto de crenças, valores e conhecimentos historicamente construídos. Essa tipologia de ação educativa caracteriza-se pelo amplo caráter difuso, sem presença de locais, grupos, ciclos, séries, planos e regulamentação pré-estabelecida.

A compreensão de que as instituições pedagógicas podem atuar em distintas formas auxilia a entender a complexidade envolvida no trabalho de analisar casos específicos. Ao nos debruçarmos, por exemplo, sobre a trajetória da Economia Doméstica, será necessário compreender por quais vias da ação educativa seu projeto se efetivou historicamente, fazendo exercício análogo para a extensão rural - se formal, não formal ou informalmente. Esse entendimento auxiliará a analisar como os agentes, materiais e rituais pedagógicos podem ter se alterado em cada contexto. Por isso, essa compreensão complementa os cinco componentes do fenômeno educativo que servirão de norte para a investigação do problema, enquanto as categorias de análise do estudo.

2.3 Memória

Outra exposição importante para fins de condução da investigação, diz respeito ao campo da memória. De certo, compreende-se esse trabalho como um estudo de memória, de forma geral. No entanto, a memória aparece em posições distintas conforme o desenvolvimento tanto do processo investigativo, quanto do modo de exposição dos resultados.

Sabe-se que a problemática da memória e de sua confiabilidade remete à Platão e Aristóteles, perpassando pela filosofia, fenomenologia e psicologia, conforme demonstra o denso trabalho de revisão apresentado por Paul Ricoeur (2007). Como aborda o autor, o percurso histórico de investigação dos fenômenos mnemônicos caminha desde questões epistemológicas, até a intencionalidade das lembranças e suas possibilidades de falseamento. Um apanhado histórico dos principais estudos sobre a memória faz rapidamente perceber que há deslocamentos diversos pela temática, que oscilam entre o que é a memória, como se constrói o ato de memória e a quem efetivamente se atribui a memória, caminho utilizado como recurso metodológico pelo próprio Ricoeur (2007) em seu trabalho.

Não há uma base materialista histórico-dialética que se propõe analisar os estudos de memória, sendo a maior parte dos estudos desta natureza oriundos da filosofia, psicologia, história e sociologia em correntes teóricas de outra natureza. Talvez os nomes mais proeminentes do campo sejam os de Ricoeur (2007), Bergson (2010), Halbwachs (2003; 2004), Le Goff (2013), Nora (1993) e Pollak (1989; 1992), salvo as devidas diferenças de intencionalidade de abordagem de cada um.

Bergson (2010), por exemplo, apresentou um modelo idealista para a memória, dividindo os atos mnemônicos em memória-hábito - essa relacionada aos sentidos do corpo - e memória-lembrança - essa de base metafísica, localizada fora do cérebro e do aparato

biopsicológico. Por essas características básicas de suas proposições, torna-se problemático aplicar seus pressupostos teóricos em um estudo de memória de características não idealistas. Dialogando diretamente com ele, embora não exclusivamente, Halbwachs (2003; 2004) marcou uma virada na perspectiva de abordagem da memória, preocupando-se em atribuir caráter social ao fenômeno mnemônico. O avanço dessa proposição reside em dar uma dimensão social à memória que - como discípulo de Durkheim que era - irá encontrar nos elementos relacionais seu verdadeiro sentido construtivo. Como demonstra Ricoeur (2007), Halbwachs é responsável por inaugurar uma proposta de estudo da memória que rompe com o “sujeito fechado em si mesmo” tradicional da fenomenologia, caso de Husserl, por exemplo.

É necessário nos alongarmos um pouco mais nas contribuições de Halbwachs (2003; 2004) cujas proposições acabaram por influenciar quase todos os autores do campo da memória nas décadas que se seguiram após a publicação de seu livro póstumo “A Memória Coletiva”, embora sua base teórica já estivesse clara em “*Los Marcos Sociales de la Memória*”. Sem tentar incorrer em reducionismos, grosso modo, a tese central das proposições do autor francês é a de que ninguém se lembra sozinho e, portanto, a memória é um fenômeno que só se realiza coletivamente. Para tal, necessita ancorar-se em seus “quadros” - os “*marcos*” em espanhol - dos quais destaca a família, a linguagem, a religião, dentre outros. Embora represente um avanço nas abordagens frequentes sobre a memória - e aqui incluía-se a tese bergsoniana bastante influente na passagem dos séculos XIX e XX - Halbwachs alinhava-se à escola de sociologia francesa durkheimiana, e seus pressupostos comportavam muito pouco, para não dizer quase nada, a contradição, os conflitos, o movimento e, conseqüentemente, uma perspectiva que se fizesse efetivamente dialética. Portanto, há também uma impossibilidade em se ater ao conceito de memória presente em Halbwachs como norteador do trabalho aqui proposto, pelas contradições epistemológicas e ontológicas que resultam.

Dos demais autores frequentemente citados no campo, Pollak (1989; 1992) apresenta uma abordagem em que o conflito possui maior centralidade. O autor austríaco, que foi orientado por Pierre Bourdieu, buscou problematizar a memória coletiva em seus usos por determinados grupos e em certos contextos, demonstrando como ela pode ser manipulada, recortada, editada, conflituosa, instrumentalizada e contraditória. Seu conceito de “memória enquadrada” aparece como um recurso analítico para os estudos do campo, auxiliando o pesquisador a identificar e analisar os elementos que podem indicar a existência de memórias “subterrâneas”, justamente aquelas que podem levar a investigação para o conhecimento de

todos os elementos contraditórios e conflituosos já mencionados. Certamente os trabalhos do autor auxiliam a compreender a memória enquanto campo de disputas, conforme Magalhães e Almeida (2011) também circunscreveram bem. Mas, de origem estruturalista, Pollak (1989; 1992) não tenta tratar o conceito de memória sanando suas dívidas com uma perspectiva materialista histórico-dialética, trazendo também conflitos de origem epistemológica e ontológica se optássemos por adotar na íntegra sua perspectiva. A “memória enquadrada” se apresenta frequentemente como uma espécie de estrutura que condiciona o ato mnemônico em si, e não buscaremos abordar o fenômeno por essa perspectiva.

Dessa forma, metodologicamente, três questões se apresentaram como pertinentes para o prosseguimento do estudo no campo da memória: (i) o que consideramos memória, de forma que seja possível alinhar o conceito às categorias do método materialista histórico-dialético?; (ii) a quem se atribui a memória?; e (iii) como a memória aparece no curso da investigação proposta?

Respondendo a primeira pergunta, não há um referencial no campo da memória que prontamente atende ao anseio posto.¹² Um longo caminho analítico-reflexivo foi traçado até que pudemos encontrar em Marx (2017) alguns elementos norteadores, e nos psicólogos soviéticos da Psicologia Sócio-Histórica outros desses elementos que nos orientaram para um conceito de memória que estivesse de acordo com o método - mesmo que esse conceito esteja em uma posição, por ora, extremamente provisória.

De base marxista, Vygotsky, Luria e Leontiév são os três maiores nomes de uma corrente psicológica que surgiu na URSS por volta da década de 1920, cuja proposta era estabelecer as bases de uma psicologia verdadeiramente científica que superasse os excessos idealistas e biologicistas prevalentes à época. Nas obras dos três autores, encontramos um arcabouço bastante sólido para postular um conceito prévio que nos pareceu promissor. Vygotsky (2007;2009) apresenta a noção de funções psicológicas inferiores, que são aquelas características de uma *psique* ainda muito dependente dos sentidos natos e dos instintos, e de funções psicológicas superiores, que são aquelas tipicamente humanas, desprendidas do determinismo biológico e instintivo. A psicologia proposta pelos autores soviéticos buscava, justamente, inaugurar essa *démarche* histórica a partir da qual as funções tipicamente humanas surgiram na filogênese.

Nesse bojo, a memória aparece como uma dessas funções psicológicas que no curso do desenvolvimento do ser - sua ontogênese - altera-se qualitativamente de uma forma

¹² Essa problemática já foi abordada por outras produções do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), caso dos trabalhos de Santos (2014) e Medeiros (2015).

inferior para uma forma superior (LEONTIÉV, 2004). Vale ressaltar que esse salto qualitativo das funções psicológicas só pode ocorrer por intermédio de um evento salutar no curso da evolução da espécie - a construção da linguagem (VYGOTSKY, 2009). A linguagem, por sua vez, só surge de uma necessidade humana objetiva, no e para o trabalho, na medida em que os grupos humanos se complexificaram e precisaram dividir o trabalho em formas cada vez mais elaboradas que colocaram demandas comunicativas reais (*Op. cit.*). A mediação humana tornou-se, então, mediação interpsicológica, para depois tornar-se intrapsicológica e alterar qualitativamente a constituição de toda a *psique*, demarcando uma nova etapa da humanidade no seu desprendimento das determinações naturais mais triviais (VYGOTSKY, 2007; 2009).

Esses autores defendem, portanto, a existência de uma memória inferior, biológica, ligada diretamente aos sentidos e ao instinto, de característica nata. Na medida em que os sujeitos se desenvolvem em sociedade, eles apreendem os signos e símbolos que constituem a linguagem e alteram a condição de sua própria existência, da sua constituição psíquica e de suas funções psicológicas - que por sua vez estão intimamente interconectadas e por isso, alteram-se qualitativamente para formas superiores, tipicamente humanas, cuja marca central é a mediação intrapsicológica autorreguladora do próprio comportamento (VYGOTSKY 2007; 2009; 2013; 2014a; 2014b; 2016; LURIA, 1999; 2008; 2016; LEONTIÉV, 2004).

Pode parecer *a priori* distante do objeto do estudo, mas esses pressupostos conduzem a uma noção de memória como fenômeno biopsicofisiológico e social, que é resultante de uma relação dialética entre uma instância individual e subjetiva (memória inferior individual) com elementos socialmente construídos, compartilhados e mediados pelos outros (memória social) que altera a memória individual qualitativamente, relacionando-a com as outras funções superiores e com os signos e símbolos socialmente compartilhados (memória superior individual). Esse é, portanto, o conceito mais coerente com o método elencado e com as categorias desse recorte metodológico, por dar conta de abarcar a contradição, o trabalho enquanto categoria ontológica, a dialética, a relação com a totalidade e a marca histórica dos fenômenos, incluindo aqueles pertencentes à construção da consciência.

Diante dessa formulação, respondemos também a segunda questão posta em relação a memória, remetendo *a quem* compreendemos pertencer a centralidade do fenômeno. Embora Ricoeur (2007) já tivesse colocado o debate, dizendo haver na verdade um mal-entendido entre a atribuição coletiva da memória, representada por Halbwachs, e a atribuição individual, dentre os muitos representantes dos quais destaca Husserl, não acreditamos que ele tenha dado uma solução coerente às nossas escolhas metodológicas. Assumindo o conceito

apresentado anteriormente, tomamos como sujeito da memória o homem agindo em condições concretas - pois a memória é sempre ato psíquico - mas valendo-se dos signos e símbolos cuja origem não pode ser senão a sociedade. O sujeito da memória é aquele que torna possível o movimento de subjetivação-objetivação descrito por Lessa e Tonet (2011), elemento fundamental da filosofia marxista.

Seguindo essa linha de pensamento, Fentress e Wickham (1992) demonstram argumentos suficientes que auxiliam a reforçar os pressupostos formulados, tais como: a necessidade de se formular um desenvolvimento histórico da memória, a noção de que a conceitualização ocidental de memória dos últimos séculos pode parecer prevalente e universal, mas é específica a certos tipos de sociedade e, por último, a possibilidade das sociedades se organizarem em torno de memórias sociais bastante diversas, conforme a forma como se organizam objetivamente e a gama de instrumentais e relações que se estabelecem em seu interior. Le Goff (2013) também fornece subsídios parecidos ao analisar as formas prevalentes de memória em sociedades com condições de existência diversas como, por exemplo, tribos sem domínio da língua escrita.

Nos resta, por fim, responder à terceira questão posta, em relação a como compreendemos a memória nas formas pelas quais abordamos dentro do objeto da pesquisa. Essa questão não poderia ter sido respondida sem antes percorrermos o caminho demonstrado anteriormente: o conceito de memória que tomamos como base e o sujeito a quem atribuímos o ato mnemônico.

Em primeiro lugar, compreendemos que é difícil estabelecer o que, em nosso objeto de pesquisa, não pode ser entendido como memória. Se partirmos dos pressupostos fornecidos por Vygotsky (2007; 2008) e Leontiév (2004), assumiremos que é precisamente sinuoso estabelecer os limites da memória em sua dimensão superior e em sua relação dialética com os elementos da cultura. Estabelecer fronteiras torna-se particularmente desafiador na medida em que compreendemos que mesmo a memória mais individual, como uma lembrança pessoal de momentos da infância de um sujeito, só é possível nessas formas enquanto resultado de um longo processo de apreensão dos signos e símbolos artificialmente construídos no processo de trabalho e socialmente compartilhados pelos grupos humanos. Isso significa compreendermos, sob uma ótica materialista histórico-dialética, que a memória se estende sobre tudo aquilo que está envolvido no processo de subjetivação-objetivação. Como demonstram Lessa e Tonet:

Todo ato humano tem por base a evolução passada da sociedade, a situação presente concreta em que se encontra o indivíduo e suas aspirações e seus

desejos para o futuro. Não há ato humano fora da história, fora da sociedade.

ii) A objetivação resulta, sempre, em três níveis de generalização:

1. O nível objetivo: o objeto produzido passa a ser influenciado e a influenciar toda a sociedade. Sua história adquire, assim, uma dimensão genérica: é, agora, parte da história humana.
2. O nível subjetivo, que se subdivide em dois subníveis:
 - a) o conhecimento de um caso singular (como fazer este machado) se eleva a um conhecimento acerca da realidade em geral. Esse conhecimento genérico da realidade pode ser aplicado em circunstâncias muito distintas daquelas em que se originou.
 - b) o conhecimento de um indivíduo se difunde por toda a sociedade, tornando-se patrimônio da humanidade.
- iii) o trabalho é o fundamento do ser social porque, por meio da transformação da natureza, produz a base material da sociedade. Todo processo histórico de construção do indivíduo e da sociedade tem, nessa base material, o seu fundamento (2011, p.26-27).

Assim, é inevitável estendermos nosso olhar para o problema da pesquisa, buscando entender suas implicações em uma análise metodológica do campo da memória. Nessa perspectiva, as ideias pedagógicas que consolidam historicamente o que estamos chamando de “pedagogia do doméstico” - e se efetivam pelas instituições pedagógicas - podem ser consideradas uma *forma altamente ideologizada de memória social*. Essas ideias estabelecem um sistema ideológico cujo objetivo é reproduzir visões do mundo, relações sociais, certa divisão do trabalho e explicações da realidade. Quando tratamos da “pedagogia do doméstico” estamos, por conseguinte, falando do objeto de estudo enquanto uma forma específica e ideologizada de memória social que incide sobre o mundo e as atividades domésticas.

É importante destacar que não estamos considerando os sistemas ideológicos de seu ponto de vista maniqueísta, como reflexo *ipsis litteris* dos anseios e desejos da classe dominante. A ideologia é tratada de forma negativa, como visto em Marx e Engels (2007), mas também entendida como resultante de uma série de elementos do mundo concreto, constantemente em conflito e ocasionalmente herdando características que remetem à diversos setores do estrato social - conforme defende Therborn (2015).¹³ Quando nos referimos a uma “forma altamente ideologizada de memória social” buscamos, portanto, operar uma diferenciação entre aquelas formas cujo movimento contraditório está mais intimamente relacionada à ação no mundo em si. Essa outra forma de memória social - que não está imune aos sistemas ideológicos, mas é construída segundo uma outra relação - pode ser exemplificada com a transcrição de Marx (2017) a seguir:

¹³ Embora o autor não concorde com a abordagem negativa da ideologia proposta por Marx e Engels, sua formulação da objetividade e complexidade dos sistemas ideológicos é certamente uma contribuição que não se pode deixar de fora do debate.

Animais e plantas, que se costumam considerar como produtos naturais, são, em sua presente forma, não só produtos do trabalho, digamos, do ano anterior, mas o resultado de uma transformação gradual, realizada sob controle humano, ao longo de muitas gerações e mediante o trabalho humano (p.259).

Por outro lado, quando nossa investigação opera no nível das instituições pedagógicas, caso da Economia Doméstica, da extensão rural e do formato simbiótico entre ambas, temos a sensação de lidarmos com uma parte da memória social cuja objetividade se faz mais aparente. Aqui, a memória nos aparece inevitavelmente como fonte, ajudando a compreender e caracterizar as instituições, mas aparece também como uma objetivação (as instituições pedagógicas) de um sistema ideológico que corresponde a um domínio maior da memória social (as ideias pedagógicas que, supõem-se, estão intimamente relacionadas aos anseios da classe dominante). Nesse ponto, a diferenciação é puramente arbitrária, pois seguindo os componentes dos fenômenos educativos de Cury (1989), ideias e instituições pedagógicas não podem existir isoladamente sem que nos inclinemos a certo cartesianismo.

Em um nível ainda mais aparente da investigação, quando lidamos com os materiais pedagógicos dessas instituições, estamos inevitavelmente abordando a memória enquanto documento, um vestígio, para utilizarmos o termo proposto por Pomian (2000). Metodologicamente o processo de investigação lidou com muitos desses vestígios, representados pelas publicações da área de Economia Doméstica, documentos oficiais, leis e decretos. Os vestígios têm a marca de terem sido, no passado, parte de uma prática social, mas representam no curso dessa investigação o *status* de fonte.

Mas há uma outra forma peculiar em que a memória aparece no curso investigativo: o de depoimento. Esse representa, talvez, o lugar mais dúbio da memória desde as reflexões de Platão e Aristóteles, na medida em que traz a marca da falseabilidade (RICOEUR, 2007). Fentress e Wickham (1992) e Le Goff (2013) também problematizam as discussões em torno da coerência e credibilidade da oralidade, reforçando o fetiche das ciências humanas e sociais - em particular a história - em torná-la um documento cujo *status* assemelhe-se à percepção clássica e positivista do documento historiográfico. Mas tratar esse tipo particular de manifestação da memória como "documento" é um equívoco no sentido de reificação do fenômeno (FENTRESS e WICKHAM, 1992). Aqui, os depoimentos embora estejam expostos no formato de texto, são compreendidos como uma outra forma manifestante da memória e que a questão mais pertinente não está necessariamente orbitando em torno da sua confiabilidade ou veracidade.

Nosso interesse particular nos depoimentos está em verificar alguns elementos do

presente - ou seja, uma intenção perceptiva dos sujeitos sobre o problema da pesquisa - mas também em compreender as relações que esse tipo específico de manifestação mnemônica pode guardar com os demais - como os documentos, e os pressupostos das ideias e instituições pedagógicas. Aqui, atenção especial será dada à memória em seu caráter reprodutor, ideologizador e fragmentado, mas que opera no nível individual - onde efetivamente o fenômeno toma forma, onde as ideologias se tornam finalmente objetivas. É nesse nível do fenômeno, nessa camada em contraste com as demais, que é possível apreender aqueles elementos demonstrados por Pollak (1989; 1992) que evidenciam o caráter contraditório, as relações de poder e os silenciamentos no campo da memória - evidências de um sistema ideológico forte em atuação. Esse recorte de memória está de acordo com as proposições também de Cury (1989) em que a consciência individual se constrói por intermédio dos agentes pedagógicos, ou seja, acessar os depoimentos desses agentes nos possibilita um deslocamento entre o sistema ideológico vigente, suas formas de reprodução e seus formatos de objetivação-subjetivação.

Mesmo que estejamos tratando a dimensão do ato mnemônico que se manifesta nos materiais pedagógicos e nos depoimentos, ainda assim estaremos acessando parte da memória social do que estamos chamando "pedagogia do doméstico". Essa conclusão deriva do esboço materialista dialético que construímos, demonstrando que enquanto fenômeno social, a memória só pode se realizar a partir da relação dialética entre uma dimensão individual e coletiva. *Por isso, depoimentos, materiais pedagógicos e documentos representam faces distintas de um mesmo estrato da memória a que pretendemos acessar.* Dessa forma, o trabalho não se ancora na construção de uma memória institucional para a Economia Doméstica ou da extensão rural, mas na sistematização de uma parte da memória social ligada ao mundo doméstico que se manifesta nessas e a partir dessas instituições.

Uma última consideração se faz pertinente em relação aos esboços metodológicos desse estudo enquanto uma pesquisa do campo da memória. A ideia de que estamos promovendo um estudo social e histórico acerca de um fenômeno educativo específico e, como tal, estamos sem sombra de dúvidas realizando um estudo sobre uma parte salutar da memória social nos parece coerente. Já deve ter sido possível perceber que optamos por adotar o termo memória social em detrimento do coletivo, pela amplitude e pelo significado semântico ser mais adequado. Nas sociedades capitalistas, trabalho e educação passaram por um processo de cisão, arrancando das atividades cotidianas o seu caráter eminentemente educativo que podia ser visto em formas de sociedades anteriores (SAVIANI, 2007; 2013).

Essa educação assume, portanto, formas de instituições específicas e passa a ser elemento fundamental não só da reprodução da sociedade como um todo - ou seja, apreensão de uma determinada memória social - mas na reprodução de elementos específicos e que coadunem com determinada ordem - uma memória social ideologizada e fragmentada. É nesse campo da memória social que Economia Doméstica e extensão rural parecem, *a priori*, estar situadas em uma relação dialética que constrói uma determinada pedagogia.

2.4 Organização do processo investigativo

2.4.1 Procedimentos Técnicos

Os procedimentos técnicos elencados para conduzir o estudo têm como base a construção de uma pesquisa de caráter bibliográfico-documental e entrevistas semiestruturadas de caráter exploratório.

A *pesquisa de caráter bibliográfico-documental* foi realizada para atender aos objetivos, com especial atenção para a compreensão histórica da Economia Doméstica e da extensão rural. Em relação à extensão rural, para entender o desenvolvimento histórico do que viria a se tornar a extensão rural na década de 1950 no Brasil, foram consultados documentos que remetam ao *Land-Grant College Act* ou *Morril Act*, de 1862, que instituiu nos EUA os *Land-Grant Colleges*, compreendidos como projetos iniciais do que viria a refletir a prática extensionista e a instituição das universidades de tradição agrária no Brasil.

Para auxiliar na construção do cenário nacional de assistência técnica e extensão rural mais recente, foram analisadas também as leis e decretos específicos que versam sobre a temática, a saber: Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares; Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER; Decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010, que regulamenta a Lei anteriormente descrita; e Lei nº 12.897 de 18 de dezembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo Federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER.

Foram também analisados os documentos disponibilizados pela ANATER e que são considerados guias para as ações de ATER nacional, a constar: o documento “Construindo uma nova ATER” publicado em 2018; o “Caderno de Boas Práticas de ATER”, publicado em

2016; e o documento “Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos de uma pedagogia de ATER” publicado em 2010 - esse último de autoria do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) ligado ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com a Rede de Metodologias Participativas.

Além desses documentos, foram consultados os materiais didáticos e livros que datam da implantação/desenvolvimento da Economia Doméstica. Primeiro, foram consultadas as publicações disponibilizadas pela *Mann Library*, da *Cornell University* em um projeto intitulado *Home Economics Archive: Research, Tradition and History* (HEART). O catálogo disponibilizado pelo HEART pode ser considerado o maior repositório de publicações da área da Economia Doméstica estadunidense, abrangendo o período de 1800 a 1999. De todo o repositório, foram selecionadas 05 publicações para análise pormenorizada, pela relevância que apresentam para compreensão do que estamos chamando fase embrionária da Economia Doméstica. São elas: “*A Treatise On Domestic Economy*”¹⁴ (1841) de Catherine Beecher, considerado o marco inicial da Economia Doméstica enquanto área de conhecimento; duas obras de Maria Parloa, “*An Ideal Kitchen*”¹⁵ (1887) e “*Young Housekeeper*”¹⁶ (1894), que marcam uma transição importante para a Economia Doméstica no final do século XIX; e duas obras de Ellen Richards, “*The Cost Of Shelter*”¹⁷ (1905) e “*Euthenics - the science of controllable environment. A plea for better living conditions as a first step toward higher human efficiency*”¹⁸ (1912), que marcam um período de virada de século fundamental para a institucionalização da Economia Doméstica que viria a se difundir pelo mundo em meados do século XX. Essas cinco obras selecionadas ajudaram também a levantar os elementos que consideraremos constituintes de uma “pedagogia do doméstico” emergente no período.

Já para analisarmos o período de implantação do curso superior de Economia Doméstica no Brasil, consultamos uma série de materiais selecionados que auxiliam a remontar os principais elementos vigentes à época. São eles: a apostila do “Curso de Formação em Extensão Rural, Economia Doméstica e Crédito Supervisionado”, publicada pela ESAV em 1952;¹⁹ a apostila de “Administração do Lar”, de autoria desconhecida, publicada pela UREMG em 1970; a apostila “Educação do Consumidor”, publicada por Braga em 1969; o livro “*La mecanizacion del hogar*”, publicado por Villegas em 1958; o

¹⁴ Em tradução livre: “Um tratado de economia doméstica”.

¹⁵ Em tradução livre: “Uma cozinha ideal”.

¹⁶ Em tradução livre: “Jovem governanta” ou “Jovem dona-de-casa”.

¹⁷ Em tradução livre: “O custo do abrigo”.

¹⁸ Em tradução livre: “Eutenia: a ciência do ambiente controlado. Um apelo por melhores condições de vida como primeiro passo para uma maior eficiência humana”.

¹⁹ Acreditamos ser a data mais provável do documento. No entanto, ele pode ter sido publicado entre 1948-1952.

livro “*Administre su hogar: desate sus manos, abra su mente...*”, publicado por Linda Nelson, em 1980; e o livro “Educação para o lar”, publicado por Leite et al. em 1979. Esses materiais foram selecionados na Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa (UFV), na seção específica do assunto “Economia Doméstica”. Por ter sido pioneira na implantação do curso no Brasil - ainda como ESAV - a UFV é considerada referência histórica para estudo do curso superior de Economia Doméstica no Brasil. Foram selecionados todos os materiais de caráter instrucional cujo objeto era específico da Economia Doméstica e nos auxiliará a construir os principais elementos norteadores da Economia doméstica institucionalizada a partir da década de 1950.

As obras e materiais didáticos selecionados ajudaram a compreender a Economia Doméstica em três recortes distintos: sua emergência e transformação estadunidense na segunda metade do século XIX, sua institucionalização e rápido crescimento no início do século XX e, por fim, seu apogeu e difusão no Brasil de 1950 em diante. É importante ainda destacar que, para remontarmos ao cenário mais recente, contemplando a extinção dos cursos superiores em Economia Doméstica, recorreremos a um conjunto de documentos disponibilizados pelo Departamento de Economia Doméstica da UFV (DED-UFV).

Na parte introdutória do trabalho, antes do desenvolvimento da Parte I, apresentamos ainda dados obtidos através de uma *entrevista semiestruturada* realizada com os profissionais de Economia Doméstica que atuam com a extensão rural pública oficial nos estados do Paraná e do Tocantins. A escolha desses dois estados se deu porque foram aqueles cujas agências de extensão rural promoveram concurso público recente²⁰.

A entrevista teve caráter exploratório, e seu objetivo foi, por meio de questões amplas e mais gerais, compreender como eles percebem historicamente a relação existente com a extensão rural, o que consideram atribuição dos economistas domésticos, se percebem modificações históricas no que diz respeito à profissão e à prática extensionista e captar lacunas entre percepção de linhas de atuação e prática profissional concreta. A entrevista possibilitou construir uma atualização dos elementos empíricos já conhecidos sobre a prática profissional dos economistas domésticos, auxiliando a ilustrar, no que convencionamos chamar de “prólogo” as possibilidades analíticas frente ao desafio posto: analisar a pedagogia que se apreende a partir da relação dialética entre Economia Doméstica e extensão rural, tendo em vista o compartilhamento de elementos ideológicos.

²⁰ O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS) promoveu concurso público no ano de 2012 com 08 vagas para os profissionais de Economia Doméstica. O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR), por sua vez, realizou concurso público no ano de 2014, com 20 vagas para os profissionais de Economia Doméstica.

PRÓLOGO

Aproximações e atualizações

A construção dessa tese é resultado de um percurso de pesquisa que se iniciou em 2012, a partir de uma premissa bastante curiosa que rondava os cursos superiores de Economia Doméstica àquela época: seu futuro, as viabilidades de um projeto de reestruturação e as incertezas de continuidade do projeto educativo que a área representava desde a década de 1950. O primeiro trabalho, publicado em 2013 na Revista HISTEDBR online, fez as aproximações iniciais com a problemática que se desdobrou por diversos - e alguns equivocados - caminhos desde então.

Em 2014, com o agravamento dos debates sobre a Economia Doméstica no cenário das universidades brasileiras que ainda ofertavam o curso, foi conduzida uma pesquisa exploratória que buscou identificar os principais rumos da discussão - contemplando também a opinião de uma série de profissionais da área. Os resultados, que foram parcialmente publicados no livro "Economia Doméstica - adaptação, transformação ou extinção?"²¹ não deram conta da complexidade histórica que se desenvolvia, pela urgência e pressão que se fizeram em torno de novos elementos para uma tensão que atingia pontos críticos entre um movimento pró-extinção e outro em via contrária. Colocado de lado as devidas limitações, os resultados desse trabalho permitiram construir um conjunto de elementos orbitais que marcavam a prática profissional dos economistas domésticos.

Entre eles, destaca-se o caráter romantizado e a-histórico que a maior parte dos profissionais tinha tanto do a natureza da profissão, quanto de seu lugar na divisão sócio técnica do trabalho. Prevaleciam justificativas simplistas sobre o processo de gênese do campo no Brasil, bem como da crise que, àquela altura, se intensificava. Dois jargões principais tangenciaram toda a pesquisa: "a promoção de qualidade de vida das famílias", como núcleo aglutinador das justificativas para o surgimento da área e "a falta de reconhecimento social" como núcleo aglutinador das justificativas para a crise experimentada à época. Em ambos os casos, as justificativas estavam erigidas sobre fracos argumentos, raramente com elementos suficientes para subsidiar as afirmativas postas.

Sabe-se que há, pelo menos, dois grandes limites de ordem teórico-metodológica que marcaram esse levantamento de 2014: primeiro, seu caráter não presencial que possibilitou aos entrevistados conduzirem as respostas para o polo do senso comum da categoria, sem a

²¹ Amaral Junior, 2016a.

possibilidade de auto confrontação do pesquisador; e segundo, a fragilidade que a pesquisa apresentava, à época, frente a uma análise da economia política, portanto, perdendo de vista as categorias da totalidade, da dialética e a processualidade histórica. Esse segundo limite, importante ressaltar, distanciou a análise outrora realizada tanto do contexto sociopolítico da crise como, conseqüentemente, da extensão rural. Essa retificação só apareceu mais tarde, na versão editada e comentada do referido livro.

Quase seis anos se passaram desde esse levantamento e, considerando os rumos que a problemática assumiu - que essa tese representa uma forma objetiva específica - era necessário rever alguns desses elementos que a prática profissional sempre forneceu ao debate teórico. Isso porque, mesmo entendendo que os caminhos dessa pesquisa se construíram, desde o princípio, na direção de um resultado teórico-analítico, entende-se que um contato empírico exploratório poderia fornecer, face aos resultados acumulados nos últimos anos, a oxigenação necessária para entender a escolha do modo de investigação e sistematização dos resultados que apresentamos nas três partes desse trabalho.

Assim, esse prólogo busca aproximar determinada condição empírica dos extensionistas economistas domésticos com o objetivo proposto, a saber: quais elementos ideológicos emergem dessa relação dialética?

Conforme explicitado na seção destinada ao método, foram entrevistados extensionistas da área de Economia Doméstica que ingressaram em agências estaduais de extensão rural nos últimos concursos públicos realizados, a saber: aqueles que ingressaram em 2013 na RURALTINS, no estado do Tocantins, entre as 08 vagas abertas no certame; e aqueles que ingressaram em 2018 na EMATER-PR, no estado do Paraná, entre as 20 vagas abertas no referido edital.

Foram entrevistados 05 sujeitos, sendo dois do sexo masculino e três do sexo feminino.²² Quatro formados em Economia Doméstica pela UFRPE e um formado pela UNIOESTE. Quatro deles já possuíam experiência prévia com instituições que atuavam com extensão rural.

Para compreender a análise das entrevistas coletadas, assumimos o percurso analítico a partir da categoria ideologia. Isso porque, os três pontos centrais que apreendemos a partir dos depoimentos perpassam, necessariamente, por uma compreensão ideológica sobre o objeto. Sistematizamos, portanto, os principais pontos que emergiram dessa parte do trabalho

²² Como se trata de um grupo pequeno de entrevistados e que possuem proximidade em termos de relações cotidianas, optamos por manter a supressão de gênero utilizando a terminologia geral “o ECD” seguida da numeração que identifica o entrevistado.

em três seções para breve discussão.

A "gênese ausente"

Um dos principais pontos observados nos resultados obtidos com aquele levantamento realizado em 2014 reapareceu no nosso movimento de atualização: a ausência de uma compreensão histórica, tanto da Economia Doméstica, quanto da extensão rural. Sabe-se que toda ideologia tem como marca a falta de historicidade, para se apresentar como universal e como alheia às relações sociais de um determinado tempo (THERBORN, 2015).

Nos depoimentos, destaca-se a ausente percepção dos Economistas Domésticos sobre a origem da área, sobre seu processo de implementação no Brasil e sua trajetória enquanto parte do ensino formal. Essa ausência parece exercer um considerável influxo em dois elementos primordiais também percebidos no levantamento realizado em 2014: uma perspectiva genérica sobre a posição da Economia Doméstica na divisão social do trabalho, e explicações frágeis sobre seu processo de crise.

Todos os entrevistados afirmaram que a Economia Doméstica é uma área generalista, polivalente e que se estruturou em torno de muitas disciplinas. A falta de divergência apontou para uma construção uníssona em torno de uma imagem positiva que fez com que todos os depoimentos aproximassem a Economia Doméstica de uma legitimação social praticamente "naturalizada": o profissional é útil, porque dá conta de muitas coisas:

Então, eu acho que a nossa área de atuação é bastante abrangente. Na graduação a gente já percebia, tateava várias áreas e a gente não sabia muito pra onde ir, talvez pela imaturidade, enfim...na graduação, com o tempo, a gente já começava a perceber quais eram nossas afinidades e para onde o curso tendia, digamos assim. [...] Mas eu vejo nós permeando várias outras áreas como complementares, multidisciplinares, podendo atuar em conjunto com as mais diversas áreas. [...] Mas tenho certeza que a nossa atuação é bem abrangente e não se limita só ao que a gente viu na universidade. Na graduação a gente já percebia (ECD1, questão 01).

Vale destacar que essa inclinação não difere expressivamente do discurso de implementação da Economia Doméstica no Brasil na década de 1950 - e se afasta muito pouco do discurso fundador estadunidense. Demonstraremos no decorrer dos Capítulos I e II como a Economia Doméstica emergiu historicamente em torno da proposta de "melhoria da qualidade de vida das famílias" e se manteve firme nessa justificativa geral até meados de 2014²³. Um dos entrevistados, inclusive, definiu a atuação do Economista Doméstico como

²³ Quando foi realizada última pesquisa de percepção com estudantes e profissionais da Economia Doméstica em Amaral Junior (2016a).

aquele que busca a “promoção da qualidade de vida seja ela nos diversos ambientes, comercial, familiar ou extensão rural” (ECD3, questão 01), coadunando para o argumento apresentado.

A fala dos economistas domésticos sobre a definição da área, portanto, remete a uma construção complexa ancorada em uma memória fragmentada, selecionada e altamente ideologizada. Isso significa dizer que historicamente a categoria profissional selecionou os elementos que reproduziria no campo da memória, que fossem suficientes para justificar e perpetuar sua existência (AMARAL JUNIOR, 2017). Esses elementos, conforme apresentamos, estavam principalmente direcionados a uma abordagem a-histórica que conseguisse reproduzir um discurso genérico e agregador e a uma abordagem de causalidade que acabou por construir um discurso contraditório - ou seja, um constructo que comporta a contradição entre uma imagem generalista positiva e ao mesmo tempo, uma sociedade despreparada para reconhecer o potencial deste tipo de profissional/área de formação. Uma espécie de enquadramento da memória que, nos termos de Pollak (1989), buscavam dar ao grupo o sentimento de unidade, pertencimento e, sobretudo, garantir sua sobrevivência e reprodução no tempo e no espaço. Se considerarmos ainda que o discurso que aparece nos extensionistas entrevistados mantêm, em certa medida, elementos muito próximos aqueles que têm quase um século de existência, será possível perceber com bastante clareza como uma perspectiva ideologizada funciona para esvaziar o caráter histórico dessa relação.

Conforme demonstra Therborn (2015) e Eagleton (2019) não é possível que um sistema ideológico perpetue sem condições materiais para tal, demonstrando que essa construção precisa encontrar elementos no real, ou seja, no contexto das relações sociais, para se fazer valer. A Economia Doméstica, portanto, logrou relativo sucesso nessa empreitada de “enquadramento”, cujos constantes conflitos descritos por Lopes (1995), Simão (2016) e Amaral Junior (2016a) representam sua face mais contraditória. Analisando os documentos disponibilizados pelo DED-UFV - sobre os quais nos debruçamos melhor também no Capítulo IV - compreendemos ainda que a ausência de correspondentes materiais ao discurso genérico e positivo alinhado à “promoção de qualidade de vida” amplamente difundido não garantiu que as pressões de ordem diversa suprimissem as contradições. Foi o que ocorreu, por exemplo, quando a diretoria do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFV apresentou dados de baixa adesão e evasão ao DED e exigiu um plano de ação suficiente para modificar o quadro apresentado. Ou ainda quando os documentos emitidos pelos departamentos que ofertavam a formação nas universidades diagnosticaram um contexto de

baixa adesão do profissional pelo mercado de trabalho e poucos artifícios legais que garantissem nichos de atuação. Nesse cenário, nenhum discurso é suficiente para legitimar um conjunto de ideias que não tenham correspondentes, mesmo que fragmentados e apropriados de diversas fontes, no real (THERBORN, 2015).

Esses dados iniciais demonstram, de forma bastante contundente, que os agentes pedagógicos entrevistados não buscaram definir a Economia Doméstica em sua processualidade histórica, mas de acordo com narrativas mais ou menos difundidas entre a categoria profissional e já conhecidas e exploradas em alguns trabalhos acadêmicos. Esse fato pode indicar, em algum grau, que a extinção dos cursos superiores não foi suficiente para promover uma reestruturação ou revisionismo dos elementos em torno de uma memória coletiva endógena da Economia Doméstica que se constrói constantemente desde a década de 1950. Além disso, corrobora com o pressuposto inicial de que a formação da categoria está baseada também na supressão da trajetória histórica da Economia Doméstica, tanto estadunidense, quanto brasileira. No objeto específico desse trabalho, isso pode indicar dois fenômenos importantes: uma possibilidade real de reprodução constante dos elementos ideológicos (uma determinada "pedagogia do doméstico") veiculados pela Economia Doméstica, visto que um discurso fundante intacto pode designar também práticas relativamente pouco modificadas; e um rebatimento possível nos campos sócio ocupacionais - caso da extensão rural.

A gênese ausente, ideologicamente suprimida pelo caráter genérico do discurso fundador, encontra seu ponto nevrálgico quando os entrevistados foram solicitados a emitir uma opinião sobre a extinção da Economia Doméstica enquanto curso de formação superior²⁴. Nessa perspectiva, os elementos históricos ficam praticamente excluídos das justificativas, prevalecendo explicações causais de caráter puramente funcionalista. Vale ressaltar, os extensionistas entrevistados seguiram a linha próxima dos resultados obtidos no estudo de 2014, identificando a extinção do curso imediatamente com a "falta de reconhecimento" social e, conseqüentemente, das ações daí derivadas. Segundo eles:

Eu acho que é uma consequência da falta de articulação mesmo. Desde que eu entrei na faculdade a gente não tem apoio, não tem compreensão, não tem vontade de ter compreensão. Claro que eu fico triste, eu vi o meu curso, meus professores lutando pela minha permanência, mas acabou né. E acompanhei nas outras universidades com tristeza né, mas eu acho que é fruto da nossa falta de engajamento, da nossa falta de fortalecimento de um conselho suficientemente forte, atuante né? Mas eu acho que é isso mesmo,

²⁴ Importante notar que enquanto área de conhecimento e prática profissional a Economia Doméstica ainda prevalece no Brasil, com programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado e profissionais em atuação regulamentados por conselhos federais e regionais.

uma falha nossa de não conversar com gestores, de não ir nas prefeituras e conversar: “olha, vai abrir um concurso público, na saúde, na vigilância sanitária, na educação, por que não nos encaixar? por que não?” Talvez tenha sido uma falha nossa de articulação também, de buscar nosso espaço, mas claro vejo com tristeza, mas vejo como consequência a falta de articulação, seja de um conselho fraco ou seja de nós mesmos que não nos percebemos, não nos engajamos e não fomos atrás (ECD1, questão 7, grifos nossos).

Então...é um tema muito polêmico. Eu acompanhei muito esses debates assim, inclusive, lá dentro da universidade a gente tinha um grupo para discutir isso. Tinham algumas pessoas que diziam que “tinha que acabar” e pronto, por causa do nome doméstico. Nós somos o que somos independentes de carregar o nome do doméstico que fez que acarretasse essas mudanças. Eu não era muito de acordo com a mudança... foi tipo efeito cascata, começou fora do Brasil, aí chegou no Brasil e foram extinguindo alguns cursos e outros mudando o nome (ECD5, questão7, grifos nossos).

De certo que não queremos esvaziar toda a importância que a relação da área com o termo “doméstico” realmente significou em termos de desvalorização social e acadêmica - como destaca Duran (1983) em sua “Crítica Política à Economia Doméstica” - ou ainda diminuir a importância das características muito próprias do sistema de ensino superior brasileiro nesse processo de extinção - conforme apresentado em Amaral Junior (2016a). O destaque aqui fica a cargo pela ausente percepção de uma processualidade histórica nessa “obsolescência” da Economia Doméstica, sobretudo no que diz respeito a sua relação com a extensão rural. Essa falta, talvez, seja um importante indício.

O esvaziamento histórico na perspectiva do curso, como já destacado, um artifício ideológico para reproduzir uma proposta anacrônica de formação nos países periféricos (AMARAL JUNIOR, 2017) solapa quaisquer possibilidades de os entrevistados acrescentarem às suas análises a importância que a extensão rural tem para o entendimento da trajetória da Economia Doméstica no Brasil. Essa fraca relação está diretamente relacionada com outro aspecto relevante que identificamos nas entrevistas: o método extensionista.

O método extensionista, funcionalismo e diferenças aparentes

É de se esperar que os discursos da categoria, intensamente plasmados e filtrados por uma cosmovisão específica, resultem em práticas desconectadas com claras posições de classe. A maior parte dos sistemas ideológicos na sociedade de classes atua nesse sentido, falseando a compreensão da realidade, diluindo a processualidade da história e naturalizando as relações que se estabelecem entre os sujeitos (MARX; ENGELS, 2017). Quando deslocamos nosso objeto de pesquisa do campo específico da Economia Doméstica para seu

espaço sócio ocupacional da extensão rural, esses elementos ideológicos ficam perceptíveis em dois momentos: na ausência, igualmente refletida anteriormente, de percepção histórica dessa relação; e na instrumentalidade da prática profissional, ou seja, na forma de atuação que os economistas domésticos julgam ser mais adequada e alinhada à extensão rural.

Isso não significa dizer, necessariamente, que os economistas domésticos entrevistados não tenham percebido rupturas na prática da extensão rural. Os sistemas ideológicos devem ser compreendidos como espaços de tensões e conflitos, onde elementos constantemente se sobrepõem e se chocam, em que permanecem ideologias de classe e aquelas de outra ordem (THERBORN, 2015). O que quer dizer que perceber relações de ruptura e continuidade não indica, necessariamente, a prevalência de um pensamento dialético em que, nas palavras de Marx (2017), a história é o movimento dos homens reais em condições concretas. Nesse ponto, prevaleceu uma perspectiva funcionalista de entendimento da relação existente entre Economia Doméstica e extensão rural entre os entrevistados.

Os economistas domésticos percebem, portanto, a inserção desse profissional na extensão rural a partir da necessidade de atender uma demanda "da sociedade" - sem crivos políticos e ideológicos. O que mudou com o passar dos anos não foi a necessidade, mas a forma de atendê-la. Ou seja, há um deslocamento metodológico, mas a "demanda social" pelo profissional ainda existe e é legitimada pela realidade objetiva - o que é coerente com a perspectiva a-histórica já discutida para a categoria profissional, como um todo, mas contraditório com as condições concretas para a área de Economia Doméstica no país.

Nesse cenário, identificamos pelo menos três inconstâncias entre os relatos obtidos: aquelas de caráter coletivista, a individualista-interventiva e as individualistas-familiares. Dois dos entrevistados (os ECD1 e ECD2) demonstraram uma orientação maior na compreensão de que o economista doméstico deveria atuar dentro da extensão rural com grupos e coletivos, principalmente associações e cooperativas. Essa abordagem que chamamos de "coletivista" não é necessariamente uma conformação recente da extensão rural, visto que o foco em grupos e associações comunitárias remete também em partes à Economia Doméstica da década de 1950 em seu caráter humanista assistencialista (RODRIGUES, 1997). Outro agente, ECD3, demonstrou maior inclinação para uma abordagem que chamaremos de "intervencionista-individualista". Isso porque, seu foco maior ainda era a intervenção pontual dos agentes de extensão na vida das pessoas, reforçando o caráter de promoção de "qualidade de vida". Ainda assim, esse profissional entrevistado caracteriza sua prática em sintonia também com a perspectiva humanista assistencialista, com alguns traços

do difusionismo-produtivista - ou seja, ainda com fortes referências da Economia Doméstica trazida nos anos 1950. Por último, dois dos entrevistados (ECD4 e ECD5) se aproximam em torno de uma abordagem intervencionista-familiar, pautada no discurso da "qualidade de vida", mas reproduzindo um discurso mais voltado a certo familismo, enquanto ideologia que se concretiza na unidade familiar como objeto da ação. Essa abordagem se apresenta mais difusa, com elementos de certo humanismo assistencialismo, mas também com forte caráter pragmático que marcou a extensão rural.

Alguns depoimentos ilustram bem essa "aparente" diferenciação:

Nosso papel é criar canal de comercialização, é criar fortalecimento de cooperativa, é criar novos mercados, porque é ali o gargalo. Não adianta mais nós irmos ensinar a fazer, porque essa não é mais uma demanda, porque elas já sabem fazer. Conhecem todos os procedimentos, mas não sabem comercializar, porque desconhecem o mercado, desconhecem os custos, desconhecem os novos mercados, desconhecem o potencial. São dois exemplos que eu acho bem claro assim, que se fazia, que se fez, que se usa como exemplo hoje, mas que não cabe mais (ECD1, questão 5, grifos nossos).

Tem que trabalhar a família sim, mas numa perspectiva de fora da propriedade, de trazer elementos que comecem a modificar essa estrutura da família, e não só da família, mas também da comunidade. Porque se agente ficar focado na família a gente não muda a realidade de forma direta, a gente acaba modificando uma realidade pontual, mas não uniforme (ECD2, questão 5, grifos nossos).

Sim, comparando ao que eu estudei e ao que hoje eu trabalho, é uma mudança drástica. Porque na faculdade a gente via com o professor, alguns textos que a gente lia e fazia, escondidinho, receitas de doces, sabão caseiro, essas coisas todas... e hoje, certo que algumas famílias têm interesse por esse tipo de informação, mas a maioria não, a maioria é bem avançada... já tem internet pra pesquisar as receitas, seus livros de receitas, as medidas, tem acesso a outros tipos de sobrevivência e está esperando algo bem mais além do que o que a gente estudou na faculdade. A minha experiência de faculdade comparada à minha experiência de trabalho é revolucionária... a questão da agroindústria que tá tomando muito espaço, e tem toda uma documentação, e cada município tem uma regra diferente, cada estado tem uma regra diferente e isso é uma coisa que a gente não teve acesso e é uma mudança com certeza histórica (ECD3, questão 5).

No entanto, o que parece ser um distanciamento metodológico, na verdade, indica apenas uma fragmentação do objeto. Se regressarmos aos elementos genéricos obtidos com o estudo de 2014 e aos discutidos nas primeiras respostas desse levantamento mais recente, será possível perceber que os três grupos operam um distanciamento "fictício" ainda em torno da Economia Doméstica amplamente difundida na década de 1950. Isso porque esse modelo específico trazido ao Brasil mesclava tanto certa ideologia de caráter interventivo-

normatizador herdado dos seus preceitos higienistas-positivistas e tayloristas-fordistas (daí a leitura intervencionista-individualista), quanto elementos das dinâmicas de grupo (daí a perspectiva coletivista) e do trabalho com unidades familiares (abordagem individualista-familiar). As três diferenciações, ao que tudo indica, são apenas três fragmentos de uma mesma forma: a Economia Doméstica trazida ao Brasil na década de 1950, construída sobre um arcabouço eclético e híbrido.

Portanto, as entrevistas indicam que a ausência histórica do entendimento da Economia Doméstica pelos profissionais encontra eco em uma percepção funcionalista da prática profissional, deslizando-se superficialmente para mudanças que são apenas aparentes. Essa percepção, importante destacar, resulta em outro fenômeno colocado à vista pelos depoimentos: a relação unidirecional - portanto, não dialética - entre Economia Doméstica e extensão rural. Isso significa que os depoimentos demonstraram - as vezes explicitamente, as vezes de forma mais velada - que é a Economia Doméstica que traz as mudanças para sua prática na extensão rural, mas nenhuma relação inversa é digna de nota. Nessa leitura, escapa qualquer possibilidade dos entrevistados de considerarem a extensão rural relevante para a consolidação da Economia Doméstica e, conseqüentemente, que ambas instituições podem compartilhar elementos em comum importantes para se entender suas trajetórias. Esse resultado indica que a percepção da categoria é exatamente o contrário que defendemos como uma das hipóteses desse trabalho: a impossibilidade de se compreender tanto a Economia Doméstica, quanto a extensão rural, fora das contingências históricas que fazem emergir as duas instituições e as “conectam” sob a cosmovisão de um mesmo sistema ideológico.

Muitos dos elementos trazidos ao longo desse prólogo serão esmiuçados nos capítulos que irão dar corpo ao trabalho. Vale a pena destacar alguns deles e como, no conjunto geral das circunstâncias a partir das quais essa pesquisa tomou forma, estão articulados com a necessidade de dar respostas à problemática exposta.

A ausência da gênese sobre a Economia Doméstica, muito presente no discurso da categoria, demonstra uma displicência histórica endógena em compreender as contingências que marcaram a área e a prática profissional no Brasil. Completamente compreensível se considerarmos que, retornar ao passado tal como ele tomou corpo nas relações sociais significava, em maior ou menor grau, colocar em questão o discurso ideológico genérico

sobre o qual a Economia Doméstica se justificou. Já sinalizamos isso em trabalhos anteriores e será possível notar, pela escassa literatura científica nacional disponível para dialogar, que esse é um problema central no estudo da Economia Doméstica no Brasil. Consequentemente, essa lacuna exerce considerável influxo sobre a leitura oficial da história da Economia Doméstica em sua origem estadunidense. Daí resulta uma série de equívocos que se farão presentes, mesmo nessa escassa literatura. O principal deles é uma datação arbitrária da gênese da Economia Doméstica e uma construção da trajetória histórica que é simplista e escapa da totalidade das relações sociais em que a proposta é efetivamente gestada e institucionalizada. Daí elementos importantes para se compreender as características principais do formato brasileiro e suas sucessivas crises ficam submersos no determinismo. Esses problemas - reforçados pelas entrevistadas obtidas - serão tratados na Parte I do trabalho.

O distanciamento que os entrevistados revelaram nos depoimentos entre a Economia Doméstica e a extensão rural, também, indica a pertinência dos objetivos que propomos. Os trabalhos sobre a extensão rural no Brasil - embora em maior número e mais especializados - raramente se atêm ao que a Economia Doméstica representou na efetivação desse projeto de política pública agrária. Por isso, será necessário retomar essa análise histórica da extensão rural, para desenharmos com maior precisão os pontos a partir dos quais as duas instituições se imbricaram e se distanciaram na trajetória brasileira. Esse movimento permitirá também compreender porque prevalece uma perspectiva funcionalista da visão dos extensionistas e economistas domésticos, para os quais a inserção da Economia Doméstica nessa política se dá de forma unilateral, harmônica e relativamente autônoma.

Por último, as entrevistas auxiliam a ilustrar o objetivo central dessa empreitada: a necessidade de compreender, no campo ideológico, esse sistema de ideias específicas sobre o doméstico que possibilitam uma aproximação entre as duas instituições. Acreditamos que compreender esse elemento requer um esforço de aproximação das contingências históricas de ambas, para apreendermos esse sistema que emerge da relação dialética entre Economia Doméstica e extensão rural. As respostas que buscamos, acredita-se, estão nessa tênue relação que por vezes escapa à percepção mais cotidiana.

PARTE I

A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA DOMÉSTICA: DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI

Neste capítulo buscamos sistematizar a análise acerca da Economia Doméstica, sua trajetória histórica e seus principais elementos constituintes. Nosso objetivo é, por meio dessa reconstrução histórica, apreender quais elementos em torno da proposta da Economia Doméstica podem ser identificados como movimentos de "pedagogização do doméstico" e, conseqüentemente, quais suas constâncias e rupturas históricas. Esse caminho auxiliará também a entender especificamente o modelo trazido ao Brasil, sua relação com a extensão rural e - nosso objetivo maior - que proposta pedagógica parece emergir dessa relação.

Precisamos, portanto, voltar o olhar nessa parte especificamente para a Economia Doméstica. Três estudos que versam sobre a área devem ser destacados para situar melhor o problema da forma como está exposto nessa Parte: o primeiro deles, realizado por Lopes (1995) em sua tese de doutorado, demonstra com bastante riqueza a implantação do curso de Economia Doméstica no Brasil em meados do século XX, atendo-se à construção de gênero percebida na implementação do curso superior em Ciências Domésticas na Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) de Minas Gerais. O segundo é a dissertação de mestrado de Pinheiro (2016), que localiza esse mesmo recorte - implantação do curso de Economia Doméstica na década de 1950 - frente à implementação do projeto extensionista no país e ao contexto sociopolítico em que esse processo se desenvolveu. E a tese de doutorado de Simão (2016) que segue de forma bastante próxima o estudo desenvolvido por Lopes (1995), propondo atualizar alguns de seus elementos.

Os três trabalhos, que arriscamos designar como os mais robustos acerca da Economia Doméstica no Brasil publicados nas últimas décadas, frente a um escasso cenário histórico de preocupação com esse objeto, possuem alguns elementos em comum: primeiro, se atêm quase que exclusivamente aos eventos de implantação do curso superior em Economia Doméstica, ocorridos na década de 1950; segundo, dão um destaque enfático às construções de gênero, situando a Economia Doméstica como uma proposta criada por e para mulheres; terceiro, e mais importante para o que pretendemos aqui desenvolver, não buscam projetar os fenômenos analisados em um prisma qualitativamente denso para além do apogeu dos anos 1950. De fato, é preciso considerar que os trabalhos são bastante fiéis aos recortes que se propõem e, parte dessa lacuna identificada é resultado direto dessa condução metodológica. No entanto, explicar essas brechas analíticas é importante para, objetivamente, situar o entendimento de

uma “pedagogia do doméstico” que aqui passaremos a defender.

Tanto Lopes (1995) quanto Simão (2016) mencionam uma Economia Doméstica anterior à implantação dos cursos superiores da área no Brasil, remetendo às fundadoras Catherine Beecher e Ellen Richards, estadunidenses que, em épocas distintas, são consideradas fundamentais para a consolidação das características básicas da Economia Doméstica pelo mundo. A leitura de Simão (2016), inclusive, se apresenta mais como um prolongamento do debate promovido por Lopes (1995) do que necessariamente uma outra perspectiva. Essa última, por sua vez, localiza alguns elementos políticos-ideológicos na produção de ambas as pioneiras sem, no entanto, debruçar-se especificamente sobre a real importância dessa “Economia Doméstica embrionária” para os eventos que se seguiriam na segunda metade do século XX.

Há uma lacuna de aproximadamente cinco décadas, desde a publicação de “*A Treatise On Domestic Economy*” de Catherine Beecher, ocorrida originalmente em 1841, e a institucionalização da Economia Doméstica em seu formato *Home Economics* pela *American Home Economics Association* (AHEA) em 1909, coordenada por Ellen Richards. O trabalho que melhor aborda esse período é o de Lopes (1995), mas a ausência de um conectivo efetivo que demonstre as rupturas e continuidades dessa fase “embrionária” com o apogeu da metade do século XX ainda nos pareceu um aspecto importante sobre o qual debruçar.

Dessa maneira, parece salutar compreender quais eram as formas objetivas que os pressupostos básicos da Economia Doméstica assumiam nesse recorte de tempo, possibilitando entender como quase um século depois, o modelo predominante que chegaria ao Brasil seria o de cursos superiores em Ciências Domésticas amplamente relacionados e impulsionados pela prática extensionista oficial. Esse é o primeiro elemento que, inicialmente, nos fez pensar na possibilidade de existência de um fenômeno social mais amplo cujo objetivo estava dado em sistematizar uma série de conhecimentos e saberes, e métodos e formas de repassá-los a um determinado público alvo. Isso porque, localizar a Economia Doméstica apenas em sua conformação objetiva documentada na década de 1950 parece ignorar a pré-existência de um amplo movimento objetivo-ideológico que resultou nesse modelo específico décadas mais tarde - ou seja, de um movimento pedagógico que incidia sobre a vida cotidiana. Outro ponto importante dessa análise diz respeito ao fato de situar o fenômeno em sua totalidade: apesar da Economia Doméstica implantada no Brasil ter seguido o modelo dos EUA, a temporalidade e trajetória da área em ambos os países, ao que parece, foi inversamente proporcional.

Nos parece possível defender também, a partir de apreensão desse movimento, a existência de uma “pedagogia do doméstico”, cujas bases político-ideológicas coadunaram com as formas históricas e objetivas que conhecemos como os cursos de Economia Doméstica. E como uma proposta ideológica, ela parece ter ganhado forma - no sentido de manifestar-se como ideias e instituição pedagógica - aos poucos na segunda metade do século XIX, e se fortalecido rapidamente na primeira metade do século XX, em formas objetivas difusas e variadas. Essa primeira questão nos conduziu diretamente para os dois componentes apresentados por Cury (1989), as ideias e instituições pedagógicas: é como se as análises dos referidos trabalhos se debruçassem muito pouco - ou quase nada - sobre o fato de que havia um conjunto de ideias pedagógicas que se consolidaram um século antes e em um formato institucional de Economia Doméstica diverso do que o Brasil viria a implantar na década de 1950 pela prática extensionista.

A problemática da extensão rural nessa relação, por sua vez, tanto em Lopes (1995) quanto em Simão (2016) aparece praticamente a reboque nas análises, o que não ocorre no trabalho de Pinheiro (2016), cuja principal defesa está na impossibilidade de entender a implantação da Economia Doméstica para além do projeto político de implementação de uma extensão rural pública oficial no Brasil. Mas, em sintonia com as análises anteriormente descritas, parece-nos relativamente incompleto não entender a simbiose entre ambas como uma conformação histórica específica que resultou de um sistema ideológico determinado, com premissas pré-estabelecidas e cuja constituição se iniciou desde a Revolução Industrial, acelerando-se a partir de 1840 e encontrando no cenário pós-II Guerra um contexto político adequado para efetivar-se em países periféricos, caso do Brasil. Parece-nos bastante importante perceber o fenômeno desse ponto de vista, na medida em que tanto a Economia Doméstica, quanto as instituições que fundariam a extensão rural estadunidense, emergem em um mesmo contexto socioeconômico das últimas décadas do século XIX.

Outra lacuna nessa relação, que nos parece bastante plausível, é o fato de extensão rural e Economia Doméstica serem implantadas no Brasil de forma simbiótica para além de um mero acaso ou de uma conexão funcionalista - em que a Economia Doméstica atendia aos preceitos políticos-ideológicos da extensão e, por isso, foi fortemente fomentada. Essa emergência em simbiose nos indica, a princípio, que há mais possibilidade de ambas terem emergido como resultado de um mesmo alinhamento ideológico a pressupostos em comum, cujas evidências nos parecem relativamente bem apresentadas nos trabalhos de Rodrigues (1997), Peixoto (2008) e, inclusive, de Pinheiro (2016). Aqui, nos arriscamos provisoriamente

a defender que extensão rural e Economia Doméstica estabeleceram-se enquanto instituições pedagógicas diferentes, mas com ideias pedagógicas bastante similares e que, em sua versão simbiótica, tornaram-se uníssonas.

Um terceiro ponto nevrálgico que nos auxilia a construir a análise dessa primeira parte está na tríade (1) afastamento extensão rural e Economia Doméstica/(2)Crise dos cursos de Economia Doméstica no Brasil/(3)extinção dos cursos de Economia Doméstica no Brasil. Sabe-se que a Economia Doméstica não foi a única profissão contemplada pelas ações de extensão rural no país, que contava com a contratação de engenheiros agrônomos e médicos veterinários (inclusive como parte mais importante de sua composição de quadro), mas para o que era internamente designado como “área de bem-estar social” foi, conforme demonstra Pinheiro (2016) a principal via de formação do quadro extensionista nas décadas de 1950-1960. Outro elemento importante de se destacar nesse trecho é que, apesar deste trabalho não se debruçar exclusivamente sobre os cursos superiores de Economia Doméstica - mas sobre a instituição pedagógica Economia Doméstica, de forma geral - a partir da década de 1950 a principal via de efetivação dessa instituição foi por meio dos cursos inseridos dentro do sistema escolar oficial, em nível técnico e superior. Por isso, para compreender a Economia Doméstica enquanto instituição pedagógica no momento de sua simbiose com a extensão rural, olhar-se-á, inevitavelmente, para sua organização em cursos superiores na segunda metade do século XX.

Sobre a problemática da tríade, Lopes (1995) apresenta o trabalho menos preocupado em fazer paralelos entre a Economia Doméstica dos anos 1950 e o seu “redesenho” que já era de certa maneira documentado como pauta a partir dos anos 1980. Já Pinheiro (2016) finaliza sua análise exatamente no recorte histórico em que extensão rural e Economia Doméstica iniciam seu distanciamento oficial, argumentando que esse rompimento foi causado pela mudança de orientação político-pedagógica-ideológica da prática extensionista no país e das teses desenvolvimentistas, sobretudo as que versavam sobre a industrialização no campo. É em Simão (2016) que essa análise ganha uma orientação mais avançada, embora também mais problemática. Esse autor, por ter negligenciado a simbiose e dependência da Economia Doméstica em relação ao fazer extensionista no Brasil, acabou deixando escapar os motivos de ordem macro para subsidiar sua análise do que estamos convencendo chamar período de crise. Dessa maneira, atribuiu apenas relações causais endógenas para esse momento histórico, como o conflito de gerações entre as economistas domésticas, o alargamento do campo de atuação acadêmica do curso e a competição entre distintas áreas de formação.

Entender as consequências como causas fez o autor inverter as relações estabelecidas e não apresentar um argumento sólido o suficiente para conectar o período de crise da Economia Doméstica com o contraste de seu apogeu na década de 1950.

Essa terceira lacuna nos parece também relevante: se estamos argumentando a favor da existência de uma “pedagogia do doméstico” que se desenvolveu em um processo lento e difuso, materializando instituições pedagógicas específicas em momentos diversos, é preciso conceber que uma ruptura de certos materiais, agentes e rituais pedagógicos - como o fim dos cursos superiores de Economia Doméstica, ou mesmo a cisão com a extensão rural - tem de indicar necessariamente mudanças nessa concepção ideológica, ou seja, no campo das ideias pedagógicas que historicamente foram reproduzidas por essas instituições. Isso significa dizer que é preciso olhar para o momento histórico da simbiose entre Economia Doméstica e extensão rural procurando estabelecer seus desdobramentos e impactos também nas práticas atuais. Assim como a Economia Doméstica não foi uma área de conhecimento autogerada somente pela vontade política ou pela divisão sexual do trabalho em si, seu fim aparente não deve significar necessariamente o fim total dos modelos ideológicos que historicamente foram seus guias. Essa argumentação será melhor desenvolvida a partir da terceira parte. Por ora, é importante ater-se às lacunas apresentadas que justificam o modelo organizado para essa discussão inicial.

A primeira lacuna apresentada nos conduz a olhar para os elementos fundantes da Economia Doméstica que foram documentados com maior frequência a partir da segunda metade do século XIX. No primeiro capítulo, apresentamos as maiores referências e principais elementos considerados fundamentais para a Economia Doméstica que ainda viria a se institucionalizar. Dessa forma, acreditamos destacar também os elementos emergentes de uma “pedagogia do doméstico” a partir de 1841, data da publicação de “*A Treatise on Domestic Economy*” de Catherine Beecher. Essa empreitada foi realizada segundo um fio condutor específico: a análise dos materiais pedagógicos produzidos à época, selecionando três obras que nos auxiliaram qualitativamente nessa construção.

Em outro capítulo, ainda remetendo à primeira lacuna descrita, construímos uma análise acerca da institucionalização da Economia Doméstica que ocorreu a partir de 1900, cujo marco são as contribuições de Ellen Richards e a criação da AHEA. Nesse ponto buscamos enfatizar as evidências de uma “pedagogia do doméstico” diferente do que se percebia nas décadas anteriores, em vias mais efetivas de construção de diferentes materiais e rituais pedagógicos, por agentes pedagógicos igualmente diferenciados do que se podia

observar na Economia Doméstica do século XIX.

No terceiro capítulo apresentamos uma análise voltada para a Economia Doméstica da década de 1950, em sua fase “extensionista” no Brasil. Aqui também buscamos demonstrar como há mudanças importantes nos elementos constituintes da “pedagogia do doméstico” que se refletem nos modelos educacionais vigentes à época. Nesse ponto o interesse se volta para demonstrar como esse formato histórico tem contornos bastante específicos e que não podem ser negligenciados para uma correta compreensão do fenômeno.

Por último, apresentamos um quarto capítulo que buscará dar conta da terceira lacuna apresentada, circunscrevendo o problema da pesquisa justamente onde a simbiose entre Economia Doméstica e extensão rural parece findar-se e quais são os fenômenos que decorreram dessa cisão. A pergunta norteadora desse ponto do trabalho foi se a instituição pedagógica se desestruturou por uma desmobilização das ideias pedagógicas que veiculava, ou se foi uma mudança lenta e progressiva dessas ideias, ou seja, dos elementos da “pedagogia do doméstico” que tornaram essa forma de instituição específica desnecessária e/ou obsoleta. A intencionalidade é lançarmos luz sobre as características básicas do fenômeno, que tentaremos elucidar de forma mais completa na terceira parte do trabalho.

CAPÍTULO I

A constituição da Economia Doméstica do século XIX

Neste capítulo procuramos demonstrar como a Economia Doméstica tomou forma no decorrer do século XIX, em especial a partir de sua segunda metade, constituindo-se lentamente em torno de certos elementos. É bastante recorrente que a maior parte dos trabalhos que versam sobre a história da Economia Doméstica não tratem dessa origem nestes termos, caso que pode ser observado em Oliveira (2006), Ferreira e Neto (2013), Pinheiro (2016), Magalhães e Guedes (2009), Oliveira e Neto (2015), Ribeiro (2010), Ratto (1994), Ferreira (2013) e Almeida e Farias (2008). É o caso também das nossas produções publicadas nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017²⁵.

Para situar melhor o panorama desses elementos centrais no decorrer do século XIX, recorreremos ao material organizado, sistematizado e disponibilizado pela *Mann Library*, da *Cornell University* em um projeto intitulado *Home Economics Archive: Research, Tradition and History* (HEART) como auxiliar. De certo que o número absoluto das publicações disponibilizadas pela biblioteca não pode ser tomado como argumento central na ideia que pretendemos desenvolver, pois como demonstra Heggestad (2005), é com o desenvolvimento e difusão da imprensa moderna do século XX que o número de publicações técnicas e manuais da área iria aumentar expressivamente, ele serve como um termômetro para compreendermos como a Economia Doméstica surgiu e difundiu-se nesse primeiro momento. Para isso, iremos primeiro analisar não só o quantitativo das publicações catalogadas, mas a distribuição por tema nas distintas décadas na perspectiva de empreendermos também um movimento constitutivo que se estabeleceu no campo das ideias pedagógicas da área no decorrer do século XIX.

As publicações foram sistematizadas segundo as “áreas constitutivas” da Economia Doméstica que, por sua vez, seguem o modelo institucionalizado dos cursos superiores que surgiriam décadas mais tarde. Para essa classificação, foram elas: (i) Vestuário e Têxteis, que engloba todas as publicações da área de manufatura têxtil, corte e costura, moda, códigos de vestimentas, higiene das roupas e passadoria, e etc.; (ii) Educação e Desenvolvimento Infantil, que engloba todo o conteúdo de desenvolvimento infantil, psicologia infantil, cuidados com as crianças, puericultura e enfermagem; (iii) Habitação e Decoração, englobando todas as publicações de organização da casa, *design*, arquitetura, mobiliário e etc.; (iv) Técnicas Dietéticas, Alimentação e Nutrição, que englobam os livros de receita, informações

²⁵ AMARAL JUNIOR (2013a; 2013b; 2014a; 2014b; 2015a; 2015b; 2016a; 2016b; 2017); AMARAL JUNIOR e ALMEIDA (2017).

nutricionais, guias alimentares, e etc.; (v) Etiqueta e Conduta Moral, que incluem os guias de comportamento, religiosos e educativos para adultos; (vi) Economia Doméstica, que englobam as publicações generalistas que buscam sistematizar diversas áreas “afins” em torno de nomenclaturas como *Housekeeper, Households, Home Economics*²⁶ e *Domestic Economy*; (vii) Saúde da Família, que engloba as publicações de cunho médico e sanitário destinada aos adultos, como guias de saúde da mulher; e (viii) temas difusos, como Agricultura, que aparecem no formato de manuais voltados às atividades domésticas.

Seguindo esse sistema, a primeira publicação disponibilizada pelo HEART data de 1817 e é intitulada “*The domestic manufacturer’s assistance, and family directory, in the arts of weaving and dyeing: comprehending a plain system of directions applying to those arts and other branches nearly connected with them in the manufacture of cotton and woolen goods*”²⁷ de Bronson e Bronson (1817). Pode ser classificada na área de “Vestuário e Têxteis” e basicamente é um guia para manufatura e tecelagem em pequenas unidades e ambientes familiares. No período de 1800 a 1819, essa é a única publicação disponível no repositório do HEART - indicando que embora as ideias pedagógicas que seriam compartilhadas pela Economia Doméstica tenham passado por um longo período de gestação, suas formas objetivas realmente estão circunscritas no século XIX, principalmente de sua segunda metade em diante.

Já no período de 1820 a 1839, são catalogadas nove publicações, das quais quatro podem ser classificadas na área de Técnicas Dietéticas, Alimentação e Nutrição, já indicando o que viria ser no decorrer do século XIX a espinha dorsal da Economia Doméstica. Nesta área, apareciam as primeiras publicações sobre intoxicação alimentar, informações nutricionais, alimentação como fator de prevenção de doenças e o funcionamento do sistema digestório. As demais publicações catalogadas no período distribuem-se entre as áreas de Vestuário e Têxteis, Agricultura, Educação e Desenvolvimento Infantil, Saúde Familiar e Etiqueta e Conduta Moral.

No período das duas décadas seguintes, ou seja, de 1840 a 1859, há um crescimento considerável no número de publicações, com 26 itens catalogados. Desses, há pela primeira vez o aparecimento de textos que se referem à “*Domestic Economy*” ou seja, os primeiros registros da tentativa de sistematizar uma série de conhecimentos e conteúdos em uma área

²⁶ Para não incorrer em certo anacronismo, é importante destacar que o termo *Home Economics* será adotado apenas a partir de 1901 para designar um projeto institucional da Economia Doméstica. No entanto, o termo pode aparecer em seu uso genérico em publicações anteriores.

²⁷ Em tradução livre: “O assistente do fabricante nacional, e um diretório familiar, nas artes de tecelagem e tingimento: compreendendo um sistema simples de direções aplicáveis às artes e outros ramos afins na fabricação de algodão e produtos de lã”.

específica. Nesse intervalo histórico foi publicada também a obra “*A Treatise On Domestic Economy*” de Catherine Beecher (1841) que será analisada mais adiante. Outra curiosidade que nos faz entender que foi nesse período histórico que a Economia Doméstica realmente começou a efetivar-se enquanto área específica do conhecimento foi a relativa distribuição igualitária entre as áreas específicas que mais tarde se tornariam o núcleo aglutinador da *Home Economics* estadunidense: Vestuário e Têxteis, Técnicas Dietéticas, Alimentação e Nutrição, Habitação e Decoração e Educação Infantil.

Esses primeiros esforços em sistematizar textos e manuais que propunham uma nova disciplina, ou uma nova área de conhecimento para jovens mulheres estadunidenses, auxiliam também a fortalecer as suposições de que os primórdios da Economia Doméstica realmente remetem à metade do século XIX, conforme apresentam Lopes (1995), Simão (2016), Louro e Méyer (1993) e Oliveira (2006). Há um longo período de incubação dos pressupostos que se tornariam fundamentais para a emergência da disciplina, que se estendeu, acreditamos, desde a Revolução Industrial. Os manuais de etiqueta, as descobertas da nutrição e da saúde e a incorporação de novas formas de produção domésticas introduziram, no decorrer da primeira metade do século XIX, os elementos necessários para que a Economia Doméstica pudesse emergir enquanto uma proposta. Esse pressuposto está de acordo com uma das teses centrais propostas por Marx e Engels (2017), segundo a qual não é possível que um conjunto de ideias surja sem correspondentes históricos do estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Ajuda-nos a entender que, embora pareça que as ideias pedagógicas tenham surgimento anterior às instituições pedagógicas, precisamos nos ater ao fato de que essas ideias têm uma matriz objetiva, intimamente relacionada às formas de organização da sociedade e desenvolvimento de suas forças produtivas.

Retornando à análise do período, destaca-se que Catherine Beecher tem duas outras publicações relevantes para se compreender ideologicamente a proposta da Economia Doméstica: “*The Duty Of American Women To Their Country*”²⁸ (1845) e “*Letters To The People On Health And Happiness*”²⁹ (1856).³⁰ Essa proposta, feito praticamente isolado de Catherine Beecher no século XIX, diferia consideravelmente do que se percebe historicamente de uma Economia Doméstica tecnicista que seria prevalente em outros momentos. Beecher buscava constituir uma área de conhecimento sob justificativas morais e políticas, sobretudo no argumento de que a divisão sexual do trabalho era importante para

²⁸ Em tradução livre: “O dever das mulheres americanas em seu país”.

²⁹ Em tradução livre: “Cartas para as pessoas sobre saúde e felicidade”.

³⁰ Embora “*A Treatise On Domestic Economy*” apareça na catalogação do HEART datado em 1858, trata-se de uma revisão. A publicação original é datada de 1841.

garantir uma determinada coesão social e que a correta educação feminina para modernizar as atividades domésticas seria fundamental para manter as estruturas democráticas dos EUA. Essa análise pode ser vista em Lopes (1995) que demonstra as conexões de Beecher com uma linha prevalente de pensamento estadunidense em torno das instituições sociais consideradas de valor para as classes dominantes.

Embora na década de 1840 e 1850 a Economia Doméstica tenha passado por seus primeiros movimentos de organização e sistematização enquanto tal, nas décadas que se seguiram rumo ao fim do século XIX os caminhos tomados por essa “nova proposta” seriam diversos do que aquele almejado por Catherine Beecher, conforme o conjunto de material disponibilizado pelo HEART nos leva a supor. Os números absolutos de publicações continuaram a crescer entre os anos de 1860 e 1899, mas a distribuição por área dos itens catalogados evidencia uma provável concentração em determinados eixos. Percebe-se que, por exemplo, no intervalo de 1860 a 1879 o número de publicações sobre a Economia Doméstica enquanto proposta generalista decresceu. Por outro lado, observa-se um elevado incremento das publicações em duas áreas específicas: Técnicas Dietéticas, Alimentação e Nutrição, e Habitação e Decoração. Esse movimento demonstra o fortalecimento de vertentes mais técnicas dentro das subáreas trabalhadas pela Economia Doméstica, em especial aquelas ligadas à modernização das estruturas habitacionais e aquelas que buscavam implementar os avanços da nutrição e medicina no cotidiano doméstico.

Nesse ponto, observa-se uma lenta guinada da Economia Doméstica rumo ao conteúdo técnico, que seria fundamental para sua institucionalização no início do século XX. Esse “ponto de virada” demonstra que, para além de sua sistematização ideológica que emergia desde os anos 1840, foi imprescindível o progresso de certos conteúdos técnicos e científicos para que uma proposta efetiva de Economia Doméstica tomasse forma, pois como demonstra Therborn (2015), a existência de um sistema ideológico apenas no campo das ideias não é suficiente para fazê-lo prosperar e perpetuar. É nesse contexto que se situam, por exemplo, as duas obras de Maria Parloa que serão também analisadas mais adiante: “*An Ideal Kitchen*” (1887) e “*Young Housekeeper*” (1894). Embora Lopes (1995) situe essas obras em um conjunto “precursor” da *Home Economics* - o que não é de forma alguma um equívoco, visto que essa nomenclatura apareceria apenas na virada do século - destacamos que a Economia Doméstica, enquanto instituição pedagógica, surgia com as ações dessas pioneiras.

Uma breve sistematização dos itens catalogados pelo projeto HEART no século XIX pode ser visualizada no Gráfico a seguir.

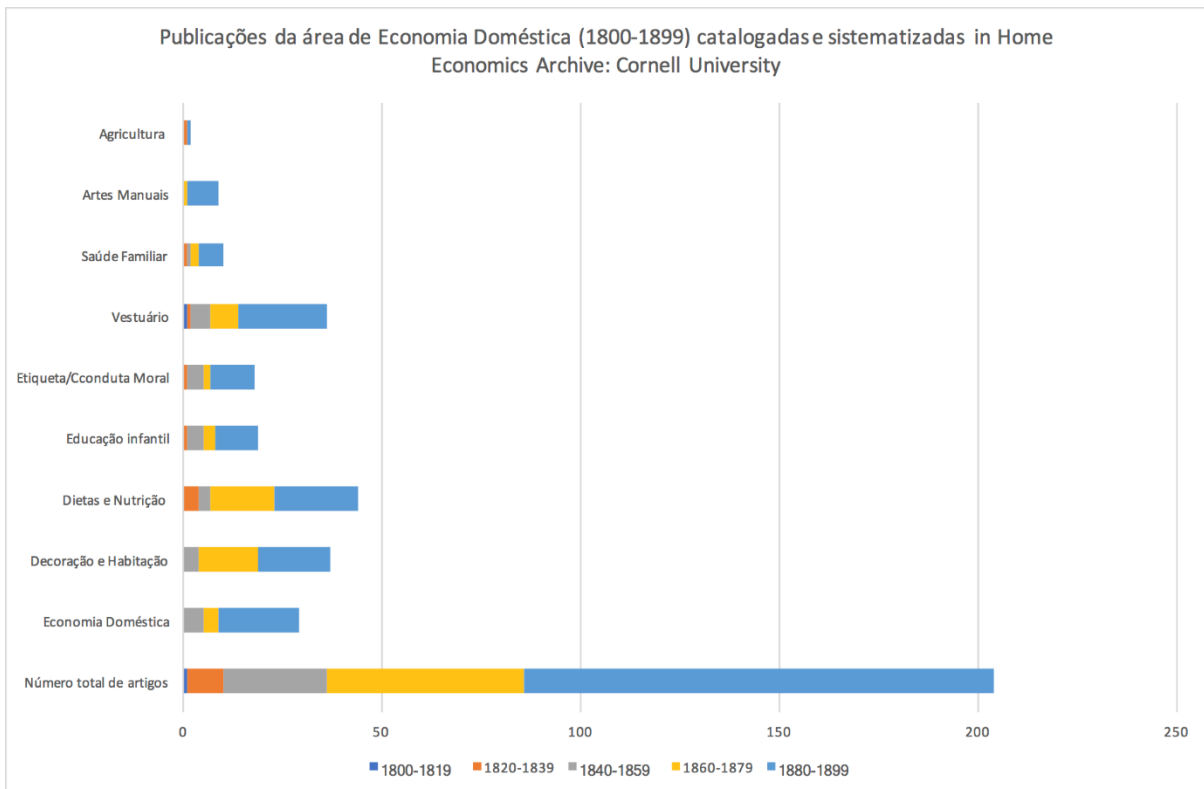


Gráfico 1 - Publicações da área de Economia Doméstica (1800-1899) catalogadas e sistematizadas no Home Economics Archive: Cornell University.

Fonte: adaptado de *HEART Project*, 2020.

Para compreendermos melhor esses dois momentos históricos relatados, analisamos três obras que ajudarão a visualizar os principais elementos envolvidos na emergência e guinada técnica da Economia Doméstica no século XIX. Como já mencionado, iniciaremos pelo “*A Treatise On Domestic Economy*” (1841), obra densa que marca o início de uma tentativa de sistematização da Economia Doméstica. Em seguida, passaremos para a análise de dois livros mais objetivos de autoria de Maria Parloa, mas que situam bem as modificações de orientação a partir da análise fomentada por Beecher.

Uma pequena digressão, no entanto, se faz necessária. Como as obras se situam em um longo recorte temporal, optou-se pela escolha metodológica de balizar as análises com os elementos disponibilizados por Hobsbawm (2016; 2018a; 2018b). Isso porque a sistematização do autor segundo "eras" nos ajuda a localizar os distintos momentos da Economia Doméstica nesse percurso, situando-a frente aos acontecimentos mais gerais - movimento necessário para subsidiar a compreensão que a "pedagogia do doméstico" é um produto dialético ocidental, social e historicamente determinado. Dessa forma, antes de apresentarmos as análises das obras selecionadas, discutimos de forma breve os principais

elementos que, a partir de Hobsbawm, nos guiaram pela construção histórica de abordagem do fenômeno.

A Economia Doméstica através das eras

Um dos principais desafios encontrados a partir do momento em que o estudo se direcionou para a compreensão da gênese histórica da Economia Doméstica foi o de abordar a sua trajetória sem perder de vista as contradições, a totalidade e as formas históricas de mediação. Outra problemática posta era não perder de vista o objeto central do trabalho, e manter o fio condutor da análise em torno da identificação, descrição e compreensão dos elementos constituintes do que convencionamos chamar "pedagogia do doméstico". O objetivo central do trabalho não é construir um tratado sobre a Economia Doméstica, mas apreender por meio da sua sistematização histórica e relação dialética com outra instituição pedagógica específica - a extensão rural - como se estabeleceu esse movimento pedagógico em torno do mundo doméstico.

Encontramos em Hobsbawm um fio condutor adequado para situarmos a trajetória histórica da Economia Doméstica no recorte temporal adotado, em especial em seus livros "A Era das Revoluções, 1789-1848" (2016), "A Era do Capital, 1848-1875" (2018a) e "A Era dos Impérios, 1875-1914" (2018b). O autor constrói, ao longo dos três livros, uma narrativa histórica que contempla grandes espaços de tempo, mostrando como o mundo - em especial o ocidente - modificou-se expressivamente em diversos campos da vida cotidiana, da ciência, da economia e da política.

Em "A Era das Revoluções" (2016), o acontecimento salutar para nosso objeto de estudo - e para as modificações das formas de produção vigentes até então - é a Revolução Industrial. Segundo Hobsbawm (2016), o significado principal da Revolução Industrial está em que "nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e conseqüentemente o colapso, a fome e a morte periódicas impunham à produção" (p.59). Significa perceber que a Revolução Industrial, mesmo que não tenha sido imediatamente percebida a seu tempo de tal maneira, modificou permanentemente a forma de organização da sociedade, embora as mudanças não tenham ocorrido de forma homogênea e na mesma intensidade em todos os locais. Ainda segundo o autor, "sob qualquer aspecto, esse foi provavelmente o mais importante acontecimento da história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades" (*Op. cit.*, p.60).

A Revolução Industrial teve como berço a Inglaterra, não pela sua supremacia intelectual ou científica/tecnológica, mas pelo acúmulo de condições necessárias para que ela efetivamente ocorresse e se desenvolvesse (*Op. cit.*). Isso significa dizer que as modificações de uma série de fatores - como a organização da indústria do algodão e a reforma agrária - resultaram no evento que ficou mundialmente conhecido, o que não significa dizer que é exatamente possível datá-lo.

Há que se destacar também a Revolução Francesa e a Guerra, que acabaram por modificar expressivamente a forma política de organização da maior parte do território europeu, colocando fim na Idade Média e criando as condições para surgimento do Estado Moderno (HOBBSAWM, 2016). A descrição desses eventos de ordem macro ajudam a perceber seus desdobramentos, sobretudo após as revoluções que também ocorreram na Europa entre 1815 e 1848 (*Op. cit.*). Entre os principais resultados apontados pelo autor desse conjunto de acontecimentos, destacam-se: as mudanças ocorridas na relação com a terra, transformando-a em mercadoria e o livre trabalhador rural (camponês) em trabalhador assalariado; o início de um processo de industrialização em escala mundialmente ampliada, que por volta de 1840 já abarcava parte da Europa ocidental e central e os EUA; o fim da sociedade aristocrática; a mudança expressiva das condições de vida dos pobres, agora permeados por uma cultura que refletia o liberalismo econômico e novas formas de organização social; a perda de centralidade da ideologia religiosa; a ascensão da ideologia secular; a ascensão das artes; e o surgimento da ciência diante de novos problemas e métodos. É nessa efervescência social, política, cultural e científica que acreditamos surgir os elementos iniciais de uma "pedagogia do doméstico" e, conseqüentemente, as bases para suas instituições - entre elas, a Economia Doméstica.

No entanto, o movimento objetivo desse surgimento coincidiria com o período sinalizado por Hobsbawm (2018a) como referente à Era do Capital, datada entre 1848 e 1875. No decorrer dos acontecimentos supracitados que constituem a Era das Revoluções, pode-se perceber expressivas mudanças que afetaram condições de vida - como a difusão da imprensa - e formas de pensamento - como o fim da aristocracia e o avanço das ciências. Essas condições, juntas, resultaram em modificações expressivas nunca vistas na história, que acabaram corroborando com a percepção de que a humanidade havia alcançado um estágio avançado em que predominava a plena distribuição material e o crescente esclarecimento (*Op. cit.*). Ainda segundo o autor, o dualismo dos acontecimentos anteriores "dá à história desse período unidade e simetria" (*Op. cit.*, p.22). Trata-se, portanto, de um período marcado pelo

otimismo em muitos sentidos, em partes como resultado da Primavera dos Povos, descrita como "a primeira e última revolução europeia no sentido (quase) literal" (idem, p.23).

Dentre todos os acontecimentos notáveis que marcaram a Era do Capital, destaca-se o fortalecimento dos estados-nações, em especial dos EUA:

A maior parte do mundo, e especialmente a Europa, estava atenta aos Estados Unidos, porque nesse período (1848-1875) vários milhões de europeus haviam emigrado para lá e porque sua grande extensão territorial e seu extraordinário progresso fizeram-no rapidamente o milagre técnico do planeta. Tratava-se, como os americanos foram os primeiros a reconhecer, da terra dos superlativos (HOBSBAWM, 2018a, p.216).

Considerando-se o contexto estadunidense, nesse período haverá uma marca de transição social, política, econômica e cultural que acompanhou a Europa de forma geral, mas que teve contornos particulares pelo caráter agrário que os EUA possuíam no século anterior. Como principais resultados das mudanças ocorridas na Era do Capital, o autor destaca: a transformação da agricultura, impulsionada pelo crescimento da economia capitalista; o declínio da escravidão; o aumento dos fluxos migratórios, modificando as dinâmicas demográficas; a emergência de uma "nova vida", marcada pelo trabalho industrial e pela urbanização; o alcance do "apogeu" da burguesia; o avanço da ciência, principalmente a partir do otimismo no método científico pelo padrão das "ciências positivas"; e a perda de qualidade na produção artística.

Considerando o objeto do estudo, a Era do Capital abrange dois marcos importantes que são resultantes diretos das modificações apresentadas por Hobsbawm (2018a): o surgimento dos tratados e manuais técnico-científicos de Economia Doméstica, viabilizados pela popularização da imprensa, pela difusão das ciências positivas - em especial a biologia e a química - e impulsionados pela promoção do estilo de vida burguês; e o *Morril Act* de 1862, impulsionado pelo desejo de transformar a agricultura estadunidense frente aos avanços econômicos e técnico-científicos. Por isso, compreendemos que é no seio desse período de intensas transformações que surgem as duas instituições pedagógicas que figuram com centralidade o objeto desse trabalho: a Economia Doméstica e a extensão rural.

Mas entender o desenvolvimento dessas instituições requer avançar um pouco mais na história, buscando compreender como se consolidaram e popularizaram no final do século XIX para início do século XX. Hobsbawm novamente fornece o aparato necessário com "A Era dos Impérios" (2018b), cujo recorte abrange o período de 1875-1914. Seguindo a construção teórica dos seus antecessores, nesse livro o autor busca demonstrar um recorte histórico em que encerra sua trilogia sobre "o longo século XIX" (*Op. cit.*, p.20). Mas é

preciso notar que a "A Era dos Impérios" tem algo de especial, que Hobsbawm (2018b) destaca como sendo sua capacidade de desdobrar seus acontecimentos até os dias atuais:

Foi uma era de paz sem paralelos no mundo ocidental que gerou uma era de guerras mundiais igualmente sem paralelos. Apesar das aparências, foi uma era de estabilidade social crescente dentro da zona de economias industriais desenvolvidas que forneceram os pequenos grupos de homens que, com uma facilidade que beirava a insolência, conseguiram conquistar e dominar vastos impérios; mas uma era que gerou, inevitavelmente, em sua periferia, as forças combinadas da rebelião e da revolução que a trariam (*Op. cit.*, p.25).

A "Era dos Impérios" pode ser, grosso modo, compreendida como uma era de paradoxos, em que a sociedade burguesa atingiria seu apogeu e teria que lidar constantemente com as consequências práticas do que isso significou. Tem como principal destaque o avanço do capitalismo em diversas esferas, formando verdadeiros impérios que reestruturaram geograficamente e demograficamente a conformação dos estados-nação e colocaram uma relação dicotômica entre desenvolvido/atrasado (HOBSBAWM, 2018b). Nesse cenário geral, o colonialismo teve papel central, ressignificando o que passou a ser chamado de "imperialismo" nos debates políticos e econômicos de 1890 em diante (*Op. cit.*).

O surgimento de uma economia global colocou, conseqüentemente, novos padrões de consumo e produção, que por sua vez exigiram uma acentuação das relações que se estabeleceram com base na relação desenvolvido/atrasado (*Op. cit.*). Esse contexto geral impulsionou mudanças também nas distintas esferas da vida, como ocorreu com aquelas descritas para a "Era das Revoluções" e "Era do Capital". Como principais resultados das mudanças ocorridas nessa era destacam-se: a ascensão dos partidos da classe trabalhadora; a ascensão do nacionalismo; mudanças no que eram considerados os padrões de vida burguês; a mudança nas condições de vida da mulher, sobretudo aquela pertencente à classe média; a transformação das artes; o avanço das ciências; e a emergência da racionalidade, principalmente atrelada à ciência.

Novamente à luz do problema proposto, significa dizer que Economia Doméstica e extensão rural, dialeticamente relacionados em torno de uma "pedagogia do doméstico", refletiriam e incorporaram as mudanças ocorridas nesse período, estando com elas imbricadas. O avanço de certos setores da ciência - como o darwinismo em sua aplicação eugenista - e as mudanças ocorridas nos modos de vida da burguesia e da mulher, sobretudo das classes médias, impactariam expressivamente na construção de um cenário em que determinado movimento pedagógico sobre o doméstico se efetivaria em uma proposta de Economia Doméstica. De forma análoga, a constante exigência de produção de alimentos sob

o prisma de uma relação entre nações desenvolvidas e "atrasadas" seria o impulso inicial para uma forma material dessa mesma pedagogia que incidiria sobre a vida no campo, de forma mais geral, e as populações rurais dos países considerados mais "atrasados", de forma mais específica.

Por isso, optamos por acessar as "eras" propostas por Hobsbawm (2016; 2018a; 2018b) para auxiliar na construção da trajetória histórica do objeto da pesquisa, situando a discussão para demonstrar que os elementos em torno da "pedagogia do doméstico" não foram homogêneos, tampouco contínuos. Assim, procuramos manter o fio condutor do nosso trabalho, que pretende demonstrar a existência de um movimento pedagógico sobre o doméstico que emerge em meados de XIX, se intensifica no início do século XX e ganha contornos peculiares no Brasil a partir de 1950.

"A Treatise On Domestic Economy"³¹ de Catherine Beecher

Catherine Beecher é certamente um dos principais nomes ao se tratar do surgimento da Economia Doméstica. Ela é comumente definida como uma educadora liberalista que defendia a reforma social, a educação feminina e criticava as sufragistas (HEGGESTAD, 2005). Beecher tem dois diferenciais notáveis em relação às demais autoras da área no século XIX: em primeiro lugar, o caráter extremamente político de suas publicações, uma marca familiar que, como demonstram Heggstad (2005) e Lopes (1995) pode também ser percebido nas publicações de sua meia-irmã abolicionista; em segundo, a introdução dos componentes técnicos frequentes à Economia Doméstica sob um discurso explicitamente moralista, fundado nos preceitos do liberalismo e do cristianismo. Não que a Economia Doméstica tenha se livrado desses componentes, mas talvez sua forma mais explícita esteja mesmo objetivada nas páginas de "*A Treatise On Domestic Economy*".

Em português, apenas dois trabalhos mencionam com maior densidade esse marco da Economia Doméstica: aquele apresentado por Lopes (1995) e por Simão (2016). Nos parece coerente a abordagem de ambos os trabalhos sobre os princípios de Beecher, sua orientação política e sua defesa de uma sociedade solidariamente dividida entre homens e mulheres como indicativo de progresso. Simão (2016) se atém exclusivamente a essa abordagem da obra, limitando-se a contextualizar a perspectiva político-ideológica de Beecher, enquanto Lopes (1995) faz conexões mais claras entre esses elementos e o conteúdo do livro. No entanto, em ambos os casos o livro não é descrito nem nas referências bibliográficas, nem nos

³¹ Em tradução livre: "Um Tratado de Economia Doméstica".

documentos consultados, o que faz entender que os autores se limitaram a analisar a obra pelos seus comentaristas.

A ideia de analisarmos o livro vai além de seu marco histórico para a Economia Doméstica. Sendo um dos primeiros trabalhos que usam o termo “*Domestic Economy*” - senão o primeiro - “*A Treatise On Domestic Economy*” auxilia a compreender os elementos que estavam presentes nas primeiras tentativas de instituir essa proposta. No livro, Catherine Beecher demonstra constância de três desses elementos centrais: (1) a divisão sexual do trabalho entendida de um ponto de vista otimista e explicitamente defendida; (2) a justificativa moralista-cristã-política para a constituição da área de conhecimento proposta; e (3) a emergência das ciências exatas e biológicas como sistematizadoras da vida cotidiana. Poderíamos ainda citar, talvez, um quarto elemento, que reside na fixação da autora pela valorização da atividade física. No entanto, compreende-se que essa tratativa aparece em decorrência da prevalência justamente do que apontamos como terceiro elemento.

O livro de Beecher é um trabalho denso, que em algumas versões chega a ter quase 350 páginas. Os quatro primeiros capítulos são aqueles cuja proposta político-ideológica de Beecher fica mais clara. A partir daí a autora utiliza outros trinta e três capítulos para tratar das temáticas específicas que, segundo sua opinião, devem integrar a proposta da Economia Doméstica. O tom recorrente no livro é de que a autora está apresentando uma proposta de ensino feminino que deveria ser amplamente difundida e reforçada. Beecher cita diversas experiências para embasar sua proposta de ensino especificamente feminino e voltado à Economia Doméstica, mas reforça em contrapartida que está lançando as bases para uma proposta inovadora. Na forma como está elaborado, “*A Treatise On Domestic Economy*” se apresenta como um marco inicial - por isso recorre ao termo “Tratado”, tipologia de literatura comum à época, conforme demonstra Perrot (2019).

As justificativas para a proposta apresentada por Beecher que está desenvolvida em trinta e sete capítulos está na introdução do livro: preparar a mulher para a sua função diante da sociedade, colocando-a no seu “lugar” para auxiliar na construção do que seria, na perspectiva da autora, um país livre. Beecher deixa bastante clara sua filiação aos preceitos do liberalismo e do cristianismo, relacionando sua visão social da mulher com um “lugar destinado” a ela na sociedade. Segundo a autora “the principles of democracy, then, are identical with the principles of Christianity” (p.26).³²

Beecher propõe que seja estabelecida certa ordem em função do “bom” funcionamento

³² Em tradução livre: “Os princípios da democracia, então, são idênticos aos princípios do cristianismo”.

da sociedade e de suas instituições democráticas, em detrimento daqueles pensamentos e condutas que ela considera egoístas. A autora aborda explicitamente no livro esse “egoísmo” do ponto de vista das reivindicações das mulheres por igualdade perante aos homens. Sua crítica está especificamente direcionada aos movimentos europeus da época, sob o forte argumento de que a sociedade depende da subordinação para sua estabilidade. Essa subordinação, explica Beecher, está nas relações entre pais e filhos, empregadores e empregados, marido e esposa. Não parecia de bom tom, na perspectiva da autora estadunidense, os movimentos femininos observados no Velho Mundo.

A divisão sexual do trabalho é, portanto, um dos elementos centrais na obra de Beecher. Primeiro, porque serve de fundamento para a constituição de sua proposta de ensino feminino. Segundo, porque se apresenta para a autora como algo natural e necessário de se manter, visto que é a única possibilidade de se garantir o desenvolvimento de uma nação harmônica e livre. Hirata e Kergoat (2007), demonstram que essa visão de complementariedade entre as atribuições aos diferentes sexos é puramente funcionalista.

Além disso, mesmo em sua defesa funcionalista da divisão sexual do trabalho, Beecher demarca os elementos de separação e hierarquia entre os sexos, que conforme demonstram Hirata e Kergoat (2007) são características importantes para se compreender essa relação de diferenciação. Em primeiro lugar, Beecher argumenta a favor de que os homens assumam a vida pública, a política e a ciência - argumento que a Economia Doméstica vai buscar alterar mais tarde, na virada do século, quando tentar se estabelecer como disciplina científica. Para a autora, as mulheres não teriam vantagens em assumir esses “postos masculinos” e perderiam seus privilégios que estariam dados nessa “equidade pela diferenciação”. Daí decorre o segundo ponto argumentativo, a partir do qual a mulher deveria ser submissa ao marido. Beecher defende que nenhuma mulher deve se casar, caso não deseje, mas que uma vez tenha escolhido seu marido e o matrimônio, deve submeter-se às suas regras para garantir o bem-estar familiar. Nesse ponto de desenvolvimento do trabalho, as justificativas ancoradas no cristianismo aparecem com frequência, constantemente servindo de ponte para a garantia de uma nação livre e próspera. Segundo a autora, as instituições democráticas dos EUA refletem o princípio do cristianismo e garantem às mulheres a equidade necessária justamente pela diferenciação.

Como demonstra A. Alves (2013) a divisão sexual do trabalho nas sociedades capitalistas tem estreita conexão com o trabalho produtivo/reprodutivo que, no contexto de desenvolvimento das forças produtivas, começa a separar-se da unidade de produção e

consumo familiar. Hobsbawm (2018a) descreve que "[...] o segundo efeito da industrialização em relação à posição feminina, e o mais importante, foi ainda mais drástico: separou a casa do local de trabalho" (p.305). Beecher escreve no seio desse contexto em que, os EUA tradicionalmente agrário vivenciavam uma separação entre esses "dois mundos".

Em "*A Tratise...*" à mulher está claramente destinado o mundo da reprodução, considerado como naturalmente seu e socialmente importante que assuma tais funções para garantir certa coesão social: "*the proper education of a man decides the welfare of an individual, but educate a woman, and the interests of a whole family are secured*"³³ (BEECHER, 1841, p.37). As conexões da Economia Doméstica com certo "vocacionalismo" se fazem notáveis desde seus primórdios, representando tudo aquilo que no bojo da divisão sexual do trabalho, era entendido como atribuição natural das mulheres (LOURO; MÉYER, 1993).

Beecher também constrói seu argumento de divisão sexual do trabalho - e é importante ressaltar que ela não conhecia e não utilizou propriamente essa terminologia - em torno de uma arguição comparativa com as sociedades europeias, em especial a Inglesa. Sua visão é de que as mulheres estadunidenses eram superiores, pois estavam "predestinadas" a construir uma nação diferente, desígnio atribuído pelo "criador". São inúmeras as passagens em que a autora critica arduamente a sociedade Inglesa, censurando seu estilo aristocrata, sua falta de mobilidade social e a pouca habilidade das classes inglesas mais abastadas para lidar com o trabalho. Segundo a autora, as mulheres estadunidenses³⁴ herdaram bons costumes dos ingleses, mas foram capazes de ir além na medida em que não se encontravam presas aos atrasos da monarquia e da aristocracia. Segundo Beecher (1841):

No women on earth have a higher sense of their moral and religious responsibilities, or better understand, not only what is demanded of them, as housekeepers, but all the claims that rest upon them as wives, mothers, and members of a social community. An American woman, who is the mistress of a family, feels her obligations, in reference to her influence over her husband, and a still greater responsibility in rearing and educating her children. She feels, too, the claims which the moral interests of her domestics have on her watchful care. In social life, she recognizes the claims of hospitality, and the demands of friendly visiting. Her responsibility, in reference to the institutions of benevolence and religion, is deeply realized³⁵

³³ Em tradução livre: "a educação apropriada de um homem decide o bem-estar de um indivíduo, mas eduque uma mulher, e os interesses de toda a família são garantidos".

³⁴ Beecher se refere às mulheres "americanas" (american women). No entanto, por uma questão política, optamos por abordar como estadunidenses, mesmo que esse não seja o termo usado pela autora.

³⁵ Em tradução livre: "Nenhuma mulher na terra tem um senso mais alto de suas responsabilidades morais e religiosas, ou melhor entende, não apenas o que é exigido delas, como governantas, mas todas as reivindicações que repousam sobre elas como esposas, mães e membros de uma comunidade social. Uma mulher americana, que é senhora de uma família, sente suas obrigações, em referência à sua influência sobre o marido, e uma

(p.44).

A constante censura aos modos aristocráticos, longe de ser um comportamento isolado, representa uma negativa comum à época de reproduzir os valores da antiga aristocracia europeia, cultuando os valores liberais que a burguesia em ascensão exigia (HOBSBAWM, 2018a). A única diferenciação negativa em relação às mulheres inglesas, segundo a autora, era que as mulheres estadunidenses não estavam fisicamente preparadas para lidar com todo o esforço e demanda física que sua “missão social” exigia. Por isso, é bastante frequente que Beecher vincule toda sua proposta ao argumento duplo de que as mulheres deveriam usar as atividades domésticas para se exercitarem mais e alcançar melhores condições de saúde, ao passo que deveriam também ser menos sedentárias para dar conta de todo o trabalho doméstico demandado - algumas referências dão à Beecher o destaque de ser uma das difusoras da "calistenia" nos EUA.

Uma digressão é importante nesse ponto. Beecher escreve em um contexto abolicionista tensionado nos EUA, que viria a atingir seu apogeu com a Guerra da Secessão em 1861. Sua meia irmã, Harriet Beecher Stowe, conforme demonstra Heggestad (2005), foi uma conhecida abolicionista. Beecher, portanto, escreveu “*A Tratise...*” em um contexto de crise que assolava as classes mais abastadas, de uma forma que ela descreve como “ausência de empregados qualificados” para as atividades domésticas, despreparo das jovens moças para substituir os antigos empregados e inabilidade dos imigrantes estrangeiros para o serviço doméstico. Dessa maneira, a autora legisla oficialmente pela ocupação da mulher - de qualquer classe social - de seu lugar "natural e divino" enquanto responsável pelo doméstico. Esse argumento ganha contornos mais efetivos quando Beecher direciona uma crítica incisiva sobre o costume aristocrático inglês de reconhecer o trabalho como degradante nas classes mais abastadas. A autora defende que, para constituir uma nação superior, o trabalho deve ser entendido como dignificante e de responsabilidade de todos - princípio fortemente alinhado ao discurso liberalista que pregava e que era predominante nas instituições estadunidenses da época.

O contexto da educação feminina era também bastante precário nos EUA. As mulheres raramente possuíam chances para a educação formal, sobretudo porque a popularização de certas instituições educativas só viria a acontecer mais tarde, em 1862, com o *Morril Act*.

responsabilidade ainda maior em criar e educar seus filhos. Ela sente, também, o crédito que os interesses morais de seus domésticos têm sob seu cuidado vigilante. Na vida social, ela reconhece as exigências de hospitalidade e de visitas amigáveis. Sua responsabilidade, em referência às instituições de benevolência e religião, está profundamente realizada”.

Beecher não recebera educação adequada e defendia que as mulheres tivessem o acesso ao ensino formal ampliado e garantido (HEGGESTAD, 2005). No entanto, acreditava que esse ensino não deveria se dar pelas disciplinas que compunham o ensino majoritariamente destinado aos homens. A educação feminina deveria privilegiar as “artes domésticas” pois era a maior demanda percebida para a qual as mulheres estadunidenses não estavam adequadamente preparadas. Esse discurso oficial do “despreparo da mulher” para assumir as atividades domésticas será uma marca histórica por mais de um século da Economia Doméstica e, como demonstrado, está fundamentado em um contexto bastante específico de mudanças sociais que ocorriam em um país marcado pelas tensões abolicionistas e emergência de um discurso liberal. Mas não se deve insistir no erro que, embora aparentemente o discurso se mantenha, ele tenha sempre a mesma origem objetiva.

Para preencher essa “lacuna” exposta pelo discurso de tensão, Beecher defendia que uma instituição educativa específica deveria ser pensada para as garotas, em que o “preparo intelectual” fosse secundário em detrimento ao preparo para as atividades domésticas. A autora argumenta que as garotas deveriam ser inseridas no trabalho doméstico com cerca de seis anos de idade, aumentando seu nível de responsabilidade e volume de trabalho na medida em que forem crescendo, atingindo aos 14/15 anos o apogeu em que a maior parte de seu dia a dia estivesse ocupado com as tarefas domésticas. Por isso, Beecher defende um ensino vespertino, que fosse capaz de liberar a mulher para seus afazeres domésticos pela manhã e à noite.

Importante ressaltar que algumas instituições com essa orientação já existiam nos EUA, em número pequeno. Beecher defendia que esse modelo de ensino fosse fomentado, democratizado e amplamente difundido. Sua análise era de que essas instituições deveriam dividir seus currículos entre as artes domésticas - preparadas com mediação de bastante exercícios físicos - e outros conteúdos, como música, disciplina mental, desenho e pintura. Uma das instituições visitadas e descritas por Beecher no livro era um internato para meninas acima de 14 anos, cuja direção estava sob o desígnio de um padre. A autora se demonstrou, inclusive, extremamente favorável à instituição feminina ser dirigida por um religioso do sexo masculino, visto que reforçava a imagem da mulher hierarquicamente dependente do homem, uma figura “paterna” e “protetora”.

A perspectiva educativa proposta por Beecher era, portanto, puramente pragmática. Ela justificava a emergência da Economia Doméstica como modelo de ensino feminino porque seus conteúdos eram aqueles mais úteis às mulheres fora do ambiente escolar. Em

diversas passagens do livro a autora reforça que o investimento intelectual das mulheres - como em artes e literatura - deveria ser secundário. Segundo ela, o ensino de Economia Doméstica deveria ser o modelo predominante porque a condição dos serviços domésticos era precária, as mulheres estariam mais aptas a exercer essas atividades, a passar esses conteúdos adiante e a supervisionar aqueles empregados que estivessem sob sua responsabilidade. Esse modelo, distante de ser ocasional, encontra na própria reconfiguração do trabalho no século XIX seu arcabouço:

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminado, até em seus detalhes. Paralelamente existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. "Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos", declara um delegado operário da exposição mundial de 1867 (PERROT,³⁶ 2017, p.187).

A partir dessa marca, Beecher apresenta no livro trinta e três capítulos cujo conteúdo é uma sugestão de composição desse ensino em Economia Doméstica, naturalizante e vocacionalista. Vale notar que há uma prevalência de conteúdos relacionados à biologia, como descrição do funcionamento anatômico e fisiológico do corpo humano. A autora se apropria dos avanços obtidos em áreas como a medicina - em especial a medicina nutricional - aplicando-os ao contexto doméstico. Não obstante, se atém também à temáticas diversas como decoração, iluminação, cuidados com o celeiro, hortas e pomares. O conceito de atividades domésticas para Beecher se apresentava como bastante amplo, e as responsabilidades atribuídas às jovens moças englobavam desde um cuidado atencioso com a saúde familiar, com a pequena produção doméstica e o comportamento moral e educativo. Há todo um capítulo, por exemplo, destinado à importância de a mulher acordar cedo, cujo título é "*On Early Rising*"³⁷ e dialoga claramente com as críticas incisivas que a autora direcionava aos hábitos aristocráticos ingleses.

Os aspectos de ordem e política tornam a aparecer nos capítulos "*On Domestic Manners*"³⁸ e "*On Habits of System an Order*"³⁹ cuja linha principal é estabelecer um conjunto de boas maneiras e procedimentos que alinhem as mulheres às propostas da nação, às relações de hierarquia e à visão de superioridade e refinamento do comportamento

³⁶ Discordamos da perspectiva de "micro poder" feminino apresentado pela autora e de sua abordagem pós-moderna sobre a condição feminina. No entanto, reconhecemos que dois de seus livros "Minha história das mulheres" (2019) e "Os excluídos da história - operários, mulheres e prisioneiros" (2017) como importantes do ponto de vista de elucidar alguns elementos históricos sobre a mulher nos séculos XIX e XX.

³⁷ Em tradução livre: "Sobre acordar cedo".

³⁸ Em tradução livre: "Sobre as maneiras domésticas".

³⁹ Em tradução livre: "Sobre hábitos sistêmicos e ordem".

estadunidense.

Beecher descreve que daí vinha a verdadeira ascensão da mulher nos EUA: de sua grande contribuição com a família que, se bem executada, seria reconhecida por toda a nação e adequadamente recompensada. Por isso, a mulher deveria dedicar a maior parte de seu tempo aos afazeres domésticos, seguido por algum investimento em seu intelecto e seus compromissos com a religião e a caridade. Assim, a Economia Doméstica de “*On Tratise...*” se alinha a uma visão social da mulher bastante específica, pois nas palavras de Beecher:

She has a husband, to whose peculiar tastes and habits she must accommodate herself; she has children, whose health she must guard, whose physical constitutions she must study and develop, whose temper and habits she must regulate, whose principles she must form, whose pursuits she must direct. She has constantly changing domestics, with all varieties of temper and habits, whom she must govern, instruct, and direct; she is required to regulate the finances of the domestic state, and constantly to adapt expenditures to the means and to the relative claims of each department. She has the direction of the kitchen, where ignorance, forgetfulness, and awkwardness, are to be so regulated, that the various operations shall each start at the right time, and all be in completeness at the same given hour. She has the claims of society to meet, calls to receive and return, and the duties of hospitality to sustain. She has the poor to relieve; benevolent societies to aid; the schools of her children to inquire and decide about; the care of the sick; the nursing of infancy; and the endless miscellany of odd items, constantly recurring in a large family⁴⁰ (p.157).

Esse é, portanto, o contexto do surgimento da Economia Doméstica enquanto uma instituição pedagógica. Sua centralidade na família é um reflexo de determinado posicionamento da mulher, com marcada presença de elementos liberais e religiosos. Os conteúdos sob os quais se instituiu denotam uma apropriação de áreas ora bem desenvolvidas da ciência, ora mais alinhadas à conceitos estéticos ou costumes, uma marca desse tempo (HOBSBAWM, 2018a) e pelo nível de desenvolvimento técnico-científico da época. Sua emergência enquanto uma proposta universal de ensino feminina também deve ser considerada, pois reflete um contexto igualmente específico de divisão sexual do trabalho. A categoria "mulher" parece ter um recorte de classe específico, destinado às mulheres da classe

⁴⁰ Em tradução livre: “Ela tem um marido, a cujos gostos e hábitos peculiares ela deve se acomodar; ela tem filhos, cuja saúde ela deve guardar, cujas constituições físicas ela deve estudar e desenvolver, cujo temperamento e hábitos ela deve regular, cujos princípios ela deve formar, cujas buscas ela deve dirigir. Ela está constantemente mudando os “domésticos”, com todas as variedades de temperamento e hábitos, a quem ela deve governar, instruir e dirigir; ela é obrigada a regular as finanças domésticas e a adaptar constantemente os gastos aos meios e às reivindicações relativas de cada departamento. Ela tem a direção da cozinha, onde a ignorância, o esquecimento e o constrangimento devem ser regulados de tal forma que as várias operações começarão na hora certa e todas estarão completas na mesma hora determinada. Ela tem as reivindicações da sociedade para atender, chamadas para receber e retornar, e os deveres de hospitalidade para sustentar. Ela tem os pobres para aliviar; sociedades benevolentes para ajudar; as escolas de seus filhos para inquirir e decidir sobre; o cuidado do doente; a enfermagem da infância; e a infinita miscelânea de itens estranhos, constantemente recorrendo em uma grande família”.

média, a quem se exigia maior rigor nos papéis valorativos.

De forma bastante geral, “*On Tratise...*” demonstra muitas constâncias que se perpetuam na Economia Doméstica do século XX, que surgirá nos EUA com outra nomenclatura na virada do século, a de *Home Economics*. Mas algumas mudanças também são percebidas, sobretudo nas décadas que caminham para o fim do século XIX.

"An Ideal Kitchen"⁴¹ e "Young Housekeeper"⁴² de Maria Parloa

Para concluirmos nossa proposta de análise do que designamos ser a constituição da Economia Doméstica do século XIX, analisaremos dois livros de Maria Parloa intitulados “*An Ideal Kitchen*” (1887) e “*Young Housekeeper*” (1894). A escolha desses livros não foi aleatória. Conforme foi demonstrado no início desse capítulo, a partir de 1860 o número de publicações catalogadas na área cresceu consideravelmente, sobretudo aquelas específicas de Técnicas Dietéticas, Alimentação e Nutrição e Habitação e Decoração, em detrimento das publicações que versavam sobre uma proposta generalista denominada de “*Domestic Economy*”, caso do livro de Catherine Beecher.

Os livros selecionados de Maria Parloa se situam nesse limiar, em que a área se alarga nas suas subáreas, em especial às ligadas aos componentes mais técnicos e menos religiosos-políticos-moralistas. Maria Parloa foi uma conhecida autora americana de livros culinários e, embora tenha outras publicações, as duas obras selecionadas nos interessam por um caráter especial: elas possibilitarão perceber os principais elementos que constituíam essa Economia Doméstica que se aproximava da virada do século, permitindo algumas comparações com a obra de Catherine Beecher, cujo feito inaugurou um movimento de largas influências.

Os dois livros de Parloa auxiliam a remontar um cenário geral de cerca de 160 publicações catalogadas no período de 1860-1899, que seria bastante dispendioso descrever analisando individualmente cada livro e manual disponível. Parloa era um nome influente à época, representando um movimento bastante popular nos EUA que era da multiplicação de publicações específicas, dos colégios técnicos e do interesse popular pelos assuntos de nutrição e culinária (LOPES, 1995). “*An Ideal Kitchen*” é basicamente um manual para organização e sistematização da cozinha e de seus “cômodos anexos”, como despensas e “sala de louças”. Por sua vez, “*Young Housekeeper*” é mais generalista, embora não seja menos sistemático e deixe de apresentar certo caráter de manual.

As duas obras de Miss Parloa trazem elementos comuns às publicações da Economia

⁴¹ Em tradução livre: “Uma Cozinha Ideal”.

⁴² Em tradução livre: “Jovem Governanta” ou “Jovem Dona-de-casa”.

Doméstica da época, se comparadas com a proposta de Catherine Beecher: (i) há um esvaziamento político dos argumentos, pelo menos explicitamente; (ii) há uma prevalência dos componentes técnicos, em detrimento dos científicos. Isso resulta em um conjunto de publicações que se apresentam mais como manuais e guias do que como livros científicos ou propostas pedagógicas; (iii) a divisão sexual do trabalho aparece menos explícita, menos argumentada e, também, com menor preocupação de se fundamentar; e (iv) o trabalho reprodutivo começa a aparecer sob alguns eufemismos de forma mais marcada, caso do “*housekeeper*”.⁴³ Apesar do termo já aparecer no trabalho de Beecher, a pioneira utilizava mais comumente “*woman/women*” para se referir às suas leitoras. Em Parloa, o termo “*housekeeper*” aparece como principal substantivo para designar seu público alvo.

Em “*An Ideal Kitchen*”, Parloa pretende ajudar as jovens moças a planejar uma cozinha adequada às atividades domésticas que esse ambiente deve contemplar. Apesar de dizer que seu livro é destinado às mulheres de todas as condições econômicas, é bastante perceptível o limite que o próprio material estabelece. Mulheres das classes menos favorecidas não pareciam apresentar condições de colocar em prática as recomendações de Miss Parloa, que iam desde ter um cômodo específico para louças e talheres, até separar alimentos convencionais em uma despensa, um galpão para outro tipo de gênero alimentícios, e uma adega e sala “fria” para alimentos que necessitavam de conservação mais específica. Se analisarmos que a geladeira só se tornaria popular nos EUA na segunda década do século XX, é possível perceber que embora avançadas tecnicamente, as ideias contidas no manual tinham um alcance de classe bastante delimitado. Conforme demonstra Perrot (2019), pelo menos três figuras femininas devem ser consideradas em relação ao trabalho doméstico dessa época: “a dona de casa de origem humilde, a dona de casa burguesa e a criada” (p.115). O distanciamento de classe existente parece afastar a obra de Parloa de um público efetivamente generalista, apresentando uma contradição sobre a real inclinação de seu material. Se considerarmos ainda a prevalência de mulheres letradas nas classes mais altas, é possível compreender que a maior parte dos materiais impressos desse estilo destinavam-se às mulheres burguesas.

Outro elemento presente em “*An Ideal Kitchen*” e “*Young Housekeeper*” e que é importante destacar para compreendermos as transformações ocorridas na Economia Doméstica, diz respeito à normatização dos espaços. O que em Beecher aparece de forma secundária e pouco detalhada, em Parloa aparece já em normas aplicadas e demonstradas ao

⁴³ Em tradução livre, o mais próximo do termo empregado seria algo como “governanta”.

seu público alvo com centralidade. A preocupação em normatizar o espaço adequando-o às exigências funcionais das atividades é uma marca que se estenderá por toda a existência da Economia Doméstica, e que alcançaria seu extremo ao incorporar os elementos tayloristas-fordistas no início do século XX.

O esvaziamento dos argumentos políticos fortemente demarcados em Beecher é algo bastante perceptível nas publicações da Economia Doméstica do século XIX, incluindo as de Miss Parloa. O que se pode perceber é uma condensação dos argumentos de Beecher em discursos mais brandos, como a responsabilidade da mulher em transformar uma casa em um verdadeiro lar, atribuindo-lhe, nas palavras de Parloa “conforto e felicidade”. Esse “esvaziamento” pode ser interpretado como uma consequência da modificação do lugar da mulher, sobretudo aquela dos estratos de classe mais elevados, para a qual as funções reprodutivas passaram a figurar lado a lado com outras possibilidades (HOBSBAWM, 2018a). Nenhum argumento a favor do cristianismo ou das instituições democráticas aparece, tampouco uma justificativa de submissão das mulheres aos homens. Nos livros de Parloa, o componente moral é basicamente uma generalização de que aqueles conhecimentos devem servir à felicidade e bem-estar de todas as “*housekeepers*” - uma marca que se fará constante em toda a Economia Doméstica, o discurso em torno do “bem-estar” familiar e social.

Em “*Young Housekeeper*” a fórmula do livro anterior é repetida: uma abordagem em formato de manual que se apresenta como democrática e acessível a todas as mulheres, mas que não parece economicamente democrática pelas dicas que fornece. Parloa descreve desde receitas para o dia a dia, até uma lista - bastante suntuosa - de utensílios considerados “básicos” para uma dona de casa da época. Embora pretenda uma normatização amplamente difundida, há um recorte de classe perceptível nas obras que, muito provavelmente, impediu a Economia Doméstica de realizar-se amplamente naquele momento. Uma nota digna de atenção aparece nesse livro: Parloa já fala sobre “maquinarias domésticas”, pelo menos algumas décadas antes dos eletrodomésticos se popularizarem nos EUA. As publicações de Parloa reforçam como a Economia Doméstica estadunidense passou a ter algumas claras marcas de inclinação para o público urbano e para as classes mais abastadas (LOPES, 1995). Nesse contexto, o termo mulher designava necessariamente mulher burguesa. Assim, a Economia Doméstica do século XIX, ao que tudo indica, parece assemelhar-se mais ao que Perrot (2019) define como uma gama de materiais destinados a essas mulheres, cujo gosto pela leitura é marcado, apesar ainda da inexpressiva trajetória escolar feminina. As mulheres das classes populares viviam segundo uma outra realidade doméstica, em que

A habitação não é, ou mal chega a ser um interior, mas sim um ponto de reunião: aí se dorme, aí se come, e muitas vezes até no almoço, por ser mais econômico. Mas, excetuados esses momentos - e salvo o caso ainda muito importante da moradia do artesão, que serve de oficina - todo mundo está em outro lugar: na fábrica, no pátio, na escola, na rua (PERROT, 2017, p.237).

A pretensa "*housekeeper*" de Maria Parloa, portanto, possui um lugar social delimitado, diferente do público mais generalista a que pretendia atingir Beecher com seu tratado - embora parece igualmente difícil tê-lo alcançado.

Circunscritas as diferenças, as semelhanças entre as obras de Miss Parloa e aquela analisada de autoria de Beecher também são importantes: em menor ou maior grau, nos três livros há a defesa de uma educação feminina que seja pragmática e prepare as mulheres para as atividades domésticas cotidianas. Embora em Beecher esse seja um apelo pelas vias da educação formal e em Parloa o apelo apareça mesmo na educação informal - e em alguma dimensão, não formal também. Há também um núcleo estruturador comum em torno da necessidade de preparar as mulheres que, no geral, são consideradas pelas autoras como despreparadas para os desafios do mundo doméstico. Outro aspecto bastante comum em ambas as autoras está na crença de que a apropriação desse conhecimento pelas mulheres teria potencial transformador, seja em torná-las "*truly ladies*", para Beecher, ou uma mulher "*with a heart in which carity and sympathy have a large place*"⁴⁴ para Parloa.

Essa percepção coaduna com a perspectiva educacional feminina percebida pelos historiadores no século XIX:

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas. Esse conteúdo, comum a todas, varia segundo as épocas e os meios, assim como os métodos utilizados para ensiná-lo (PERROT, 2019, p.93).

A educação feminina entrava, a partir do século XIX, como pauta pública das quais os tratados - destacando o estilo literário do qual "*A Treatise...*" faz parte - e livros técnicos foram importante expressão.

Se em Beecher a divisão sexual do trabalho aparece como naturalizada e amplamente justificada, em Parloa não é pauta digna de nota. O que não significa, necessariamente, que não esteja implícita em sua abordagem, ao atribuir à mulher a posição natural de "*housekeeper*" e a responsabilidade pelo bem-estar familiar. Uma marca comum em ambas é

⁴⁴ Em tradução livre: "com um coração no qual a caridade e a empatia têm um lugar grande".

também o foco aplicado dos ensinamentos organizados: as mulheres deveriam apreender um conjunto de conhecimentos para aplicá-los imediatamente em sua realidade. Ou seja, era uma educação para intervenção cotidiana, e não necessariamente uma educação de cunho científico que tivesse outras pretensões, como a pesquisa científica ou o preparo de multiplicadores profissionais de determinado conteúdo.

O movimento talvez mais importante que se pode notar entre "*A Treatise On Domestic Economy*" e "*An Ideal Kitchen*" e "*Young Housekeeper*" é um alargamento da área técnica, seguido por um abrandamento de seus posicionamentos ideológicos. Esses elementos, nos coube notar, parecem ter sido fundamentais para a institucionalização da Economia Doméstica que se seguiria no início do século XX.

É preciso situar, portanto, a Economia Doméstica do século XIX frente às categorias elencadas para o processo de investigação. Enquanto ideias pedagógicas em torno das quais estavam estruturadas, ideologicamente, destacam-se três eixos centrais: (1) a naturalização das atribuições femininas, expressa em determinado vocacionalismo para efetivar uma certa divisão sexual do trabalho; (2) o caráter reprodutivo de seus pressupostos, buscando preparar as mulheres para exercer seus "postos" na sociedade enquanto mantenedoras das condições básicas necessárias para reprodução da força de trabalho; e (3) a emergência dos componentes técnicos que deveriam incidir sobre a vida cotidiana doméstica.

A divisão sexual do trabalho não é algo exclusivo das sociedades capitalistas, o que não significa dizer que o capitalismo deixe de se aproveitar dessa divisão promovida na organização da própria sociedade para dela tirar uma série de vantagens (HARVEY, 2016). Toda divisão do trabalho pressupõe uma especialização na forma como determinada sociedade historicamente se organiza, atingindo certo grau de desenvolvimento em que é necessário destinar atribuições específicas aos sujeitos para atingir objetivos comuns. Essa ideia é exposta por Marx (2017), que demonstra com precisão como as sociedades capitalistas estão fortemente organizadas em torno da constituição antagônica das classes que se situam contraditoriamente nessa relação de divisão social do trabalho.

A própria formação da família na sociedade burguesa conota a reprodução de certos aspectos da divisão social do trabalho e, na medida em que o capitalismo se desenvolve, certa divisão sexual do trabalho presente na organização familiar parece acentuar-se (ENGELS,

2019). Mas isso não significa dizer que essa divisão entre atividades de homens e mulheres sempre esteve hierarquicamente estabelecida da forma como conhecida na sociedade capitalista, argumento que Engels (2019) apresenta de forma bastante exitosa em "A origem da família, da propriedade privada e do Estado". Segundo esse autor, a mulher esteve em alguns formatos de sociedade e em certas épocas - como nas sociedades "mais primitivas"⁴⁵ - em posições distintas de trabalho e valorização social. O que determina de certo modo essa posição e *status*, argumenta o autor, é a forma como a produção e reprodução das condições materiais dessa sociedade está estabelecida e o que as atividades das mulheres representam nesse contexto geral.

No bojo dessa divisão social do trabalho, o capitalismo promove uma cisão com as formas produtivas anteriores, retirando dos artesãos e trabalhadores tanto o domínio do processo produtivo, quanto as condições para produzir (MARX, 2017). Isso significa compreender, conforme demonstra A. Alves (2013), que as famílias, antes organizadas em uma forma imbricada entre produção e reprodução, ou seja, o trabalho envolvido na produção de itens para sua sobrevivência e o trabalho envolvido na garantia das condições necessárias a essa produção, passam a separar essas duas esferas, acentuando também certa distribuição entre atividades dos homens e das mulheres. Mas essa divisão baseada em atividades hierarquizadas em que o homem exerce atividades de maior prestígio e a mulher é relegada ao mundo doméstico, à família e às atividades de reprodução resultam de um processo histórico que está imbricado com a ascensão da propriedade privada e do Estado (ENGELS, 2019).

Se parece óbvio que a divisão sexual do trabalho não é exclusiva das sociedades capitalistas e aparece desde os índios Guayaki descritos por Clastres (2017) às famílias burguesas e proletárias da sociedade capitalista estudada por Marx (2017), é importante situarmos historicamente essa divisão sobre a qual a Economia Doméstica do século XIX parece apoiar-se. As ideias pedagógicas parecem estar estabelecidas em torno dos dois elementos apresentados por Hirata e Kergoat (2007) como fundamentais para compreender a divisão sexual do trabalho: não só uma separação clara entre o que é socialmente atribuído como trabalho de homem e trabalho de mulher, mas também uma distinção hierárquica bastante efetiva entre essas atribuições. Portanto, no processo de aguçamento da cisão entre público e privado promovido pelo capital, entre unidade de consumo e de produção, a separação entre atividades de homens e mulheres obedece a essa dicotomia, operando-se

⁴⁵ Entendemos aqui o limite do termo utilizado por Engels ao designar formas de organização social que antecederam a sociedade feudal e a sociedade capitalista. No entanto, optamos por manter a terminologia fazendo as devidas ressalvas.

também uma hierarquização entre ambas (A. ALVES, 2013). A Economia Doméstica debruça-se sobre essa divisão sexual do trabalho, marcada pelo contexto pós Revolução Industrial que, conforme demonstra Hobsbawm (2016; 2018a), marcou um avanço desigual do capitalismo pelos países, sendo inicialmente mais acentuado na Inglaterra e difundindo-se só depois aos outros locais, caso dos EUA. Isso significa dizer que na época da emergência das ideias pedagógicas que inauguram a Economia Doméstica, os EUA não vivenciavam uma completa ruptura entre produção e reprodução, público e privado. Ainda era um país de traços fortemente agrários e, por isso, a divisão sexual do trabalho observada nesse conjunto de ideias está mais relacionada à mulher submissa ao marido, reclusa ao lar, dedicada à caridade e à Igreja, responsável pela pequena produção doméstica que era parte importante do abastecimento familiar, do cuidado com os filhos e enfermos.

Ainda há traços nessa divisão sexual do trabalho da casa enquanto unidade tradicional de produção (S. ALVES, 2013), sendo a hierarquização e separação aí observadas decorrentes mais do que Engels (2019) apresenta como constituição da própria família frente à propriedade privada, do que da cisão completa entre produção e reprodução que iria ocorrer nos EUA apenas algumas décadas mais tarde. Sobre essa perspectiva de rearranjo, destaca Perrot (2017):

A economia política reforça essa visão das coisas, ao distinguir produção, reprodução e consumo. O homem assume a primeira e a mulher o terceiro, e cooperam na segunda. A concepção de uma economia doméstica feminina se desenha nos tratados do final do século XVIII e início do século XIX (...) A administração do orçamento é o pivô desse novo ramo da economia política. Mais tarde, no século XX, com a eletricidade e as "artes domésticas", a dona de casa se tornará uma espécie de engenheira, comandando as máquinas de uma cozinha-fábrica (p.187-188).

Não há nenhum dissenso acerca dessa origem ideológica. É bastante claro que, seja em seu formato no século XIX, ou em sua emergência enquanto *Home Economics* no século XX, todos os autores que se debruçam sobre o tema apontam a origem da Economia Doméstica em certos aspectos da divisão sexual do trabalho, refletida na naturalização das atividades femininas, e em certo vocacionalismo. A questão que se coloca é, por que a Economia Doméstica só surgiu enquanto instituição pedagógica em meados de 1800, se as ideias pedagógicas sobre as quais se ergueu não eram necessariamente um fenômeno típico do século XIX? Levantamos duas hipóteses provisórias: a primeira, de caráter sociopolítico. A série de convulsões sociais que se sucederam desde o século XVIII, descritas bem por Hobsbawm (2016), mudaram consideravelmente as estruturas sociais vigentes. Nos EUA, haveria ainda uma efervescente discussão política em torno da economia do país, de suas

estruturas básicas e do abolicionismo. Esse contexto fez, por um lado, surgir certo aguçamento em torno de uma suposta "harmonia social" e reestabelecimento das instituições sociais. A segunda, de caráter técnico. Com o desenvolvimento tanto da ciência, quanto das tecnologias, algumas áreas lograram bastante êxito no desenvolvimento de suas teorias e pressupostos. Caso que, conforme demonstra também Hobsbawm (2018a), foi observado principalmente nas ciências exatas e biológicas no decorrer do século XIX. Isso significa dizer que havia condições materiais sólidas para promover uma ruptura entre aquele conhecimento sobre o espaço doméstico senso-comunizado e cotidiano e suas formas de transmissão. Existia, portanto, uma necessidade e, finalmente, as condições concretas de satisfaze-la.

Enquanto instituição pedagógica, a Economia Doméstica consolidou-se em um formato pouco centralizado e condensado, representando ora uma posição política, ora um conjunto de conhecimentos técnicos aplicados a um contexto específico - o doméstico. Por isso, efetivou-se pelas vias da educação não formal, em clubes de mulheres, clubes de jovens, manuais técnicos, revistas, jornais e cursos livres. Parece que também se efetivou por vias informais, uma vez que seu objetivo era o uso aplicado ao cotidiano imediato. Por isso, apresentava-se como uma construção também em torno da sistematização das tradições, que as autoras da área julgavam ter perdido historicamente a importância no contexto familiar.

Necessário perceber, no entanto, que a Economia Doméstica só pode estabelecer-se como instituição justamente no ponto em que se promove um distanciamento entre trabalho e educação no que concerne às atividades domésticas. A ruptura entre trabalho e educação é extrema no capitalismo, em que o caráter educativo - no sentido *lato* do termo - do trabalho é esvaziado, atribuindo a uma instituição específica a tarefa de educar os sujeitos das novas gerações para a integração social, tornando o trabalho por outra via alienado (SAVIANI, 2007). Esse movimento de ruptura vai encontrar na escola o formato institucional mister para realizar-se, cooptando também o próprio processo educativo enquanto alinhado à disciplina para o trabalho alienado (ENGUITA, 1989). Nos parece prudente afirmar que, o surgimento da Economia Doméstica, indica processo similar. Sua construção enquanto instituição pedagógica representa essa tentativa de retirar do seio da socialização no ambiente doméstico, do curso do cotidiano e das trocas geracionais a função de "transmissão" dos conhecimentos sobre essa prática. Beecher (1841) defende explicitamente a necessidade de arrancar do curso cotidiano esse processo educativo e atribuí-lo às instituições educacionais específicas, argumentando implicitamente que a complexificação da sociedade e o avanço nas distintas

áreas do conhecimento tornaram problemático manter trabalho doméstico e educação para o trabalho doméstico como parte de uma certa práxis. Parloa, de certa maneira, faz parte de um movimento similar do final do século XIX em que a emergência dos "grupos de especialistas" passa a ser detentor da legitimidade desse processo de educação, porquanto não havia ainda obtido êxito em se tornar formal.

Esse formato institucional específico leva a crer que os materiais pedagógicos pelos quais se efetivou eram, em sua maioria, aqueles que pudessem assumir o formato de manual e publicações técnicas de ampla divulgação e alcance, visto que, ainda em fase embrionária, a Economia Doméstica tinha a intencionalidade de atingir um grande público, difundir-se e popularizar-se. A ausência - pelo menos até a última década do século XIX - de instituições expressivas espalhadas pelos EUA que ofertassem cursos da área também colocavam os manuais, jornais, revistas e periódicos em uma função central nesse papel de propagação das ideias.

Se o caráter "manualesco" era o marco central dos materiais pedagógicos, é de se esperar que os principais agentes pedagógicos da Economia Doméstica do século XIX eram as autoras/autores⁴⁶ desses materiais. Pelo caráter não formal que possuía e pela forma específica de propagação das ideias, a figura do autor apresentava-se como principal agente pedagógico. Os agentes pedagógicos eram pouco legitimados pela formalidade, com exceção dos autores mais conhecidos que eram oriundos de campos distintos - a exemplo de Beecher, considerada uma educadora reformista e Parloa, professora de culinária.

No entanto, é importante lembrar que, em algum grau, pelo próprio caráter de aplicação cotidiana dos conteúdos sistematizados, a Economia Doméstica em seus primórdios também parecia efetivar-se nas práticas das próprias mulheres que, utilizando os conhecimentos apreendidos, acabavam por instituir a Economia Doméstica em suas famílias, pequenos círculos familiares e comunidades. No ponto em que se tornava extremamente informal - ali onde a cisão educação e trabalho ainda não estava levada ao extremo, mas posta enquanto perspectiva - o principal agente pedagógico dessa forma embrionária da Economia Doméstica era, de fato, a mulher que dela se apropriava e fazia novas adeptas. De certo que essa dimensão do agente pedagógico da Economia Doméstica não iria perdurar rumo ao final do século XIX, visto que o avanço da ciência do fim do século faria emergir certo culto às especialidades e aos assuntos dos especialistas. Mas parece importante destacar que essa forma inicial de efetivação da Economia Doméstica, conectada com o cotidiano e com os

⁴⁶ Apesar de ser uma área majoritariamente feminina, há publicações catalogadas pelo HEART de autoria masculina.

materiais e agentes difusos, foi fundamental para gerar as condições da proposta de *Home Economics* que apareceria no século XX.

Essas características nos levam a pensar que os rituais pedagógicos envolvidos eram, portanto, bastante inespecíficos. Por ser uma instituição ainda difusa, pouco centralizada, os rituais eram pouco burocráticos e coercitivos. Estavam baseados na difusão massiva de uma cosmovisão, inflamada por um conjunto de ideias similares. Mas, como ainda dependia de certo caráter auto propositivo para realizar-se - ou seja, as mulheres deveriam se interessar pelo conteúdo para submeterem-se aos procedimentos de apreende-lo - entende-se que os rituais dessa Economia Doméstica do início do século XIX eram, ao que tudo indica, apenas fragmentos dispersos.

CAPÍTULO II

A institucionalização da Economia Doméstica: uma transição pedagógica

Sabemos que a delimitação aqui adotada é puramente arbitrária, mais para efeitos expositivos do que propriamente correspondente da realidade concreta. Isso quer dizer que, embora nossa opção tenha sido por destinar o Capítulo I aos eventos ocorridos no século XIX e o Capítulo II aos eventos que se sucederam na primeira metade do século XX, considerar os fenômenos exatamente circunscritos nessas etapas é, em si mesmo, anti-dialético.

Por isso, antes de adentrarmos os eventos que marcam uma virada importante da Economia Doméstica no século XX, é preciso uma importante digressão. Sua origem parece coincidir com o que Hobsbawm (2018a) classifica como fim da Era das Revoluções e início da Era do Capital, em que há um sentimento generalizado de que o capitalismo ascendeu de forma permanente contribuindo para melhorias nas vidas das pessoas e da sociedade como um todo - resultado extensivo de revoluções políticas e econômicas que ocorreram nos períodos precedentes. Mostramos no capítulo anterior como a Economia Doméstica emergiu com determinada função político-ideológica e pareceu fixar-se no decorrer das décadas ancorando-se, sobretudo, nos avanços tecnológicos conquistados à época - que ainda eram de certa forma esparsos, sobretudo na área social.

Não podemos perder de vista, claro, a processualidade dessa transição. A partir de 1885, por exemplo, começou a ser publicado o periódico mensal *Good Housekeeping*,⁴⁷ detalhado como “um jornal da família” e destinado aos “lares do mundo”. Somado com o aumento expressivo de publicações na área - entre as quais incluem-se os livros de Miss Parloa - esse movimento demonstra claros sinais de institucionalização da Economia Doméstica, que se tornaram mais frequentes e mais presentes já na segunda metade do século XIX, cuja principal forma de difusão estava dada nos itens impressos de livre circulação - um certo caráter “manualesco”.

Ellen Richards, considerada por muitos como a fundadora institucional da Economia Doméstica, tem inclusive suas primeiras publicações datadas em período similar, com “*Food Materials and Their Adulterations*”⁴⁸ em 1885, “*The Chemistry Of Cooking and Cleaning: Manual Four House Keepers*”⁴⁹ em 1897 e “*Plain Words About Food: The Rumfford Kitchen Leaflets*”⁵⁰ em 1899. O que nos interessa nessa classificação proposta é que as publicações ocorridas nesse período têm mais similaridades com aqueles elementos apresentados no

⁴⁷ Em tradução livre: “Boa Arrumação” ou “Boa Manutenção da Casa”.

⁴⁸ Em tradução livre: “Composição dos alimentos e suas adulterações”.

⁴⁹ Em tradução livre: “A química de cozinhar e limpar: manual para as governantas”.

⁵⁰ Em tradução livre: “Palavras simples sobre o alimento: Os folhetos da cozinha de Rumfford”.

capítulo anterior, do que com a nova configuração institucional que se estabeleceria a partir da virada do século.

Mas há, ainda, outro ponto importante que vai marcar definitivamente a virada do século no que tange à institucionalização da Economia Doméstica: a publicação do “*Act of July 2, 1862*” (UNITED STATES GOVERNEMENT, 1862), também conhecido como *Morril Act*, que implementou os *Land-Grant Colleges* nos EUA.

O *Morril Act* estabeleceu as diretrizes gerais para implantação nos EUA de colégios cujo objetivo central deveria ser o fortalecimento da agricultura e das “artes mecânicas”. O Governo dos EUA disponibilizou, portanto, milhares de hectares de terras para o uso dos estados e territórios na implantação desses colégios, que deveriam priorizar um ensino mais prático, direcionado à aplicabilidade imediata, *in loco* e à realidade da produção agrícola. Com esse marco legal, o Estado passou a fomentar o surgimento de variadas instituições pedagógicas, como a extensão universitária, a extensão rural e a Economia Doméstica. Como abordaremos essas duas primeiras mais adiante, vamos nos ater, por ora, ao incentivo concreto que o *Morril Act* representou para a institucionalização da Economia Doméstica.

Se Catherine Beecher, por volta de 1841, legislava pela adoção da Economia Doméstica como modelo de ensino universal feminino, e algumas décadas depois a sua proposta de área de conhecimento encontraria difusão e capilaridade apenas no formato secundário de manuais de conduta, manuais técnicos e escolas com outras finalidades, a implantação dos *Land-Grant Colleges*, cuja gênese já estava dada em um ensino mais pragmático e orientado à aplicabilidade imediata, seria crucial para que a Economia Doméstica, enfim, pudesse caminhar na direção de uma institucionalização diferenciada.

Retornando a Cury (1989), é importante destacar novamente que as instituições pedagógicas podem estabelecer-se como formais, não formais e informais. A Economia Doméstica parece ter emergido de uma difusa instituição informal para uma instituição não formal na metade do século XIX, cujos agentes, materiais e rituais pedagógicos ainda estavam distribuídos em distintas áreas, não oficializados pelo Estado e mais ou menos legitimados por alguns estratos sociais. A implantação dos *Land-Grant Colleges* parece ter sido crucial para uma mudança drástica. Com a demanda de um ensino destinado ao rural e que fosse considerado prático e utilitário, a Economia Doméstica encontraria uma via de institucionalização dentro do sistema formal de educação. Segundo Heggestad (2005):

Until that time, American higher education had focused largely on teaching the classics and on preparing young men for white-collar professions such as medicine, law, and the ministry. The Morrill Act mandated a wider mission for the institutions it funded, covering not only the traditional curriculum,

but also research and instruction in practical areas of endeavor. These included what were called the "mechanic arts," but the major emphasis was on agriculture, given that the United States was at that time still a predominantly agrarian society. Unlike most private colleges, the land-grant schools were open to women, and, over time, a belief emerged that farmers' wives were also in need of scientific training in order to carry out what was then understood to be their role in rural life: management of the household. Activities such as cooking, housecleaning, sewing, laundry, care of the sick, and sanitation were all to be transformed and modernized through the application of scientific theories and techniques. In the last decades of the nineteenth century, the land-grant schools, along with a few private institutions, established courses of instruction in what was generally called "domestic science"⁵¹ (s/p).

Essa digressão é importante para entender um ponto fundamental nesse processo: muitos autores delimitam que a Economia Doméstica surgiu, formalmente, no início do século XX enquanto *Home Economics* pela *American Home Economics Association* (AHEA),⁵² cujo principal nome remete, sem dúvida, ao de Ellen Richards. A apresentação dos fatos dessa maneira leva as interpretações das causas de tal criação ter sido um resultado da preocupação e vontade de um grupo de mulheres que, reunidas para debater questões técnicas e sociais, estabeleceram os marcos iniciais da Economia Doméstica. Seguir por esse caminho de interpretação é, sem dúvida, ignorar mais de meio século de história e colocar uma sombra nas verdadeiras ideias embrionárias que poderiam nos auxiliar a entender o conjunto de ideias pedagógicas - e mediações, claro - que tornaram possível a efetivação da Economia Doméstica. Não devemos esvaziar a importante contribuição da AHEA nessa empreitada, que abordaremos logo em seguida, mas é importante sinalizar que somente a vontade de um grupo específico de mulheres jamais teria logrado sucesso sem as condições materiais específicas para que tais ideias se efetivassem. Nesse contexto, as mudanças do final do século XIX e em especial o *Morrill Act*, parecem ter propiciado tais condições.

⁵¹ Em tradução livre: "Até aquela época, o ensino superior americano havia se concentrado principalmente no ensino dos clássicos e na preparação de jovens para profissões de colarinho branco, como medicina, direito e ministério. O Morrill Act determinou uma missão mais ampla para as instituições que financiou, cobrindo não apenas o currículo tradicional, mas também a pesquisa e a instrução em áreas práticas de atuação. Estas incluíam o que se chamava de "artes mecânicas", mas a ênfase principal era na agricultura, dado que os Estados Unidos ainda eram uma sociedade predominantemente agrária. Diferentemente da maioria das faculdades particulares, as escolas de concessão de terras estavam abertas às mulheres e, ao longo do tempo, surgiu a crença de que as esposas dos agricultores também precisavam de treinamento científico para realizar o que era entendido como seu papel na vida rural: gestão da unidade familiar. Atividades como cozinhar, limpar a casa, costurar, lavar roupas, cuidar dos doentes e sanitizar deveriam ser transformadas e modernizadas através da aplicação de teorias e técnicas científicas. Nas últimas décadas do século XIX, as escolas de concessão de terras (land-grant colleges), juntamente com algumas instituições privadas, estabeleceram cursos de instrução no que era geralmente chamado de "ciência doméstica".

⁵² A AHEA seria oficialmente formada apenas mais tarde, em 1908. No entanto, escolhemos nos referir aos documentos das Lake Placid Conferences como documentos da AHEA porque a formação de ambas está imbricada.

O modelo originalmente proposto por Catherine Beecher tornou-se fracamente operacionalizável nas instituições tradicionais dos EUA, até que uma modificação expressiva - como foi o caso dos *Land-Grant Colleges* - pudesse fornecer as condições necessárias para que um ensino feminino, generalista e voltado ao que se considerava ser vocacionalmente atribuído à mulher fosse implementado.

Embora a AHEA - hoje intitulada *American Association of Family and Consumers Sciences* (AAFCS) - atribua o surgimento da Economia Doméstica enquanto um desejo de Richards e suas seguidoras que “[...]believed that the application of science to domestic issues could help save society from the social disintegration that was taking place at the turn of the century”⁵³ (AAFCS, 2019, p.1), alguns apontamentos históricos, como o apresentado pela *Cornell University*, coadunam com a origem que destacamos anteriormente, uma vez que:

At the turn of the 20th century, home economics was a critical pathway into higher education for American women, largely associated with co-educational land grant institutions such as Cornell. From its inception, collegiate home economics was multidisciplinary and integrative with an emphasis on science applied to the real world of the home, families and communities⁵⁴ (CORNELL UNIVERSITY, 2001, s/p.).

O termo *Home Economics* é, de fato, uma atribuição exclusiva ao grupo formado por Ellen Richards e suas seguidoras, que a partir da virada do século promoveram dez conferências anuais que ficaram conhecidas como *Lake Placid Conferences*. Richards era já famosa à época, não só pelas publicações influentes, mas também por ter sido a primeira mulher a obter uma graduação no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Lopes (1995) demonstra, no entanto, que a presença de Richards no MIT esteve longe de ser harmoniosa e que, de certa maneira, o interesse dela em construir uma área de conhecimento aplicada que se apropriasse dos conteúdos da química e da engenharia sanitária para o ambiente doméstico pode estar relacionado com a busca de legitimidade entre seus pares, cuja aceitação seria mais provável se Ellen, enquanto mulher, ficasse a cargo de um “braço” do Instituto que tivesse conexões específicas com o “mundo feminino”.

A primeira das *Lake Placid Conferences* anual ocorreu em setembro de 1899, em Nova York, e foi descrita em seu documento oficial como o resultado de “[...] um tempo para

⁵³ Em tradução livre: “acreditavam que a aplicação da ciência às questões domésticas poderia ajudar a salvar a sociedade da desintegração social que estava ocorrendo na virada do século. “

⁵⁴ Em tradução livre: “Na virada do século XX, a economia doméstica era um caminho crítico para o ensino superior para as mulheres americanas, em grande parte associado a instituições dos land-grant co-educacionais, como Cornell. Desde a sua criação, a economia doméstica colegial era multidisciplinar e integradora, com ênfase na ciência aplicada ao mundo real do lar, famílias e comunidades”.

algumas ações em conjunto daqueles mais interessados na ciência doméstica, ou economia dos lares [...]” (AHEA, 1901, p.1. Tradução nossa). O convite foi enviado pelo *Lake Placid Club* para aquelas consideradas mulheres interessadas na temática, seguindo com uma lista de assuntos “sugeridos para discussão”. Entre os assuntos sugeridos destacam-se: o interesse em promover um levantamento bibliográfico na área, com recomendações de uso; a intenção de promover um levantamento sobre as experiências em Economia Doméstica que se desenvolveram nos EUA e na Europa; o preparo de uma série de “*papers*” e “*brochures*” na área de Ciência Doméstica, especialmente aqueles da área de alimentação e nutrição que seriam difundidos pelo Departamento de Agricultura dos EUA; a intenção de fomentar uma discussão acerca da possibilidade de ampliar a oferta em escolas específicas ou naquelas já em atividades; treinar professoras em Ciências Domésticas; pensar como as ciências domésticas poderiam auxiliar a mulher em seu próprio trabalho; discutir sobre a Ciência Doméstica nos “*farmers institutes*”;⁵⁵ pensar em um método adequado de cooperação entre as estações experimentais e as escolas de Ciências Domésticas; e pensar em um nome adequado que interpretasse melhor o trabalho executado.

As três últimas questões postas merecem um destaque especial: a intencionalidade de discutir a Economia Doméstica em sua atuação nos institutos de caráter agrícola, que foram instituídos com o *Morril Act*, e em colocá-la à serviço das estações experimentais - parte fundamental do modelo institucional dos *Land-Grant Colleges* estadunidenses - demonstra a tentativa de estabelecer uma conexão direta e mais forte com certo modelo institucionalizado de educação que possibilitaria a ampliação e difusão da Economia Doméstica. No documento de 1899 é possível perceber também o uso do termo “*domestic science*”, que aparece pela primeira vez na proximidade da virada do século. Esse é um marco importante, uma vez que toda a trajetória da Economia Doméstica pelo século XX será marcada pela tentativa de estabelecer-se como uma ciência, almejando para si os métodos, instrumentos e rigor das ciências exatas e biológicas - uma certa “emulação” dos campos e áreas tipicamente masculinas (LOPES, 1995).

Sobre a última questão posta, o documento da AHEA (1899) expõe:

After full discussion the name “Home Economics” was agreed on as the title preferable for the whole general subject and it was determined to consider it a distinct section of the general subject of economics, so that it should find a logical place in the college and university course and not be confused with the mere “household arts” often taught under larger names⁵⁶ (p.4-5).

⁵⁵ Nome também usado para designar os Land-Grant Colleges.

⁵⁶ Em tradução livre: “Após discussão completa, o nome ‘Home Economics’ foi acordado como o título preferível para o objeto em geral e foi determinado a considerá-lo uma seção distinta do assunto geral da

Pode-se perceber que a primeira conferência buscou não apenas estabelecer um nome diferente para a Economia Doméstica, mas as mulheres presentes preocuparam-se também em promover uma diferenciação do que estavam propondo e do que designaram ser uma categoria mais genérica chamada “artes do lar” - as mesmas artes as quais se referia Catherine Beecher de forma otimista. O documento da AHEA deixa claro que o objetivo era transformar a Economia Doméstica em uma ciência que pudesse comportar o método científico em seu rigor e ser objeto de estudo nas escolas e universidades. Assim surgiu, efetivamente, a *Home Economics*, uma versão fortemente institucionalizada da Economia Doméstica com aspiração à disciplina acadêmica e científica.

No campo do fenômeno educativo, operou-se uma importante transição da Economia Doméstica do século XIX e daquela do início do século XX. Como demonstrado no capítulo anterior, a emergência da Economia Doméstica enquanto instituição pedagógica tem mais a ver com determinada divisão sexual do trabalho e com as drásticas mudanças que decorreram da Revolução Industrial do que com a tentativa de estabelecer um campo profissional ou de saber científico. Sua principal representante, Catherine Beecher, era uma defensora de que a mulher não deveria ocupar-se da ciência, mas fazer uso das descobertas científicas em prol de suas atividades domésticas e do bem-estar de sua família. A Economia Doméstica que prosperou no século XIX tinha raízes no trabalho reprodutivo, em estabelecer novas condições para que as mulheres se voltassem ao trabalho doméstico e às suas “ocupações naturais”. A Economia Doméstica do início do século XX, por sua vez, parecia ter outras aspirações. Embora ainda fortemente enraizada no vocacionalismo e no trabalho reprodutivo, sua intencionalidade estava em tornar-se campo do saber, com leis, métodos e instrumentos próprios, identificada por suas praticantes como uma “seção distinta do assunto geral da economia”⁵⁷ e cuja utilidade imediata por aquelas que apreendiam seu teor passava a ter caráter secundário. Estava iniciada uma transição do campo da educação não formal para a educação formal.

Essas mudanças demonstram uma modificação dialética entre ideias e instituições pedagógicas, em convergência com o proposto por Cury (1989) acerca da percepção do fenômeno educativo. Transformações nessa esfera resultarão, por conseguinte, em modificações observáveis no plano dos materiais, agentes e rituais pedagógicos. Uma instituição que se efetivava majoritariamente pela educação não formal necessitará promover

economia, de modo que ele deve encontrar um lugar lógico na faculdade e curso universitário e não ser confundido com as meras ‘artes domésticas’ ensinadas frequentemente sob uma variedade de nomes.

⁵⁷ AHEA (1901).

transformações em todos os componentes do fenômeno educativo para efetivar-se via educação formal.

Mas é preciso colocar uma pergunta para não correremos o risco de fazermos uma proposição idealista: se as mudanças das ideias pedagógicas e instituições pedagógicas - responsáveis por perpetuar essas ideias - são observáveis nessa virada do século, o que, de fato, impulsionou tais mudanças? Sabemos que as ideias, enquanto abstração, precisam ter um correspondente objetivo. Tornemos aqui a situar os fenômenos nos eventos analisados por Hobsbawm (2016; 2018a; 2018b), para compreendermos na perspectiva de uma história mais global quais mudanças sociais ocorreram nesse curso. A Economia Doméstica da qual tratamos no capítulo anterior emergiu na Era do Capital, em que a ciência apresentava conquistas relevantes, dentre as quais Hobsbawm (2018a) destaca o darwinismo, que iria influenciar sobremaneira as demais áreas do pensamento, representando um “triunfo” da história sobre as demais disciplinas e modificando o prisma das perguntas que eram feitas à época.

Nesse mesmo período, embora o que viria a ser mais tarde as Ciências Sociais já demonstrasse sinais de seu desenvolvimento, caso da antropologia e da sociologia, poucas foram as obras verdadeiramente influentes e de impacto significativo, com a exceção do marxismo (HOBSBAWM, 2018a). A Economia Doméstica surgiu nesse contexto, enquanto uma proposta que incorpora os avanços das áreas biológicas, principalmente do darwinismo, e alguns elementos das fracas ciências sociais da época (SIMÃO, 2016; LOPES, 1995). Mas, como demonstra Hobsbawm (2018a) “apesar de tudo, mesmo entre os livre-pensadores, uma nostalgia pela religião permaneceu” (p.278). O que exemplifica o destaque central dado pelos elementos do cristianismo e seu consequente conjunto de preceitos moralistas que se sucederam nos materiais e discursos da Economia Doméstica pela segunda metade do século XIX.

No entanto, a partir de 1875, justamente onde nos parece haver uma guinada da Economia Doméstica a outros rumos, Hobsbawm (2018b) situa uma importante mudança global que inauguraria a Era dos Impérios. O fim do século XIX era compreendido como “o fim de um longo século” que, contrastando com as intensas conturbações das revoluções de suas primeiras décadas, findou-se sob a emergência da *Belle Époque* (GRUNER, 2019). A economia modificava-se como decorrente tanto do desenvolvimento industrial da Europa, como do progresso experimentado na América do Norte, marcando domínios muito mais amplos do que a Era do Capital havia registrado (HOBSBAWM, 2018b). Era o início da fase

imperial do capitalismo, que começou a se expandir em formas sem precedentes e cujos resultados imediatos apresentaram-se com uma sensação generalizada de progresso e bem-estar para todos (*Op. cit.*).

Ainda que essa sensação fosse apenas ilusória em muitos aspectos, esse período acabou resultando em melhores condições para os trabalhadores que conseguiram aumentos de salário reais e maiores facilidades em sua organização (GRUNER, 2019). O progresso econômico e tecnológico, portanto, marcou o desenvolvimento de diversas áreas, da economia à legislação trabalhista, passando pelo desenvolvimento das ciências e surgimento de uma “cultura de massa”.

É nesse bojo que nos parece situar a importante mudança da Economia Doméstica. Acompanhando as efervescentes transformações à época, da estética à tecnologia, seu anseio em tornar-se uma ciência, parte do ensino regular e acadêmico, afastando-se do cunho moralista e generalista que assumiu em meados do século XIX, reflete uma virada de século que foi intensamente marcada pela crença otimista no progresso técnico e científico. Do qual, parece, a Economia Doméstica almejava fazer parte. Por isso observamos na extensa pauta da primeira *Lake Placid Conference*, uma preocupação em estabelecer as diretrizes gerais para essa “nova proposta” - que se divorciava da proposta original, marcada por elementos de outra ordem.

Dessa maneira, analisando as publicações disponibilizadas pelo projeto HEART, compreende-se porque no período de 1850-1900 o número de materiais da área praticamente dobrou e viria, nas décadas seguintes, a apresentar um expressivo acréscimo. Só nas primeiras duas décadas do século XX, entre 1900-1919, o número de publicações catalogadas seria mais do que o dobro de todas aquelas registradas no século anterior. É possível observar um considerável aumento das publicações generalistas sobre Economia Doméstica, que passaram de 29 no século XIX para cerca de 124 só nas duas primeiras décadas do século XX. É possível observar também que, de maneira geral, a Economia Doméstica institucionalizou-se em torno daquelas três áreas de conhecimento que já demonstravam mais desenvolvimento nas últimas décadas do século anterior: Vestuário e Têxteis, Habitação e Decoração, e Técnicas Dietéticas, Alimentação e Nutrição. Os dados disponibilizados pelo HEART para o período de 1900-1912 podem ser visualizados no Gráfico a seguir.

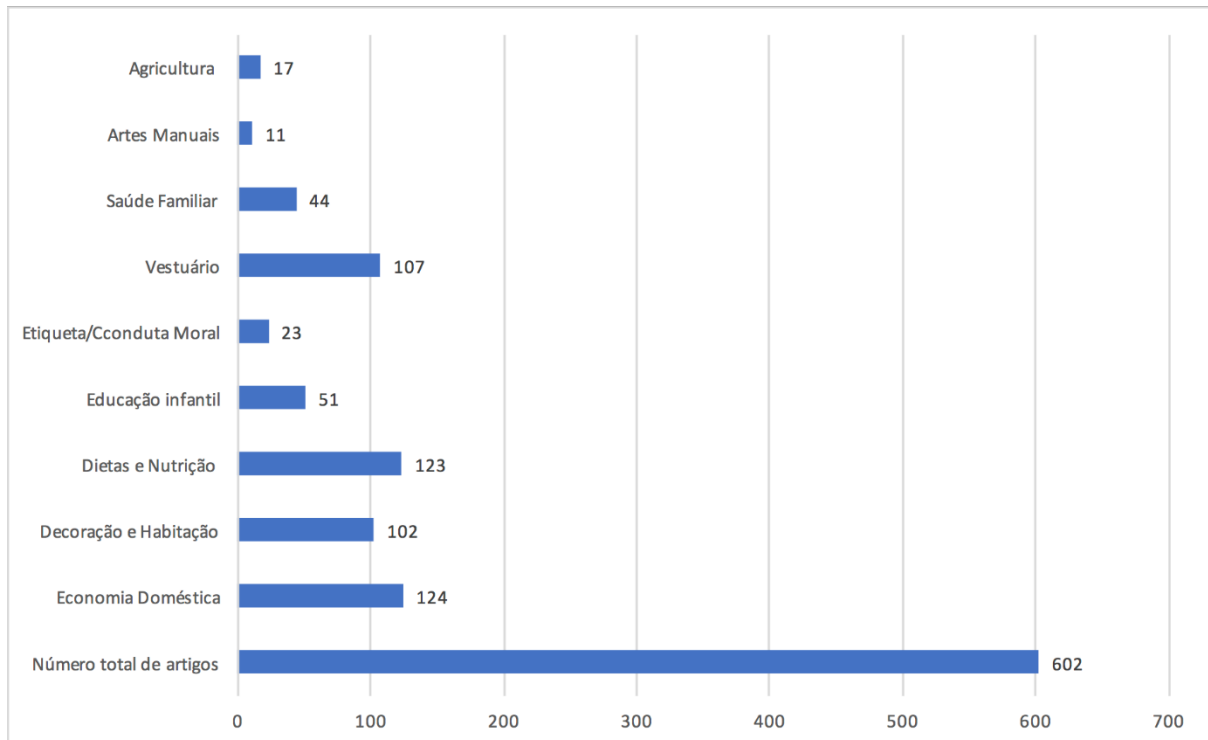


Gráfico 2 - Classificação por área dos periódicos catalogados pelo HEART project (1900-1912).

Fonte: Adaptado do *HEART Archive*, 2020

Importante ressaltar que o avanço nestas áreas específicas reflete o contexto do desenvolvimento tecnológico, científico e estético da época. O incremento expressivo das publicações se deu pela forte influência do desenvolvimento estético, sobretudo na área da arquitetura e do design de moda, reflexo direto da *Belle Époque* (HOBSBAWM, 2018b; GRUNER, 2019). As publicações da área de Vestuário e Têxteis também foram influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico aplicado à indústria têxtil e o aumento da variedade de produtos dessa natureza para o consumidor final. Por sua vez, o aumento das publicações da área de Técnica Dietética, Alimentação e Nutrição refletem o avanço da biologia, da medicina, da agricultura, da engenharia sanitária e da química. Importante lembrar que Ellen Richards era do Departamento de Engenharia e Química Sanitária do MIT e que, originalmente, a proposta de *Home Economics* orbitava principalmente em torno desses conteúdos. Além disso, a aproximação da proposta formulada nas *Lake Placid Conferences* se apropriou da concepção de eutenia, fortemente defendida por Ellen Richards e que, em grandes partes, explica as diretrizes gerais da Economia Doméstica no início do século XX.

Para compreendermos melhor os principais elementos envolvidos nessa empreitada, analisaremos, portanto, duas obras específicas que auxiliam a remontar a Economia Doméstica em sua fase *Home Economics* do início do século XX. São elas: "*The Cost Of*

Shelter" (1905) e "*Euthenics*" (1912), ambas de Ellen Richards.

"The Cost Of Shelter"⁵⁸ e "Euthenics"⁵⁹ de Ellen Richards

Ellen Richards é o nome mais proeminente no surgimento da Economia Doméstica como profissão e proposta científica. De origem humilde do estado de Massachusetts, nos EUA, foi a primeira e por muito tempo também a única mulher a frequentar o MIT (HEGGESTAD, 2005). Embora diversos documentos demonstrem que sua entrada no Instituto não foi harmoniosa - como o fato dela não possuir inicialmente uma matrícula regular - sem dúvidas sua trajetória no Instituto foi fundamental para que os elementos em torno da Economia Doméstica materializada na *Home Economics* surgissem (LOPES, 1995).

Como abordamos no início desse capítulo, o contexto social e político do início do século XX fez emergir uma proposta diferente de institucionalização da Economia Doméstica, cujos elementos centrais passaram a ser a constituição de uma disciplina científica, uma profissão intervencionista e a consolidação de uma Ciência Doméstica. Demonstramos também, analisando duas obras de Miss Parloa, que o avanço do conteúdo de origem técnico-normativo já era uma constante na Economia Doméstica, que viria a acentuar-se claramente em sua forma "científica".

Por isso se justifica a escolha das duas obras aqui analisadas: pelo caráter generalista, normativo e técnico com o que se apresentam enquanto constituintes de uma proposta da *Home Economics* do início do século XX. A primeira das obras, "*The Cost Of Shelter*", foi publicada no contexto eufórico da realização das *Lake Placid Conferences*, representando o reflexo da *Belle Époque* e também da emergência da *Home Economics*. A segunda, "*Euthenics*", publicada alguns anos mais tarde, contextualiza a consolidação da AHEA e os planos iniciais de ampla difusão da Economia Doméstica em seu formato de Ciências Domésticas.

Como a produção científica reflete os traços de uma sociedade (JAPIASSU, 1975), toda a produção em torno do que se pretendia ser uma Ciência Doméstica estava ancorada nos pressupostos científicos hegemônicos do início do século. Assim, a Economia Doméstica passaria a almejar a adoção de uma suposta neutralidade, de métodos específicos às ciências exatas e biológicas e iria aderir à normatização dos espaços e vidas como o princípio de sua prática, legislando um afastamento ideológico. Conforme também argumenta Japiassu (1975),

⁵⁸ Em tradução livre: "O Custo da Concha".

⁵⁹ Em tradução livre: "Eutenia".

"as ciências da educação, na medida em que tentam eliminar as ideologias, para se tornarem científicas, são produtoras de ideologias e de sistemas valorativos" (p.25). A Economia Doméstica, portanto, seguiu tal caminho. Não era, vale ressaltar, um projeto isolado, visto que todas as ciências humanas e sociais, sempre que puderam, incorporaram os métodos científicos aceitos e utilizados nas ciências exatas e biológicas (HOBSBAWM, 2018b).

Em "*The Cost Of Shelter*" Ellen Richards introduz a obra com uma nota explicando que a unidade doméstica⁶⁰ existe por uma razão específica, perpassando em todas as possibilidades o modelo de uma aliança entre dois ou mais indivíduos, seja para se protegerem contra o mundo externo ou para se beneficiarem mutuamente. O livro é escrito em oito capítulos, sem uma divisão clara entre conteúdos morais e aqueles de ordem técnica, conforme era padrão percebido nas obras anteriormente analisadas.

Na introdução, Richards situa o leitor sobre sua abordagem ao considerar a casa como sinônimo de "lar", o refúgio responsável por unir a família e por fundar a sociedade. Percebe-se a prevalência de um tom narrativo romântico, cujo contraste com a insistência política de Beecher ou com a objetividade pragmática de Miss Parloa é notável. É importante, no entanto, não se deixar enganar: a autora possui a pretensão narrativa de explicar tanto os aspectos afetivo-emocionais quanto os sociológicos a partir de como as pessoas se organizavam em seu cotidiano doméstico. Sua intencionalidade, mesmo que de início soe extremamente romantizada e pautada em uma pretensa alusão da casa como espaço dos bons afetos, é a de relacionar o ambiente doméstico bem planejado e gerido com a imagem de uma família saudável e, conseqüentemente, com a de uma sociedade promissora.

O saudosismo evocado por Richards tem também um contraste almejado: situar o leitor frente às mudanças aceleradas percebidas no estilo de vida e na dinâmica da vida doméstica. A autora descreve que as formas de cotidiano típicas do passado, de um país agrário e com unidades domésticas que se organizavam em torno das atividades artesanais e da subsistência, davam lugar a um novo doméstico:

The very essence of that life was the making of things, the preparation for winter while it was yet summer, the furnishing of the bridal chest years before marriage. Fancy a bride to-day wearing or using in the house anything five years old! There are no more pioneer and colonial communities on this continent. Railroads and steamboats and electric power have made this rural life a thing of the past⁶¹ (RICHARDS, 1905, s/p.).

⁶⁰ *Household*.

⁶¹ Em tradução livre: "A própria essência daquela vida era a produção de coisas, a preparação para o inverno, enquanto ainda era verão, o fornecimento do enxoval anos antes do casamento. Imagine uma noiva vestir ou usar na casa qualquer coisa de cinco anos atrás! Não há mais comunidades pioneiras e coloniais neste continente. Estradas de ferro, barcos a vapor e energia elétrica tornaram essa vida rural uma coisa do passado".

O fio condutor de *"The Cost..."* é um mundo industrializado cujas condições de mudanças constantes se apresentam como ameaças direcionadas às famílias, sobretudo aos jovens casais que são considerados "novas famílias". Nessa perspectiva, a obra se dirige especificamente aos jovens, descritos por Richards como eufóricos e sedentos por "auto aperfeiçoamento", que têm investido cada vez mais aos estudos e se inclinado cada vez menos ao casamento e aos hábitos saudáveis no ambiente doméstico. A solução proposta pela autora, portanto, retorna ao ponto de partida: a casa/lar. Isso porque, Richards defende um ponto de vista a partir do qual o ambiente determina as condições gerais de vida e, portanto, a casa, em sua perspectiva, é a principal condição do sucesso ou fracasso de uma família. Segundo seus argumentos, a principal causa de "fricções" entre os jovens casais advém de assuntos "sobre a casa" e isso acaba repelindo a família para condições de vida sob as quais não conseguem se sustentar.

Importante destacar que Richards fala especificamente de um contraste entre um jovem do campo comparado um jovem urbano, cujo desinteresse desse último pela construção e pela manutenção de itens básicos de seu cotidiano - como suas residências - é uma marca extremamente negativa e se prolonga sobre todos os aspectos de sua vida. Apesar de sempre mencioná-los enquanto "*young people*" é claro seu desígnio ao casal urbano mas, dirigindo-se mais especificamente à mulher. E aqui, ressalta um argumento constante em sua obra e nas publicações que podem ser vistas na mesma época: a sensação de total despreparo das mulheres para lidar com a vida doméstica, e uma consequente culpabilidade dessas pelo que pode ser percebido como uma falta de interesse em buscar aperfeiçoamento ou ainda, em alguns trechos, uma atitude subestimada dessas mesmas mulheres com as responsabilidades domésticas. O texto perpassa uma certa nostalgia em que a vida do "jovem casal do campo", imbuído em outro cotidiano e organização da vida doméstica, é solapada pela industrialização e urbanização, fenômeno intenso nos EUA à época. Richards apresenta a marca de um discurso extremamente urbano, visto que seu cenário de discussão era tangenciado pelos espaços intensos de uma Nova Iorque efervescente.

Diante disso, a autora introduz o que designa ser seu "objeto sociológico" perante esse contexto pouco amigável que descreveu: auxiliar as jovens famílias a compreender e lidar com os constantes desafios financeiros de manter seus lares. Duas notas são pertinentes: primeiro, o fato de Richards se direcionar, especificamente às jovens famílias urbanas; segundo, a delimitação do assunto enquanto de interesse sociológico e sua abordagem enquanto um estudo econômico.

Richards introduz o tema de um ponto de vista econômico desde o princípio, argumentando que as condições de uma vida urbana modificadas nas últimas décadas são sentidas na degradação de diversas áreas do cotidiano. A autora apresenta que

While the socialist may take the ground that salaries must be raised to keep pace with the rise in living expenses, the student of social ethics—Euthenics, or the science of better living—may well ask a consideration of the topic from another standpoint. Is this increased cost resulting in higher efficiency? Are the people growing more healthy, well-favored, well-proportioned, stronger, happier? If not, then is there not a fallacy in the common idea that more money spent means a fuller life?⁶² (*Op. cit.*).

Dessa maneira, o seu entendimento é que de a *Home Economics* deveria ocupar-se da *Euthenics*, uma ciência cujo objetivo deveria ser proporcionar uma vida melhor pelo controle do ambiente em que os sujeitos vivem e dos recursos que demandam - que trataremos um pouco melhor mais adiante. Assim, convida jovens para se apropriarem dos conceitos necessários para as casas e famílias do século XX, que já demandam outra complexidade. Feitas as devidas introduções, Richards apresenta o conteúdo técnico, marcado por uma mudança de abordagem em relação às pioneiras do século XIX.

Um dos temas recorrentes em “*The Cost...*” é o custo financeiro de manutenção de uma casa e dos serviços e necessidades domésticas, justificando o título dado a obra. Mesmo que o tema apareça nas obras anteriormente analisadas, na abordagem de Richards ele é não somente central, mas também possui muitos elementos incorporados das ciências econômicas desenvolvidas na virada do século. A autora também se ocupa bastante em reforçar a negatividade dos “comportamentos de aparência” que podem resultar em gastos exagerados que se tornam problemas no longo prazo. Por isso, defende a adoção de padrões de vida e consumo mais modestos, dotados de certa racionalidade. Essa linha de abordagem aparece também nos livros analisados de Miss Parloa, embora de forma conflituosa com as dicas fornecidas.

É importante lembrarmos que Richards falava de um contexto diferente. O capitalismo da Era dos Impérios prosperou no sentido do consumo e da produção em massa, e o sentimento de “bonança” na sociedade já era percebido por alguns estudiosos como negativos, visto que impulsionavam as pessoas na busca por *status* e aprovação social por meio de posses e itens luxuosos. Neste contexto, Richards situa a necessidade de uma jovem família

⁶² Em tradução livre: “Enquanto o socialista pode tomar a posição de que os salários devem ser aumentados para acompanhar o aumento das despesas de subsistência, o estudante de ética social - Eutenia, ou a ciência de uma vida melhor - pode muito bem fazer uma consideração sobre o tópico sob outro ponto de vista. Esse aumento de custo resulta em maior eficiência? As pessoas estão se tornando mais saudáveis, favorecidas, bem proporcionadas, mais fortes, mais felizes? Se não, então não há uma falácia na ideia comum de que mais dinheiro gasto significa uma vida mais plena?”

desprender-se desses “itens supérfluos” e inclinarem-se ao que verdadeiramente importa no cuidado com um lar: sua correta adequação às necessidades de seus usuários.

O consumo crescente, a industrialização e urbanização em uma velocidade não experimentadas antes e as mudanças sociais decorrentes da virada do século se apresentavam como ameaças constantes:

From the Atlantic to the Pacific, from Maine to Texas, comes the same dull and sullen roar of domestic unrest. Lack of faithful service is causing the abandonment of the family home, and the fear of the obstacles in the way of establishing new ones threatens the whole social fabric⁶³ (RICHARDS, 1905, s/p.).

O tom utilizado por Richards é alarmante em quase todo o livro. A autora chama a atenção para o desenvolvimento do setor de serviços, a introdução das máquinas nas fábricas que modificaram as formas de trabalho do século anterior e como esse “progresso” auxiliou na degradação do trabalho doméstico, visto como exaustivo e de baixo valor. A “era da máquina” seria, portanto, extremamente negativa na medida em que banalizaria um conjunto de valores sobre os quais se sustentavam a construção de um ambiente doméstico saudável. Esses “novos tempos” demandavam novas atitudes.

Todas as mudanças ocorridas nos modos de produção desde cerca de 1875 são, de certa maneira, refletidos no livro. Richards reforça o fim da predominância da subsistência, a separação entre as casas e as manufaturas, o desenvolvimento do setor de serviços e produtos. Assim, completa seu cenário descritivo formulado desde a primeira página de “*The Cost...*”. Para remediar seria necessário, em sua perspectiva, preparar um conjunto de especialistas capazes de aplicar o que havia de mais moderno em termos científicos nos lares estadunidenses. Seria necessário trazer para esses lares em caos e decadência os conhecimentos aprimorados da biologia, da medicina, da química, da nutrição, da economia e da indústria. Segundo Richards (1905):

We need to educate house experts, home advisers, those who know how to examine a house not only while it is empty but while it is throbbing with the life of the family. This adviser must be, for many years at least, able to suggest practical methods of overcoming structural defects (more difficult than fresh construction), as well as of modifying personal prejudices. These house experts will, I think, be women of the broadest education, scientific and social. They will have not only a certain amount of medical knowledge, but also the tact and enthusiasm of the missionary which will bring them as friends and benefactors to the despairing mother and the

⁶³ Em tradução livre: “Do Atlântico ao Pacífico, do Maine ao Texas, vem o mesmo rugido monótono e sombrio da inquietação doméstica. A falta de serviço confiável está causando o abandono da casa da família, e o medo dos obstáculos no caminho estabelecem novas ameaças a todo o tecido social”.

discouraged householder⁶⁴ (s/p.).

Essas *experts* atuavam no replanejamento de cozinhas, na sanitização dos lares, na formulação de cardápios adequados, no ajuste dos custos domésticos. É possível notar, portanto, a defesa da predominância da intervenção especialista em detrimento da dona de casa que se aperfeiçoa para seu benefício próprio. Mas, não devemos novamente nos enganar com o discurso aparente sustentado por Richards. O que parece ser apenas a emergência de um discurso de supremacia do método científico em detrimento dos componentes morais, esconde na verdade uma orientação ideológica importante.

Para compreender melhor o lugar desse conhecimento técnico-científico na Economia Doméstica proposta por Ellen Richards, precisamos passar ao segundo livro analisado, “*Euthenics*” de 1912. Se em “*The Cost...*” o termo *Euthenics* aparece apenas designando uma melhoria das condições de vida - ou um aprimoramento do homem - pelas melhorias promovidas no ambiente em que esse homem vive, na obra posterior as conexões do termo com a Eugenia ficam esclarecidas. Na introdução do livro, Richards (1912) faz o seguinte paralelo:

The betterment of living conditions, through conscious endeavor, for the purpose of securing efficient human beings, is what the author means by Euthenics [...] Euthenics precedes eugenics, developing better men now, and thus inevitably creating a better race of men in the future. Euthenics is the term proposed for the preliminary science on which Eugenics must be based (p.viii-ix).⁶⁵

Assim, se compreende que a proposta de eutenia de Richards possuía estreita relação com a eugenia defendida por muitos estudiosos e ideólogos do início do século XX. A eugenia deve ser compreendida no contexto das mudanças das últimas décadas do século XIX e do desenvolvimento de certas linhas de pensamento científico, conforme destacamos anteriormente. Hobsbawm (2018b) demonstra como na Era dos Impérios o darwinismo influenciou sobremaneira diversas áreas do pensamento, principalmente as ciências sociais que se consolidavam a partir do século XIX, tendo grande conotação política-ideológica. A

⁶⁴ Em tradução livre: “Precisamos educar especialistas em casa, consultores domésticos, aqueles que sabem examinar uma casa não apenas enquanto ela está vazia, mas enquanto está pulsando com a vida da família. Este consultor deve ser, pelo menos por muitos anos, capaz de sugerir métodos práticos de superação de defeitos estruturais (mais difíceis do que construções novas), bem como de modificar preconceitos pessoais”.

Esses especialistas da casa serão, penso eu, mulheres da educação mais ampla, científica e social. Eles terão não apenas uma certa quantidade de conhecimento médico, mas também o tato e entusiasmo da missionária que os levará como amigos e benfeitores para a mãe desesperada e para o desanimado chefe de família”.

⁶⁵ Em tradução livre: “A melhoria das condições de vida, através do esforço consciente, com o propósito de assegurar seres humanos eficientes, é o que o autor entende por Eutênica [...] Eutênica precede a eugenia, desenvolvendo homens melhores agora, e assim inevitavelmente criando uma raça melhor de homens no futuro. Eutênica é o termo proposto para a ciência preliminar na qual a eugenia deve se basear”.

eugenia é, portanto, resultado desse contexto de pensamento, cujos elementos remetem à Teoria Pangenética de transmissão dos caracteres de Darwin unida a modelos matemáticos para explicar a diferenciação entre as classes, ideia originalmente desenvolvida por Francis Galton em 1869 (GIOPPA, 1996). Ainda segundo essa autora, a eugenia apresentou-se como forte influência nas primeiras décadas do século XX para intervenções públicas e teóricas, sobretudo nos contextos urbanos e industriais, difundindo-se sobre o preceito da higiene mesmo que a Teoria Pangenética tenha sido pouco reverberada a partir de 1920:

A higienização foi o principal argumento para iniciar esta disciplinarização, que pretendia mudar hábitos e moldar o operário para o seu espaço de trabalho - enfim, criar uma nova mentalidade. A higienização, ou higiene, foi o sinônimo, o termo substitutivo encontrado para a eugenia, criada por Galton na Inglaterra (p.169).

Esse talvez seja o argumento mais significativo das obras de Richards aqui analisadas. Primeiro, porque demonstra como a Economia Doméstica do final do século XIX e início do século XX esteve próxima de certas correntes de pensamento que iriam fundamentar intervenções específicas e inclusive posições políticas extremas - como a eugenia nazista. Segundo, porque esse discurso aparece no curso do desenvolvimento da Economia Doméstica apenas no contexto da virada do século e sob forte influência de certos paradigmas científicos. Paradigmas que, conforme demonstra Hobsbawm (2018b), estavam longe de abranger apenas alguns setores:

[...] É possível demonstrar que as vinculações entre genética e eugenia eram estreitas no período 1900-1914 e que, tanto na Grã-Bretanha como nos EUA, as figuras de proa da ciência estavam associadas ao movimento, embora antes de 1914, pelo menos na Alemanha e nos EUA, a demarcação entre ciência e pseudociência racista não fosse nada clara (p.388-389).

Terceiro, porque esse discurso, ao que parece, iria permanecer na Economia Doméstica nas décadas seguintes, em formas mais brandas tais como “promover melhores condições de vida” e “melhorar a qualidade de vida das famílias”, mas segundo um conjunto de procedimentos e técnicas muito pouco diferenciadas daquilo que era percebido no início do século. Esses fatos demonstram como a pretensão de neutralidade científica da Economia Doméstica constitui, na verdade, uma certa “desfiguração ideológica”, nos termos de Japiassu (1975), uma vez que tenta incorporar certos valores de um grupo enquanto proposições cientificamente estabelecidas.

Nesses termos, Richards defende em “*Euthenics*” uma intervenção planejada que esteja ancorada em três pressupostos básicos: (1) A engenharia sanitária; (2) a educação; e (3) a relação entre educação e ciência para a vida. Segundo a autora, os avanços da engenharia

sanitária colocariam à disposição conhecimentos e leis capazes de, uma vez levados aos lares e famílias, promover mudanças de hábitos e comportamentos que, em conjunto, acabariam resultando na “eugenia”, entendida por ela como a melhoria da raça de forma geral.

Focando em como as principais doenças da época assolavam a sociedade - como a tuberculose, a febre tifoide e a malária - a autora argumentava a favor de como a aplicação desses conhecimentos sanitários poderiam promover uma higienização capaz de melhorar a sociedade. Nesse livro, dirigindo-se especificamente às mulheres, Richards (1912) destaca: "*To the women of America has come an opportunity to put their education, their power of detailed work, and any initiative they may possess at the service of the State*"⁶⁶ (p.11).

Todo o desenvolvimento de “*Euthenics*”, portanto, está construído em relacionar essa missão dada as mulheres na prática da educação para a higienização e sanitização dos lares e famílias, perpassando o cuidado com as crianças e enfermos, a vida em comunidade e as prerrogativas do Estado nessa relação. Outro ponto de destaque presente no livro diz respeito ao enfoque que Richards atribui à educação da mulher rural nestes princípios da eutenia. Segundo ela, o Governo dos EUA atribuiu - provavelmente referindo-se ao *Morril Act* e à criação dos *Land-Grant Colleges* - a devida importância a essas mulheres ao permitir que suas demandas de vida cotidiana fossem abrangidas pelos cursos ofertados pelas instituições educativas. Para a autora, diferente das mulheres urbanas, a família está praticamente “à mercê” dos conhecimentos da mulher no meio rural, residindo aí uma necessidade maior de intervenção e de difusão dos saberes que vem propondo.

Se “*The Cost...*” se apresenta mais como um estudo de base sociológica, “*Euthenics*” é sem sombra de dúvidas uma proposta científica que pretende ser mais formulada, ousada, politicamente mais circunscrita e com um plano de intervenção melhor delimitado. As bases da *Home Economics* estão bem representadas nesse segundo livro. Considerando que Ellen Richards será o nome mais influente da Economia Doméstica no início do século XX, é bastante perceptível que a proposta que apresenta será o fio condutor das práticas e sistematizações da área nesse período.

Aquelas diferenças já pontuadas anteriormente aguçam-se ao analisarmos as duas obras de Richards. Em primeiro lugar, o caráter técnico aparece sobre o discurso da emergência de uma nova área científica, capaz de promover melhores condições de vida às famílias na medida em que fornece os meios para que as pessoas modifiquem seus hábitos e costumes. Essa abordagem - da modificação de hábitos e costumes - não aparece de forma

⁶⁶ Em tradução livre: “Para as mulheres da América, surgiu a oportunidade de colocar sua educação, seu poder de trabalho detalhado e qualquer iniciativa que possuam a serviço do Estado”.

marcada nas obras anteriormente analisadas. Em Beecher e Parloa, o tom predominante é mais de preparo das jovens moças para um cotidiano doméstico mais ou menos tratado de forma universal. Isso significa dizer que a Economia Doméstica para essas duas autoras está mais relacionada a um certo binômio trabalho reprodutivo-tradição, focando no preparo das mulheres para assumirem seus “lugares” e contribuírem harmonicamente com a construção da sociedade - um tom funcionalista mais diretivo. Em Richards, a Economia Doméstica parece encontrar-se mais no binômio ciência-trabalho reprodutivo, promovido justamente por um tipo específico de rompimento com as tradições. Por isso, essa Economia Doméstica propõe realizar seus objetivos por especialistas, detentoras desse tipo de saber científico que irão se tornar agentes da mudança dos hábitos e costumes nos lares.

A justificativa sócio-política de Richards é menos moralista-cristã se comparada à Beecher, e mais técnico-científica se comparada à Parloa. Mas sua estreita relação com a eugenia⁶⁷ nos ajuda a compreender como a Economia Doméstica do início do século XX tenta superar a concepção moralista de seus primórdios inclinando-se na tentativa de se estabelecer enquanto uma ciência - mesmo que esse movimento tenha como princípio conceitos pseudocientíficos, não tão distantes dos aspectos morais e ideológicos das pioneiras do século XIX. Ainda que a defesa de “*Euthenics*” pareça diluir-se nas décadas que se sucederam às Guerras Mundiais, o discurso fundamentado por Ellen Richards vai se reverberar por toda a existência da Economia Doméstica - incluindo aqui o formato específico em que chega ao Brasil e o foco deste trabalho, sua estreita relação com a extensão rural.

Há uma certa constância nos elementos percebidos da *Home Economics* que irá predominar até meados de 1950, mas três eventos de rupturas consideráveis vão marcar essa mudança rumo à metade do século XX e sua efetiva implantação no Brasil.

A proposta de “*Euthenics*” (RICHARDS, 1912), ou da eutenia como projeto científico fundador das Ciências Domésticas, vai aparecer menos explícita da década de 1920 em diante. Arriscamos duas explicações para esse processo: primeiro, pelo caráter extremista que a eugenia assumiu no Partido Social-Nacionalista dos Trabalhadores Alemães nas Guerras

⁶⁷ Há um debate acerca das diferenças entre eutenia e eugenia que resulta em algumas divergências. Conforme demonstra Santos (2005), defensores da eugenia criticavam a ideia imbuída na eutenia, por contrariar os princípios de seleção dos mais fortes ao assumir caráter messiânico e assistencialista. Dessa forma, muitos autores da eugenia criticavam e se afastavam da proposta defendida por Ellen Richards. No entanto, optamos por manter sua forma de abordagem aproximando ambos os campos, na medida que entendemos que essa leitura revela a intencionalidade da proposta da autora.

Mundiais. Segundo, porque conforme demonstra Gioppo (1996) a tendência geral das correntes eugenistas foi a de se incorporarem à perspectivas higienistas de forma mais ampla. Esse é o primeiro dos eventos que achamos prudente destacar.

O segundo deles, que vai aparecer gradativamente na Economia Doméstica da primeira metade do século XX, é uma constante incorporação do taylorismo-fordismo aos seus princípios técnicos. Como demonstra Harvey (2008) o fordismo surgiu enquanto aplicação dos princípios tayloristas por volta de 1908, e representou uma verdadeira revolução na produção em massa. No entanto, mais do que uma forma de gestão do tempo e da produção, o fordismo só pode realizar-se plenamente enquanto incorporado a um determinado modo de vida, de forma total (GRAMSCI, 2001). Assim, a Economia Doméstica integrou esse movimento e, no seu projeto de constituir-se enquanto disciplina científica, buscou aplicar os princípios tayloristas-fordistas em todas as suas subáreas, da gestão financeira ao desenho de móveis e cozinhas planejadas. Na medida em que avançava nessa incorporação, a Economia Doméstica acentuava a sua missão de “quebra das tradições”, acreditando se realizar enquanto ciência na medida em que tornava mais normatizada e racionalizada a vida doméstica. O advento das tecnologias domésticas nesta época⁶⁸ auxilia a intensificar esse processo, dando maior caráter de complexidade às tarefas domésticas, ampliando o debate sobre o despreparo das mulheres para lidar com tais atividades e reforçando uma analogia das casas com as fábricas. Esse movimento significou nos EUA uma verdadeira ruptura tecnológica nas vidas domésticas, uma vez que "as mulheres americanas, num país onde os empregados já eram escassos, há muito pleiteavam - e começavam a conseguir - a transformação tecnológica, e racionalizadora, do trabalho doméstico" (HOBSBAWM, 2018b, p.331). Por isso, pode-se afirmar que a concepção econômica adotada pela Economia Doméstica não difere expressivamente do que era esperado enquanto papel da economia política como um todo. Conforme demonstra Pereira (1979), a economia política surgiu no século XVIII como responsável por estudar e propor intervenções mais globais, no que tange aos mercados e aos processos de produção, circulação e distribuição de bens e produtos, ideologicamente filiada aos interesses da burguesia que despontaria como classe para si no início do século XIX. A Economia Doméstica carrega em sua gênese essa concepção econômica, auxiliando a reproduzir os interesses da burguesia tanto na reprodução das condições de vida, quanto dos modelos de produção e circulação de bens e produtos.

Por último, o contexto específico dos EUA acabou orientando a Economia Doméstica

⁶⁸ Sobre isso ver AMARAL JUNIOR e BIFANO (2016).

para duas frentes diversas: maior presença nos colégios de caráter agrário, os *Land-Grant Colleges*, para preparar mulheres do campo na incorporação de novos hábitos e costumes; e uma modificação geral dos hábitos populacionais, principalmente aqueles relacionados à economia de recursos e adaptações alimentares, assuntos necessários nos períodos de Guerra. Uma ampla literatura foi fomentada nestes períodos, indicando que a Economia Doméstica encontrou uma dupla capilaridade em formatos formais e não formais de educação, realizando-se majoritariamente pelo projeto preconizado por Ellen Richards e suas companheiras da *Lake Placid Conference*. Esse é o terceiro evento que gostaríamos de manter em destaque.

A partir daí consolidou-se um formato mais ou menos padrão da Economia Doméstica que seria exportado para os demais países. Essa exportação, de fato, não seguiu um fluxo específico. Apesar da literatura e dos estudos históricos sobre a primeira metade do século XX serem escassos, sabe-se que a Economia Doméstica foi implementada no Brasil sob alguns formatos diversos ainda nas décadas de 1910 e 1920 (OLIVEIRA, 2006). Mas uma inversão importante aconteceu por volta da década de 1940/1950 nos EUA: a Economia Doméstica, ao que tudo indica, parece ter estagnado nesse período, passando em seguida por um lento declínio de popularidade. Conforme trechos de um documento da Cornell University demonstram com alguma ênfase: “*But by the late 1950s and the early 1960s, broad changes in American women's economics and social roles made collegiate education in home economics seem 'old fashioned', an image that did not do justice to its rich history*”⁶⁹ (s/p.).

Justamente nesse contexto, enquanto a Economia Doméstica dos EUA encontrava dificuldades e caminhava para uma profunda crise, foi que o modelo da *Home Economics* estadunidense passou a ser difundido no Brasil. Os principais elementos dessa implementação serão abordados no capítulo a seguir, marcando eventos históricos importantes para o objeto de
de
nossa
análise.

⁶⁹ Em tradução livre: “Mas no final da década de 1950 e início da década de 1960, amplas mudanças na economia e nos papéis sociais das mulheres americanas fizeram com que a educação universitária em economia doméstica parecesse “antiquada”, uma imagem que não fazia jus à sua rica história”.

CAPÍTULO III

A Economia Doméstica da década de 1950: uma outra proposta?

Se há um equívoco comum entre os estudos sobre a implantação da Economia Doméstica na década de 1950 no Brasil, ele certamente é a fraca relação com o modelo estadunidense em crise e com os elementos anteriores que fundaram as bases efetivas da área. Recorrendo ao arquivo disponibilizado pelo HEART é possível perceber que, já a partir da década de 1940, há um declínio expressivo nas publicações específicas da Economia Doméstica nos EUA. Se entre as décadas de 1910-1920 o número anual de publicações catalogadas é em torno de vinte a trinta, já no final da década de 1950 esse número se restringe a duas publicações anuais, ambos periódicos.

A última edição do periódico “*Good Housekeeper*” foi publicada em dezembro de 1950, e a única publicação da área de Economia Doméstica que teria vida longa na segunda metade do século XX seria o “*Journal of Home Economics*” publicado pela AHEA até o ano de 1993. Essa forte dispersão dos conteúdos especificamente direcionados à Economia Doméstica pode ter muitas explicações, mas concordamos em sustentar o ponto explicitado pelo documento da *Cornell University* de que talvez o principal motivo tenha sido mesmo uma percepção de obsolescência da proposta com as condições econômicas e sociais dos EUA da década de 1950 em diante. A partir do desenvolvimento estadunidense pós-II Guerra Mundial, da ascensão dos EUA enquanto potência mundial e de sua entrada no longo conflito da Guerra Fria, era de se esperar que a proposta da Economia Doméstica fosse percebida de certa forma obsoleta por diversos estratos sociais, inclusive dentro das instituições escolares que passariam a aderir a uma maior especialização das áreas de conhecimento (AMARAL JUNIOR, 2016).

O segundo dos equívocos comuns está em datar a implementação da Economia Doméstica no Brasil a partir de 1950 - ou nos eventos que se situam entre 1948 e 1952, que coincidem com os primeiros cursos da área ofertados na modalidade extensão pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) de Minas Gerais. A Economia Doméstica foi trazida ao Brasil já no início do século XX, estando regulamentada enquanto curso técnico-profissional desde o ano de 1909 (OLIVEIRA, 2006). De fato, como demonstra a autora, nas primeiras décadas do século XX a cadeira de Economia Doméstica, bem como os cursos técnicos dessa natureza, encontrariam muitas dificuldades e, mesmo após a criação da Superintendência de Educação Profissional e Doméstica em 1934, não lograriam muito êxito em se popularizar. Alguns escassos empreendimentos da área já eram vistos no Brasil, como foi o caso das cadeiras de Economia Doméstica no estado de São Paulo em 1930 (*Op. cit.*) e a

implantação, bastante anterior, da Escola Doméstica de Natal em 1914 (OLIVEIRA; NETO, 2015). Essas experiências isoladas, ao que tudo indica, já eram tentativas de replicação de modelos derivados da *Home Economics* estadunidense pelo mundo. Oliveira e Neto (2015), por exemplo, demonstram como o projeto implantado no Rio Grande do Norte foi importado da Suíça por intermédio de um influente agente político local.

Isso também faz considerar que o evento central na capilarização e difusão da Economia Doméstica não foi somente a introdução da extensão rural da década de 1950, mas as Reformas promovidas pelo Ministro Gustavo Capanema que ocorreram quase uma década antes. Em termos educacionais, a perspectiva das Reformas promovidas era de completa cisão entre o ensino feminino e masculino, direcionando as mulheres para um ensino prático-doméstico que, basicamente, ficou restrito à Economia Doméstica em suas distintas variações (TOMÉ; QUADROS; MACHADO, 2011). Esse teor refletia uma predominância ideológica na perspectiva educativa do Governo Capanema, cuja família era compreendida em seu formato nuclear tradicional como célula básica da sociedade e, por isso, deveriam ser mantidos certos elementos que remetesse aos “papeis tradicionais” de homens e mulheres dentro dessa estrutura funcionalista (SCHWARTZMAN *et al*, 2000). Uma curiosidade notável nessas Reformas está no fato de que a institucionalização de um ensino técnico-industrial-vocacional direcionava os ensinamentos de Economia Doméstica para as classes menos abastadas (*Op. cit.*), uma diferenciação importante da proposta que era legislada pelo círculo do *Lake Placid*.

Essas reformas estimularam, nacionalmente, a implantação de cadeiras, cursos técnicos e escolas específicas destinadas às mulheres na área de Economia Doméstica, como foi o caso do Atheneu Sergipense, fundado em 1942 (ALMEIDA; FARIAS, 2008) e do curso técnico da Escola Politécnica de Porto Alegre (LOURO; MÉYER, 1993). Dessa maneira, é possível compreender que a Economia Doméstica se materializou em distintas formas no Brasil antes de sua implementação na ESAV, que ocorreria apenas no período 1948-1952.

Essas formas da Economia Doméstica, que chamaremos provisoriamente de “pré-extensionistas” no Brasil, pareciam estar em sintonia com os preceitos da *Home Economics*, mas apresentam algumas características peculiares: tanto as práticas quanto os depoimentos vistos nos trabalhos que analisam essas instituições levam a supor que a Economia Doméstica praticada por elas possuía muitas similaridades com os elementos percebidos no século XIX, ou seja, ancoravam-se em um binômio trabalho reprodutivo-tradições. Isso quer dizer que o alinhamento dessa Economia Doméstica difundida na primeira metade do século XX estava

dado com aquela proposta menos científica, para aplicação cotidiana e formação pessoal das mulheres. Pode-se supor que o teor das políticas educacionais da época estimulou esse tipo de absorção, na medida em que tanto a regulamentação do ensino técnico profissional de 1909 quanto a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 09 de abril de 1942, orientam e determinam certa divisão vocacionalista e utilitária dos saberes escolares entre homens e mulheres. O fato dessa objetivação se dar, também, quase exclusivamente por meio do ensino regular técnico e secundário pode ter impulsionado a implantação de um modelo de Economia Doméstica mais ligado à vida cotidiana e à aplicação imediata em detrimento da formação de multiplicadores ou profissionais intervencionistas, uma vez que, como demonstra Enguita (1989) a escola assume as conformações necessárias à reprodução das relações sociais vigentes.

Como, nessa época, a inclusão feminina no trabalho industrial e produtivo era tido como secundário em função de determinada divisão sexual do trabalho, é de se esperar que a escola tenha algum papel no preparo das jovens moças a assumir seus "lugares vocacionados" (LOURO; MÉYER, 1993). Claro que elementos da *Home Economics* podem ser percebidos nos estudos analisados, mas o caráter reprodutivo e vocacionalista nos leva a supor que essas formas de Economia Doméstica carregavam mais similaridades com aquela proposta da qual os livros de Beecher e Parloa fazem parte. E esse é um elemento importante ao compreendermos que, embora essas primeiras experiências brasileiras em Economia Doméstica tenham se constituído já nas primeiras décadas do século XX, seu alinhamento ideológico não correspondia, necessariamente, às ideias pedagógicas da *Home Economics* da qual era contemporânea.

Como já mencionamos, três trabalhos são mais completos para compreendermos a implantação da Economia Doméstica no Brasil a partir da segunda metade do século XX. O primeiro deles é a tese de Lopes, publicada em 1995. O segundo trabalho é a dissertação de Pinheiro (2016). O terceiro deles, é a tese de Simão (2016). Os três trabalhos lançam perguntas diferentes sobre um mesmo fenômeno: a emergência da Economia Doméstica enquanto curso de formação superior no Brasil.

Para compreender a história dessa Economia Doméstica específica, é preciso compreender alguns elementos de formação da ESAV⁷⁰, primeira instituição que consolidou o curso em outros moldes. Localizada em Viçosa, no interior da Zona da Mata Mineira, a ESAV foi implantada como consequência de um arranjo político do presidente à época, Arthur Bernardes, cuja origem mineira fez atentar-se para promover ações que fossem capazes de

⁷⁰ A ESAV se tornaria mais tarde Universidade Rural de Minas Gerais e, posteriormente, Universidade Federal de Viçosa.

"evitar" o desastre econômico que se anunciava para essa região do estado (RIBEIRO, 2005). Para tal, diante da característica marcadamente agrária e da disponibilidade de terras, foi almejado buscar um modelo institucional de escola superior que fosse capaz de dinamizar a região, optando pelo modelo americano dos *Land-Grant Colleges* pela coerência aparente com essa proposta (RIBEIRO; PORFÍRIO, 2007). Esses modelos institucionais, implementados nos EUA desde 1862 pelo *Morril Act*, tinham como premissa um ensino mais pragmático, agrícola e voltado para a população do campo. A ESAV foi, portanto, fundada em 1926, na cidade de Viçosa-MG, ofertando cursos na área de agronomia e veterinária (*Op. cit.*).

Embora os modelos estadunidenses dos *Land-Grant Colleges* já possuíssem nesta época ampla inserção das mulheres nas cadeiras e cursos de Economia Doméstica, o modelo institucional trazido para o Brasil, *a priori*, manteve-se exclusivamente masculinizado até meados da década de 1930, quando a ESAV começou a promover eventos esporádicos destinados às mulheres, como o "Mês Feminino", geralmente voltado às famílias dos alunos e professores e à comunidade em geral (LOPES, 1995).

Importante ressaltar ainda que o modelo estadunidense dos *Land-Grant Colleges* seguido pela ESAV era, de certa forma, uma exceção no Brasil, cuja maioria das instituições acadêmicas seguiam o modelo napoleônico-francês (RIBEIRO; PORFÍRIO, 2007). Ainda segundo essas autoras, essa experiência institucional estava fundada na proposta tripé de ensino/pesquisa/extensão, sobretudo na intencionalidade de colocar em uso imediato na produção agrícola os conteúdos aprendidos e as inovações apresentadas, geralmente importadas. Nas duas primeiras décadas de sua existência, a ESAV passaria por um período de crise, apresentando dificuldades em manter suas atividades entre 1935 e 1942 (*Op. cit.*). Foi somente com o fim da Segunda Guerra Mundial, durante a emergência da Guerra Fria, que a ESAV pareceu se tornar uma instituição efervescente sobre um prisma de uma nova proposta: a implantação da extensão rural no país.

Como abordaremos a extensão rural mais adiante, em capítulos a parte, é importante situarmos apenas os elementos centrais de como essa implantação significou tanto uma guinada da ESAV a novas direções, como uma reestruturação das práticas de Economia Doméstica que existiam no país. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA passaram a assumir uma dupla missão frente aos países periféricos: difundir seu estilo de vida como uma forma de estimular o consumo e a perenidade do modelo econômico financeiro do qual dependiam; e, também pela difusão de seu estilo de vida, impedir o avanço comunista que era percebido, sobretudo, em países periféricos (FONSECA, 1985). Essa intencionalidade

fez surgir tanto discursos desenvolvimentistas amplamente difundidos à época, como se objetivou também nos acordos de cooperação que visavam transferir certo *know how* custeado pelo governo dos EUA - geralmente na área de educação e saúde (*Op. cit.*). Conforme destaca Lopes (1995), os investimentos estadunidenses não eram expressivos, se comparados com aqueles destinados à reconstrução da Europa pós-II Guerra, mas suficientes para promover a aproximação almejada. Outra marca desse movimento, típico do imperialismo em sua fase estadunidense, é a importação de tecnologias obsoletas que abrangiam quase todas as esferas - das quais as políticas agrícolas e educacionais não estariam ilesas (TOTA, 2000).

O contexto sociopolítico de meados da década de 1940 era também de preocupação com o caráter agrário do país, que deveria desenvolver-se superando esse "atraso". Se debatia constantemente a Questão Agrária e como o campo parecia ter um papel central no desenvolvimento do país e exigia, portanto, ações do Estado para que esse processo fosse possível (J. G. SILVA, 1981). Não por acaso, em 1948, a extensão rural foi implantada em Minas Gerais por meio de uma parceria do Governo do Estado com a *American International Association for Economical and Social Development* (AIA) (PEIXOTO, 2008). A extensão rural é, grosso modo e salvo algumas divergências, uma política de Estado que tem como objetivo difundir uma série de conhecimentos e práticas que sejam capazes de modificar hábitos, costumes e modos de vida na realidade do campo. Sua intencionalidade nesse contexto era de se tornar uma ação de caráter público-privado capaz de alterar as condições de vida e produção no campo.

Apesar da proximidade com a extensão universitária, a proposta de extensão rural deveria efetivar-se por outras vias. Foi a emergência dessa necessidade - no interior dos acordos de cooperação com os EUA - que fez surgir também uma demanda para a formação em Economia Doméstica. O primeiro paradigma extensionista prevalente no Brasil, no momento de sua implantação, foi o humanismo assistencialista, que estava baseado em uma equipe paritária - uma técnica da área social que trabalharia com a esposa, e um técnico da área produtiva que trabalharia com o marido - cuja atuação se dava de forma holística, englobando a família e o nível das mudanças comportamentais (RODRIGUES, 1997). Esse modelo exigiu que fossem preparadas técnicas para atuar na extensão rural, visto que era preciso suprir essa demanda profissional (PINHEIRO, 2016). A ESAV, portanto, começou a ofertar em 1948 cursos de curta duração denominados "Intensivo em Extensão Agrícola, Crédito Supervisionado e Economia Doméstica", para que essa demanda fosse suprida às pressas (LOPES, 1995). Somente mais tarde, com a emergência de um instrumento de

cooperação específico - o Programa Ponto IV - que a formação em Economia Doméstica seria efetivamente institucionalizada, visto que garantida assessoria técnica dos EUA no fornecimento de profissionais estadunidenses para a implantação da Escola Superior de Ciências Domésticas - a ESCD (*Op. cit.*).

Foi com a abertura da Escola Superior de Ciências Domésticas que a ESAV se tornou Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG), representando uma mudança de *status* para a instituição, mas de forma prática, o curso de Ciências Domésticas não esteve imune a diversos problemas. Conforme demonstra Lopes (1995), à precariedade das instalações físicas, da adaptabilidade dos materiais e do modelo de ensino "importado" somava-se o desafio de formar as ingressantes do curso de forma genérica e rápida para suprir as demandas da extensão rural e de docentes do próprio quadro institucional. Segundo demonstra a autora, quase todas as egressas da primeira turma do curso de Economia Familiar ofertado pela ESCD, com duração de dois anos, foram convidadas para permanecer como docentes da Escola. Pinheiro (2016) demonstra também como esses anos iniciais foram desafiadores na medida em que a Escola precisou comportar diversos níveis de formação que contemplassem, concomitantemente, o atendimento da demanda da extensão rural e a garantia de perenidade das atividades escolares-acadêmicas.

As pioneiras estadunidenses, vindas para o Brasil por meio de um convênio com a Universidade de Purdue, tiveram um papel importante na implantação do modelo de Economia Doméstica. Embora a maior parte dos elementos tenha sido trazida de forma pré-estabelecida e replicando os modelos vigentes nos EUA, isso não significa dizer necessariamente que esse processo reproduziu relações de gênero estadunidenses, mas se repousou sobre uma divisão já existente na realidade brasileira (LOPES, 1995).

O que não quer dizer que a Economia Doméstica implantada na ESAV não tenha carregado os princípios de certo Americanismo, para utilizar o termo proposto por Gramsci (1991). Esse Americanismo deve refletir um estilo de vida de forma geral que incorpore as premissas centrais do sistema capitalista de produção vigente nos EUA, sistematizando no campo das ideias - enquanto costumes, valores e crenças - os elementos norteadores desse estilo (GRAMSCI, 1991). Tota (2000) demonstra como o Brasil aderiu a certa "americanização" já no contexto da Segunda Guerra, incorporando diversos elementos do *American Way Of Life* pelos acordos e aproximações políticas, mídias e meios de comunicação e consumo. A Economia Doméstica da década de 1950 estaria alinhada a esse princípio, buscando difundir esses métodos, valores, crenças e costumes.

Academicamente, chegava ao extremo de reproduzir hábitos alimentares completamente desconectados com a realidade brasileira - como a maciça introdução de enlatados - e estilos de vida e etiqueta igualmente desajustados (LOPES, 1995). Profissionalmente, sua missão maior era mesmo promover certas mudanças de comportamento que fossem capazes de alterar hábitos aproximando-os de determinados modelos de consumo (PINHEIRO, 2016).

Apesar do componente técnico - quase sempre desajustado ao contexto brasileiro - ser central na Economia Doméstica da década de 1950, isso não quer dizer que tenha sido implantado um modelo livre de certa orientação ideológica-moralista. Simão (2016) demonstra como a legitimidade da ESCD foi construída em torno de sua direção pelo Padre Mendes, cuja missão era justamente divulgar o projeto da Economia Doméstica na comunidade enquanto "alinhada aos preceitos morais e cristãos", como tentativa de diminuir os ruídos da implantação de um projeto feminino em uma escola marcada pela presença masculina com regime de internato. As semelhanças com a percepção de Beecher ao visitar uma escola nos EUA no século XIX são muitas nesse ponto. Primeiro, pela necessidade de uma figura masculina chefiando o projeto, colocando todas as mulheres sob sua supervisão. Segundo, pela relação moralista que a educação feminina ainda carregava mesmo um século depois da experiência da pioneira estadunidense.

Tanto Pinheiro (2016) quanto Lopes (1995) demonstram também como as exigências para contratação de docentes estavam muito mais relacionadas ao campo da moral e dos costumes do que da formação obtida e do domínio técnico. Esses elementos demarcam a implantação da Economia Doméstica no Brasil em torno de um paradoxo: a busca pela legitimação enquanto uma ciência, reivindicando reconhecimento e prestígio das áreas já estabelecidas, ao passo que se construíam ainda sobre arcabouços puramente valorativos e pouco técnicos (SIMÃO, 2016).

Sabe-se que os estudos disponíveis sobre a Economia Doméstica enquanto curso superior na década de 1950, apesar de em pouca quantidade, fazem uma análise muito mais densa e detalhada do que aqueles que versam sobre instituições específicas pelo país. Por isso, não iremos nos prender às questões que consideramos bem estabelecidas e trabalhadas nesses estudos, tais como a construção de gênero na implantação do curso, o caráter benéfico da Economia Doméstica enquanto uma possibilidade de inserção feminina no ensino formal e como os elementos centrais da proposta estavam orientados à certa divisão sexual do trabalho e reprodução do *American Way of Life*.

Passaremos a seguir para a análise de alguns dos materiais pedagógicos que auxiliam a compreender os principais elementos da Economia Doméstica nesse recorte temporal. Permaneceremos em nossa proposta metodológica de compreender os materiais enquanto mediação e, a partir deles, ascender aos elementos constituintes da instituição pedagógica e das ideias pedagógicas estabelecidas, e descender aos agentes e rituais pedagógicos. Para tal, faremos uma análise sintetizada dos seguintes materiais: a apostila do "Curso Intensivo de Extensão Agrícola, Crédito Rural Supervisionado e Economia Doméstica" utilizada pela ESAV⁷¹ entre os anos de 1948-1952; o livro "La Mecanizacion Del Hogar" de Susana Villegas, publicado em 1958; o livro "Administre Su Hogar..." de Linda Nelson, publicado em 1969; a apostila "Educação do Consumidor", de Fernanda Fontes Braga, publicada em 1969; a apostila "Administração do Lar", sem autoria identificada, publicada na UREMG em 1970; e o livro "Educação Para o Lar" de Leite *et al*, publicado em 1980.

Conforme já explicitado, todos os materiais foram obtidos na Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa, na seção específica de Economia Doméstica e após uma seleção prévia que permitisse perceber certo panorama dos mesmos elementos no decorrer das décadas. O resultado obtido com essa análise, para possibilitar um aprofundamento qualitativo no entendimento da Economia Doméstica a partir de 1950, está apresentado a seguir.

Uma "Educação para o lar"

A apostila consultada, disponibilizada pela ESAV entre os anos de 1948-1952 ilustra o ponto anteriormente explicitado por Lopes (1995) e Pinheiro (2016) de que a Economia Doméstica foi implantada no Brasil às pressas para suprir uma demanda emergente da extensão rural. Uma análise superficial do material permite perceber que se trata de uma junção de materiais diferentes, em torno daquelas áreas que já despontavam no século XIX como a estrutura básica da Economia Doméstica: Técnicas Dietéticas, Alimentação e Nutrição, Vestuário e Têxteis e - aqui as especificidades do material - Higiene e Práticas em Extensão.

A primeira parte é destinada aos conteúdos de anatomia, alimentação e nutrição sendo

⁷¹ Parte da apostila consta como de autoria de "Professora Margarida". No entanto, uma análise do material permite supor que se trata de uma junção de vários materiais diferentes, sem indicação dos autores. Portanto, iremos nos referir como ESAV por se tratar de um material institucional. Outro problema diz respeito à datação, que no sistema da Biblioteca Central da UFV consta de 1952, mas nossa pesquisa indica que essa apostila pode ter sido usada nos cursos de extensão ofertados pela instituição no período entre 1948-1952. Pela ausência de referências à ESCD e suas pioneiras, reforçamos a ideia de que se trata de um material anterior a 1952. Portanto, convencionamos datá-la para o referido período.

finalizada com um conjunto de receitas. O material apresenta também alguns casos hipotéticos para que a cursista pudesse resolvê-los. Nessa parte, observa-se uma inclinação para as famílias do campo, tendo o material focado nos hábitos saudáveis que deveriam as Economistas Domésticas difundir naquela realidade. Chama a atenção também o caráter mecanicista das analogias utilizadas, em que, por exemplo, o alimento é considerado "combustível" para a "máquina" que seria o corpo humano, reforçando o tipo de abordagem que era passada às cursistas para lidar com seu público alvo.

Os exercícios, por sua vez, estão apresentados sempre como sugestões para reuniões práticas, indicando que a cursista deveria se ater sempre à forma como esse conteúdo seria levado para as famílias no campo. Há, por exemplo, sugestão de como fazer oficinas ensinando a preparar legumes adequadamente conservando seus nutrientes. Aqui é preciso concordar em partes com o discurso que aparece em Oliveira (2006), Magalhães e Guedes (2009) e Simão (2016), de que, em certa medida, a atuação das Economistas Domésticas no campo foi importante para inserir alguns hábitos saudáveis e levar certo tipo de informação que essa população dificilmente teria acesso por outras vias, visto que amplamente negligenciadas por políticas públicas de diversas ordens. No entanto, não podemos também negligenciar o caráter homogeneizador que essas ações historicamente assumiram, difundindo hábitos e costumes que estavam ancorados nos padrões e traços culturais dos EUA (LOPES, 1995; PINHEIRO, 2016).

Uma parte do material destinada especificamente às regras de etiqueta demonstra que a intencionalidade sempre esteve além de reproduzir informações puramente técnicas. O material ilustra que, para além de certo conhecimento técnico-científico que embasasse a modificação dos comportamentos, a Economia Doméstica deveria também promover a mudança de certos aspectos culturais que não estavam, necessariamente, legitimados por um componente científico. Assim, a apostila incorpora regras para se por a mesa, servir os convidados, e de como comportar-se enquanto anfitrião, marido e esposa. Distante de ser uma informação puramente indicativa, essa parte denota uma divisão sexual nos comportamentos esperados, demonstrando que a Economia Doméstica implantada no Brasil estava longe de extirpar-se dos conteúdos morais de sua versão estadunidense.

A segunda parte da apostila da ESAV é ainda mais rica nesse sentido. Tratando do conteúdo de Vestuário e Têxteis - chamada de "vestuário e costura" - demonstra de forma mais explícita como aqueles componentes da Economia Doméstica ancorados em conhecimentos menos científicos se apresentavam como um misto de educação moral e artes

manuais. Na introdução dessa parte, o material descreve:

Há certas cousas (sic) que todas as moças normais desejam possuir. Vamos discutir quais são elas:

Não é o desejo da moça possuir: um lar próprio? Um marido? Filhos? Boa Saúde? Um ambiente de lar agradável? Bastante dinheiro para poder viver confortavelmente? Ser atraente? Ser popular e ter amigos?

Como poderá adquirir estas cousas (sic)?

O estudo da economica (sic) doméstica poderá ajudá-la a ter melhores conhecimentos sobre estas cousas (sic) e a ajudará a consegui-las de uma maneira mais inteligente. Observe a relação entre a Economia Doméstica e estes aspectos importantes da vida. Um conhecimento e compreensão geral sobre alimentação, nutrição, vestuário, decoração de casa, cuidados com as crianças, relações familiares - ajudarão a moça a conseguir o que mais almeja na vida - ser uma boa mãe e uma boa dona de casa (ESAV, 1948-1952, s/p, grifos nossos).

Observe que a forma como os conteúdos são sistematizados para treinar as profissionais de Economia Doméstica remetem tanto à Economia Doméstica do século XIX, quanto aquela "reformulada" por Richards e as defensoras da *Home Economics*. Esse caráter híbrido entre um projeto de intervenção científica-higienista e educação cotidiana para as atividades domésticas será a marca da Economia Doméstica brasileira na década de 1950. Importante destacar que esse hibridismo não incorporou totalmente o modelo higienista-eugenista do início do século XX, tampouco o modelo político-vocacionalista tradicional do século XIX. Embora Lopes (1995), Pinheiro (2016) e Simão (2016) indiquem que a Economia Doméstica implantada no Brasil seja uma referência à *Home Economics* e não façam uma clara diferenciação entre os elementos dessa e da proposta do século XIX, eles acabam indicando também alguns dos elementos que são mais caraterísticos do primeiro momento. Mas, a falta de separação clara de cada uma das propostas históricas - *Domestic Economy e Home Economics* - não possibilitou aos autores perceber que o modelo brasileiro oscilava entre elementos distintos e as vezes contraditórios dessas duas Economia(s) Doméstica(s).

Nos parece que o próprio contexto sociohistórico em que foi implementada auxilia a explicar essa característica contraditória. É preciso considerar que na década de 1940 a Economia Doméstica já experimentava um forte declínio nos EUA, que se apresentou generalizado e atingiu tanto seus formatos de objetivação urbanos, como os destinados às mulheres do campo. Também é necessário considerar que, propostas diferentes coexistiram nos EUA, e embora a *Home Economics* tenha experimentado um avanço expressivo nas primeiras décadas do século XX, traços de seu formato anterior prevaleceram, sobretudo nas instituições em que seu caráter era marcadamente reprodutivo e ligado às tradições - o que

estamos supondo ser a maior parte dos formatos praticados nos *Land-Grant Colleges*. No momento de exportação do projeto de Economia Doméstica, portanto, os EUA experimentavam tanto uma marca das Ciências Domésticas, expressão máxima do projeto de *Home Economics* higienista, quanto os traços característicos da Economia Doméstica que se desenvolveu nos *Land-Grant Colleges*, marcada pelas "artes domésticas" e pelo culto às tradições. Lopes (1995) demonstra que a principal personagem envolvida na implantação do curso no Brasil era uma profissional de carreira na extensão estadunidense e não de colégios e instituições acadêmicas. Esse fato reforça a ideia de que o projeto brasileiro não correspondeu necessariamente ao modelo *Home Economics*, mas parece ter incorporado os elementos que julgou essenciais de uma ou outra proposta, sobretudo segundo a demanda da prática extensionista. Uma leitura atenta dos elementos trazidos por Lopes (1995) e Pinheiro (2016) ajuda a perceber essa oscilação entre uma ciência taylorista-fordista higienista e uma intervenção tradicionalista, moralista e cristã.

Outro elemento que coaduna com tal proposição é o esvaziamento do discurso de justificativa social da *Home Economics* e da Economia Doméstica do século XIX, tendo o modelo brasileiro se efetivado sobre alguns elementos de ambos que ajudaram a formular um discurso próprio em torno dos anseios desenvolvimentistas relacionados à Questão Agrária. Para recordar, o discurso geral da Economia Doméstica do século XIX era de preparo das mulheres para assumir funções tradicionalmente destinadas a elas, mas que por uma série de modificações políticas e sociais eram percebidas como distanciadas e, por isso, incapazes de executar tais atividades com maestria. Já o discurso da Economia Doméstica em seu formato *Home Economics* estava baseado no caos social do avanço do capitalismo industrial, pregando que a única forma de adaptabilidade possível seria aplicando conhecimentos técnico-científicos em uma prática doméstica revisada e transformada, pelos preceitos higienistas-eugenistas. De um lado, como já explicitamos, uma Economia Doméstica que se apresenta como instituição pedagógica pós-revoluções, legislando por um retorno da ordem. De outro, uma proposta pró-ciência que emergiu da crença generalizada no avanço tecnológico e no progresso técnico-científico.

O discurso prevalente para o projeto brasileiro, no entanto, irá seguir a esteira da justificativa extensionista e se ancorar em um argumento desenvolvimentista para promover o "avanço do país". Como demonstra Fonseca (1985), assim como a maior parte da América Latina, o Brasil era extremamente rural e considerado um desafio para o desenvolvimento econômico pela marca de extrema pobreza e baixa adesão tecnológica no campo. A forma

pela qual a Questão Agrária se expressa nesse período, por volta de 1930 a 1950, se pauta justamente no lento ritmo de industrialização, seguido pela decadência da cafeicultura (J. G. SILVA, 1981). Todo esse contexto político-econômico adaptou a proposta da Economia Doméstica à prática extensionista que, por sua vez, estava inclinada a uma justificativa modernizadora do campo como estratégia de desenvolvimento. O caos social descrito por Ellen Richards e a aparente anomia⁷² defendida por Catherine Beecher deixam de ser a marca do discurso fundador da Economia Doméstica em terras brasileiras.

Aqui, o discurso propagador da Economia Doméstica é, ao mesmo tempo, o da difusão de modos de vida modernos e aprimoradas técnicas e tecnologias para o ambiente doméstico (LOPES, 1995). Ainda segundo a autora, a Economia Doméstica se apresentará, portanto, como parte do movimento de "modernização conservadora" que ganha amplos espaços no cenário nacional.

Para compreendermos como essa implantação de um projeto híbrido se deu, podemos recorrer de forma comparativa ao livro de Villegas, "*La Mecanizacion Del Hogar*", publicado em 1958, que reflete bem a difusão tardia dos princípios da *Home Economics*. Falando do contexto espanhol, Villegas segue as pioneiras estadunidenses e justifica a Economia Doméstica enquanto uma resposta aos tempos da industrialização, que modificaram as formas de vida tipicamente urbanas e fizeram desaparecer uma gama de tipologias de serviços domésticos. Além disso, ressalta que o lugar social da mulher se modificou a ponto em que essa logrou de grandes êxitos na vida pública, mas que isso significou, em contrapartida, "maiores responsabilidades". Villegas (1958) justifica a Economia Doméstica enquanto a ciência que iria possibilitar uma melhoria nesse "aumento de responsabilidades", que nada mais é do que uma forma atenuada de designar a dupla jornada de trabalho resultante de uma inclusão socioprodutiva da mulher sem romper com os padrões vocacionalistas de sua atribuição ao trabalho doméstico.

Em "*La Mecanizacion...*" o que se pode ver é um completo manual de como inserir aparatos tecnológicos de todas as variedades e racionalizar ao máximo as atividades domésticas, ao ponto de fazer da casa uma perfeita analogia às indústrias mais "modernas", movimento que remete, como demonstra Hobsbawm (2018b) aos anseios das mulheres estadunidenses no início do século XX. Villegas (1958) ensina desde a utilidade de cada mínimo aparato tecnológico - da panela de pressão aos eletrodomésticos - até como pensar nos espaços e atividades sobre a lógica do mínimo esforço. Não é necessário reafirmarmos a

⁷² Para usar o termo durkheimiano, na medida em que Beecher defende um reforço de certa coesão social que teria se perdido nas modificações recentes da sociedade.

importância da lógica taylorista-fordista nessa construção, e da difusão de um estilo de vida americano próprio desse contexto conforme demonstram Gramsci (1991) e Harvey (2008). Mas vale pontuar que a difusão dessa crença otimista acerca da inserção de tecnologias domésticas nas casas representa toda uma linha de pensamento que foi bastante predominante nas análises críticas sobre a dupla jornada de trabalho feminina e o trabalho doméstico (E. B. SILVA, 2010). Essa perspectiva foi amplamente difundida pelas adeptas da *Home Economics*, por todas as características marcantes já pontuadas desse projeto específico de Economia Doméstica pois, como afirmava Richards (1912), a modificação e adaptação do ambiente seria responsável pela modificação da própria raça humana.

No entanto, compreende-se que esse modelo estadunidense difundido do qual Villegas é uma legítima representante na Europa seria secundário na proposta brasileira. Isso porque, conforme demonstra E. B. Silva (1992), a comercialização de eletrodomésticos no Brasil começaria também na década de 1950, mas por diversos fatores tardaria a se difundir e popularizar em pelo menos uma década. Além disso, a prioridade seria - antes de qualquer ação de cunho normativo e de formação de um mercado de consumidores - iniciar um processo quase civilizador de uma população extremamente agrária, marcada pela pobreza e pela produção, considerada por muitos ainda em formatos arcaicos - Vale lembrar que à época prevalecia uma ampla interpretação do campo brasileiro como um modelo análogo ao feudalismo, como demonstra J. G. Silva (1981). Lopes (1995) demonstra pelos depoimentos das pioneiras como as Economistas Domésticas estadunidenses se assustaram com as condições de vida no campo no Brasil, ressaltando, sucessivas vezes, a necessidade de em primeiro lugar ensinar bons hábitos e costumes aos brasileiros - considerados quase sempre a partir do estereótipo do “jeca tatu”.⁷³

A apostila de treinamento da ESAV (1948-1952), portanto, reflete esse contexto híbrido de uma Economia Doméstica adaptada para atender um projeto de transformação social. Essas características serão prevalentes pelas décadas seguintes, marcando também a difusão para outras instituições. Segundo um levantamento realizado por Pinheiro (2016), a Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) regulava, em 1969, 06 colégios de Economia Doméstica Rural, 03 cursos técnicos de Economia Doméstica anexos em colégios agrícolas, 01 curso técnico de Economia Doméstica rural na Fazenda Rosário em Minas Gerais, 30 cursos preparatórios de Economia Doméstica Rural (antigos cursos de extensão) e

⁷³ Conforme demonstra Carola (2013) em seu artigo “Jeca Tatu e o processo civilizador da família rural brasileira”, em que figurava ao lado da problemática da reforma agrária, a necessidade de modificar a “cultura tradicional do homem rural”, concebido sobre um estereótipo marcado.

09 cursos vocacionais de Economia Doméstica⁷⁴. Pode-se perceber que houve rápida difusão do curso - ao contrário do que ocorreu na primeira metade do século XX - fato que está, sem dúvidas, diretamente relacionado à implantação da extensão rural pelos distintos estados.

Já em 1969, uma apostila de autoria da Prof.^a Fernanda Fontes Braga nos auxilia a perceber que essa característica híbrida se manteve no curso ofertado pela antiga ESAV. A disciplina de "Educação do Consumidor", sobre a qual versa a referida apostila, era sistematizada em torno de métodos e técnicas para preparar as mulheres ao consumo alguns itens modestos, como ferro de passar roupas, tecidos, frutas, bananas, salsichas e linguiças. O conteúdo está organizado ora em torno de comportamentos de consumo, ora em torno da popularização de algumas técnicas científicas, como identificação das fibras dos tecidos, por exemplo. Mais de uma década depois da implantação do curso pela ESAV, o material de Braga (1969) nos auxilia a perceber como a Economia Doméstica ainda tinha dificuldades em estabelecer-se enquanto projeto de uma Ciência Doméstica, sobretudo pelo contexto social e histórico em que a prática das economistas domésticas estava dada no Brasil.

Contrastando com esse tipo de conteúdo, os materiais com traços mais marcantes de certa racionalização da produção também datam do final da década de 1960 e início de 1970. Destaca-se primeiro o livro de Linda Nelson "*Administre Su Hogar*" de 1969, influente economista doméstica que era representante do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) e teria grande influência nas discussões fomentadas sobre a prática extensionista brasileira na área de Economia Doméstica na década de 1960.

O livro de Nelson (1969) pode ser brevemente definido como uma tentativa de operar no campo de transição entre os aspectos moralistas-conservadores e técnico-normativos da Economia Doméstica, buscando aplicar uma teoria de administração do lar. Para tal, a autora busca conectar valores, crenças, desejos e comportamentos a aspectos como tomada de decisão, controle do tempo e simplificação do trabalho. Uma tentativa aprimorada de transformar a casa/lar em uma pequena empresa sobre a qual pode prevalecer um conjunto de normas e leis igualmente aplicadas no gerenciamento dos negócios capitalistas. Essa abordagem pode ser vista também na apostila de "Administração do Lar" publicada pela UREMG em 1970, demonstrando que essa perspectiva de Nelson estava longe de ser um ato isolado dos debates extensionistas e também adentrava as proposições acadêmicas da época. Essa transição marca um fenômeno importante, que basicamente iria ser responsável pela

⁷⁴ Basicamente todo o sistema formal de ensino em Economia Doméstica estruturou-se em uma diversidade de modalidades, como já era costume no início do século XX. Havia cursos integrados ao ensino secundário, cursos de extensão, cursos técnicos e cursos destinados a preparar as meninas para ingressar nos colégios rurais ou na carreira de magistério da área.

considerável "sobrevida" da Economia Doméstica no Brasil pós-década de 1970: a "maquiagem" ideológica de seus componentes curriculares.⁷⁵

Nesse ponto, uma breve digressão é importante: a transição do conteúdo de uma "economia doméstica" para "administração do lar" reflete o movimento geral do capitalismo, em que ciências econômicas e ciências administrativas figuram historicamente lugares distintos. Segundo Pereira (1979):

Em síntese, a ciência econômica está associada ao capitalismo e ao processo de generalização da mercadoria, ocorrido no fim do século XVIII. Tem como objetivo a produção, a circulação e a distribuição de bens, e, como princípio de coordenação, o mercado e a concorrência. Enquanto ideologia, está a serviço da burguesia que, no início do século XIX já assumira plena autonomia como classe, já era uma classe para si. Já a ciência da administração está associada ao capitalismo monopolista e ao controle da produção pelas organizações burocráticas, a partir do início do século XX. Tem também como objetivo a produção, circulação e distribuição de bens, mas ao nível de cada empresa, ou de cada organização burocrática e seu princípio de coordenação não é o mercado, mas o poder. Enquanto ideologia, a ciência da administração tem caráter misto: está a serviço da tecnoburocracia, mas, ainda, ou subordinada ou associada à burguesia (p.42).

É justamente neste ponto, a partir do fim da década de 1960, que a Economia Doméstica de fato se orientou para uma supremacia do componente técnico. O livro de Leite *et al.* (1980) ilustra bem esse processo, na medida em que pretende ser uma compilação generalizada de todos os conteúdos técnicos que estruturavam a Economia Doméstica no Brasil, englobando alimentação, nutrição, saúde, beleza, habitação e vestuário, sob a ótica de uma noção generalista da administração do lar. Isso significa dizer que, analisando os materiais selecionados e os trabalhos que versam sobre o tema, a Economia Doméstica implantada no Brasil se manteve com essa característica híbrida até a década de 1970, a partir da qual buscou mudar sua abordagem efetivamente para uma construção científica amplamente baseada em princípios genéricos da administração. Embora alguns autores, caso de Lopes (1995), Oliveira (2006), Ratto (1994) e Pinheiro (2016) afirmem que a Economia Doméstica se consolidou como uma disciplina na busca pelo alcance e *status* científico, na esteira da proposta da *Home Economics*, é possível perceber que, de fato, esse era mais um recurso discursivo em busca da legitimidade acadêmica do que uma orientação geral de seus elementos constituintes.

Essa mudança na década de 1970, no entanto, está longe de ser ocasional. Permanecendo na aparência do fenômeno, em sua pseudoconcrecitude, poderíamos supor

⁷⁵ Não pretendemos fazer uma análise específica do currículo da Economia Doméstica. No entanto, é importante ressaltar que ele reflete as mudanças e características que temos tentado destacar.

que essas alterações correspondem ao sucesso da Economia Doméstica em promover as mudanças de hábitos e costumes propostas na década de 1950 e, por isso, agora poderia mudar seu curso sistematizando seus conhecimentos em um outro grau de complexidade. No entanto, essa alteração drástica se deve, sobretudo, à cisão ocorrida entre a Economia Doméstica e a extensão rural.

Grosso modo, a Economia Doméstica começou a ser secundária na extensão rural a partir da mudança do modelo extensionista ocorrida na década de 1960, para a qual a difusão de tecnologia passou a ser central e o foco na produtividade agrícola figurava como objetivo maior (PINHEIRO, 2016). Passando a um lugar secundário e cada vez menos absorvida pelas agências de extensão pelo país, a Economia Doméstica institucionalizada no sistema de educação formal se viu em uma situação problemática a partir da década de 1970 (*Op. cit.*).

Essa conversão maciça rumo aos componentes técnico-científicos nos parece um reflexo imediato dessa cisão, visto que a extensão rural foi a principal razão para a Economia Doméstica ser implantada nos moldes vistos na década de 1950 no Brasil e, portanto, também a justificativa para essa orientação híbrida que observamos. Simão (2016) também percebe essa guinada a partir da década de 1970, que ele chama de "alargamento do campo acadêmico". No entanto, o autor não relaciona esse fenômeno com a crise dentro da extensão rural, mas com um "conflito de gerações" dentro do campo acadêmico da Economia Doméstica. Esse conflito, argumenta, irá ocasionar a partir da década de 1990 o lento declínio do curso - que para ele será um paradoxo inexplicável diante de sua efervescência acadêmica nos anos 1970 e 1980.

Nossa explicação, no entanto, segue outras premissas. Primeiro, entendemos que a partir da cisão com a extensão rural a situação concreta da Economia Doméstica no Brasil dificultou-se exponencialmente. Já gozando de escassos privilégios dentro do meio acadêmico e encontrando poucos referenciais em seu país de origem - visto que nos EUA já era um campo em transformação e declínio desde a década de 1950 - a Economia Doméstica era uma fraca instituição pedagógica que se ancorava, majoritariamente, na prática da extensão rural e nos princípios que o extensionismo difundia amplamente enquanto uma política de Estado - ou seja, reproduzia-se dessa relação simbiótica. Assim, a Economia Doméstica sempre esteve em crise, desde sua implantação - fenômeno que foi mais ou menos adiado pela força de sua relação com a extensão rural no Brasil. Em segundo, o "alargamento do campo acadêmico" não nos parece o motivo central da crise na Economia Doméstica brasileira, tal como defende Simão (2016), mas uma consequência desses outros fenômenos citados. Além disso, tratando-

se do caso específico da UREMG, a federalização da instituição em 1969 colocou ainda mais desafios à Economia Doméstica, na medida em que desfez a ESCD em 1978 e instituiu o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, criando posteriormente cursos derivados de sua estrutura, a exemplo da Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Letras e Bacharelado em Nutrição (RIBEIRO, 2010).⁷⁶

Sem sua principal sustentação e legitimação social desde a década de 1950, enquanto instituição pedagógica a Economia Doméstica precisaria rever seus formatos de mediação, com o risco de se tornar anacrônica e definhar-se.

⁷⁶ A título de exemplo, a grade curricular do curso de Economia Doméstica da UREMG passou, após a década de 1970, por um processo de “fatiamento” em que os componentes curriculares anteriormente ofertados pela ESCD passaram a ser organizados e ofertados pelos novos departamentos.

CAPÍTULO IV

Crise, declínio, extinção e dispersão

A Economia Doméstica, de forma geral, iniciou seu processo de crise nos EUA já nos anos 1950. Conforme mencionado anteriormente, o número de publicações catalogadas da área bem como alguns documentos que dissertam sobre esse momento indicam que grandes mudanças para o país no contexto pós-II Guerra resultaram em mudanças também para a proposta de *Home Economics*. Por esse prisma, é preciso considerar que, mesmo em seu formato trazido para o Brasil e com relativo sucesso em sua implantação já se tratava, no contexto macro, de uma instituição pedagógica cuja legitimidade estava questionada em seu país de origem.

A AHEA, organização referência para a *Home Economics* pelo mundo tornar-se-ia mais tarde AAFCS, direcionando seus trabalhos para as "ciências do consumo". Essa transição é assim descrita em um documento da associação:

A lot has changed since 1909. Our workforce is more diverse than ever, the definition and makeup of today's families are more varied than previous generations, and our neighborhoods, communities, and cities have changed dramatically. As times have changed and become more complex, so have the issues that impact our quality of life. Widespread concerns such as obesity, the recession, widespread unemployment, and the credit crisis have affected everyone. Now more than ever, people are looking for tools and resources to help them make more informed decisions that will enhance their overall health and well-being. The family and consumer sciences (FCS) profession draws from a broad range of disciplines to achieve optimal and sustainable quality of life for individuals, families, and communities. This interdisciplinary approach is essential because the challenges of everyday life are not one dimensional. The ability to connect professionals across multiple practice settings and content areas to share knowledge, research, and experience is one of the strengths of AAFCS, and helps create more integrated solutions to today's critical social and economic challenges⁷⁷ (AMERICAN ASSOCIATION OF FAMILY AND CONSUMER SCIENCE, 2019, s/p.).

Ao entrevistar as professoras do curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa - antiga ESAV e UREMG - Simão (2016) demonstrou que algumas delas

⁷⁷ Em tradução livre: "Muita coisa mudou desde 1909. Nossa força de trabalho é mais diversificada do que nunca, a definição e a composição das famílias de hoje são mais variadas do que as gerações anteriores, e nossos bairros, comunidades e cidades mudaram drasticamente. À medida que os tempos mudaram e se tornaram mais complexos, também mudaram os problemas que afetam nossa qualidade de vida. Preocupações generalizadas como a obesidade, a recessão, o desemprego generalizado e a crise de crédito afetaram a todos. Agora, mais do que nunca, as pessoas estão procurando ferramentas e recursos para ajudá-las a tomar decisões mais informadas, melhorando sua saúde e bem-estar geral. As ciências da família e do consumo se baseiam em uma ampla gama de disciplinas para alcançar uma qualidade de vida ótima e sustentável para indivíduos, famílias e comunidades. Essa abordagem interdisciplinar é essencial porque os desafios da vida cotidiana não são unidimensionais. A capacidade de conectar profissionais em diversas áreas práticas e áreas de conteúdo para compartilhar conhecimento, pesquisa e experiência é um dos pontos fortes do AAFCS e ajuda a criar soluções mais integradas para os desafios sociais e econômicos críticos de hoje".

tinham pleno conhecimento das mudanças ocorridas na área nos EUA. Ao relatar a entrevista com uma pioneira que foi cursar pós-graduação nos EUA, o autor demonstra que já na década de 1970 havia demarcada intensa preocupação em alterar a grade e nome dos cursos formais em Economia Doméstica no país.

Isso porque, embora a troca de nome da AHEA para AAFCS viria a ocorrer só mais tarde, em 1994, o desmonte generalizado da Economia Doméstica podia ser percebido pela desarticulação de seus materiais pedagógicos e pela reestruturação de diversos cursos formais ofertados, caso da *Cornell University*, uma das mais influentes universidades da área, que transformou o curso em 1969 em "*Human Ecology*" e da *Purdue University - Land-Grant College* parceiro da implantação da Economia Doméstica na ESAV - que alterou o nome do curso em 1976 para "*Consumer and Family Sciences*". Esse efeito dominó ocorreu no contexto da Guerra Fria, em que houve um generalizado investimento nas áreas consideradas estratégicas para o Governo dos EUA, uma reforma geral da educação e, conseqüentemente, um desmonte da Economia Doméstica enquanto interesse educacional formal (DYAS, 2014). Segundo essa autora, a pressão generalizada pelo fim dos cursos de Economia Doméstica iniciada na década de 1950 seria inevitável também para a maior organização da área, a AHEA, algumas décadas mais tarde, forçando-a a mudar de nome para continuar tendo algumas frentes de atuação, sobretudo no ensino secundário.

Mas, além do contexto econômico e político, a influência dos movimentos feministas é também notável na rejeição generalizada à Economia Doméstica. Tanto os relatos da *Cornell University* quanto da *Washington State University* coadunam com a ideia de que, frente às expressivas alterações do lugar social da mulher, a Economia Doméstica tornou-se obsoleta e desencorajada:

By the time of the women's liberation movement in the 1960s and 1970s, those home ec basics were widely rejected. Rather than being a source of opportunity for women, it was stigmatized as a limitation (SUDERMANN,⁷⁸ 2014, s/p.).

Essas fontes fazem perceber que o declínio da Economia Doméstica nos EUA ocorreu segundo um conjunto de fatores complexos que atuaram como forças contraditórias sobre aqueles elementos que difundiram e popularizaram a área no início do século XX. O contexto econômico, político e social que os EUA vivenciavam após a Segunda Guerra Mundial, somado às pautas do movimento feminista lentamente pressionaram a Economia Doméstica a

⁷⁸ Em tradução livre: "Na época do movimento de libertação das mulheres nas décadas de 1960 e 1970, os conceitos básicos da home economics eram amplamente rejeitados. Em vez de ser uma fonte de oportunidade para as mulheres, foi estigmatizado como uma limitação".

se modificar enquanto instituição pedagógica, com o risco de tornar-se rapidamente anacrônica. Se a existência de uma instituição pedagógica só pode ocorrer enquanto relacionada a um conjunto de ideias pedagógicas - conforme argumenta Cury (1989) - é importante reforçar que essas ideias só podem existir enquanto encontrarem correspondentes das relações sociais vigentes e na concreticidade. No campo ideológico, as contradições e as disputas também são constantes, exigindo que determinado sistema ideológico encontre bases materiais coerentes para se realizar, sob o risco de ser suprimido por outro sistema ideológico concorrente ou conflitante (THERBORN, 2015). Portanto, parece ter se estabelecido um longo período segundo o qual a Economia Doméstica se dispersaria em outras instituições e se manteria sobre outros discursos e práticas, quando fosse possível - um revisionismo das ideias e dos princípios institucionais sobre os quais estava baseada. Essa última opção parece que foi o caso vivenciado massivamente pelas organizações mais importantes da área, como a *Cornell University*, a *Purdue University* e a própria AHEA. Na maior parte dos casos, nos parece mesmo que a Economia Doméstica se repartiu em áreas de pesquisa e programas diferentes (como nutrição, hotelaria, desenvolvimento humano e etc.). Aqueles cursos que permaneceram em torno da proposta original precisaram se desvincular da *Home Economics*, uma vez que atrair novos adeptos passaria, necessariamente, pelo esquecimento de uma instituição que a partir de 1950 era considerada arcaica (DYAS, 2014).

A Economia Doméstica dos EUA pós-década de 1950 passou por um fenômeno no campo da memória parecido com aquele descrito por Pollak (1989) em que há, em torno do grupo, um movimento de seleção e supressão de determinados elementos, para possibilitar a reprodução dos interesses gerais do coletivo. Nesse caso, passou a ser uma estratégia de sobrevivência e reprodução profissional e institucional se desvincular de determinada memória da *Home Economics*, projetando-se para áreas do conhecimento que se apresentavam como socialmente legitimadas e compreendidas como científicas - caso do estudos sobre consumo, já que o consumo em massa se tornou pauta novamente no contexto pós-II Guerra.

Esse cenário global da Economia Doméstica torna sua implementação no Brasil ainda mais complexa do que a forma como é tratada na maioria dos trabalhos. Não se tratava somente de um instrumental utilizado no bojo dos acordos de cooperação com os EUA para difundir seus modos de vida, valores e consumo. Se tratava, de certa maneira, de um pacote intervencionista que, considerando a realidade dos EUA, já poderia ser considerado obsoleto e decadente - integrando o movimento geral de importação de tecnologias obsoletas que ocorria

entre EUA e países periféricos à época. Por isso mesmo, é tarefa tortuosa pontuar exatamente onde uma determinada "crise" na Economia Doméstica brasileira pode ter se iniciado.

Não há nenhuma dúvida de que a Economia Doméstica brasileira só pode encontrar certo êxito quando fomentada pela extensão rural. Foi a extensão rural enquanto política de Estado que fez a Economia Doméstica difundir-se também como instituição pedagógica. Pinheiro (2016) convincentemente demonstra que, em certa medida, a Economia Doméstica também foi resultado de uma política de estado, pois deveria suprir a demanda extensionista rumo à solução dos problemas "do atraso" brasileiro. Sua implementação não ocorreu exclusivamente pela decisão dos centros e instituições universitárias, mas por ações políticas no contexto dos acordos de cooperação e da efetivação do projeto extensionista. Isso quer dizer que, se a simbiose com a extensão rural fez uma instituição pedagógica importada já em obsolescência prosperar, uma cisão entre ambas deveria resultar em uma mudança dramática. Foi, como argumentamos no capítulo anterior, o que ocorreu a partir da década de 1970.

Nesse ponto, há uma tarefa árdua em prosseguir com a análise. A maior parte dos estudos que versam sobre a Economia Doméstica no Brasil tratam de um período anterior a década de 1970. Há também uma enorme escassez de estudos endógenos que, de certa maneira, sempre negligenciaram apanhados históricos acerca da própria Economia Doméstica - fenômeno importante no campo da memória que trataremos mais adiante, e que nosso prólogo efetivamente reforçou. Mesmo os estudos que se apresentaram como contemporâneos trazem dificuldades em construir uma análise relacional do histórico da Economia Doméstica com sua situação atual, caindo em um lugar comum romantizado e sem fatos que possam subsidiar os argumentos, caso, por exemplo, de Oliveira (2006) e Almeida e Farias (2008).

Ao que tudo indica, a "crise" na Economia Doméstica se concentrou nos debates internos dos colegiados acadêmicos nas instituições de ensino que ofertavam o curso, não prosperando em nenhum campo do debate público, seja ele acadêmico ou não - e incluímos aqui a extensão rural. A partir de 2012, buscamos uma série de estudos⁷⁹ que explicassem melhor esse momento histórico, procurando levantar os elementos principais que caracterizam essa década que viria a configurar como a última para a Economia Doméstica no Brasil no formato pelo qual se difundiu a partir de 1950 - o de efetivação pelos cursos superiores.

Diante dessa dificuldade, para não incorrer nas armadilhas que os depoimentos subjetivos tomados como isolados podem se tornar na construção de narrativas deste teor,

⁷⁹ Amaral Junior (2013; 2014a; 2014b; 2015a; 2015b; 2016a; 2016b; 2017); Amaral Junior e Almeida (2017); Amaral Junior e Alves (2018); Amaral Junior e Barbosa (2016).

optamos por analisar documentos da Universidade Federal de Viçosa⁸⁰ sobre esse período, são eles: Ata 444 das duas sessões da reunião de colegiado realizadas em 30 de novembro de 2011 e 19 dezembro de 2011; o ofício nº 82 do MEC/SESu/DESUP de 22 de dezembro de 2010; documento destacando pontos conflituosos entre as atribuições dos economistas domésticos e exigências legislativas, sem data; documento agrupando os principais resultados das pesquisas internas com os egressos e discentes em economia doméstica, sem data; o processo nº 23001.000108/2010-78 do Ministério da Educação, de 2010, que versa sobre a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Economia Doméstica; a proposta de criação do curso em Serviço Social formulada pelo Departamento de Economia Doméstica, de 2015; e o Relatório final sobre a situação do curso de Economia Doméstica ofertado pela UFV, de 06 de agosto de 2015. Todos os documentos foram fornecidos pela coordenação do curso de Economia Doméstica, no ano de 2017. De forma complementar, consultamos também uma série de notícias veiculadas nas páginas institucionais das instituições de ensino superior que ofertavam o curso e um relatório técnico construído pelo MEC em 1980, sobre a situação dos cursos técnicos em Economia Doméstica no país.

Para estipular um ponto mais ou menos de partida, situamos como marco o lançamento da Revista Extensão Rural e da adesão das agências extensionistas a um outro viés de intervenção a partir do qual a área social, da qual faziam parte as economistas domésticas, passou por uma estagnação e lento declínio (PINHEIRO, 2016). Esse processo de cisão tomava proporções maiores a partir da década de 1970, quando o curso de Economia Doméstica buscou maneiras diversas de se estabelecer diante de uma mudança abrupta de cenário.

O Departamento de Economia Doméstica (DED) da Universidade Federal de Viçosa não data exatamente o desenvolvimento da "crise", mas referencia que o processo foi resultante da federalização da UREMG, que criou nichos concorrentes em áreas especializadas, e de modificações sociais que resultaram em intensa urbanização e terceirização das atividades antes circunscritas ao lar, como alimentação e educação das crianças (DED, 2015a). De fato, nos parece relevante que o formato institucionalizado na educação formal que a Economia Doméstica assumiu no Brasil - quase que exclusivamente via ensino superior e técnico a partir de 1950 - foi um componente importante, na medida em

⁸⁰ os documentos dessa instituição foram escolhidos para subsidiar a análise por alguns motivos: primeiro, porque eram os que ilustravam os debates mais recentes, abrangendo o período entre os anos de 2011 e 2017; segundo, porque a UFV sempre foi uma referência nacional para os curso de Economia Doméstica, tendo sido a primeira a implantar um projeto desse natureza e a última a extingui-lo; em terceiro, a facilidade de acesso aos documentos da referida instituição foi também determinante, somando-se aos argumentos anteriores.

que situou a profissão dentro de um sistema de ensino superior credencialista, fragmentado, altamente dependente da legitimação social das carreiras e competitivo intra-carreiras (AMARAL JUNIOR, 2016a). Isso quer dizer que, em um cenário de superespecialização das áreas do conhecimento, era esperado que um curso de caráter generalista sofresse com o avanço de outros cursos e profissões de caráter mais específico. No campo das instituições pedagógicas, nos parece bem coerente que a própria superespecialização da divisão social do trabalho promova certa cisão entre quais ideias passam a ser atribuídas a quais instituições pedagógicas - e por sua vez, a quais agentes.

As décadas de 1970-1980 marcam um período em que a Economia Doméstica investiu nas tentativas de se estabelecer enquanto área de saber e campo de atuação regulamentado, buscando consolidar certas políticas de privilégios que iriam garantir perenidade no mercado de trabalho (*Op. cit.*). Mais do que antes, parece bastante pertinente que esse cenário tenha se constituído no contexto pós-1970, uma vez que os referenciais estadunidenses passavam por expressivas reestruturações e o nicho de mercado mais significativo no Brasil, a extensão rural, se apresentava como uma possibilidade pouco frutífera. Como a federalização da UREMGE ocorreu em 1969 e os cursos "derivados" da ESCD apareceriam no decorrer da década de 1970, foi a partir dos anos 1980 que esse movimento "legislativo" apareceu:

[...] o exercício da profissão e a criação do conselho foram regulamentados pela Lei 7.387 de 21 de outubro de 1985, seguido por sucessivas portarias que reconheciam os cursos de Economia Doméstica com alunos matriculados no país. Até o início da década de 1990, 11 cursos superiores eram reconhecidos no território nacional na modalidade licenciatura, como ativos e com alunos matriculados (AMARAL JUNIOR, 2016a, p.23).

Isso quer dizer que, ao contrário do que expõe Simão (2016), a Economia Doméstica parece ter experimentado um investimento burocrático e acadêmico como estratégia de legitimação de sua existência diante de um cenário pouco favorável. Um documento de 1974, que versa sobre o processo de abertura dos Conselhos Profissionais em nível Federal e Regional, anexa o parecer do representante do Conselho Federal de Economia ao processo, demonstrando como os profissionais das ciências econômicas foram contrários ao reconhecimento do curso, rechaçando a Economia Doméstica enquanto curso superior e área autônoma:

[...]Saltam à vista, Senhor Presidente quer a impropriedade da designação "Economista Doméstico" - por sinal denominação esdrúxula -, que a flagrante incompatibilidade da pretensão com a legislação específica que preside a profissão de ECONOMISTA, oficialmente instituída, desde 1951, através dos diplomas legais já mencionados, sem precisar aludir a dissonância do projeto com a realidade social.

[...]Reconhecer a profissão - e esdruxulamente universitária -, de "Economista Doméstico" seria como, guardadas as devidas proporções, instituir profissão de "médico doméstico", "engenheiro doméstico", etc., evidente o que se rejeita de plano, por óbvios fundamentos e lógicas razões (COFECON, 1974, s/p).

O documento construído pelo DED (2015a) demonstra também que já em 1974, em um encontro promovido pela Universidade de São Paulo (USP) na cidade de Piracicaba, se discutiam os rumos da área, diagnosticando uma série de contradições internas entre a formação do currículo, as possibilidades concretas do mercado de trabalho e os movimentos pró e contra mudanças.

Outro documento, expedido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1980, analisava os cursos técnicos existentes em Economia Doméstica, apontando fragilidades acadêmicas que precisariam ser superadas para que a modalidade continuasse sendo ofertada. Entre as fragilidades apontadas pelo documento, destacam-se o caráter demasiado generalista, o tecnicismo e a constituição difusa em torno desses componentes técnicos - demonstrando que efetivamente a Economia Doméstica não logrou êxito em se estabelecer enquanto disciplina científica e ter reconhecimento acadêmico e social.

Diante desse cenário geral, a década de 1990 seria relevante para a Economia Doméstica no Brasil: dos 11 cursos superiores reconhecidos, apenas 05 permaneceriam ativos até o início dos anos 2000. Na Tabela abaixo estão descritos os cursos reconhecidos no início da década de 1990, dos quais apenas os ofertados pela UFV, UFC, UNIOESTE, UFRRJ e UFRPE permaneceriam ofertando a formação em Economia Doméstica.

Tabela 1 - Relação dos cursos de Economia Doméstica regulamentados na década de 1980-1990

Universidade	Modalidade	Regulamentação
UFC	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986
UFV	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986
UFRPE	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986
Universidade de Passo Fundo	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986
USP	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986

Faculdades Integradas Teresa D'ávila	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986
Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986
UFRRJ	Licenciatura	Portaria nº 169 de 29 de outubro de 1986
UNIOESTE	Licenciatura	Portaria nº 182 de 19 de novembro de 1986
Universidade Federal de Pelotas	Licenciatura	Portaria nº 91 de 11 de maio de 1987
PUC-RJ	Licenciatura	Portaria nº 09 de 15 de fevereiro de 1991

Fonte: AMARAL JUNIOR (2016a).

Obs.: Os cursos foram inicialmente reconhecidos na modalidade licenciatura, em que eram originalmente ofertados no Brasil desde 1952. No entanto, na década de 1990, houve um significativo movimento de "migração" para a modalidade bacharelado, como estratégia de superar a ausência de mercado para os licenciados em Economia Doméstica.

No final dos anos 1990, os anseios sobre o futuro da Economia Doméstica foram pauta prioritária no *I Fórum Nacional de Estudos sobre a Economia Doméstica* e do *XIV Congresso Brasileiro de Economia Doméstica*, realizados em Fortaleza/CE, assim como objeto de uma pesquisa interna conduzida pelo DED-UFV (DED, 2015a). Os resultados da pesquisa demonstraram uma série de informações relevantes, das quais se destacam a baixa adesão de novos estudantes e alta evasão, além de um conjunto de inconstâncias percebidas entre os discentes que foram agrupadas como "problemas identitários" (DED, s/d.) - em linha similar ao que as entrevistas relevaram ao nosso estudo em torno de uma perspectiva de baixo reconhecimento social pela categoria, e do que já havia sido constatado em Amaral Junior (2016).

Esse cenário parece ter sido resultante de uma série de "derrotas" para a Economia Doméstica no decorrer dos anos 1980-1990 que, diante da desvalorização social atribuída à natureza do curso, iniciou um processo de extinção que seria incontornável. Não podemos subtrair, também, a importância que o movimento feminista e as modificações obtidas na percepção e inserção social da mulher representaram para esse fenômeno. Aumentando-se as possibilidades de educação superior feminina em outras áreas e questionando-se o vocacionalismo sobre o qual se erguia a Economia Doméstica, era de se esperar um desafio maior para área se estabelecer sem a ampla legitimação anteriormente dada pela extensão

rural. Muito embora a inserção da mulher em outros cursos e carreiras tenha se mantido dentro de um padrão vocacionalista, criando redutos femininos em áreas relacionadas às "atribuições naturais das mulheres" como Enfermagem, Serviço Social e Pedagogia, a recusa à Economia Doméstica representava um desencorajamento mais explícito à relação mulher-doméstico (AMARAL JUNIOR e BARBOSA, 2016).

Nesse ponto, mesmo que de forma tardia, a Economia Doméstica brasileira viria a enfrentar problemas semelhantes à precursora estadunidense. Não por acaso, se observa movimentos semelhantes, basicamente pautados na consolidação de uma área com maior legitimidade científica (que exemplifica bem a abertura do curso de Pós-Graduação em Economia Doméstica na UFV e da Revista Brasileira de Economia Doméstica - Oikos, ambos ocorridos no início da década de 1990) e a multiplicação dos debates em torno da necessidade de mudança de nomenclatura dos cursos (que as Atas nº 444 de 30 de novembro de 2011 e 19 dezembro de 2011 do DED-UFV e a pesquisa realizada pelo mesmo departamento no final da década de 1990 refletem bem).

A maior preocupação com o processo de extinção se desenharia nas décadas seguintes, entre os anos 2000-2010, quando em tentativas de aprovar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Economia Doméstica, a secretária de educação superior Maria Paula Dallari Bucci daria parecer contrário, afirmando que o curso já havia "cumprido sua missão social", era pouco representativo e estava em processo de extinção (MEC, 2011). A partir daí, somadas às pressões internas, as cinco instituições de ensino superior que ainda ofertavam o curso passaram a dedicar maior atenção às necessidades de mudança que, conforme demonstra o documento expedido pelo DED (2015a), coadunaram com decisões isoladas de cada instituição em estabelecer a implantação de novos cursos a partir da infraestrutura disponível da Economia Doméstica.

O último curso ofertado na área foi "extinto"⁸¹ em 2016 e é, coincidentemente, aquele que foi também o primeiro implantado no Brasil: o da Universidade Federal de Viçosa. O curso estruturado pela UFV passou a ser o de bacharelado em Serviço Social, assim como aquele ofertado pela UFRRJ e, em partes pela UNIOESTE. Essa última dividiu sua estrutura docente e física também para o curso de Nutrição, enquanto a UFC abriu o curso de Moda e a UFRPE em Ciências do Consumo - única das IES que parece ter seguido um caminho similar ao das instituições tradicionais estadunidenses.

⁸¹ Consideramos a extinção a partir do trancamento de oferta das vagas para novos ingressantes e abertura do processo interno na IES. Isso porque, o curso só pode ser considerado oficialmente extinto quando não existir mais nenhum aluno matriculado e o Conselho de Ensino Superior da instituição homologar o encerramento.

Esse processo de extinção - que se arrastou desde a década de 1980 - não se deu sem movimentos contraditórios. Simão (2016) demonstra com precisão como já nos eventos pós-década de 1970 as representantes acadêmicas da Economia Doméstica se dividiam entre aquelas com posicionamento favorável à manutenção do curso na forma como estava estruturado, e aquelas que defendiam uma renovação e reestruturação. O processo de extinção dos cursos não se deu sem movimentos de resistência também, conforme matéria no Jornal Folha da Mata, de 04 de junho de 2015 descreve: um abaixo assinado com mais de 900 assinaturas foi organizado para protestar contra os processos que se estabeleceram para encerramento das atividades do curso na UFV.

Chama a atenção o fato dos posicionamentos a favor da manutenção do curso em Economia Doméstica se perpetuarem sobre elementos muito próximos àqueles da década de 1950, como "garantir a qualidade de vida das famílias" ou "promover conhecimentos polivalentes aos sujeitos" mesmo em estudantes que ingressaram após os anos 2000 (AMARAL JUNIOR, 2016a). Esses fatos demonstram que há uma "memória oficial" bastante fragmentada em torno do que foi a Economia Doméstica no Brasil, e que esses elementos, conforme demonstra Pollak (1989), são justamente aqueles selecionados para compor uma narrativa oficial sobre e para o grupo, extirpando do que é legitimado pelos pares quaisquer pontos que possam tensionar a identidade pretendida. Também uma realidade coerente com as entrevistas que deram base ao prólogo desse trabalho.

Isso significa dizer que, aquela ausência de trabalhos endógenos sobre a trajetória histórica do curso que mencionamos é, de certa maneira, proposital - e não um defeito ocasional. Todo o esquecimento deve ser entendido já como um indício de uma falta (RICOEUR, 2007). Entendendo a memória também como *locus* do conflito e das disputas (MAGALHÃES; ALMEIDA, 2011), é salutar compreendermos que a Economia Doméstica já foi implementada no Brasil sob forte mascaramento ideológico de seus reais objetivos. Assim, não só escondeu suas verdadeiras origens e intenções enquanto política de Estado atrelada à extensão rural, como esforçou em se tornar a-histórica para que pudesse reproduzir, mesmo em contextos de intensa modificação social, as condições de sua existência - determinada divisão sexual e social do trabalho, certo vocacionalismo feminino e rompimento com as tradições em detrimento da promoção de novos hábitos e costumes considerados mais adequados ao "progresso".

No campo ideológico, isso significa dizer que a própria construção de uma memória da Economia Doméstica nesses termos se tornou problemática com o tempo. Isso porque, sem

encontrar correspondentes objetivos que fundamentassem seus pressupostos, a área se inclinou rapidamente para o cenário de forças que descrevemos anteriormente: curso percebido como obsoleto pela sociedade/baixa adesão e alta evasão/pressões das universidades para modificações/incapacidade de reestruturar a proposta original. Isso significa dizer que a Economia Doméstica se viu em uma situação de extrema contradição enquanto instituição pedagógica: para se fazer presente enquanto área de conhecimento, profissão e formação, precisou ignorar as especificidades de sua trajetória histórica, ancorando-se em discursos genéricos como “promover a promoção da qualidade de vida” e “estudo da família”, mascarando os elementos de sua proposta original fortemente baseados na divisão sexual e social do trabalho, no vocacionalismo das atribuições femininas e no rompimento com as tradições. Por esse mesmo motivo, se tornou rapidamente anacrônica frente às exigências de um mercado de trabalho que buscava distanciar as formações e *locus* de intervenção do espaço doméstico.

Embora algumas leituras equivocadas de Marx e Engels (2007) façam acreditar que a ideologia é somente um sistema ilusório de ideias que têm influência sobre o real, o sentido verdadeiro usado pelos autores é que um sistema ideológico irá "falsear" determinada apreensão da realidade, mas sempre está intimamente relacionado ao mundo concreto. Por isso a ideologia explica os movimentos de resistência e os discursos que se perpetuaram década após década no formato de uma "memória oficial ideologizada" reproduzida no decorrer do próprio processo de formação. Explica, mais ainda, o processo de extinção que se instaurou. No campo do fenômeno da memória social, parece estarmos lidando com uma instituição pedagógica cuja memória ideologizada fez congelar no tempo, e tornar-se gradativamente anacrônica. Isso significa também que, guiada por uma determinada "pedagogia do doméstico", essas ideias que constituem tal proposição pedagógica não se apresentam imediatamente aos seus agentes: estão encobertas por uma série de artifícios mnemônicos.

Finalizamos, portanto, a primeira parte do trabalho, buscando percorrer o longo caminho que a Economia Doméstica fez enquanto instituição pedagógica desde o século XIX. Esse movimento nos permitiu diversos avanços em termos investigativos, que tentaremos brevemente sintetizar.

Primeiro, observamos os principais elementos em torno dos quais a Economia Doméstica de fato emergiu no século XIX, enquanto uma instituição pedagógica. Esses elementos, grosso modo, remetem ao que estamos chamando de uma "pedagogia do doméstico". Ou seja, a Economia Doméstica surgiu enquanto instituição pedagógica justamente no ponto em que trabalho doméstico e educação para este trabalho passaram por um processo de ruptura e se estabeleceu um conjunto de procedimentos que deveriam ser adotados para preparar as jovens moças - educa-las - às atividades cotidianas domésticas. O conjunto de ideias pedagógicas que estabeleceu a Economia Doméstica é mais ou menos relacionado a esse princípio norteador, mas, conforme pudemos demonstrar, apresentou variações históricas importantes.

Em seu primeiro momento, cujo expoente é Catherine Beecher e suas sucessoras, os elementos centrais dessas ideias pedagógicas estavam em certa harmonia social, no vocacionalismo das atribuições femininas, na moral político-cristã e na manutenção das tradições. Era um retorno à vida doméstica tradicional, percebida como extremamente fragmentada pelas revoluções que ocorreram nos séculos XVIII e XIX. Em seu segundo momento, que remonta à virada para o século XX e cujo maior expoente é Ellen Richards, as ideias pedagógicas em torno da Economia Doméstica se modificaram, sendo principal o apelo à neutralidade, ao cientificismo, a tentativa de se estabelecer como área acadêmica e ligada à eugenia.

Segundo que, se as ideias pedagógicas desses dois momentos não se correspondem, é de se esperar que os materiais, agentes e rituais serão construídos em outras condições. Essa diferenciação ajuda a perceber o distanciamento entre a Economia Doméstica fortemente inclinada às "artes domésticas" e aos manuais de conduta do século XIX e aquela tecnicista-normatizadora do século XX cujo taylorismo-fordismo foi grande inspiração. Importante destacar que, com o *Morril Act* de 1862, a Economia Doméstica estadunidense pareceu se efetivar pelas duas vias, que coexistiram até sua decadência lenta após a Segunda Guerra Mundial.

Em terceiro lugar, ao analisarmos o fenômeno sobre esse prisma, nos parece pelo menos sensato levar adiante a suposição de que Economia Doméstica e a extensão rural possuem elementos em comum em torno das mesmas ideias pedagógicas. Fortemente institucionalizadas em um mesmo contexto e período histórico, a simbiose entre ambas não nos parece ocasional, mas a face dupla de efetivação de um mesmo objetivo. Levaremos essa ideia detalhadamente adiante na segunda parte do trabalho.

Outro aspecto importante que desenvolvemos nessa parte do trabalho, e aparece em quarto lugar na nossa síntese, é a ideia de que é necessário destrinchar as diversas "Economia (s) Doméstica (s)" que foram implementadas no Brasil. Se os escassos modelos do início do século XX remetem mais à Economia Doméstica estadunidense do século XIX, aquela implementada a partir de 1950 em simbiose com a extensão rural, longe de apresentar uma concepção mais definida, vai se consolidar como híbrida entre o modelo mais tradicional e a *Home Economics*. Conforme demonstramos, as especificidades da implantação em reverberação com a extensão rural não tornaram a Economia Doméstica brasileira uma correspondente *ipsis litteris* à estadunidense que, inclusive, entrava em declínio na mesma época em que era exportada para os países periféricos por meio dos acordos de cooperação com os EUA.

Por último, o quinto aspecto fundamental de nossa síntese reside justamente no distanciamento entre Economia Doméstica e extensão rural a partir da década de 1970 no Brasil. Demonstramos como, longe de representar uma virada benéfica para a área, a cisão com a extensão rural significou, de forma geral, o desenvolvimento de um processo muito parecido com o ocorrido nos EUA algumas décadas antes. Isso significou a constituição de um movimento de extinção que se estendeu até 2016 e demonstra em seus elementos diversas características de como as ideias pedagógicas da Economia Doméstica foram consolidadas no Brasil. Nesse ponto, percebemos que essa instituição pedagógica se tornou obsoleta. Mas sua extinção não significa, imediatamente, a extinção na íntegra dos materiais, agentes e rituais pedagógicos pelos quais se efetivava. Tampouco que as ideias pedagógicas as quais estava vinculada foram extintas. É exatamente neste ponto que partimos para a análise do objeto da segunda parte desse trabalho: a extensão rural.

PARTE II

A EXTENSÃO RURAL PÚBLICA OFICIAL

Nesta parte do trabalho apresentaremos as discussões pertinentes à extensão rural, considerando sua trajetória histórica e social para as análises propostas. Não pretendemos aqui fazer uma análise histórica exaustiva, visto que muitos trabalhos já buscam tal empreitada com relativo sucesso⁸². Antes, pretendemos demonstrar as principais características do surgimento da extensão rural no Brasil, de forma que possamos avançar na direção da compreensão de como se relaciona com os elementos em torno de um movimento pedagógico, para, a partir daí, conseguirmos aprofundar na caracterização do que estamos chamando de "pedagogia do doméstico".

É preciso, antes, estabelecer o que se entende por extensão rural. Na parte anterior deste trabalho delimitamos um conceito geral do que compreendemos pelo termo, como uma política de Estado que tem como objetivo difundir conhecimentos e práticas que sejam capazes de modificar hábitos, costumes e modos de vida na realidade do campo. É preciso compreender, no entanto, que não há um consenso geral em torno dessa definição. Como apresenta Caporal (1991) a maior parte dos conceitos está baseada na proposta herdada dos pressupostos de Paulo Freire, em que a extensão aparece como um processo de comunicação horizontal entre duas partes, nesse caso, agricultor e extensionista.

Freire analisa no livro "Extensão ou Comunicação?" (2018) a problemática da utilização do termo, que frequentemente assume a forma de uma transmissão ativa de um conjunto de conhecimentos a um sujeito ou grupo de sujeitos com atribuições praticamente passivas, que apenas o recebe. Segundo o autor, essa noção de extensão como um processo educativo hierarquizado e unidirecional, longe de promover melhorias àqueles que são apresentados como público alvo - os agricultores - acaba reforçando um sistema de dominação e poder. Em suas palavras:

Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica da propaganda quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente sobre ela.

Este sim é o trabalho autêntico do agrônomo como educador, do agrônomo como um especialista, que atua com outros homens sobre a realidade que os mediatiza.

Não lhe cabe, portanto, de uma perspectiva realmente humanista, estender suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las; não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco para sua propaganda.

Como educador, se recusa a "domesticação" dos homens, sua tarefa

⁸² Caso de Peixoto (2008), P. Oliveira (2013) e Caporal (1991).

corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão (FREIRE, 2018, p.23).

Paulo Freire apresenta uma proposta humanista de educação popular para a libertação das classes oprimidas, cujo expoente teórico mais conhecido está em obras famosas, como "Pedagogia do Oprimido" (2015a) e "Pedagogia da Autonomia" (2015b). Direcionando sua crítica justamente à extensão rural que se apresentava à época - o texto original é de 1969 - o autor buscava problematizar a noção de prática extensionista apresentada enquanto processo educativo, mas fortemente pautada em uma proposta de educação tradicional, eurocentrada e hierarquizada. A crítica elaborada por Freire à extensão rural seguirá a linha de sua pedagogia humanista, propondo uma libertação pela educação na sua forma de valorização do saber popular. Importante lembrar também que a discussão proposta pelo autor é circunscrita em um período histórico bastante delimitado - o final da década de 1960 - no qual, veremos mais adiante, a extensão rural assumiu uma orientação e concepção pedagógica que ia de encontro às proposições do autor.

Embora a discussão apresentada por Freire (2018) e toda sua proposta de uma pedagogia da libertação tenha exercido considerável influência nas perspectivas pedagógicas da extensão rural a utilização do termo não foi substituída por "comunicação". O que se pode observar é uma continuidade do uso do termo extensão rural, agregando-se os elementos apresentados por Freire (2018) como parte de um processo comunicativo entre extensionista e agricultores. Os documentos oficiais - aqueles construídos e divulgados pelas agências públicas de ATER e etc. - se atém quase que exclusivamente a essa abordagem conceitual de extensão rural. Esse posicionamento conceitual é o caso também reverberado em alguns trabalhos acadêmicos, como o de Peixoto (2008):

Argumentamos que, como processo, extensão rural significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Todavia, como processo, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação² de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não (p.7).

Por outro lado, as conceituações consideradas do nosso ponto de vista mais completas emergem de outros estudos acadêmicos, que buscam ressaltar o caráter político-ideológico da extensão rural na formulação do conceito. Caporal (1991) define a extensão rural como uma instituição que se perpetua desde o Período Neolítico, na medida em que comunidades primitivas trocavam informações entre si a respeito do domínio do homem sobre a natureza. Para o autor, portanto, a extensão - e aqui, por consequente a rural - deve ser compreendida

como essa instituição que se constitui de um "conjunto de normas, regras e valores, sancionadas pela sociedade em um determinado momento histórico, como necessários ou funcionalmente adequados" (1991, p.19).

Por isso, ao se falar da extensão pública oficial no Brasil, é preciso ter noção que estamos nos referindo a uma dimensão específica de um todo maior que pode ser considerado como "prática social extensionista" (CAPORAL, 1991). O trabalho desse autor nos auxilia a compreender que a extensão rural deve ser entendida como uma prática social, sujeita às alterações históricas de toda ordem, perspectiva bastante similar ao que buscamos adotar para compreender a Economia Doméstica nos capítulos anteriores rompendo com a percepção analítica somente de sua modalidade "curso de formação superior".

Por sua vez Fonseca (1985) compreende a extensão rural como um "projeto educativo para a zona rural, como uma prática pedagógico-política historicamente determinada" (p.33). Sua abordagem vai ao encontro das perspectivas que entendem a extensão rural como ação educativa superando, no entanto, uma visão generalista que não concebe tal prática como resultado das práticas sociais historicamente determinadas. Nessa perspectiva, a extensão rural é considerada não só uma instituição social, mas uma instituição pedagógica historicamente localizada, que emerge do contexto das práticas sociais e se organiza segundo a realidade objetiva correspondente. Esse conceito procura superar as fragilidades dos conceitos comumente difundidos, como é o caso do formulado por Filho (2010) para o qual

os serviços de extensão rural do Brasil são instituições de caráter educacional, destinados às famílias rurais, visando conseguir mudanças de ordem técnica, econômica e social, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do setor primário de produção (p.25).

A emergência desse tipo de conceito de extensão rural representa influências tanto daquele que remete a Paulo Freire, quanto do que se alinha a uma visão estritamente produtivista. Nessa perspectiva de superação das fragilidades conceituais, este trabalho compreende a extensão rural como uma instituição pedagógica, conforme os componentes do fenômeno educativo apresentados por Cury (1989) e considerados norteadores metodológicos para a análise. Sendo assim, importante destacar que este trabalho versa sobre uma instituição pedagógica específica dentro da prática extensionista como um todo: a extensão pública oficial. Isso porque, considerando o conceito de extensão em seu sentido *lato*, compreende-se que a extensão rural pública oficial - ou seja, aquela que toma forma objetiva em políticas de Estado e de governo - é uma das formas a partir da qual essa instituição pedagógica se objetiva. Fizemos análise parecida na primeira parte do trabalho, na medida em que

consideramos existir uma Economia Doméstica generalista, enquanto instituição pedagógica mais totalizante, que se objetivava, inclusive de forma concomitante, em formatos institucionalizados diversos - como cursos superiores, técnicos, disciplinas, cursos de extensão e etc.

Debruçando-se sobre essa extensão rural enquanto parte do objeto de análise, a segunda parte do trabalho está, portanto, assim sistematizada: reservamos um primeiro capítulo para apresentar os principais pontos e acontecimentos que marcaram a emergência da extensão rural pública oficial no Brasil. Nessa parte, nos prendemos aos aspectos políticos e sociais de ordem histórica, buscando construir um panorama geral dessa emergência de forma que fosse possível apresentar os elementos que almejamos adiante. Em um segundo capítulo dessa parte, apresentamos uma discussão sobre uma relação importante para compreender o campo de aproximação entre a extensão rural e a Economia Doméstica: os deslocamentos da categoria família. Novamente utilizamos uma abordagem investigativa semelhante ao que já apresentamos, buscando compreender os elementos que nos ajudem a perceber constâncias e rupturas históricas no fazer extensionista.

CAPÍTULO V

A extensão rural no Brasil

A extensão rural, no sentido *lato* do termo, existia no Brasil desde muito antes de sua constituição enquanto colônia. Se optarmos pela perspectiva materialista histórico-dialética apresentada por Caporal (1991), é inevitável percebermos que desde a existência de grupos humanos no continente, algum tipo de prática extensionista entre os sujeitos e entre os grupos de sujeitos já se estabelecia.

No entanto, compreendendo a extensão rural pela perspectiva do recorte apresentado, enquanto política de Estado para o meio rural, suas primeiras evidências datam de 1859-1860, quando o Governo Federal já propunha algumas medidas que podem ser entendidas como rudimentos ou embriões da extensão rural (PEIXOTO, 2008). Apesar de sua origem já no século XIX, é de certa forma consensual que a efetivação da extensão rural enquanto política de Estado no Brasil se daria apenas na segunda metade do século XX.

É preciso, no entanto, recorrermos a alguns acontecimentos mais gerais que estabeleceram os principais pilares da consolidação da extensão rural no formato observado a partir de 1948 no Brasil. Silva e Oliveira (2010) apresentam uma série de marcos legais que podem ser considerados como "estruturadores" da extensão rural nos EUA, tais como: a Lei da Propriedade Rural, a Lei de Criação do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) e o *Morril Act*.

Como já mencionamos, o *Morril Act* de 1862, sem dúvidas, foi um marco na reestruturação de diversas instituições pedagógicas nos EUA, entre elas a Economia Doméstica - que passou a ter vias formais para sua consolidação - e a extensão rural, fortemente fomentada pela abertura dos *Land-Grant Colleges*. Esses modelos de instituição tinham como marca uma proposta alternativa de educação vocacionalista, baseada na prática de agricultura e nas "artes mecânicas" (RIBEIRO, 2005). Nas décadas que se seguiram ao *Morril Act*, diversas escolas foram abertas, sendo marcadas pelo desenvolvimento de uma pesquisa estritamente aplicada, pela implantação de estações experimentais e pelo caráter de prestação de serviços à sociedade (RIBEIRO, 2016). Foi, portanto, nesse contexto, que a extensão apareceu nos *Land-Grant Colleges* no formato extensão universitária/agrícola.

O desenvolvimento das instituições educacionais ocorrido pós-*Morril Act*, no entanto, apresentou algumas singularidades. Conforme demonstram Silva e Oliveira (2010), houve um "segundo *Morril Act*" em 1890, basicamente voltado às universidades para negros, que consolidaram nos EUA uma realidade dupla dos *Land-Grant Colleges*. Ainda segundo essas

autoras, embora seja possível observar o desenvolvimento de muitas atividades que podem ser consideradas de cunho extensionista ainda no século XIX, é somente em 1914 que surgirá o Sistema Cooperativo de Extensão (*Cooperative Extension Service*), financiado com recursos públicos e se configurando enquanto instituição de educação não-formal que atuaria como elo entre as fontes de pesquisa e ensino da USDA e os *Land-Grant Colleges*.

A extensão rural estadunidense surgiu, portanto, de um sistema bastante diferenciado do que seria implementado no Brasil. Em primeiro lugar, estava intimamente relacionado às instituições já existentes que tinham um padrão bastante orientado à ciência aplicada e à "prestação de serviços" à comunidade em que estava inserida. Em segundo, o próprio sistema cooperativo por meio do qual se instituiu tornou possível a extensão rural consolidar-se por vias educativas, na medida em que perpassavam as práticas dos *Land-Grant Colleges*.

O formato exportado para os países periféricos, no entanto, seria outro. Não há nenhum dissenso a respeito da introdução da extensão rural no Brasil. Conforme demonstra Pinto (2009) o projeto foi construído por meio de uma aproximação política com os EUA, tendo a extensão se estabelecido a partir dessa parceria que incluía uma série de artifícios burocráticos, mas também práticos - como o treinamento nos EUA das equipes brasileiras que seriam "pioneiras" na implantação do projeto.

O contexto dos acordos de cooperação estabelecidos com os EUA era o da Guerra Fria, das consequências pós-II Guerra que tensionaram e dicotomizaram o mundo em um bloco comunista e outro capitalista, e do avanço do imperialismo (P. OLIVEIRA, 2013). O imperialismo em sua fase estadunidense tinha como marca não só o domínio econômico, mas a completa subsunção cultural e social ao *american way of life* (TOTA, 2000). A extensão rural era em partes integrante desse movimento generalizado, mas é sabido que só pode encontrar amplo apoio político e social porque se debruçava sobre elementos materiais coerentes com a realidade do país - ou seja, as formas manifestas da Questão Agrária.

O principal desses elementos foi, sem dúvida, a noção amplamente difundida de que o Brasil era um país extremamente agrário e, por sua vez, que o campo brasileiro se apresentava como atrasado em muitos sentidos. Nas décadas de 1950/1960 prevaleceu essa tese generalista de que o atraso econômico do país advinha de sua situação de atraso no campo (ABRAMOVAY, 2013). Essa problemática era tão prevalente no debate popular e acadêmico no geral, que conforme demonstra Veiga (2013), a reforma agrária era entendida também como um pilar desenvolvimentista e amplamente apoiada por trabalhadores e pela burguesia. O que se tinha, no geral, era uma percepção disseminada de que era preciso fomentar o

desenvolvimento no campo, para que o país fosse capaz de aderir à pauta do desenvolvimento que era pregada mundialmente no contexto pós-II Guerra.

Claro que essa noção esteve longe de ser unânime, visto que as percepções sobre a Questão Agrária variaram consideravelmente mesmo nessa época, com pensadores como Gilberto Paim, Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães e Cai Prado Jr. que formularam teses com divergências importantes, embora a noção de campo arcaico que necessitava de intervenção do Estado fosse uma constância presente em menor ou maior grau nas ideias de todos eles (NETO *et al.*, 2010).

Essa leitura da Questão Agrária, vale ressaltar, ganhou fôlego após a década de 1930, em que o modelo agroexportador brasileiro entrou em crise, gerando mudanças políticas e institucionais que afetaram as elites e resultaram na queda da monarquia e o estabelecimento da República (STÉDILLE, 2011). Essa reconfiguração colocou à população do campo uma série de demandas que se apresentaram como complementares e contraditórias, mudando sua situação geral enquanto classe, mas também os colocando no centro de problemas sociais - como o êxodo para os centros urbanos - que deveriam ser resolvidos pelo Estado (*Op. cit.*).

Esse discurso encontrou ampla reverberação no uso equivocado de dados estatísticos e levantamentos gerais, que comparavam a realidade do campo brasileiro com os centros urbanos e, inclusive, com a realidade dos EUA (P. OLIVEIRA, 2013). Os relatórios de diversas expedições e documentos técnicos, como a Missão Rockefeller ocorrida no Brasil entre 1923-1930 em sua perspectiva higienista-desenvolvimentista⁸³ e o Relatório Abbink, resultado da Comissão Mista Brasileiro-Americana entregue ao Governo em 1949, também corroboraram com essa perspectiva de um rural que necessitava de medidas urgentes para se atingir o progresso generalizado e resolver os problemas sociais assinalados - como o êxodo rural e a baixa capacidade dos camponeses em abastecer a população urbana com alimentos. Nesse contexto, também para o desenvolvimento agrícola/agrário os EUA se apresentavam como modelo de sucesso econômico, social e cultural que deveria ser seguido, multiplicando-se as figuras institucionais e políticas que materializavam diferentes acordos e "parcerias" (TOTA, 2000). É justamente nesse contexto de "crise" que a extensão rural importada no âmbito dos acordos de cooperação com os EUA se apresentaria como parte da solução, incorporando uma visão desenvolvimentista do campo e amplamente intervencionista.

Não podemos incorrer no erro, no entanto, de defender que a extensão rural é resultado unicamente de uma proposta política que se consolidou por volta de 1948. Peixoto (2008)

⁸³ Ver P. Silva (2014).

demonstra como diversas atividades de caráter "extensionista" já ocorriam no país, desde as "Semanas Rurais" até as missões promovidas por instituições específicas, como as igrejas, corroborando com a percepção de que alguns elementos dessa perspectiva humanista-missionária que a extensão rural viria a assumir já existiam como prolongamento de ações de cunho urbano ou mesmo copiadas de outros países. Outro fator relevante diz respeito ao movimento ruralista que, a partir da década de 1920, começou a intervir a favor da manutenção de certo *status quo* e dicotomia entre rural e urbano, na medida em que buscava frear o êxodo (FONSECA, 1985). Esses dados demonstram que, embora essa crise tenha se acentuado a partir de 1930, seus indicativos já eram percebidos e resultavam em certo escopo de ação algumas décadas antes.

Foi nesse complexo contexto social e histórico que a extensão rural encontrou condições objetivas de se estabelecer enquanto uma política de Estado no Brasil. Sua implantação data de 1948, no estado de Minas Gerais, quando foi instituída por uma parceria público-privada entre o Governo do Estado e a AIA. Essa parceria foi resultado direto do Relatório Abbink, apresentando a extensão rural como solução, alinhando assistência técnica, extensão rural e crédito supervisionado como estratégia para combate àquelas que foram identificadas pelos especialistas da Missão Rockefeller como as maiores questões postas para o desenvolvimento do país (PINHEIRO, 2016).

Essa institucionalização ter se dado no estado de Minas Gerais também não foi ocasional. A extensão rural mineira consolidou-se enquanto uma estratégia político-ideológica de fomentar o desenvolvimento econômico da Zona da Mata, região que teve relativa importância nacional no Ciclo do Café no início do século XX, mas enfrentava já nas décadas de 1920-1930 certa crise (RIBEIRO, 2010). Além disso, buscava alinhar tal plano de desenvolvimento ao discurso geral de combate ao êxodo rural e aos problemas já enfrentados nos centros urbanos - sobre os quais também pontuaram os especialistas relatores da Missão Rockefeller (PINHEIRO, 2016). Dessa maneira, a extensão rural oficial brasileira emergiu no estado de Minas Gerais como resultado de um conjunto de condições objetivas bastante específicas que coadunaram para tal.

A Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG) foi a primeira instituição de extensão rural oficial no Brasil, instituída como resultado da parceria entre o Governo de Minas Gerais e AIA, por iniciativa direta da Missão Rockefeller (FONSECA, 1985). Esse modelo da ACAR seria rapidamente difundido por meio dos acordos de cooperação para diversos estados.

Algumas peculiaridades dessa implantação podem ser observadas, se comparada à extensão rural estadunidense cujo modelo era tido como norteador: em primeiro lugar, a extensão rural foi efetivada por mecanismos formais e burocráticos distintos daqueles que formavam o Sistema Cooperativo de Extensão nos EUA; em segundo lugar, o modelo estadunidense não contemplava necessariamente o crédito supervisionado enquanto estratégia de ATER, sendo essa uma conformação exclusiva do modelo implantado no Brasil (FONSECA, 1985; RODRIGUES, 1997); em terceiro lugar, a extensão rural brasileira foi implantada sem referenciais institucionais consolidados, caso dos *Land-Grant Colleges* estadunidenses que já possuíam relativo desenvolvimento em 1914, quando o Sistema Cooperativo de Extensão dos EUA foi criado. O mais próximo institucionalmente desses modelos foram as Escolas de Agricultura e Veterinária que existiam em alguns estados - como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco - desde o início do século XX, mas passavam por problemas estruturais de ordem diversa. Não por acaso alguns trabalhos, como o de Pinto (2009), Lopes (1995) e Pinheiro (2016), demonstram as dificuldades de treinamento profissional e absorção da mão de obra nos primeiros anos de existência das associações extensionistas no Brasil.

O modelo das ACARs seria amplamente difundido pela década de 1950/1960, representando o primeiro formato da extensão rural brasileira. Seu princípio de estruturação estava baseado no modelo "um agrônomo, uma professora e um jipe" e já na metade da década de 1950 surgiria a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR) como organização centralizadora das associações extensionistas no Brasil (FONSECA, 1985). Segundo essa autora, o *slogan* refletia o caráter de efetivação da extensão rural nessa época, baseado na divisão interna entre uma área técnica-produtiva - representado pelo agrônomo - e uma área de bem-estar social - representado pela professora - já indicando os pressupostos técnicos-intervencionistas prevalentes da parceria das ACARs com o convênio AIA-ETA.

Apesar de todo o esforço dos primeiros anos, as ações das ACARs obtiveram uma avaliação ruim pelo Governo e pelas comissões americanas (FONSECA, 1985). Por esse motivo, se observa um aprofundamento dos convênios e parcerias técnicas no decorrer das décadas de 1950/1960, bem como uma maior preocupação com as diretrizes práticas, qualidade de formação dos profissionais e alinhamentos gerais sobre os resultados que a extensão rural deveria alcançar (PINHEIRO, 2016). Aqui, importante destacar, situa-se justamente a abertura dos cursos superiores de Economia Doméstica no Brasil, como parte

desse movimento de estruturar uma extensão rural mais eficaz, para a qual a técnica em economia doméstica era parte imprescindível. É nesse contexto também que o convênio com a Universidade de Purdue foi assinado e as técnicas estadunidenses chegaram ao Brasil para implantar um modelo de Escola Superior de Ciências Domésticas que estivesse de acordo com os objetivos da extensão rural oficial na ESAV.

Mas, quais eram, de fato, as pretensões dessa proposta de extensão rural oficial? Sabe-se que sua emergência remonta ao discurso desenvolvimentista atrelado à percepção do rural como atrasado e prejudicial à economia nacional. Sabe-se também que sua efetivação só foi possível mediante a proximidade político-econômica com os EUA, materializando-se nos acordos de cooperação e nos convênios público-privados. Segundo Fonseca (1985)

A extensão passou a ser organizada nos países latino-americanos não apenas como uma extensão de conhecimentos cientificamente válidos e aplicáveis à agricultura e pecuária, mas também como um projeto comunitário-educativo centrado na ambição de se converter num instrumento de solução para os problemas sociais rurais (p.48).

Isso quer dizer que o modelo extensionista brasileiro consolidou-se inicialmente em torno de uma perspectiva geral de promoção de mudanças de comportamento, que abarcavam os sistemas produtivos existentes no campo, mas também os modos de vida e reprodução das famílias e de seus membros, buscando alterar hábitos e costumes (RODRIGUES, 1997). Não por acaso o modelo "exportado" para os países periféricos possuía o crédito supervisionado como premissa, uma vez que as mudanças almejadas deveriam ser acompanhadas das condições necessárias para que os sujeitos conseguissem modificar seus instrumentos de produção, casas e hábitos de consumo no geral.

Esse paradigma permaneceria nas duas primeiras décadas da extensão rural oficial brasileira, até que a partir da segunda metade da década de 1960 os impactos da Revolução Verde chegariam ao Brasil e modificariam as estratégias gerais e orientações das práticas em ATER.

A Revolução Verde deve ser entendida em sua processualidade histórica, não sendo possível separá-la dos fenômenos sociais e políticos que também impulsionavam a própria exportação da prática extensionista para os países periféricos. Foi justamente no contexto da Guerra Fria e da ampliação de mercados estadunidenses que os pacotes tecnológicos para a agricultura surgiram, como investimento de grupos específicos, caso, por exemplo, dos Rockefeller no México e nas Filipinas (ANDRADES; GANIMI, 2007). Conforme demonstram esses autores, a marca desses pacotes tecnológicos é o avanço do capital sobre as formas de produção agrícolas com o pretexto do aumento produtivo como estratégia de

combate à fome. No Brasil, essas práticas foram adotadas no período da Ditadura Militar, no seio do movimento de "modernização conservadora", optando pelo aumento produtivo advindo do incremento tecnológico em detrimento de um combate ao latifúndio (*Op. cit.*). Nessa época, importante destacar, a perspectiva sobre a Questão Agrária já havia se deslocado para o sentido exclusivo da modernização do campo e aumento da produção, esvaziando a defesa de uma reforma agrária como estratégia propulsora do desenvolvimento - principalmente no que tange ao apoio da burguesia a essa pauta. A classe patronal do campo já havia logrado relativo êxito em deslocar o debate público para o enfrentamento da Questão Agrária por intermédio das políticas agrícolas (MENDONÇA, 2010).

O formato pelo qual esse movimento se estabeleceu no Brasil, portanto, tem contornos peculiares. O principal deles é o fomento estatal às políticas que possam difundir esses pacotes tecnológicos, como a ampliação do crédito, a criação de cooperativas, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e a mudança de perspectiva nas organizações de ATER oficiais.

Nesse contexto a extensão rural brasileira modificou seu paradigma, passando de uma abordagem humanista-assistencialista para difusionista-produtivista (RODRIGUES, 1997). Isso quer dizer que o foco da extensão deixou de ser a mudança de comportamentos para um determinado "estilo de vida e consumo" e passou a se alinhar completamente à introdução dos pacotes tecnológicos no campo. Essa é a época também de lançamento da Revista Extensão Rural e da criação da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), elementos constituintes desse mesmo processo de transição para a preocupação do Estado com o médio e grande produtor e com o aumento da produtividade (PINHEIRO, 2016). Não por acaso esse foi também o período de maior declínio da Economia Doméstica dentro das ações de extensão rural, visto que estava fracamente alinhada à proposta geral de aumento da produtividade (*Op. cit.*).

Segundo Callou (2006), a extensão rural ignorou não somente os movimentos sociais no campo – como as Ligas Camponesas – mas também assumiu um notório desinteresse histórico pelos debates de reforma agrária. Além disso, ao seguir as premissas difusionistas produtivistas de Everett Rogers e aquelas amplamente fomentadas pelo Banco Mundial, reorientou-se para a “agricultura moderna”, se afastando do seu modelo original (*Op. cit.*).

Em 1974 foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) como empresa pública de direito privado e patrimônio próprio, para dar apoio técnico e financeiro às organizações de ATER estaduais, articulando-as nacionalmente e

conectando-as com a EMBRAPA, além de ter absorvido a ABCAR e passado a executar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER (PEIXOTO, 2008). A partir daí as estruturas das ACARs foram gradualmente absorvidas pelos estados, transformando-se nas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural, as EMATERs, como ficaram nacionalmente conhecidas (*Op. cit.*).

O modelo extensionista que se seguiu nas décadas de 1970 e 1980, portanto, priorizou a difusão tecnológica, ampliando-se principalmente no que diz respeito às propostas de incremento produtivo e adoção de tecnologias. Encontrou reverberação em importantes instituições nacionais, como a EMBRAPA e nos Programas de Pós-Graduação da UFV e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (CALLOU, 2006). Esse movimento representou a supremacia da técnica, e as organizações de ATER se estruturaram nessas décadas em torno dos profissionais de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia. A área de bem-estar social, que nunca chegou a ocupar um lugar realmente principal na extensão rural, passou a figurar ainda menor prestígio, sendo extinta e sucateada na maior parte dos escritórios de ATER pública pelo país.

Nesse modelo, toda a estrutura da extensão rural prevalente desde meados de 1940 se modificou:

A verticalização do planejamento assume direção contrária à que vinha sendo exercida até então, passando a prevalecer diretrizes normativas para execução descentralizada em níveis estadual e municipal. Registra-se o afastamento das agências norte-americanas da Junta Governativa da ABCAR, apagando os resquícios de influência na filosofia e ação do Sistema que passa a atuar como um braço do governo no campo. Para tanto, assume todos os chamados programas de impacto lançados sucessivamente pelo governo (...) e vincula-se ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965, que vai respaldar a modernização da base técnica da agricultura a juros reais negativos, principalmente na década de 70. Como contrapartida, passa a receber, a partir de 1969, uma taxa de assistência técnica incidente sobre cada projeto de crédito rural elaborado e assistido pelas EMATERs e, em 1971, 10% do Fundo de participação dos Estados (RODRIGUES, 1997, p.125).

Essas mudanças estavam de acordo com o contexto desenvolvimentista pleiteado pelo Governo Militar das décadas de 1960/1970, com os princípios da Revolução Verde e com a perspectiva produtivista que passou a vigorar no campo brasileiro. No entanto, com o advento da crise econômica da década de 1980, o modelo difusionista-produtivista ancorado em extenso produtivismo e difusão tecnológica pareceu se esgotar, e a atuação da EMBRATER nessa perspectiva exauriu-se (*Op. cit.*). A emergência também de debates em torno de métodos alternativos, da agroecologia e dos problemas do produtivismo começaram a

reverberar com maior força, mesmo que com grande resistência do Estado e de estratos conservadores da sociedade (PEIXOTO, 2008).

A partir da década de 1980, mesmo com a prevalência de posicionamentos críticos dentro das organizações de ATER, o que se percebeu foi uma desarticulação generalizada do sistema de ATER brasileiro, culminando na década de 1990 com a extinção da EMBRATER pelo Presidente Fernando Collor de Melo, resultado da política neoliberal de Governo que se fazia vigente. Essa primeira derrocada nacional representaria todo um novo contexto sócio-político para a ATER nos anos que se seguiriam, pós-redemocratização e pós-Constituição Federal de 1988.

O que se percebeu, a partir de então, foi uma busca generalizada por "reestruturação" das organizações estaduais de extensão rural, visto que não possuíam mais os recursos e diretrizes da EMBRATER e precisariam se ressignificar em termos de prática frente às exigências postas da última década (CAPORAL, 1991). Isso significou também uma busca por novas conquistas políticas que dessem cabo de reestruturar as ações de ATER no bojo dos estados e do Governo Federal, frente à iminente possibilidade de extinção gradual dos órgãos de extensão que se apresentava crescente nos Governos neoliberais da década de 1990.

Nesse sentido, a década de 1990 foi também um período de mudanças, visto que o Brasil vivenciou uma debandada massiva das organizações estrangeiras do terceiro setor para países com renda *per capita* inferiores e viu consolidado pelos Movimentos Populares e dos Trabalhadores uma série de estudos que legitimariam uma nova categoria, a do agricultor familiar (PEIXOTO, 2008). A emergência dessa categoria representou uma outra possibilidade de debates dentro das práticas de extensão rural, que passou a orientar um conjunto de Políticas Públicas e, conseqüentemente, de ações dentro da extensão rural pública oficial.

No ano de 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio do Decreto nº 1.946 de 28 de junho. Dez anos depois se efetivaria a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais por meio da Lei nº 11.326 de julho de 2006. Em seu artigo 5º a referida Lei dispõe:

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I - crédito e fundo de aval;

II - infra-estrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa;

V - comercialização;

VI - seguro;

VII - habitação;

VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX - cooperativismo e associativismo;

X - educação, capacitação e profissionalização;

XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII - agroindustrialização (BRASIL, 2006, grifos nossos).

O trecho demonstra que a Lei instituiu diversas frentes de ações que viriam a orientar a extensão rural oficial nas próximas décadas, pautadas na execução de políticas públicas, na articulação de ATER, no fomento ao associativismo e ao cooperativismo, na agroindustrialização e na profissionalização de seu público alvo. Isso demonstra também que, no decorrer da década de 1990 e início dos anos 2000, se estabeleceu um cenário de disputas e contradições em torno da reorientação das organizações de ATER e outros atores, como organizações do terceiro setor, tendo os movimentos sociais contribuído de forma bastante clara para a legitimação da ATER pública nesse embate (PEIXOTO, 2008). A partir daí, na segunda década dos anos 2000, a extensão rural se orientaria formalmente para a agricultura familiar nos termos do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996 e da Lei nº 11.326 de julho de 2006.

No ano de 2010 a Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), estabelecendo “novos” marcos para a extensão rural no Brasil. A PNATER se destaca pelos princípios orientados a um modelo participativo, sustentável, de base agroecológica, gratuito e equitativo, cujo texto materializa em grandes partes as ideias de um grupo específico de extensionistas, principalmente do Rio Grande do Sul, fortemente inclinados à agroecologia (DIAS, 2007).

Seu público beneficiário é definido como aquele composto por comunidades tradicionais e agricultores familiares e demais tipificados na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Já o PRONATER é descrito como principal instrumento de implementação da

PNATER, sendo instituído de forma participativa e representativa nos termos da Constituição. Tanto a PNATER como o PRONATER dão forma objetiva às disputas travadas no decorrer da década de 1990, possibilitando que as organizações governamentais e não governamentais de ATER sejam credenciadas para executar ações de extensão rural fomentadas pelo Estado.

No ano de 2013, por meio da Lei nº 12.897 de 18 de dezembro de 2013 foi instituída a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), um “[...]serviço social autônomo com a finalidade de promover a execução de políticas públicas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural [...]” (BRASIL, 2013, Art. 1º). A criação da ANATER representa ainda uma tentativa política de reintegração das organizações de ATER a nível nacional, desarticuladas desde a extinção da EMBRATER em 1990.

Se a Lei que institui a PNATER e o PRONATER remete a uma tentativa revisionista da extensão rural em torno do que Rodrigues (1997) designa como terceiro modelo, aquele de orientação humanista crítica, e a criação da ANATER parece legitimar uma reestruturação nacional das práticas de ATER em consonância com essa revisão geral, é preciso ter cautela ao se analisar o fenômeno pela perspectiva de uma orientação progressista. Isso porque do ponto de vista pedagógico, parece existir um consenso sobre esse progresso apenas nos documentos oficiais. Dias (2007) argumenta que a inovação nas agências de ATER a partir dos anos 1990 ocorreu principalmente nas ONGs e no ensino, raramente englobando a ATER pública oficial cujo caráter conservador e militarista tornou-se um verdadeiro entrave. Segundo Caporal e Costabeber (1994, p.12) “(...) fazendo sua autocrítica, a partir dos anos 80, quando o modelo [difusionista] já dava mostras de sua estagnação, o Sistema de Extensão Rural não conseguiu dar um passo além da elaboração de um novo discurso”.

Já a mudança em termos de orientação a agricultura familiar também precisa ser colocada em perspectiva. Abramovay (2013) reforça que há um abismo entre a agricultura familiar e a pequena produção, fato que precisa ser considerado. Isso quer dizer também que os produtores individuais acabam ficando à margem das políticas públicas orientadas para o agricultor familiar, não resolvendo uma parte expressiva do problema do campo que reside no assalariamento dos pequenos produtores e no êxodo dos mais jovens. É a própria dinâmica do capitalismo também que fortalece a categoria da agricultura familiar, pois o agricultor familiar é o mais adequado ao processo de “*treadmill*”⁸⁴ que se estabelece com o avanço do

⁸⁴ Processo de introdução de inovação e tecnologias na produção que consiste em dar uma margem maior de lucro aos vanguardistas que primeiro aderem aos pacotes tecnológicos e inovadores. Os pacotes passam com o tempo por um processo de barateamento dos preços, consequentemente sendo aderidos por outros agricultores e diminuindo a margem de lucro geral. Os últimos a aderirem ao processo geralmente são os que têm menos recursos financeiros e acesso ao crédito e, de certa maneira, aproveitam de taxas de lucro menores. O processo

capitalismo no campo brasileiro (VEIGA, 2013). Então, longe de compreendermos essa guinada da extensão rural rumo à agricultura familiar como um reflexo de total reestruturação ideológica de seus pressupostos na direção de certo “progresso”, compreendemos que essas mudanças representam, antes, um reflexo de como as relações de produção se alteraram no campo brasileiro a partir da década de 1980.

Essas mudanças ocorridas no decorrer da década de 1980 no campo foram sistematizadas por J. G. Silva (1981) em torno dos seguintes elementos principais: fechamento das fronteiras agrícolas; problemas no “abastecimento de urgência”; problemas no “fluxo migratório” dos pequenos produtores; a “modernização” do campo concentrou-se em determinadas culturas e regiões, ocorrendo de forma desigual; ocorreu aumento da sazonalidade dos empregos rurais; o produtor perdeu força no mercado e perdeu importância no fornecimento de alimentos.

Esse conjunto de fatores - somados a outros de variada ordem - fizeram emergir a categoria do agricultor familiar enquanto público prioritário das políticas públicas e, conseqüentemente, das ações de ATER em seu “redesenho” pós-década de 1990. Por isso, é necessário lançarmos o olhar sobre como a família foi historicamente incorporada nas ações de ATER, para a partir daí apreendermos quais elementos da “pedagogia do doméstico” podem ser identificados dessa relação.

de “treadmill” - termo que significa “esteira” em inglês - demonstra a exclusão dos agricultores em piores condições financeiras e materiais desse processo, criando nichos de “marginalizados”, “excluídos” e “pobres” no campo.

CAPÍTULO VI

Família e extensão rural

Compreender os elementos em torno de uma "pedagogia do doméstico" presentes na extensão rural brasileira requer, inevitavelmente, apreender de que forma a prática extensionista historicamente se relacionou com a categoria família. Isso porque, se no decorrer de sua trajetória a Economia Doméstica deixa explícito seu objeto e sua relação com as mulheres - mesmo que tenham ocorrido deslocamentos de classe significativos - a extensão rural o faz de forma mais sutil e com mudanças mais abruptas, se orientando a outra categoria.

Para esse exercício, a noção do familismo enquanto corrente ideológica que atribui à família a responsabilidade pelo bem-estar social dos indivíduos é importante. Conforme demonstram Castilho e Carloto (2010) o familismo tem sido uma tendência histórica na elaboração de políticas públicas, com expoentes na Europa e na América Latina. Seu pressuposto central é imputar à família a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros, ou seja, centrar as propostas que compõem a agenda das políticas públicas na categoria família, mesmo que isso signifique na prática reforçar estereótipos e a divisão do trabalho baseada nos gêneros (*Op. cit.*). Sendo a extensão rural uma política pública, diferentemente do que ocorreu com a Economia Doméstica cujo aparato objetivo se estruturou por outras vias, sua orientação ideológica seguiu a corrente dominante de adoção do familismo, presente em quase todas as reformas brasileiras das décadas de 1940 e 1950⁸⁵. Por isso, para compreendermos a amálgama ideológica existente entre Economia Doméstica e extensão rural, se faz necessário entender os contingentes históricos da categoria família no bojo da prática extensionista.

Esse capítulo parte, portanto, do pressuposto que a família sempre foi categoria central da extensão rural brasileira, com três momentos importantes que indicam tanto recortes históricos, quanto de classe e objeto de intervenção diferenciados. Importante destacar que essa separação é um artifício analítico e que, como demonstraremos, ela se sobrepõe e coexiste na prática, marcando momentos mais ou menos prevalentes para cada uma delas.

Os elementos iniciais que corroboraram com a compreensão desses três momentos importantes foram obtidos a partir da sistematização histórica da extensão rural no Brasil, demonstrada no capítulo anterior. Conforme argumenta Rodrigues (1997) a marca da implantação da extensão rural no país foi inicialmente uma ideia de prática humanista-assistencialista, cujo objetivo era promover mudanças de hábitos e costumes que pudessem

⁸⁵ Pode-se citar como exemplo as Reformas da Educação promovidas pelo ministro Gustavo Capanema na década de 1940 durante o Governo Vargas, conforme demonstram Schwartzman et al. (2000).

lançar luzes ao "atraso agrário". Mais do que o caráter intervencionista-produtivo, a extensão da década de 1950 carregava a marca de um projeto educativo maior, intencionado a estabelecer mudanças nos valores e na cultura (FONSECA, 1985).

Nesse primeiro momento, nas décadas de 1950 e 1960, a Economia Doméstica atingiu seu apogeu nas agências extensionistas, ao que tudo indica, se aproveitando da concepção de família preconizada na extensão rural, fortemente sintonizada com os elementos de sua gênese. Por isso, optamos por demarcar esse primeiro momento como aquele em que a categoria *família está alicerçada na divisão sexual do trabalho*. Não que essa divisão sexual do trabalho, que é correspondente à divisão social do trabalho e à dinâmica do capital como um todo, esteja ausente nos demais momentos, mas é aqui a marca central desse primeiro momento que irá se desdobrar em outras questões pertinentes - como a organização das equipes e a estrutura de intervenção.

As mudanças na economia política, no entanto, colocaram já no final da década de 1960 uma série de limitações ao projeto inicialmente delineado para a extensão brasileira. No contexto da Ditadura Militar vigente desde 1964, da Revolução Verde e das pautas desenvolvimentistas adotadas pelo Governo Militar, uma mudança abrupta da percepção da "Questão Agrária", sobretudo pela burguesia, fez emergir um projeto para o campo que colocava como central o aumento da produtividade, sem, no entanto, acabar com o latifúndio (J. G. SILVA, 2013; MENDONÇA, 2010). Nesse contexto, a extensão rural assumiu um modelo difusionista-produtivista, focando seus esforços nos sistemas produtivos e abandonando a perspectiva de mudança de hábitos e costumes de forma mais generalista. Como Paulo Freire (2018) percebeu de forma bastante aguçada, essa perspectiva extensionista não só secundarizou os sujeitos da prática educativa, como também os "coisificou". A família aqui é menos o sujeito da intervenção e mais o seu plano de fundo, geralmente uma variável da equação representada pela "força de trabalho". Por isso, convencionamos identificar esse segundo momento como aquele em que a categoria *família é reificada*. A família não é mais parte do projeto de intervenção extensionista, a não ser pela capacidade de força de trabalho que pode fornecer para o processo produtivo em questão. Aqui, ressaltamos, a condição reificada da família passa a ser central em detrimento de suas outras interpretações, destacando que esse processo de reificação tem surgimento com a formação do capitalismo, conforme demonstra Engels (2019).

Essa perspectiva trouxe bons resultados, sobretudo nas supersafras, mas não tardou a esgotar-se. Conforme também já abordamos, a partir de 1980 o contexto econômico geral -

em que se destacam as crises - e as tensões sociopolíticas colocaram o modelo difusionista-produtivista em dúvida. Somado a isso, a emergência dos governos neoliberais do início dos anos 1990 com a reabertura democrática do país fizeram emergir tanto a necessidade de reformulação da extensão rural, quanto movimentos sociais capazes de pressionar o Estado na adoção de pautas específicas para o campo. Segundo demonstra Peixoto (2008), esse é o contexto de surgimento e adoção generalizada do conceito de agricultura familiar, que passou a balizar a ATER, de forma geral. Em termos de modelos extensionistas, Rodrigues (1997) identifica nesse período histórico uma tentativa - sem sucesso - de implantação do humanismo-crítico, empreitada tensionada pelos diversos acontecimentos da década. Aqui, identificamos que a categoria família volta a ter centralidade nas discussões de ATER, mas sob um caráter dúbio. Apesar de superar a visão estritamente ancorada na divisão sexual do trabalho carregada pelo primeiro momento, prevalece a abordagem da unidade familiar sob a lógica da administração. Assim, propomos identificar esse terceiro momento como aquele em que a categoria *família é sinônimo de empresa capitalista*. Analisaremos, com mais detalhes, cada um desses três momentos.

"Lugar de mulher é na cozinha": família alicerçada na divisão sexual do trabalho

Não é preciso uma análise muito densa para concluir que a extensão rural implementada no Brasil na década de 1950 reproduzia uma forte carga de divisão sexual do trabalho. O próprio lema "um agrônomo, uma professora e um jipe", exposto por Fonseca (1985) denota que a constituição das equipes de extensão rural à época refletia certa lógica de divisão entre os gêneros. O que defendemos, no entanto, é que essa lógica de divisão sexual do trabalho era o fundamento da noção de família adotado pela extensão rural, a partir da qual todas as suas ações de intervenção eram pautadas.

A prevalência da equipe paritária - uma técnica em economia doméstica ou economista doméstica e um técnico agrícola ou agrônomo - é a face mais objetiva dessa ideia central, para a qual predominava a noção harmônica de que homens e mulheres deveriam se ocupar de tarefas diferenciadas para o "progresso geral". Segundo Rodrigues (1997):

Sendo assim, este período caracterizou-se pela idéia (sic) da extensão como uma modalidade informal e integral de educação, destinada a agricultores, donas de casa e jovens rurais, objetivando a auto-realização desses atores, mediante a aceitação de novas idéias (sic) e conhecimentos, a renovação de hábitos e atitudes, no interesse da melhoria das condições da propriedade e do lar e da elevação do nível de vida das populações rurais. A sua característica mais marcante é a presença de uma equipe local de trabalho, paritária, formada de um extensionista agrícola e uma extensionista

doméstica, e o uso do crédito rural supervisionado para dar suporte à administração da propriedade e do lar. O planejamento das atividades era vertical ascendente, partindo da situação em que se encontravam as famílias assistidas, os problemas partes desta situação, objetivos das famílias em relação a estes problemas e definição de soluções alternativas a serem perseguidas, geralmente propostas pelos extensionistas. A consolidação dessas atividades a níveis municipal, estadual e nacional conformavam os planos anuais da extensão rural para o País (p.123, grifos nossos).

A dicotomia propriedade/lar, propriedade/casa desnuda a inclinação ideológica mais geral adotada pela extensão rural na compreensão de que produção e reprodução pertencem a universos distintos e separados, fomentando uma cisão entre mundo público produtivo (produção) e mundo privado reprodutivo (doméstico). Como as duas primeiras décadas da extensão rural no Brasil são marcadas por certa autonomia das associações extensionistas no seu plano de trabalho e diante dos planos governamentais para a produção agrícola, prevaleceu essa abordagem mais ampla no sentido educativo (RODRIGUES, 1997).

Historicamente essa "repartição" das equipes ficou estabelecida em torno das nomenclaturas de "área técnica-produtiva" e "área de bem-estar social" (PINHEIRO, 2016). A própria escolha dos termos denota uma tentativa de separação entre o trabalho técnico e de valor produtivo, destinado aos homens, e aquele mais amplo e de caráter valorativo, destinado às mulheres. Lopes (1995) demonstra com precisão não só os objetivos manifestos de promover mudanças comportamentais nas mulheres do campo, mas como as técnicas de extensão rural encontraram um cenário propício para a reprodução de certa divisão sexual do trabalho. A autora argumenta que, muito embora o modelo preconizado pela extensão rural tenha sido o da divisão sexual do trabalho predominante nos EUA, ele só pode se realizar pois encontrou na configuração familiar rural brasileira elementos suficientes para se reproduzir à sua maneira - mesmo que isso tenha exigido, em algum grau, um certo movimento de "quebra das tradições".

O que significa dizer que a extensão rural brasileira dos anos 1950-1960 se baseou, massivamente, em uma concepção de família construída sobre a dicotomia produtivo/reprodutivo, público/privado, produção/doméstico. Dicotomia essa que reflete um padrão ocidental típico do capitalismo da virada do século XIX para o século XX, em que as noções antes estabelecidas entre público e privado foram alteradas em um processo que se desdobrava desde a Revolução Industrial (HOBSBAWM, 2018b). Isso significou também romper com o modelo predominante antes nas sociedades pré-capitalistas em que produção e reprodução tomavam forma em um mesmo local, sem divisões claras e precisas entre as fronteiras da vida privada e a produção, quase sempre de base familiar (A. E. S. ALVES,

2013). Nas palavras de Perrot (2017), "o século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual" (p.187).

A divisão sexual do trabalho não é, no entanto, exclusiva das sociedades capitalistas, mas se acentuou sobremaneira com a sua emergência (ENGELS, 2019). O que demanda compreender que com o surgimento da propriedade privada, certos elementos do que se podia perceber dessa divisão em modelos societários anteriores foram intensificados, enquanto outros foram extintos (*Op. cit.*). Enquanto parte fundamental para a reprodução das condições necessárias de fornecimento da mão de obra ao capitalismo, a mulher foi relegada às funções reprodutivas, geralmente circunscritas ao ambiente doméstico, intensificando seu isolamento social também como parte necessária ao cuidado da prole legítima e à garantia de continuidade da unidade familiar reduzida (HARVEY, 2016). Segundo Engels:

A divisão de trabalho na família regulou a repartição da propriedade entre homem e mulher; (...) não obstante, ela inverteu a relação doméstica até ali vigente, apenas porque a divisão do trabalho fora da família tinha mudado. A mesma razão que assegura à mulher o predomínio dentro de casa, isto é, sua limitação ao trabalho doméstico, assegurava agora a dominação do homem dentro da casa: o trabalho doméstico da mulher perdeu importância diante do trabalho da subsistência do homem; este passou a ser tudo, aquele um complemento insignificante (2019, p.150).

Portanto, o modelo primeiro implementado no Brasil reflete em certo grau os elementos da extensão originária estadunidense, herdando correspondentes do momento histórico de sua emergência para o qual a divisão sexual do trabalho era não só acentuada, como marcada por essa polarização público/privado e produção/doméstico. A Economia Doméstica é talvez o produto mais representativo dessa época, erigida sobre a noção vocacionalista da mulher naturalmente destinada à casa, à família, à caridade e ao doméstico, distante do mundo público destinado aos homens - contexto que a obra de Beecher, apresentada no Capítulo I, se apresenta como exemplo profícuo.

A extensão rural, dessa maneira, estava impregnada de uma noção ideologicamente construída de família baseada na divisão sexual do trabalho em seu caráter vocacionalista. Apesar de já termos mencionados na primeira parte desse trabalho, é importante reforçar que, conforme Hirata e Kergoat (2007) apresentam, a divisão sexual do trabalho se constrói baseando-se não só em uma diferenciação entre atividades de homens e mulheres, mas na correspondente hierarquização entre elas. Determinar as atividades pertencentes aos homens e aquelas de responsabilidade feminina é um dos princípios para posicionar hierarquicamente dentro do seio familiar as atribuições de cada membro. Por isso, nos parece que a extensão rural nesse primeiro momento conseguiu equacionar bem seus esforços em modificar

comportamentos produtivos juntos aos homens da família, em detrimento das mudanças mais valorativas e consumistas que se operavam com as mulheres⁸⁶.

Pode não parecer relevante afirmar que a extensão rural brasileira em seu primeiro momento se baseou em uma categoria de família pautada nessa divisão, sobretudo porque essa característica permeava a sociedade brasileira de forma geral, da educação ao senso comum. No entanto, reafirmar o que parece óbvio é importante porque nos ajuda a situar essa divisão como a base a partir da qual a extensão rural - na figura dos extensionistas - compreendia e modificava a realidade das relações sociais. Família, nesse contexto, era sinônimo de cisão entre homens e mulheres, doméstico e produtivo. Um doméstico considerado menos qualificado, onde predominavam os aspectos morais e valorativos. Também um doméstico que embora não fosse considerado espaço da produção, anexava pomares, hortas e até mesmo a pequena indústria de transformação doméstica (PINHEIRO, 2016).

A contradição inerente a esse tipo de concepção de família adotada pela extensão rural pode não ser imediatamente aparente, mas é de fundamental compreensão: a divisão sexual do trabalho imbuída na categoria reflete uma organização urbano-familiar, pouco próxima da realidade do campo brasileiro em que ainda predominava certo tipo de unidade de produção familiar, que como descreve A. E. S. Alves (2013), ainda abrangia a coexistência de produção e reprodução em uma unidade doméstica tal como em muitas das sociedades pré-capitalistas. Isso significa que uma intervenção disciplinadora tendo como base a família idealizada para a realidade urbana era o pressuposto central carregado por essa categoria de família fundamentada em determinada divisão sexual do trabalho.

Por isso a extensão rural originalmente implementada no Brasil assumiu caráter messiânico, visto que tinha missão manifesta de promover uma cisão com as formas de vida e aspectos culturais predominantes nas famílias rurais, rompendo com os padrões tradicionais (FONSECA, 1985). Longe de ser empreitada isolada, essa "missão" assumida pela extensão rural reflete um movimento mais geral dentro do capitalismo à época de subjugar o campo à cidade. Assim, a burguesia, "(...) do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semi-bárbaros aos civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente" (MARX e ENGELS, 2017, p.26).

Esse movimento paradoxal, portanto, seguia uma noção idealizada de família urbana, que como destaca Lopes (1995) em muitos pontos diferenciava-se da realidade encontrada

⁸⁶ Conforme demonstra Pinheiro (2016).

pelas equipes extensionistas, sobretudo ao se considerar a experiência rural e urbana que seus pioneiros tinham nos EUA. Portanto, uma noção de família despida das diferenciações, baseada em uma generalização pouco correspondente à realidade brasileira.

Conforme demonstra Maestri (2012) a formação do campo brasileiro não pode ser compreendida sem considerar a grande diversidade de sujeitos que representam seu movimento histórico. Segundo o autor, as famílias do campo só podem ser entendidas se considerar pelo menos cinco origens distintas que terão diferente distribuição e expressividade segundo as diferentes regiões do país: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes. Dessa forma, qualquer tentativa homogeneizante baseada singularmente em uma abstração urbano-familiar é não só inadequada, como amplamente equivocada.

Além disso, compreender a divisão sexual do trabalho requer, necessariamente, entender como raça e classe se relacionam dialeticamente com essa categoria (SAFFIOTI, 2013). Segundo a autora, é preciso ter em mente, por exemplo, "que a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas da produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho" (p.61). A noção da mulher reclusa ao doméstico, aos trabalhos manuais, ao cuidado com os filhos e aos eventos de caridade possui uma dimensão de classe e raça importante de ser considerada, sobretudo diante da realidade das mulheres do campo, em que historicamente essa realidade parece nunca ter sido prevalente (PERROT, 2019). Assim, "(...) as camponesas são as mais silenciosas das mulheres. Imersas na hierarquia das sociedades patriarcais, são poucas as que emergem do grupo, pois se fundem com a família, com os trabalhos e os dias de uma vida rural que parece escapar à história" (*Op. cit.*, p.110).

Aqui, nesse momento em que a categoria família parece significar exatamente o extremo dessa divisão sexual do trabalho idealizada nas camadas urbanas e burguesas, a Economia Doméstica encontrou seu ponto de inserção e crescimento na extensão rural. Grande parte disso se deve à noção de mulher reproduzida pela Economia Doméstica, em perfeita sintonia com esse pressuposto de divisão que se ancorava em conceitos mais gerais.

Mas essa noção de família só fazia sentido em um contexto de percepção do campo como atrasado, e desse atraso como entrave para o progresso econômico do país. Na medida em que essa percepção - sustentada por políticos e representantes intelectuais, como já citado - se alterou, emergindo uma noção generalizada de que era possível alcançar o desenvolvimento econômico com inserção de tecnologias e aumento da produtividade, sem necessariamente intervir no cotidiano familiar, por mais que determinada noção de família pautada na divisão sexual do trabalho tenha permanecido, certamente ela foi relegada a outro

plano e atenuada.

"Apenas mão de obra": família reificada

A partir da adoção do modelo difusionista-produtivista na extensão rural, pode-se arriscar dizer que certa concepção de familismo foi parcialmente abandonada pelas agências de ATER no Brasil. Isso porque, centrado na difusão dos pacotes tecnológicos impulsionados pela Revolução Verde, o Estado demandou que a extensão rural se alinhasse aos Planos Econômicos de Governo, focalizando seus esforços no processo de transferência de tecnologia (PEIXOTO, 2008). Esse modelo, longe de ter substituído por completo o anterior - conforme as entrevistas do prólogo do trabalho ilustram bem - foi o suficiente para gerar mudanças expressivas, dentre as quais solapar a Economia Doméstica de sua composição central, secundarizar os trabalhos da área de "bem-estar social" e popularizar a extensão rural como "divulgadora" dos pacotes tecnológicos para o campo.

O difusionismo-produtivista marca o abandono da concepção "messiânica" e localmente focalizada do modelo anterior, trazendo ao centro das ações as perspectivas econômicas (RODRIGUES, 1997; CALLOU, 2006). Em um primeiro momento, pode-se ter a impressão de que a categoria família foi extirpada da extensão rural em detrimento de uma perspectiva economicista e produtivista, sobretudo porque o discurso de "intervenção-familiar" praticamente desapareceu dos documentos oficiais e das práticas de ATER no país. No entanto, é preciso compreender a ausência como indício, e questionar qual categoria de família passou a ser adotada e reproduzida pela extensão rural, visto que historicamente não migrou como política pública para a pasta econômica, tampouco pareceu contrária ao familismo prevalente em políticas análogas – indicando que certa constância com as premissas do modelo anterior prevaleceu.

Para esse percurso, dois trabalhos são fundamentais ao captar os elementos escassos que nos ajudam a entender o lugar da família dentro do modelo difusionista-produtivista: o livro "A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital" (1985) de Maria Teresa Lousa Fonseca, e "Extensão ou comunicação?" (2018) de Paulo Freire. Primeiro é preciso pontuar que a escassez de materiais que remetam a essa época demonstra justamente a inclinação da extensão rural para o componente técnico e a ciência aplicada,⁸⁷ em que proliferaram as estações experimentais, unidades de referência e métodos de transferência

⁸⁷ Conforme também já pontuamos anteriormente, o difusionismo-produtivista é marcado pelo lançamento da Revista Extensão Rural, demonstrando a inclinação para o debate aplicado ao médio e grande produtor agrícola.

com, ao que parece, pouco compromisso endógeno com as discussões sobre a ATER que só viriam a se tornar frequentes na década de 1990. Segundo, é preciso demarcar que os dois trabalhos citados dialogam especificamente com o modelo difusionista-produtivista da extensão rural. Paulo Freire (2018) escreveu seu trabalho em 1969, no apogeu da conversão entre os modelos humanista assistencialista e difusionista-produtivista, cuja mudança no processo "educativo não formal" da extensão rural chamou a atenção do educador. Já Maria Teresa Fonseca (1985) elaborou seu trabalho em um outro contexto, em que as críticas ao modelo difusionista eram já mais frequentes e tensionadas tanto pela crise econômica, quanto pelas transformações sociais que passaram a questionar diversas camadas da vida pública - movimento que não deixou a extensão ileso. Diante desse contexto, importante ressaltar ainda que a interlocução de Freire (2018) é especificamente o modelo de educação preconizado pela extensão rural, enquanto Fonseca (1985) endossa uma crítica mais direcionada ao alinhamento da política pública com os interesses do capital.

Mas se há uma constância entre os dois trabalhos, de certo é o reconhecimento que a extensão rural nesse modelo abandona uma perspectiva centrada nas pessoas, tornando-as ora receptores passivos do conhecimento técnico levado pelo extensionista (FREIRE, 2018), ora variáveis ajustáveis do processo produtivo (FONSECA, 1985). Assim, o deslocamento da categoria família cede à condição reificada, em que as relações sociais e os produtos dela decorrentes passam por um processo de inversão abstrata. A condição de reificação da família passa, portanto, a ser central para a abordagem extensionista, substituindo a centralidade anterior da divisão sexual do trabalho.

Falar de reificação remete ao trabalho "História e Consciência de Classe" de Lukács (2003), em que o autor trabalha a categoria a partir do estudo da alienação e do fetichismo da mercadoria presentes em "O Capital". Grosso modo, o termo designa o processo a partir do qual as relações humanas concretas vão sendo diluídas de forma abstrata pelo processo de produção de mercadorias na sociedade capitalista, até assumirem um *status* "coisificado" que não corresponde necessariamente à essência das relações em si. Quando dizemos que a família passou a uma condição de reificada nesse momento da extensão rural, pretendemos demonstrar que foram esvaziadas as verdadeiras relações e condições objetivas que faziam da unidade familiar uma forma básica de organização dos sujeitos no campo, para a produção e reprodução da vida, prevalecendo uma imagem abstrata da família apenas enquanto *locus* da atividade produtiva e variável de força de trabalho disponível para a produção.

Nesse modelo, o termo extensão passa a designar basicamente um processo de

transferência passiva envolvendo ações em que "(...) transformando o homem em quase 'coisa', o negam como ser de transformação do mundo" (FREIRE, 2018, p.20). Assim, se instaurou um processo educativo baseado na "invasão cultural", sob uma concepção antidialógica e incapaz de compreender os agricultores enquanto sujeitos do processo, deslocando-os para um lugar passivo e ignorante (*Op. cit.*). O termo "invasão cultural" utilizado por Freire (2018) não pode deixar de ilustrar outro trabalho cujo título "A invasão cultural americana" de F. Alves (1988) demonstra bem o contexto sociopolítico em que essa reificação ocorreu desde a década de 1950.

Esse processo de expropriação do saber do agricultor em relação ao seu trabalho, ao seu saber e ao seu produto ocorreu com a mediação da extensão rural, que se realizou principalmente por seus "programas educacionais" (FONSECA, 1985). Ainda segundo a autora:

Nesse sentido, a transmissão de conhecimentos técnicos (que envolvia toda uma metodologia alheia à realidade em questão e o uso de produtos industriais de patentes importadas) e a orientação para o uso do crédito rural foram os dois principais instrumentos que a ação educacional da Extensão tinha para colaborar na subjugação do trabalho do agricultor ao capital e assim permitir a confirmação e a expansão das relações de exploração capitalista no campo e a subordinação da sociedade agrária à sociedade urbano-industrial (*Op. cit.*, p.102-103).

Percebe-se, portanto, que a família imbuída nesse modelo foi reduzida à sua capacidade econômica, à sua forma reificada, uma vez que

(...) a tarefa da extensão era fazer o agricultor tirar o máximo da terra, utilizando a mão de obra de sua família, a fim de baixar os custos de remuneração do trabalho e garantir preços dos produtos agrícolas no mercado interno (*Op. cit.*, p.99).

Em relação ao momento anterior, não significa necessariamente que a extensão abandonou certa premissa de divisão sexual do trabalho, mas que deixou de considerá-la principal na orientação de suas ações. Essa alteração explica, por exemplo, porque há "uma revisão nas atividades referentes à economia doméstica, excluindo-se os projetos de administração do lar e outras ações assistenciais voltadas para a dona de casa" (RODRIGUES, 1997, p.125). Explica ainda porque Freire (2018) está dialogando diretamente com os "agrônomos", principal formação de base para execução do modelo difusionista e com maior alinhamento ao aumento da produtividade, não se dirigindo aos extensionistas da Economia Doméstica.

Com a crise da década de 1980, o modelo difusionista produtivista vivenciou certo esgotamento, demandando as agências de extensão a retomarem certa perspectiva humanista

assistencialista entre 1980-1984 (RODRIGUES, 1997). No entanto, as exigências de obtenção de supersafras voltaram a incidir sobre a prática extensionista, abandonando os compromissos sociais que se desenhavam rumo a mudança para um modelo humanista crítico (*Op. cit.*). Foi nesse momento histórico que a extensão rural passou a incorporar alguns elementos de sua crítica – principalmente as elaboradas por Paulo Freire - apesar do cenário não ser exatamente o de superação do difusionismo-produtivista e de certos elementos do humanismo assistencialista que ainda prevaleciam desde a década de 1950 - e a absorção de economistas domésticos mesmo na década de 1980, ainda que baixa e pouco estruturada, é um bom indicativo disso. Parece ter emergido dentro do debate da ATER pública uma corrente pós-freireana, que impulsionaria, inclusive, o discurso da EMBRATER antes de sua extinção (CALLOU, 2006). Esse debate se desdobraria também em um movimento de revisão dentro da extensão rural cujo cenário mais intenso de embates teria forma nos anos 1990.

Foi nesse contexto que o cenário se delineou para o surgimento da categoria "agricultura familiar" que não só reordenaria os debates em torno da extensão rural brasileira, como também colocaria novamente a família como central para a política pública em questão.

"Unidade produtiva familiar": família como empresa capitalista

O que estamos aqui demarcando como terceiro momento coincide com a centralidade da agricultura familiar no debate da extensão rural brasileira. Esse debate surgiu já no fim dos anos 1980, tendo se intensificado nos anos 1990 com o apoio dos movimentos populares e estratos organizados da sociedade civil. Já demonstramos anteriormente que era um cenário de "desmonte" generalizado da extensão rural, em partes pela desarticulação da EMBRATER promovido pelo Governo Collor, em partes pela incapacidade das agências de extensão em redesenhar seus escopos frente aos esgotamentos dos modelos adotados e às críticas recebidas.

O estudo de Guimarães e Silva (2012) demonstra, por exemplo, como concepções pedagógicas diferentes - e as vezes divergentes - passaram a prevalecer e disputar espaço nas discussões da extensão rural paranaense, fenômeno que arriscamos dizer ter sido mais ou menos generalizado à época. A efervescência das décadas de 1990 e 2000 fez emergir no cenário de debates a categoria "agricultura familiar" que passou a ser o mote de muitas políticas públicas, incluindo as que incidiriam sobre a reformulação da extensão rural.

Para compreendermos o que essa mudança significou, de fato, para a extensão rural brasileira, precisaremos recorrer novamente aos aparatos legais que instituíram a categoria

"agricultura familiar" (a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006) e a PNATER (Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010).

Salta aos olhos em primeira análise o fato da Lei nº 11.326/06 ser destinada à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, colocando-os sob os mesmos critérios de definição, a saber: não possuir mais que quatro módulos fiscais, utilizar predominantemente mão de obra familiar, atingir um percentual mínimo de renda proveniente de sua propriedade/empreendimento e dirigir seu estabelecimento/empreendimento com a família. A emergência da propriedade enquanto um "empreendimento" ilustra a linha de análise que pretendemos desenvolver, na medida em que a categoria "agricultura familiar" parece comportar uma noção de família suficientemente vaga e ampla para aderir a estágios mais avançados do capitalismo em que está em voga o conhecimento de gestão.

Na década de 1980, a agricultura patronal falhou no fornecimento de alimentos, colocando o Estado em uma situação de intervenção para manter os preços dos itens alimentícios em níveis aceitáveis (VEIGA, 2013). Assim, a própria dinâmica do capitalismo acabou fortalecendo a agricultura familiar no século XX, mais adequada ao processo de *treadmill* (*Op. cit.*). Esse processo, conforme já explicado, marca a maciça "corrida tecnológica" no campo em busca pelo aumento das taxas de lucro, colocando o agricultor familiar em um processo contínuo para o qual a extensão rural é catalisador importante dessa difusão.

Em termos de avanço do capitalismo, a agricultura familiar parece mesmo uma categoria mais adequada dentro do quadro de divisão social do trabalho se comparada, por exemplo, aos camponeses. Schneider e Niederle (2008) argumentam demonstrando que

(...) o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos camponeses assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa sua inserção na divisão social do trabalho. Ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba (p.40).

Ainda assim, uma marca da crítica à categoria da "agricultura familiar" tem sido o seu caráter pretensamente homogeneizante, que acaba ignorando, como demonstra Gorender (2013), que o capitalismo avançou de maneiras diferentes e sob formas igualmente diferenciadas de relação terra-trabalho nas distintas regiões do país, e como argumenta Abramovay (2013), que há um abismo entre o agricultor familiar e a "pequena produção". Schneider e Niederle (2008) demonstram também como a categoria pretende abarcar uma

série de formas organizacionais familiares em torno do trabalho rural que são igualmente diversas em muitos aspectos e pode acabar englobando, de forma equivocada, formas de organização familiar que são a base do campesinato.

Cientes das críticas, nossa atenção está mais direcionada ao tipo de família que a categoria "agricultura familiar" parece se referir, especificamente nos formatos a partir dos quais ela ganha corpo legislativo e passa a orientar as políticas públicas. Pela Lei nº 11.326/06, é possível perceber que os "empreendimentos familiares" figuram lado a lado a categoria "agricultura familiar", demonstrando que a lógica da ciência administrativa foi de certa forma adotada para compreender as formas de organização familiares do campo. Já pontuamos na primeira parte desse trabalho como a emergência das ciências administrativas em detrimento de um anterior predomínio das ciências econômicas ocorreu na esteira do desenvolvimento do capitalismo do século XX, em que não bastava mais o olhar totalizante sobre a produção e circulação de bens e produtos, mas se necessitava de uma especialização na gestão das unidades produtivas que se complexificaram sobremaneira (PEREIRA, 1979). Aquele mesmo movimento que pareceu atingir a Economia Doméstica a partir da década de 1970, ao que tudo indica, parece ter também vigorado na categoria família assumida pela extensão rural a partir dos debates em torno da agricultura familiar.

A PNATER materializa essa linha de argumentação na medida em que, em seu artigo 4º, enquanto objetivos da Política, descreve:

Art. 4º São objetivos da Pnater:

- I - promover o desenvolvimento rural sustentável;
- II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;
- III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;
- IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;
- V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
- VI - desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;
- VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;
- VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;
- IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;
- X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao

mercado produtivo nacional;

XI - promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e

XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro (BRASIL, 2010, s/p, grifos nossos).

É possível perceber que os objetivos da PNATER demonstram que a lógica de gestão empresarial capitalista passa a incidir sobre a "agricultura familiar", sob a justificativa de preparar os "empreendimentos familiares" para a competitividade, o mercado e o desenvolvimento sustentável - termos que orbitam a lógica da gestão capitalista de empresas no geral no final do século XX. Marques (2016) demonstra como a agricultura familiar assume a conotação de "profissão", designando um núcleo familiar no campo cuja integração ao modo de produção capitalista seria "mais propício". A autora argumenta ainda que a emergência da categoria corresponde à adoção do paradigma do capitalismo agrário – cujo Ricardo Abramovay grande representante acadêmico – e aos interesses do Estado em fomentar unidades produtivas capazes de manter o fornecimento de alimentos a preços mais estáveis.

Uma análise cuidadosa do material disponibilizado pela ANATER acerca das "boas práticas" de ATER (BRASIL, 2016) permite perceber que à família a extensão rural atribuiu o *status* de pequena empresa capitalista, em que a ATER aparece como vetor de inovação, aumento de produtividade, sustentabilidade e acesso aos mercados. Dilui-se a divisão sexual do trabalho predominante no primeiro momento em detrimento de uma abordagem que fragmenta os membros da família em "grupos específicos". A partir daí a extensão rural pareceu debruçar-se sobre "jovens" e "mulheres", com estratégias de "empreendedorismo feminino" e "sucessão familiar" que transformam os membros das famílias em "setores diferenciados" para abordar de forma distinta uma mesma lógica: a do empreendedorismo que alinha a produção familiar ao mercado, racionaliza os processos produtivos segundo as teorias de gestão e deposita uma "cortina de fumaça" sobre o avanço do capitalismo no campo.

Nesse contexto, o "doméstico" só tem lugar na esteira da racionalização da produção e no gerenciamento do tempo e do espaço. A extensão rural passou a compreender o espaço doméstico como prolongamento do espaço produtivo, em que incidem as mesmas leis ou àquelas análogas, um fenômeno parecido com o que pode ser visto nos materiais didáticos da Economia Doméstica de forma geral a partir da década de 1980. Apesar do avanço salutar em

torno das discussões sobre a desvalorização do doméstico⁸⁸, a percepção da família como "uma unidade de produção" transforma a cozinha em agroindústria, a sala em ateliê, a varanda em sala de reuniões. Nesse terceiro momento, portanto, os projetos educativos da extensão rural se proliferaram em torno da produção de mercadorias, tendo a família como seu mote sob a égide da força da agricultura familiar, e a geração de trabalho e renda como fio condutor. O caráter de classe, raça e gênero fica abandonado, incorporando-se jovens e mulheres apenas pelo prisma da inclusão e da continuidade das atividades de produção familiar - o que é suficiente segundo a premissa adotada pela extensão.

Os três momentos que analisamos brevemente demonstram como a categoria família se posicionou historicamente nos modelos de extensão rural adotados no Brasil. Possibilitaram, dessa forma, perceber os deslocamentos em torno da percepção de mulher, trabalho, produção, reprodução, público, privado e doméstico, noções chave que já havíamos apresentado na primeira parte do trabalho.

Diferentemente do que pudemos observar com a análise da trajetória da Economia Doméstica, a extensão rural é marcada pelo familismo. De certo que a família aparece como recurso discursivo na Economia Doméstica, sobretudo a partir do século XX, mas o caráter de gênero sempre foi muito marcado e explícito, tendo a família assumido nesses momentos apenas a posição de artifício ideológico superficial. Com a extensão rural, em contrapartida, as nuances da categoria família perpassam outras mudanças e encobrimentos.

O primeiro dos momentos, como demonstramos, segue uma lógica estritamente baseada na divisão sexual do trabalho de caráter urbano-burguês. Essa perspectiva acompanha um movimento mais amplo de divisão social do trabalho e de "demarcação" dos espaços masculinos e femininos, públicos e privados. A gestação da extensão rural estadunidense ocorreu nesse contexto e, como era de se esperar, refletiu essa divisão tanto nos EUA como no seu modelo de importação - mesmo que esse padrão já estivesse sendo amplamente questionado em 1950 pelos estadunidenses, época em que o modelo foi trazido ao Brasil. O resultado dessa noção de família foi uma dicotomia entre produção e doméstico, com uma conseqüente hierarquização e construção de estratégias de trabalho diferenciadas para cada um deles. Demonstramos também na primeira parte desse trabalho como o movimento do

⁸⁸ Conforme demonstra Duran (1983).

capitalismo se aproveitou historicamente dessa divisão, rompendo com seu caráter tradicional quando as mudanças da economia política exigiram outra forma de organização da vida cotidiana, principalmente no início do século XX.

O segundo momento, que definimos como aquele em que a categoria família reificada passa a ter centralidade, não chega a suprimir a noção de divisão sexual do trabalho anteriormente adotada, mas passa a não se organizar primariamente segundo ela. Isso porque, adentrando a década dos planos de desenvolvimento e do aumento produtivo via incremento tecnológico, o objeto da intervenção passa a ser um recorte específico do processo de produção de mercadorias, colocando os sujeitos a reboque na equação - como o movimento de alienação pressupõe no seio do próprio capitalismo. Nesse cenário, como as famílias se organizam e vivem, sua composição e seu cotidiano não são centrais, uma vez que passa a figurar a variável "recurso humano" do processo de produção. Por isso, desaparece a intencionalidade de intervir no doméstico, nos hábitos, nos costumes e nos comportamentos em geral. Nesse momento histórico, a extensão rural assume para si metas impossíveis de averiguação, se considerarmos a extensão como um processo de educação não formal, como, por exemplo, o aumento da produtividade em 20, 30 ou 40% (A intencionalidade do ato educativo é construir conhecimento ou aumentar a produção?). Esse problema demonstra como o que sobrou da família nesse processo foi um fragmento abstrato das suas relações objetivas – movimento comum acerca das relações familiares no capitalismo.

O terceiro e último momento retoma certos aspectos do familismo, sobretudo ao adotar a categoria da "agricultura familiar". No entanto, sob o desenvolvimento da fase gerencial do capital, incorpora uma noção de família como "unidade produtiva", um empreendimento cujas leis podem se assemelhar as da empresa capitalista. Por isso não impressiona que a divisão sexual do trabalho e as relações familiares sejam diluídas em setorizações, cujo único objetivo é mudar as estratégias para se atingir o mesmo fim: aumento do lucro e da produtividade. Assim emergem as categorias "jovem rural" e "mulher rural" cuja ausência de um recorte crítico de classe, gênero e raça não se pode deixar de lado. A família é a base do empreendimento, seus membros, os empreendedores em potencial.

Não nos deixemos enganar, no entanto, pela aparente linearidade entre esses três momentos. As entrevistas abordadas no prólogo do trabalho demonstram com bastante elementos que há a coexistência de diferentes modelos históricos de extensão rural e, conseqüentemente, que essas distintas percepções de família podem se sobrepor. Os movimentos coletivistas, intervencionista-individual e intervencionista-familiar podem

demonstrar forças contraditórias nesse espectro. O que nos leva a supor que, embora esses momentos tenham sido mais ou menos prevalentes, não representaram abordagens unânimes. A construção da PNATER ilustra essa perspectiva na medida em que incorpora, em diversos trechos, objetivos antagônicos no jogo de forças do capital.

O que quisemos demonstrar nesse capítulo foi que, de forma complexa, se estabelece um padrão histórico na relação dialética entre Economia Doméstica e extensão rural no Brasil. Pode-se perceber que a relação é explícita e forte no primeiro momento, fraca e quase ausente no segundo e retomada no terceiro, embora de forma dispersa. O que nos leva a supor que a amálgama ideológica necessária para estabelecer tal relação é, portanto, a centralidade da categoria família e as formas de intervenção que esse posicionamento desdobra.

Caminhando rumo ao nosso objetivo primeiro, isso quer dizer que a base de construção de uma "pedagogia do doméstico" oriunda da relação de ambas as instituições é a organização familiar baseada na lógica da produção capitalista em suas contingências históricas.

PARTE III

A CONSTRUÇÃO DE UMA “PEDAGOGIA DO DOMÉSTICO”: ECONOMIA DOMÉSTICA, EXTENSÃO RURAL E O FENÔMENO EDUCATIVO

Na terceira parte desse trabalho buscamos sistematizar uma análise sobre o que defendemos ser, grosso modo, a "pedagogia do doméstico". Até aqui demonstramos como a Economia Doméstica surgiu em meados do século XIX, segundo um conjunto de elementos que caracterizavam certa proposta pedagógica em torno do doméstico. Abordamos também como, historicamente, acompanhando as mudanças políticas e sociais da virada do século, esse conjunto tendeu a manter ou reestruturar partes desses elementos. Percebe-se, por exemplo, que na medida em que as ideias pedagógicas veiculadas pela Economia Doméstica encontraram efetividade em instituições de educação formal, seus elementos normativos e tecnicistas ganharam centralidade em detrimento de seus aspectos mais tradicionais. As formas pelas quais a Economia Doméstica se relacionou com as categorias de trabalho e educação, por consequência, também se alteraram. Podemos observar, portanto, um deslocamento de uma instituição pedagógica fortemente centrada na manutenção das tradições, no trabalho vocacionalista-reprodutivo e nas trocas geracionais, para uma de cunho mais produtivista, focada na modernização das atividades e conhecimentos e no trabalho cuja cisão entre produção-reprodução e público-privado encontrava seu apogeu.

Depois demonstramos como, não por acaso, a extensão rural emergiu como prática universitária nos EUA do final do século XIX, incidindo justamente nesse ponto nevrálgico de virada em que a "modernidade" avançava sobre os conhecimentos cotidianos mais gerais, reorientando-os e revisando-os. Argumentamos também como, novamente distante de um simples elo ocasional, essa prática intervencionista só pode difundir-se quando parte do sistema de educação formal estadunidense se reestruturou em torno de outro conjunto de ideias. Com a implantação dos *Land-Grant Colleges*, o ensino superior geralmente elitista e voltado às profissões de "colarinho branco" passou a ser pensado em termos da realidade de um país agrário/agrícola e de aplicação imediata, incorporando, por sua vez, um posicionamento ideológico mais centrado em determinada orientação para a vida cotidiana. Nesse ponto, não só a extensão rural surgia enquanto uma política de Estado, como a Economia Doméstica institucionalizava-se também em torno do sistema formal de ensino. Esse movimento, situado no seio do "fenômeno educativo", não pode ser compreendido também sem a percepção da totalidade, considerando-se a economia política e os estágios de desenvolvimento do capital. As instituições pedagógicas pesquisadas veicularão um conjunto

de ideias que estejam de acordo com esse movimento, incorporando determinada lógica de produção e reprodução das relações sociais.

Por isso, o que pretendemos defender nessa parte do trabalho é algo que, à primeira vista, pode parecer pretensioso. Sempre houve certa distância entre as análises que se debruçaram sobre a Economia Doméstica e/ou extensão rural, negligenciando uma ou outra parte com poucas exceções. Extensão rural e Economia Doméstica aparecem, quase sempre, como fenômenos educativos distintos que se encontraram na virada do século XIX para o XX nos EUA e décadas mais tarde no Brasil. Talvez a própria forma como ambas se constituíram no caso brasileiro tenha auxiliado nessa compreensão distanciada: a Economia Doméstica consolidou-se enquanto curso de formação, na educação formal, enquanto a extensão rural legitimou-se como política de Estado, no campo da educação não formal.

O que falta de certa forma a todas as análises que tivemos acesso é a percepção de que extensão rural e Economia Doméstica são resultados de um mesmo conjunto geral de ideias pedagógicas que se realizaram historicamente em diferenciadas instituições segundo contingências históricas específicas. Por isso, sua simbiose não deve ser entendida como puramente ocasional, funcionalista ou adaptativa. A percepção da totalidade nos permite apreender que essas instituições emergem de um contexto político e econômico específico, direcionando a análise ainda para a noção de que essas ideias pedagógicas correspondem a um momento histórico determinado, impossível de ser compreendido de forma recortada.

Assim, destinamos o primeiro capítulo dessa parte a demonstrar o que estamos chamando de "pedagogia do doméstico", em um exercício de conceituação do que estamos construindo em torno dessa proposta e onde exatamente ela se situa no espectro do fenômeno educativo e dos sistemas ideológicos.

Em seguida, buscamos demonstrar a construção teórica pretendida em torno de como Economia Doméstica e extensão rural compartilharam uma mesma "espinha dorsal". Nesse ponto, procuramos destacar as ideias centrais que parecem comum aos dois casos, construindo um forte e importante "núcleo aglutinador" em torno de um movimento pedagógico sobre o mundo doméstico. Esse segundo capítulo "completa" nosso raciocínio investigativo na busca por demonstrar o motivo pelo qual Economia Doméstica e extensão rural assumem um caráter simbiótico tão forte no Brasil, mesmo que tenham tomado rumos bastante diferentes. Assim finalizamos também nossa empreitada em compreender os elementos constituintes dessa relação dialética, buscando demonstrar que longe de ser somente uma categoria abstrata, a "pedagogia do doméstico" é um produto do capital monopolista que se modifica e reestrutura

no capitalismo tardio - com largas e importantes influências sobre a vida cotidiana dos sujeitos.

CAPÍTULO VII

Sobre a "pedagogia do doméstico"

O que é que estamos chamando de "pedagogia do doméstico"? Mantivemos a explicação propositalmente vaga nos capítulos anteriores para que conseguíssemos construí-la no momento oportuno. Isso porque, compreendemos que era necessário apreender os elementos das duas instituições pedagógicas específicas que estamos estudando, para que fosse possível consolidar com mais clareza o que identificamos como movimento estritamente pedagógico sobre o doméstico resultante dessa relação dialética.

Nos quatro primeiros capítulos empreendemos esforços em sistematizar a trajetória da Economia Doméstica para demonstrar como, ideologicamente, sua emergência, popularização e difusão sempre esteve mais ou menos conectada a determinado movimento educativo sobre o doméstico. Isso significa que a Economia Doméstica emergiu historicamente como justificativa de assumir para si, enquanto instituição, a função de educar para as atividades e para o cotidiano doméstico. Nos dois capítulos seguintes, construímos análise similar em torno da extensão rural brasileira demonstrando que, enquanto instituição, também assumiu para si um caráter educativo que, embora menos explicitamente, também englobava o espaço doméstico perpassando a categoria família.

Mas o caráter educativo é mais ou menos inerente à sociedade como um todo, não significando necessariamente que em todas as instituições, grupos e movimentos em que seja perceptível alguma dimensão ou interconexão educativa, exista uma dimensão necessariamente pedagógica. Três autores, portanto, nos auxiliarão na compreensão se o que estamos identificando como uma "pedagogia do doméstico" não é, na realidade, uma dimensão do fenômeno educativo manifesta em outras áreas do conhecimento e instituições, não perpassando necessariamente a "dimensão pedagógica". São eles: Maria Amélia Franco, em seu trabalho "Pedagogia como ciência da educação" (2008); José Carlos Libâneo, com seu livro "Pedagogia e pedagogos, pra quê?" (2010); e Dermerval Saviani, especificamente com os trabalhos "Pedagogia Histórico-Crítica" (2013) e "A pedagogia no Brasil - história e teoria" (2012).

Se retornarmos às categorias analíticas propostas por Cury (1989) para o estudo do fenômeno educativo, identificaremos que o autor atribui uma nomenclatura "pedagógica" para cada uma delas, induzindo o leitor a compreender que as ideias, instituições, agentes, materiais e rituais contemplados possuem necessariamente um caráter pedagógico. No entanto, é importante lembrar que o trabalho do autor dialoga especificamente com a escola em sua abordagem crítico-reprodutivista, buscando demonstrar como essa instituição

"enquanto aparelho ideológico" quase imutável era uma concepção equivocada, visto que o fenômeno educativo - do qual a escola faz parte - deve comportar as contradições. Daí se compreende que o autor está claramente direcionando seu processo investigativo para os ambientes formais sobre os quais incidem tais abordagens, apesar de deixar suficientemente claro que as categorias utilizadas podem se apresentar em outras dimensões do fenômeno educativo para além do sistema escolar.

O fenômeno educativo, mais amplo e abrangente, permeia a sociedade de maneiras muito distintas (FRANCO, 2008). Segundo a autora, vivemos uma sociedade eminentemente educativa, resultante da forma objetiva em que as relações sociais de produção estão organizadas, e por isso vivenciamos a educação desde o nascimento, em espaços e condições bastante diversas. A educação - e aqui os autores consultados não demonstram divergência - é esse movimento a partir do qual o homem, enquanto espécie, se torna tipicamente "humano", apreendendo todo o conhecimento social e historicamente construído e sistematizado, dele se apropriando para a vida em sociedade (SAVIANI, 2013). Ela ocorre, portanto, desde o ambiente de socialização imediata da criança até os espaços especificamente pensados e planejados com essa exclusividade, caso das escolas (FRANCO, 2008).

Se de um lado temos a definição de uma sociedade que é, cada vez mais, "educadora", diluindo esse movimento de apropriação do conhecimento nas distintas instituições, espaços e meios, em que medida poderíamos falar de uma sociedade pedagógica? Segundo Libâneo (2010) ao se falar de uma sociedade em que predominam as práticas educativas, fala-se necessariamente do processo em que muitas dessas, em condições diversas, se tornam práticas pedagógicas. Para ele

Há uma ideia de senso comum, inclusive de muitos pedagogos, de que a Pedagogia é o modo como se ensina, o modo de ensinar a matéria, o uso das técnicas de ensino. O pedagógico aí diz respeito ao metodológico, aos procedimentos. Trata-se de uma ideia simplista e reducionista. (...) a Pedagogia ocupa-se de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado mais amplo, bem mais globalizante. (...) Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana (*Op. cit.*, p.19-20).

Logo, é preciso compreender que nem todas as práticas educativas indicam práticas pedagógicas, uma vez que a pedagogia supõe uma inclinação mais geral, sistematizada, metódica e inclinada sobre o ato educativo, mas que pode haver uma "multiplicidade" de pedagogias conforme as práticas educativas vão adotando esse caráter de estudo sistemático. O que significaria, de certo modo, que "se há muitas práticas educativas, em muitos lugares e

sob variadas modalidades, há, por consequência, várias pedagogias (...)” (*Op. cit.*, p.31).

A argumentação permite afirmarmos que, portanto, existe uma "pedagogia do doméstico", segundo a premissa de existência de um movimento de estudo sistemático que conseguimos localizar historicamente em torno do ato educativo para o doméstico - cuja emergência geral pode ser localizada em meados do século XIX, e a difusão em instituições específicas no Brasil pode ser ilustrada pela Economia Doméstica e a extensão rural dos anos 1950. Mas, em contrapartida, que garantia teríamos que, em vez de uma "pedagogia do doméstico" não estaríamos enganados pela aparência do fenômeno e tratando, na verdade, de uma investigação do ato educativo pela abordagem de outra ciência ou área disciplinar?

A dúvida pode ser inflada se considerarmos que historicamente as instituições que analisamos como pedagógicas reivindicaram, para si, o *status* de área do conhecimento e "ramo científico" ou "arte prática", caso da Economia Doméstica em seu formato de Ciências Domésticas. Duas questões poderiam diluir tal dúvida: primeiro, compreendermos o "lugar" do fenômeno que abordamos na matriz relacional das ciências da educação; e segundo, posicionarmos o objeto do que estamos chamando de "pedagogia do doméstico" para nos certificarmos que não se trata de uma perspectiva disciplinar específica incidindo sobre o ato educativo.

Libâneo (2010) e Franco (2008) desenvolvem esse debate demonstrando o caminho perigoso, tênue e tortuoso da relação existente entre as "ciências da educação" e a pedagogia. Isso porque historicamente a pedagogia tem sido diluída nos conteúdos de outras ciências que desenvolvem seus estudos no contexto dos atos educativos, sem, no entanto, se desprenderem dos objetos dos quais originalmente cada campo disciplinar trata (FRANCO, 2008). Por isso, o que ocorre é uma forte negligência com o caráter educativo do fenômeno em si:

(...) os resultados da investigação educativa obtidos por essas ciências acabam não interessando e não servindo à educação e, o mais perigoso, conforme meu ponto de vista, é serem assim mesmo apropriados pelos educadores que, acriticamente, acabem servindo de apoios inadequados à prática (*Op. cit.*, p.120).

Portanto, a relação da pedagogia com as demais ciências da educação é controversa. Conforme demonstra Libâneo (2010), pelo menos quatro linhas gerais podem ser observadas historicamente na análise dessa relação: (1) a pedagogia como única ciência da educação, sendo as demais ramificações de seu objeto; (2) uma Ciência da Educação única, excluindo a pedagogia; (3) uma Ciência da Educação em substituição à pedagogia; e (4) a existência das ciências da educação, incluindo a pedagogia enquanto elemento de unidade das demais. Assim como argumenta o autor, assumimos que a quarta linha é mais coerente no contexto

geral do fenômeno educativo.

A pedagogia é, portanto, uma das ciências da educação, cuja originalidade reside no fato de dar unidade às demais na medida em que "(...) é a Pedagogia que pode postular o educativo propriamente dito e ser ciência integradora dos aportes das demais áreas" (*Op. cit.*, p.37). Assim, ao falarmos da existência de um "pedagógico" sobre o doméstico, estamos inclinados a destacar a parte que dá *unidade e sistematização a todos os elementos educativos vigentes na vida cotidiana doméstica*, perpassando os diversos objetos aí possíveis. Quando demonstramos, no capítulo IV, que a Economia Doméstica brasileira passou a "maquiar" seus componentes curriculares, conseguimos destacar com bastante clareza que esse movimento seguiu o curso dos diversos objetos possíveis da realidade cotidiana doméstica, transformando-os em abordagens educacionais mais ou menos adeptas de certa lógica de mercado - o que justifica emergir na estrutura do curso disciplinas relacionadas à "lavanderias hospitalares", "ergonomia", "gestão de confecções" e "desenho de móveis", por exemplo, cujos objetos são variáveis, mas a unidade "pedagogizante" é a constante. A primeira das questões posta parece indicar para, de fato, estarmos adentrando a especificidade do pedagógico historicamente incidindo sobre o doméstico.

Mas a segunda das questões para sanar a dúvida suscitada remete ao que identificamos como objeto do que convencionamos chamar de "pedagogia do doméstico". Quando iniciamos a investigação sobre o fenômeno, ainda exclusivamente pela via da Economia Doméstica, ficamos intrigados com a intensa necessidade percebida no início do século XX de tornar científico e educacional um conjunto de conhecimentos sobre o doméstico - até então relegado às trocas intergeracionais e sem muita centralidade nos debates educacionais. Analisando naquele momento o fenômeno ainda apenas em sua conformação escolar da Economia Doméstica, estávamos mesmo inclinados a acreditar que bastava a explicação de que havia uma intencionalidade reprodutiva segundo a lógica do capital para essa "escolarização do doméstico". Não que a explicação estivesse incorreta, mas conforme aprofundamos na problemática, foi possível perceber que o postulado não era suficiente diante das contradições percebidas, principalmente quando localizamos o peso da extensão rural na trajetória da Economia Doméstica brasileira. Então, o trabalho foi conduzido na direção de compreender que, em suas devidas circunstâncias históricas, a extensão rural também carregava uma inclinação ideológica específica e pedagógica na forma como pretendia abordar os elementos da vida doméstica.

O problema tomou outras proporções quando, no movimento de síntese histórica

apreendido, percebemos que a Economia Doméstica emergiu em um contexto não-escolar e muito próximo aos acontecimentos sócio-políticos que também resultariam na emergência da extensão rural. Esse ponto em comum, um plano de convergências que ultrapassam a coincidência, coadunou na percepção de que se tratavam de instituições com características diferentes, mas concepções educacionais muito próximas. Segundo Saviani (2012)

As concepções educacionais, de modo geral, envolvem três níveis: o nível da filosofia da educação, que sobre a base de uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre a problemática educativa, busca explicar as finalidades, os valores que expressam uma visão geral de homem, mundo e sociedade, com vistas a orientar a compreensão do fenômeno educativo; o nível da teoria da educação, que procura sistematizar os conhecimentos disponíveis sobre os vários aspectos envolvidos na questão educacional que permitam compreender o lugar e o papel da educação na sociedade. (...) finalmente, o terceiro nível é o da prática pedagógica, isto é, o modo como é organizado e realizado o ato educativo (p.142-143).

O autor acrescenta ainda que as concepções pedagógicas são "correlatas" às ideias pedagógicas, sendo que o termo "pedagógico" destaca, necessariamente, uma dimensão metodológica envolvida no desenvolvimento do ato educativo em si.

Estamos falando, portanto, de uma parte da pedagogia que busca *postular sobre o ato educativo que tem como lócus o doméstico*, integrando o conhecimento de diversas áreas em torno dos elementos que serão sistematizados, dos objetivos de sua sistematização, da forma como serão organizados e de como se estrutura esse ato educativo. Em resumo, uma pedagogia no sentido amplo do termo⁸⁹ que incide sobre o doméstico com suas especificidades *filosóficas, teóricas e práticas*.

Defendemos, portanto, a existência da Pedagogia do Doméstico⁹⁰, sinalizando que se trata de uma ramificação da pedagogia inclinada à vida cotidiana doméstica, cuja origem remete a meados do século XIX e cujas formas de organização e difusão foram bastante diferenciadas. É necessário, portanto, avançar ainda mais na demonstração do que estamos sinalizando em torno desse movimento de "pedagogização" do doméstico.

Nessa empreitada, duas questões norteadoras se apresentam: se tratamos de um ramo específico da pedagogia mais geral, que também integra o fenômeno educativo na sociedade de classes de maneira totalizante, qual é a estrutura básica dessa Pedagogia específica no espectro educativo como um todo? E, dessa mesma maneira, o que podemos identificar como

⁸⁹ Segundo Libâneo, os pedagogos no sentido amplo são aqueles que exercem o pensamento pedagógico para além do campo específico de formação da pedagogia. Nesse sentido, economistas domésticos e extensionistas seriam pedagogos no sentido amplo desde que compromissados com a reflexão teórico-prática e os desdobramentos políticos dos atos educativos em que se envolvem.

⁹⁰ Optamos nesse momento por mudarmos a grafia do termo, tal como vinha sendo empregada no trabalho, por acreditarmos que estamos demonstrando uma especificidade de proposta pedagógica.

premissas básicas de formação dialética dessa Pedagogia? Para responder à primeira pergunta, recorreremos às categorias analíticas de Cury (1989). Para a segunda, buscaremos o movimento de apreensão de localizar e analisar quais são os pares dialéticos que organizam essa concepção filosófica e quais os elementos ideológicos principais em torno da Pedagogia do Doméstico. Para efeitos de melhor apresentação da discussão, iniciaremos pela resposta da segunda questão.

Se considerarmos a Pedagogia do Doméstico como um fenômeno em movimento, cujas leis gerais obedecem ao curso da história e às relações sociais, precisamos demarcar o seu caráter estritamente dialético. Como afirma Engels (2015) "(...) tudo muda completamente de figura assim que examinamos as coisas em seu movimento, em sua mudança, em sua vida, na incidência recíproca umas sobre as outras"(p.151). Segundo o autor, isso significa não sucumbir à lógica formal, mas compreender a constituição das coisas na sua relação de contraditórios. Aqui, contraditório assume caráter diferente de contrassenso, e o pensamento dialético é um pensamento que contempla as contradições, na medida em que "o próprio movimento é contraditório" (*Op. cit.*, p.151).

Por isso, identificamos os *pares dialéticos* que compõem a Pedagogia do Doméstico, acreditando ser esse o movimento inicial de demonstrarmos as condicionantes históricas dessa proposta pedagógica. Os pares dialéticos podem ser representados pela unidade percebida dos contraditórios do fenômeno, cuja existência constitui uma negação da negação, ou seja, expressão do próprio movimento. O grão de cevada e o broto de cevada, por exemplo, ilustram essa existência contraditória, para a qual a emergência de um significa a negação do outro, mas em que a ausência de um significa a impossibilidade de existência do outro (ENGELS, 2015). Marx (2017) expõe o clássico exemplo em que, na sociedade de classes, é a luta de duas classes antagônicas a marca principal, sem que a existência de uma (o proletariado) significa a impossibilidade de realização da outra (a burguesia) como tal.

Pensar nos pares dialéticos que constituem essa Pedagogia do Doméstico é buscar, nas contingências históricas de sua emergência, as principais relações entre os contraditórios que justificam o seu movimento de consolidação. A partir das análises desenvolvidas na parte I e II do trabalho, destacamos como principais os seguintes pares dialéticos: atrasado/moderno, tradições/ciência, produtivo/não produtivo e familiar/não familiar.

O primeiro dos pares identificados demarca o caráter fortemente ancorado na perspectiva de "moderno" que a Pedagogia do Doméstico assumiu. Sua emergência se ancora na percepção de que a vida doméstica cotidiana da maior parte das pessoas era inadequada à

"nova sociedade", em que predominava uma crença positiva nas mudanças técnico-científicas e no consumo em massa. Demonstramos com Hobsbawm (2016; 2018a; 2018b) como essa "mentalidade" surgiu no século XIX após os acontecimentos sociopolíticos das revoluções que marcaram o período, bem como do desdobramento do capitalismo, sobretudo nos países da Europa e nos EUA. O moderno emergia como alternativa ao "atrasado", e a via de difusão dessa perspectiva ancorava-se no desenvolvimento experimentado pelos países centrais na produção capitalista. Essa concepção se acentuou com o imperialismo, em que a nova configuração mundial do capitalismo colocava no centro o discurso do moderno: "essa repartição do mundo entre um pequeno número de Estados (...) foi a expressão mais espetacular da crescente divisão do planeta entre fortes e fracos, em 'avançados' e 'atrasados' " (HOBSBAWM, 2018b, p.97).

Por isso, o discurso "modernizador" pareceu difundir-se sobremaneira por diversas esferas da sociedade, incluindo a vida doméstica. Atrasado/moderno formam uma unidade dialética na medida em que os modos de organização da vida doméstica só passaram a ser considerados arcaicos quando emergiu uma percepção de que a existência de formas superiores era mais correlata às mudanças sociais experimentadas.

Entender melhor a unidade entre atrasado/moderno demanda compreender também, de forma paralela, o par tradições/ciências, que parece emergir em meados do século XIX. De certo que o Iluminismo, de forma geral, já havia lançado sobre a Idade Média o peso da racionalidade, é com a emergência das ciências positivas e com o avanço por elas propiciado que se inauguraria uma crença otimista no progresso em detrimento da obscuridade (HOBSBAWM, 2018a). O avanço das ciências no século XIX parece ter construído um pensamento contrário às tradições, negando-as e buscando superá-las. Essa mesma ciência legitimava em certa medida o moderno sobre o atrasado, cuja superação se dava, via de regra, pela aplicação das descobertas científicas e dos avanços da ciência onde prevaleciam outras regras. A Pedagogia do Doméstico estava baseada nessa relação contraditória, em que seu estudo do ato educativo no ambiente doméstico preconizava uma "superação" das tradições. De certo que, acompanhando a ciência da época e seus paradigmas, havia uma limitação contextual dessa "absorção" que influenciava a construção desse par dialético em específico. A adesão às pseudociências racistas, caso da eutenia conectada à eugenia, exemplificam essa questão.

Os dois primeiros pares dialéticos apresentados, portanto, dizem respeito à unidade de contrários que correspondem ao movimento do conhecimento que surgiu socialmente em

meados do século XIX, representando um contexto geral do desenvolvimento do capitalismo na percepção das sociedades sobre si mesmas. Mas a Pedagogia do Doméstico estava lançada sobre um *locus* específico, e para instituir-se necessitou se apoiar em pares dialéticos que correspondessem necessariamente a esse recorte da realidade. Nesse sentido, identificamos dois outros pares dialéticos que, resultantes também do movimento histórico do capitalismo, reestruturam uma percepção mais geral acerca da vida doméstica.

O primeiro deles diz respeito à relação produtivo/não produtivo. É sabido que em muitas sociedades pré-capitalistas a unidade prevalente entre produção e reprodução era a regra, ou seja, não havia uma separação clara dos locais, momentos e atividades em que ocorria necessariamente a produção de bens e produtos, e em que se instaurava a reprodução das condições para tal e para a vida em geral (ENGELS, 2019). Mas a emergência do capitalismo provocou uma drástica cisão entre essas duas esferas, separando produção e reprodução do local cotidiano em que se dava a vida dos sujeitos, levando a primeira para a manufatura, depois para a indústria, e cerceando a segunda ao doméstico (MARX e ENGELS, 2007).

Mesmo que essa cisão não tenha ocorrido de forma total, prevalecendo mesmo séculos depois da emergência do capitalismo formas em que produção e reprodução se imbricam⁹¹, o ponto nevrálgico de análise desse fenômeno histórico reside no caráter naturalizante de "não produtivo" que as atividades de reprodução passaram a ter nesse contexto. Duran (1983) demonstra como o doméstico que historicamente emergiu dessa cisão coloca a relação reprodução/doméstico em uma posição de "não trabalho" e, conseqüentemente, de atividade não produtiva. Esse movimento esconde a importância desse trabalho - o trabalho doméstico - para a reprodução da lógica do capital, em seus valores, cosmovisão e manutenção da força de trabalho disponível (*Op. cit.*).

A Pedagogia do Doméstico se debruça sobre esse par dialético na medida em que parece compreender o doméstico como espaço de outras sociabilidades, distinto e distante do mundo da produção, em que prevalecem outras leis - embora paradoxalmente tente lançar sobre a casa/lar a lógica da grande indústria. O que se verifica, de fato, é que mesmo esse movimento de atribuir ao doméstico as leis da fábrica reflete uma visão generalizada de que o doméstico é hierarquicamente menor, inferiorizado, onde predominam os aspectos valorativos e afetivos em detrimento da racionalidade e do conhecimento do mundo "produtivo". Por isso mesmo, nos parece que essa proposta pedagógica encontra nessa unidade dialética a sua

⁹¹ Segundo argumenta A. E. S. Alves (2013).

maneira de diluir o reprodutivo e escondê-lo sobre o véu do "não produtivo", tentando constantemente superar essa marca.

No entanto, assim como o par dialético atrasado/moderno corresponde em certa medida à relação do par tradições/ciência - visto que a noção de "desenvolvido" se ancora em uma sociedade científica e racionalmente estabelecida em detrimento daquela em que predominam as tradições, portanto "atrasada" - o par produtivo/não produtivo encontra certa reverberação na relação familiar/não familiar.

Já demonstramos anteriormente⁹² que o entendimento da categoria família e seus desdobramentos é movimento necessário para compreendermos certas nuances dos elementos que aparecem em torno da Pedagogia do Doméstico. Mas parece mesmo que essa proposta pedagógica se erige da relação entre aquilo que estabelece como pertencente às relações familiares e aquilo que, como seu contraditório imediato, não o pertence. Mas o "familiar" apreendido por essa proposta está longe de ser vago e diverso, remetendo à família nuclear que, nas palavras de Marx e Engels (2007) se tornou a "forma natural" de família no capitalismo industrial. Além disso, o significado de "familiar" nessa relação abrange, de forma dupla, tanto o "isolamento" do mundo doméstico, enquanto espaço do privado e cenário primeiro em que se desenvolvem as relações familiares, quanto o acirramento da divisão sexual do trabalho.

Um dos principais efeitos da industrialização para as mulheres foi justamente como a separação entre o local de trabalho da casa promoveu sua larga exclusão da vida pública e econômica (HOBSBAWM, 2018b). Os interesses reprodutivos subjacentes à própria lógica do capital depositam na família responsabilidades pela reprodução de seus elementos, na medida em que imputam especificamente à mulher essa tarefa (ENGELS, 2019). Mais do que isso, a industrialização repeliu as mulheres à dependência do casamento uma vez que

Essa separação da casa e do local de trabalho trazia consigo, logicamente, um padrão de divisão sexual-econômica. Para a mulher, isso significava que seu papel de gerência doméstica tornava-se sua função primordial, especialmente em casos em que os ganhos familiares eram irregulares ou escassos. (...) É claro que isso produziu uma nova forma de complementariedade entre marido e mulher, exceto entre os ricos. Não obstante, ela já não trazia dinheiro para casa. (...) Ao mesmo tempo, do ponto de vista da mulher, a dependência tornou-se ótima estratégia econômica. De longe sua melhor chance de conseguir bons rendimentos era a de ligar-se a um homem capaz de os ganhar, uma vez que as próprias chances de conseguir tal subsistência costumavam ser mínimas. (...) Mas o casamento tornava-lhe extremamente difícil sair de casa a fim de ganhar dinheiro, mesmo que ela o quisesse, em parte porque os trabalhos

⁹² Ver Capítulo VI.

domésticos e os cuidados aos filhos e marido a mantinham amarrada à casa, em parte, a própria suposição de que um bom marido deveria ser, por definição, um bom arrimo da família (...) (HOBSBAWM, 2018b, p.306-307, grifos nossos).

Os grifos destacados ilustram a noção "familiar" manifesta no par dialético, em que a mulher, reclusa à casa, aos filhos, aos cuidados domésticos e ao marido, dependia economicamente desse, considerado provedor material e, portanto, lançado à vida pública, ao trabalho na fábrica, ao comércio - espaço não familiar. A noção familiar imbuída nessa Pedagogia parecia pouco inclinada à inclusão dos homens, salvo em destacar sua posição como provedor material e financeiro. Por isso, é comum percebermos que em algumas de suas formas materializadas - caso da Economia Doméstica - família passa a ser uma analogia dupla à mulher e ao doméstico.

Portanto, esse conjunto de pares dialéticos nos ajudam a compreender, considerando o movimento no interior da proposta e sua historicidade, como a Pedagogia do Doméstico se estruturou. Primeiro, demarcando o doméstico como o espaço das tradições arcaicas e das práticas superadas, que precisavam dar lugar às modernas descobertas da ciência e da racionalidade da produção. Segundo, delimitando que o doméstico era esse espaço não produtivo, naturalizado como *habitat* da família, cuja mulher possui papel central em sua manutenção (gestão, mais tarde) para alcançar o bem-estar familiar e, conseqüentemente, social. A Pedagogia do Doméstico se construiu, portanto, como essa proposta de estudo e reflexão metodológica acerca do ato educativo no e para o doméstico, considerando-se essas premissas.

Os pares dialéticos identificados auxiliam, ainda, na compreensão de outra característica importante para entendermos a Pedagogia do Doméstico: seus *elementos ideológicos*. Ao analisarmos os pares dialéticos que estruturam a proposta pedagógica, identificamos um conjunto mais ou menos estabelecido de ideias que se apresentam como universais, a-históricas e valorativas sobre o doméstico. Dessa maneira, compreende-se que esse conjunto de ideias possui uma conotação ideológica, cuja compreensão se faz necessária. Essas ideias se ancoram nos pares dialéticos, e na medida em que buscam postular sobre o doméstico, também os constituem. Antes de apresentá-las, no entanto, é necessário precisar o entendimento sobre o termo.

É em Marx e Engels (2007) que encontramos uma definição satisfatória para o termo ideologia. Segundo os autores:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo

tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais apreendidas como ideias (p.47).

Compreende-se, portanto, que a ideologia é a forma manifesta desse sistema de ideias cuja origem está na reprodução dos interesses da classe dominante. Eagleton (2019), no entanto, pondera que essa "abordagem" de ideologia remete aos trabalhos iniciais dos autores e que Marx desenvolveria mais tarde uma noção aprofundada da categoria que iria superar as aplicações comumente equivocadas em que ideologia passa a ser sinônimo de "falsa consciência". A categoria mais madura abrangeria o movimento do próprio capitalismo na produção das ideologias, demonstrando que a "falsa consciência" é na verdade objetiva, e que a falseabilidade não estaria mais no centro do conceito: "A ideologia é agora menos uma questão da realidade tornar-se invertida na mente do que a mente refletir uma inversão real" (EAGLETON, 2019, p.101).

A categoria precisa afastar-se, portanto, da noção pura de sistema de ideias (crenças, valores, hábitos e rituais) para aproximar-se das relações sociais historicamente situadas, em que é efetivamente produzida e reproduzida. Therborn (2015) demonstra como as ideologias não só emergem das contradições postas pelo capitalismo, como também precisam encontrar correspondentes materiais para a sua reprodução em um cenário de constantes disputas pela produção intelectual. Significa dizer também que a ideologia só pode "funcionar tanto em termos práticos e teóricos, descobrindo algum modo de ligar esses níveis" (EAGLETON, 2019, p.63).

Quando percebemos, por exemplo, que a Pedagogia do Doméstico possuía uma forte inclinação à "naturalizar" as aptidões femininas ao trabalho doméstico, sempre tivemos consciência de que esse elemento da proposta revela um desdobramento da divisão sexual do trabalho, da emergência da propriedade privada, da dicotomia instaurada entre público-privado e produção-reprodução. O que pretendemos construir é a noção geral de que a proposta da Pedagogia do Doméstico, longe da neutralidade e do desprendimento de seu tempo histórico, incorpora certos elementos ideológicos que reverberam em toda sua estrutura. Os pares dialéticos apresentados anteriormente, por exemplo, estão refletidos nas e refletem esses elementos que acreditamos ser centrais nesse movimento pedagógico.

Nas duas primeiras partes do trabalho, ao analisarmos especificamente cada uma das

instituições pedagógicas que nos auxiliaram a compreender os principais elementos em torno dessa Pedagogia, esses principais elementos ideológicos apareceram em diversos pontos. O primeiro deles, que aparece desde o primeiro capítulo e marca toda a trajetória desse trabalho, diz respeito ao *vocacionalismo das atividades femininas*.

O vocacionalismo remete à ideia amplamente difundida de que existem "vocações" pré-estabelecidas, que definirão toda a trajetória dos indivíduos em seu percurso social. Louro e Meyer (1993) demonstram como o conceito adentrou diversas esferas da sociedade a partir da Revolução Industrial, reforçando um padrão de divisão sexual do trabalho que, conforme já mencionado, é caro à reprodução do capitalismo como um todo. Nesse sentido, se naturalizam aquelas atividades consideradas masculinas, e aquelas vistas como femininas, atribuindo ao "dom natural" cada uma das inclinações. O vocacionalismo está materializado na Pedagogia do Doméstico como um todo na medida em que, historicamente, a proposta pedagógica se constituiu de um campo por e para mulheres⁹³, "naturalmente" conectadas ao trabalho doméstico, aos cuidados e ao afeto.

Falar que a Pedagogia do Doméstico possui elementos de determinado vocacionalismo é dizer que, entre suas premissas básicas, se destaca a ideia generalizada de que o doméstico pertence à mulher porque sua vocação se inclina aos cuidados. Esse sistema de crenças e valores, longe de ter sido uma marca unicamente histórica do fim do século XIX e início do século XX, pode ser também visto nos padrões de inserção feminina no ensino superior atualmente, em que ainda predominam "nichos femininos" em carreiras consideradas "vocacionadas"⁹⁴. Esse vocacionalismo presente na Pedagogia do Doméstico encontra apoio na noção de doméstico como lugar em que predomina o "não produtivo", corroborando com a percepção de que o trabalho doméstico não é trabalho e que as atividades femininas estão situadas em um lugar inferior as dos homens.

Outro elemento que gostaríamos de destacar diz respeito à *racionalização das atividades domésticas*. A Pedagogia do Doméstico também parece estruturar-se em torno de um conteúdo racionalizado do cotidiano doméstico, fazendo dele seu alicerce. A racionalização emerge da alienação do trabalho, das formas de gestão do tempo e da produção - principalmente o taylorismo-fordismo - e da noção difundida de que os avanços experimentados na produção do século XIX e XX deveriam ser estendidos a todas as esferas da sociedade. Gramsci (1991) demonstra como a racionalização passou a vigorar mascarando

⁹³ Conforme explicita Lopes (1995) sobre a Economia Doméstica.

⁹⁴ Demonstramos em Amaral Junior e Barbosa (2016) como as mulheres ainda se inserem em carreiras que remetam, no geral, ao afeto e aos cuidados, como Serviço Social, Enfermagem e Nutrição.

o movimento geral de "mecanização do homem" em que se justificava uma necessidade de construção no trabalhador de certa "consciência da finalidade". Segundo o autor:

A expressão consciência da finalidade pode parecer no mínimo espirituosa a quem recorde a frase de Taylor sobre o gorila amestrado. Taylor, de fato, exprime com cinismo brutal a finalidade da sociedade americana, de desenvolver no trabalhador posturas maquinais mínimas e automáticas, eliminar o antigo senso psicofísico do trabalho profissional qualificado, que demandava participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas ao aspecto físico maquinal somente (p.66-67).

Essa racionalização, cuja maior inspiração sem dúvida foi o taylorismo-fordismo, aparece ora como justificativa para a construção de uma determinada pedagogia ao doméstico, ora como seu eixo estruturante. O doméstico racional é uma expressão histórica dos EUA do final do século XIX, que colhendo os impactos da abolição da escravidão e da escassez cada vez crescente de empregados domésticos colocou a mulher em posição de demandar uma certa "reordenação" desse ambiente e de suas atividades (HOBSBAWM, 2018b). Esse pleito, com manifestações de classe específicas, resultará no grande *boom* dos eletrodomésticos e móveis planejados percebido nos EUA pós-II Guerra, acompanhando um discurso generalizado de mecanização dos lares (E. B. SILVA, 1998). Esse movimento de racionalização encontra reverberação plena no discurso de "modernizar" os hábitos arcaicos, sobretudo pela via do conhecimento técnico-científico, uma constante no início do século XX.

Outra elemento ideológico percebido na construção da Pedagogia do Doméstico diz respeito à *naturalização da forma nuclear de família*. Uma constante em toda manifestação histórica de seus elementos reside na apresentação da família nuclear como forma universal e a-histórica de família. Primeiro, porque é a família nuclear o modelo assumido com essas características pelo capitalismo do século XIX e XX. Segundo, porque é a partir dessa noção, de que a família em seu formato nuclear é a forma de organização predominante na sociedade desde seus primórdios, que ideologicamente haverá espaço para certa divisão sexual do trabalho e seus consequentes desdobramentos.

A Pedagogia do Doméstico se baseia, portanto, na noção de que a família nuclear é o modelo universal de família, abordando a categoria de seu ponto de vista a-histórico. Importante destacar que ela "precisa" desse elemento para sustentar seus outros elementos de ordem ideológica, como a construção do binômio mulher-doméstico que emerge do vocacionalismo feminino. É a emergência da unidade nucleada da família em sua cisão promovida pelo capital que acentua e auxilia a reproduzir essa divisão, conforme já demonstramos a partir de Engels (2019). Essa compreensão auxilia a entender ainda porque a

categoria família aparece historicamente no centro dessa Pedagogia. O termo aqui, como já destacamos, designa mais as relações entre os gêneros e a predominância da divisão mulher-doméstico/homem-público e sua devida inferiorização, do que uma abordagem da totalidade de relações que se instauram no núcleo familiar.

Por último, embora não menos importante, destacam-se ainda dois outros elementos que integram a construção da Pedagogia do Doméstico: o *higienismo* e o *consumismo*. Duas premissas que se fazem constantes nessa proposta pedagógica certamente são educar para higienizar e educar para o consumo - quando não educar para o consumo-higienista. O higienismo tem um lugar dúbio nessa construção, ora aparentemente muito próximo da forma aplicada dos avanços da medicina e engenharia sanitária, ora imbuído de certo caráter eugenista. Entender os limites entre ambos é particularmente difícil uma vez que, como argumenta Gioppo (1996), boa parte das correntes eugenistas do final do século XIX se "diluíram" em correntes e discursos higienistas, muitos deles com vida longa até o fim do século XX.

O discurso higienista atua na construção dessa Pedagogia lado a lado do movimento de racionalização das atividades domésticas, valendo-se das descobertas da ciência e dos métodos de gestão do tempo e da produção para se efetivar – que era, de certa maneira, o cerne da proposição de Richards em “*Euthenics*” (1912). Por isso mesmo os pares dialéticos atrasado/moderno e tradições/ciência parecem tão caros à proposta, uma vez que fomentam a inserção, por exemplo, da sanitização dos lares. Óbvio que não se pode neutralizar a importância desses conhecimentos para a melhoria das condições de vida da população em geral, mas o que destacamos aqui é o caráter homogeneizador e as vezes dúbio que essa inclinação pareceu assumir dentro da Pedagogia do Doméstico. Lopes (1995) ilustra bem essa questão ao demonstrar que havia uma linha tênue entre a "violência simbólica" e a difusão de conhecimentos capazes de melhorar a vida dos agricultores pelas primeiras economistas domésticas extensionistas de Minas Gerais. Essa é a inclinação geral que a Pedagogia do Doméstico assumiu historicamente.

Mas há ainda que se considerar que, completando o quadro geral de elementos ideológicos que auxiliam a compreender a construção da Pedagogia do Doméstico, a proposta contemplava certa centralidade do consumismo. O consumo de massa é um fenômeno que emergiu na virada do século XIX para o século XX, quando o capitalismo encontrou condições materiais suficientes de impulsionar a indústria na produção de uma grande variedade de itens, com baixo valor e em curto espaço de tempo (HOBSBAWM, 2018a). O

consumo apareceu, portanto, como uma marca geral do progresso - ou da sensação experimentada de progresso - que também foi uma característica dessa virada de século (GRUNER, 2019).

Na Pedagogia do Doméstico, o consumo aparece quase sempre como meio, ou seja, enquanto mediação para se atingir os objetivos pretendidos a partir do ato educativo. É uma dimensão importante na medida em que demonstra seu alinhamento com a produção de bens de consumo. O doméstico é visto como espaço privilegiado do consumo, em que uma gama de tecnologias domésticas começa a ser desenvolvidas, ora para fomentar a racionalidade dos lares, ora para aproveitar a capacidade crescente da indústria à época - e sempre para atender aos interesses do capital (AMARAL JUNIOR e BIFANO, 2016). Portanto, a difusão de certa ideia de consumismo é a *maneira como* a Pedagogia do Doméstico vai viabilizar a maior parte de seus pressupostos centrais, atribuindo a esse elemento ideológico, mais tarde, uma dimensão metodológica importante.

Entendidas em suas relações estreitas, os elementos ideológicos apresentados auxiliam a compreender as bases de construção da Pedagogia do Doméstico, possibilitando também entender de que forma os pares dialéticos apresentados reverberam na proposta pedagógica como um todo. No entanto, para completarmos esse movimento de construção da proposta, precisamos ainda caracterizar cada um dos componentes do fenômeno educativo dessa Pedagogia.

Começando pelas *ideias pedagógicas*, retornamos à exposição de Saviani (2012) para o qual o termo é correlato à concepção pedagógica, que por sua vez envolve necessariamente um nível *filosófico, teórico e prático*. Identificamos que no nível filosófico, a Pedagogia do Doméstico fomenta uma visão harmônica de sociedade, que coopera voluntariamente entre os sexos, entre as famílias e entre os grupos de famílias para o bem-estar geral. Sua inclinação educativa está, portanto, baseada em assumir para si a responsabilidade de "preparar" para a vida doméstica e cumprir seu papel na construção desse modelo de sociedade. No nível teórico, as ideias pedagógicas da Pedagogia do Doméstico estão organizadas segundo forte influência das ciências positivas e de uma concepção "tradicional" de educação. Segundo Saviani (2012):

(...) a expressão 'concepção tradicional' subsume as correntes pedagógicas que se formularam desde a Antiguidade, tendo em comum uma visão filosófica essencialista do homem e uma visão pedagógica centrada no educador (professor), no adulto, no intelecto, nos conteúdos cognitivos transmitidos pelo professor aos alunos, na disciplina, na memorização (p.144-145).

Por último, no nível prático, as ideias pedagógicas dessa proposta indicam uma organização que irá variar consideravelmente conforme a instituição pedagógica, mas cujos elementos centrais estão na intervenção, na transmissão de conhecimentos, na figura do especialista que detém o conhecimento e na intelectualização do que anteriormente era abordado de forma sensocomunizada, corriqueira e cotidiana.

Essa discussão nos direciona, inevitavelmente, para aquelas que se constituíram historicamente *instituições pedagógicas* da Pedagogia do Doméstico. Nesse estudo, nos debruçamos especificamente sobre a Economia Doméstica e a extensão rural, e a partir daí buscamos apreender qual proposta pedagógica emergiu historicamente dessa relação. Analisadas separadamente, é possível perceber que há elementos mais fortes e predominantes em uma ou outra dessas instituições. A Economia Doméstica, por exemplo, pareceu centrar-se muito mais no papel da mulher diante do doméstico e em sua racionalidade, enquanto a extensão rural aparece historicamente mais inclinada em reproduzir certa lógica de cisão entre produtivo/reprodutivo e atrasado/moderno. A pesquisa demonstra, portanto, que a constância dos elementos apresentados em cada uma das instituições pedagógicas, no que diz respeito à Pedagogia do Doméstico, não é a mesma. O que nos interessa, em especial, é o conteúdo que emerge da relação dialética entre ambas, movimento que efetivamente constrói a proposta pedagógica - e estamos inclinados a dizer que, por isso, extensão rural e Economia Doméstica assumem determinado formato simbiótico.

No bojo do fenômeno educativo, ambas têm uma característica fundamental que, conforme descreve Libâneo (2010), auxiliam a compreender o caráter intencional da educação que caracteriza a dimensão pedagógica: se organizam por meio da educação formal e não formal. Segundo o autor, os atos educativos informais, embora resguardem certa intencionalidade manifesta, não o fazem reivindicando o educativo propriamente dito, sendo classificados, portanto, como no campo da educação, mas não necessariamente do pedagógico.

Precisamos pontuar ainda que, considerando a estrutura total do que estamos apresentando, essas podem não ter sido e não serem hoje as únicas instituições pedagógicas envolvidas em determinada pedagogização do doméstico. Supomos que parte dessa Pedagogia está hoje muito difusa nos meios de comunicação e nas ramificações das áreas do saber - como a Nutrição e o Serviço Social, por exemplo. O que é importante destacar é que estamos tratando da Pedagogia do Doméstico que emerge especificamente como síntese da relação dialética entre Economia Doméstica e extensão rural.

O que significa dizer que estamos tratando de *agentes pedagógicos* que, embora diferentes, são historicamente situados. Englobamos a economista doméstica do século XIX, aquela do início do século XX, os extensionistas no geral e os extensionistas economistas domésticos em específico. A mulher, dona de casa, parece ter sido também um agente pedagógico importante para a proposta pedagógica no século XIX, mas sua função no fenômeno educativo enquanto tal parece ter se dissipado com a emergência dos especialistas - economistas domésticos e extensionistas. Não podemos perder, no entanto, a processualidade histórica que envolve esses agentes. Embora as ideias pedagógicas tenham permanecido mais ou menos inalteradas no curso da proposta, os agentes serão diferenciados conforme época e local - a economista doméstica brasileira não corresponderá à estadunidense, assim como o extensionista no geral não guardará correspondência ao extensionista economista doméstico.

No campo dos *materiais pedagógicos*, prevalecerá também uma diversidade. Como as instituições de nossa análise se organizaram historicamente em torno de modalidade educativas diferenciadas - formal e não formal - os materiais pedagógicos da Pedagogia do Doméstico terão certo caráter didático, informativo, instrutivo, manualesco, receituário e etc. Podemos localizar três linhas gerais de materiais pedagógicos dessa Pedagogia: os manuais e tratados, prevalentes sobretudo no século XIX, cuja estrutura geral remetia às opiniões de seus autores e compartilhamento de experiências de sucesso; os materiais didáticos formais, utilizados sobretudo na instrução escolar; e os materiais mais dispersos, como cartilhas, apostilas, livros e etc., que prevaleceram, sobretudo, na extensão rural e na Economia Doméstica brasileira de 1950.

Por último, é preciso responder à pergunta: como os agentes pedagógicos da Pedagogia do Doméstico educavam? Para isso, é necessário identificar os *rituais pedagógicos* estabelecidos e então perceber as divergências e convergências entre eles. Duas linhas gerais de rituais pedagógicos podem ser identificados, a saber: a intervencionista-diretiva, em que os agentes incidiam sobre o público alvo (donas de casa e jovens moças) para repassar os conteúdos planejados e materiais formulados, com a finalidade de promover as mudanças almejadas; e a intervencionista-multiplicadora, em que os agentes incidiam sobre um público mais seletivo, com a intencionalidade de capacitá-los para a reprodução da intervenção com o público final. Historicamente apareceu uma terceira linha, que parece ter vigorado de alguma forma no século XIX, em que prevalecia o ritual educacional-indireto, para o qual o agente só se fazia presente no processo por meio dos materiais formulados, e as donas de casa/mulheres se "auto instruíam".

A primeira linha de ritual pedagógico parece mesmo ter sido a prevalente. Os agentes pedagógicos, formalmente estabelecidos pela formação em Economia Doméstica ou contratados pelo Estado como extensionistas, tinham a "missão" de intervir no cotidiano doméstico das famílias - que como já reforçamos, quase sempre se tratavam de famílias rurais. A segunda linha de ritual, ao que pudemos averiguar, parece ter sido mais intensa no início do século XX nos EUA e entre 1948-1960 no Brasil, contexto em que a formação da "equipe de intervenção" ainda se fazia urgente e necessária. A terceira linha, embora jamais tenha sido eliminada por completo, visto que as instituições pedagógicas estudadas sempre mantiveram certo caráter de produção de material para a autoinstrução de seu público, foi historicamente secundarizada, justamente pela emergência de seus agentes pedagógicos específicos.

Esses são, portanto, os componentes do fenômeno educativo que caracterizam a Pedagogia do Doméstico.

Nesse capítulo fizemos uma incursão sobre aquela proposta que intentamos construir desde o início do trabalho: a Pedagogia do Doméstico. Começamos pela análise se, de fato, estávamos diante de um objeto pedagógico ou se somente se tratava de um fenômeno do campo educativo. De certo que educativo e pedagógico não são sinônimos, concluímos que o que indicávamos como fenômeno de estudo tinha sua dimensão pedagógica na medida em que buscou formular premissas filosóficas, teóricas e práticas sobre o ato educativo no mundo doméstico.

Demonstramos depois como essa Pedagogia do Doméstico, longe da neutralidade, se estruturou em torno de pares dialéticos e segundo elementos ideológicos específicos. Assim, buscamos circunscrever o movimento e o contingenciamento histórico da proposta, demonstrando que ela resguarda reflexos de seu tempo, de suas relações sociais e do tipo de organização produtiva que contemplava. Essa pedagogia, portanto, afasta-se da pedagogia escolar pela visão de mundo que carrega, pela função que imputa ao ato educativo doméstico e pela forma como decide estruturar essa educação.

Por último, caracterizamos a Pedagogia do Doméstico segundo os componentes do fenômeno educativo, demonstrando que a forma histórica que estamos investigando emergiu da relação dialética entre as especificidades da Economia Doméstica e da extensão rural. Mas

até aqui demonstramos apenas o que estamos chamando de Pedagogia do Doméstico e sua conformação mais fundamental. Precisamos agora seguir rumo aos objetos analisados nas duas primeiras partes do trabalho, para demonstrar, enquanto nosso objetivo primeiro, que Economia Doméstica e extensão rural compartilham uma espinha dorsal comum: a Pedagogia do Doméstico.

CAPÍTULO VIII

Economia Doméstica e extensão rural: uma mesma espinha dorsal

Finalmente chegamos ao ponto de demonstrar que a Pedagogia do Doméstico da qual tratamos no capítulo anterior - e apresentamos no decorrer de todo o trabalho como uma suposição - é uma proposta que resulta da relação dialética entre Economia Doméstica e extensão rural.

Historicamente, a Economia Doméstica pareceu ter, para nosso objeto de análise, três formatos: primeiro, um formato específico que remete à sua emergência no século XIX, em que predominavam aspectos mais ligados ao binômio manutenção das tradições-trabalho reprodutivo, e uma institucionalização difusa e pouco objetiva. A Economia Doméstica era uma ideia generalista, com pouca unidade; segundo, um formato mais centralizado que surgiu no início do século XX, com capilaridade no sistema formal de ensino e pautado no binômio quebra das tradições-produção; por último, o modelo especificamente difundido no Brasil a partir de 1952, que parece ter sido uma combinação imprecisa entre os dois primeiros modelos apresentados.

A extensão rural, por sua vez, parece seguir um caminho semelhante. Sua emergência é bastante próxima da Economia Doméstica estadunidense, historicamente cancelada pelo mesmo acontecimento: a criação dos *Land-Grant Colleges*. Se a extensão rural aparecia mais ou menos como um formato de difusão dos conhecimentos técnico-científicos dessas instituições ao seu *locus* de aplicação imediata - a realidade do campo - a Economia Doméstica se apresentou, ao lado das ciências agrárias como um todo, enquanto parte desse conhecimento que deveria ser difundido. Portanto, identificamos uma primeira contingência histórica dessa relação: *(i) a Economia Doméstica organizou-se como uma área de conhecimento, enquanto a extensão rural se estruturou como um método de aplicação de um conjunto de avanços obtidos em outras áreas de conhecimento*. O cenário dos *Land-Grant Colleges* possibilitou nos EUA do fim do século XIX um duplo movimento: a inserção da Economia Doméstica como área de saber no ensino formal e, em consequência disso, seu contato inicial com a extensão rural, em proximidade com as ciências agrárias que constituíam o escopo básico da prática extensionista.

A extensão rural estadunidense em sua origem, pelo formato que assumiu na tipologia específica de instituição com a qual guarda referência, era sinônimo quase exclusivo de extensão universitária. Conforme demonstram Silva e Oliveira (2010), a estruturação cooperativa da extensão nos EUA tinha em larga medida a base dos *Land-Grant Colleges*, ou seja, ficou estabelecida mais como uma política de aplicação imediata - ou de experimentação

- dos conhecimentos técnico-científicos obtidos nas atividades de pesquisa com vistas ao ensino, do que o caráter de uma política de Estado intervencionista. No Brasil, décadas mais tarde, a extensão rural teria como marca exatamente seu oposto: certo distanciamento da pesquisa, caráter intervencionista e o Estado como seu idealizador por meio de parcerias público-privadas enquanto formato de política pública (P. OLIVEIRA, 2013). Essa é a principal marca de distanciamento do modelo brasileiro e estadunidense de extensão rural que conseguimos apreender.

A extensão rural em seu formato brasileiro ficou marcada ainda por três modelos históricos, conforme apresenta Rodrigues (1997). O primeiro deles, vigente mais ou menos entre 1948-1960 é o de maior importância para entendermos a relação simbiótica com a Economia Doméstica. Descrevemos detalhadamente no Capítulo V como esse primeiro momento, marcado pelo humanismo assistencialista, efetivou uma extensão rural intervencionista com vistas a promover mudanças de hábitos e costumes na população do campo, considerada atrasada e, conseqüentemente, um entrave para o desenvolvimento do país. O cenário político de descontentamento reflete a lógica econômica de tentar acompanhar o "progresso" percebido pelos países centrais na produção capitalista, para os quais o "terceiro mundo" era um entrave de muitas maneiras (P. OLIVEIRA, 2013). Ainda, reflete as tensões entre os blocos capitalista e comunista, em que os EUA construíram acordos de cooperação e formas de intervenção que pudessem manter o controle ideológico sobre os países periféricos que se apresentavam como potenciais aderentes ao bloco inimigo (PINHEIRO, 2016). Toda essa conjuntura fez emergir a possibilidade objetiva de importar a extensão rural com esse duplo caráter: forma de aproximação entre os ideais dos EUA e o Estado brasileiro, e propagação ideológica dos preceitos centrais de reprodução da lógica capitalista vigente. Nessa altura, no contexto pós-II Guerra, a extensão rural já tinha décadas de experiência de inserção da Economia Doméstica como uma de suas áreas "fundamentais" lado a lado com as ciências agrárias, fundamentando uma certa perspectiva de intervenção na realidade do campo.

Mas, conforme também já destacamos, após a II Guerra Mundial a Economia Doméstica experimentou certa obsolescência nos EUA, já figurando como uma área de formação e de conhecimento em retração, embora os tradicionais colégios aplicados herdeiros dos *Land-Grant Colleges* sempre buscaram manter certo *status* para as Ciências Domésticas.

Esse contexto geral reforça ainda uma outra contingência do fenômeno: *(ii) os formatos de tecnologias obsoletas em que Economia Doméstica e extensão rural são*

importados ao Brasil não remetem especificamente às origens estadunidenses, mas a formas adaptadas desses modelos. Isso significa dizer que o formato simbiótico implementado no Brasil na década de 1950 foi, na verdade, exclusivo. Portanto, nos direciona inevitavelmente para uma pergunta central no percurso da análise: as duas instituições se encontram pois se aproximam do mesmo objeto sob a mesma ótica, ou é a constituição da ótica sob o objeto que faz emergir historicamente as duas instituições? Em outras palavras: Economia Doméstica e extensão rural se encontram por compartilharem um escopo em comum, ou é esse "lugar comum" que faz surgir, historicamente, a Economia Doméstica e a extensão rural?

Nossas análises indicam que a resposta para a questão é a relação dialética entre as duas possibilidades: Economia Doméstica e extensão rural emergem com certos elementos em comum e em circunstância deles, e por mediação dessas proximidades, se encontram em uma síntese dialética que faz emergir uma proposta qualitativamente nova. Portanto, há certos elementos mais gerais que fazem historicamente as duas instituições emergirem em um mesmo espaço-tempo, e com características em comum, visto que resultados de um mesmo processo histórico. Esses elementos "compartilhados" mantêm a especificidade de cada instituição, mas possibilitam que elas se combinem para resultar em algo substancialmente novo. Economia Doméstica e extensão rural preservam suas características, mas diante desse elemento qualitativamente novo que emerge de sua síntese, passam a se transformar também segundo ele. Esse elemento, que designamos como o "algo qualitativamente novo", é a Pedagogia do Doméstico. Passaremos, portanto, à explicação de como se deu esse processo.

O que estamos designando como os elementos em comum que fazem historicamente emergir ambas as instituições pedagógicas é, grosso modo, correspondente à dinâmica do capitalismo do século XIX. Tendo como referência a totalidade da economia política, é possível perceber que, justamente no limiar do surgimento da "Era do Capital", as condições objetivas estão dadas para que comece a emergir certo movimento em torno da "pedagogização do doméstico". Essas condições são principalmente: a industrialização e a urbanização em ritmo mais intenso e acelerado do que jamais visto na história, o acirramento da divisão social do trabalho e seu conseqüente desdobramento sexual, o progresso técnico-científico e suas implicações na vida cotidiana, as mudanças econômicas nas dinâmicas do capitalismo entre os países e a polarização entre campo e cidade (HOBBSAWM, 2018a). Por isso observamos o surgimento de uma Economia Doméstica que, embora buscou se fundamentar no progresso técnico-científico, ainda estava muito arraigada em sua justificativa político-moralista de existência. A análise da obra de Beecher (1841) é salutar nesse sentido:

demonstra exatamente o contexto sociopolítico geral de transformações em que a proposta emergiu. A autora, produzindo nos EUA agrário e de ideais liberais que estavam tensionados com uma série de acontecimentos na Europa, modela a proposta de Economia Doméstica cristã-liberal como uma resposta ao mundo já percebido como expressivamente diferente.

Uma outra contingência emerge dessa relação: *(iii) as condições para o surgimento da Economia Doméstica estavam dadas de maneira mais consolidada algumas décadas antes daquelas que possibilitariam o surgimento da extensão rural*. Isso porque a Economia Doméstica não se estruturou inicialmente com o caráter pedagógico formal, mas buscou se realizar de outra maneira. Enquanto resultado de seu tempo, em que as mulheres ainda experimentavam a inserção na educação formal, não poderia encontrar condições objetivas para tal. Por isso, no percurso histórico que aqui estamos delimitando, a Economia Doméstica emerge primeiro como resultado dessas condições postas pelo capitalismo em sua dinâmica, para somente depois se reestruturar segundo o mesmo acontecimento que faria emergir a extensão rural.

A extensão rural já possuía correspondentes em muitas frentes de ação desenvolvidas nos EUA antes de seu surgimento nesses termos, sobretudo porque seu caráter central remete muito a certa lógica de difusão do conhecimento que era bastante reproduzida pela educação católica, por exemplo (PEIXOTO, 2008). Mas seu marco seria mesmo o *Morril Act* de 1862, que de uma só vez também modificaria a situação para a Economia Doméstica. O *Morril Act* era um reflexo imediato da situação econômica dos EUA, cujas características eminentemente agrárias demandavam intervenções estatais capazes de fomentar seu desenvolvimento segundo as premissas do capitalismo que se formava na segunda metade do século XIX (SILVA; OLIVEIRA, 2010). Por isso, o ato que criou os *Land-Grant Colleges* já era, em si mesmo, reflexo de uma percepção estatal da necessidade de fomentar determinado "progresso" no campo, e que isso ocorreria via transferência de conhecimento e tecnologia propiciados por instituições especificamente voltadas a esse fim.

Não é necessário descrever que, nesse sentido, a extensão é um desdobramento direto de certa premissa na relação entre "projeto de desenvolvimento e modernização" do agrário. Sua institucionalização encontra a possibilidade objetiva de se realizar no seio dessas instituições educacionais cuja orientação para a aplicação prática era a premissa. A sutil diferença histórica entre as instituições pedagógicas analisadas fica, portanto, demarcada: A Economia Doméstica surgiu de determinado contexto e tensões sociais, se estruturando lentamente em cerca de duas décadas de forma difusa; já a extensão só se realizou via

intervenção do Estado, que forneceu as condições necessárias para sua objetivação. Nesse momento, a Economia Doméstica pareceu ter se beneficiado tanto do movimento de "educação orientada para a prática agrária" que o *Morril Act* pretendeu contemplar, na medida em que pode se tornar "campo disciplinar na educação formal", quanto da proposta extensionista que esse modelo inaugurava - da qual iria também fazer parte.

Nesse sentido, outro elemento a se considerar diz respeito ao fato que *(iv) a extensão rural não se inclinava exclusivamente ao doméstico, tendo como premissa uma percepção de vida no campo mais geral*. De fato, a extensão rural surgiu como essa forma metodológica de aplicação dos conhecimentos técnico-científicos à realidade agrária, que só encontraria o doméstico na medida em que suas bases de conhecimento englobassem, pouco a pouco, a Economia Doméstica lado a lado à agronomia, à medicina veterinária e à zootecnia. Percebe-se, portanto, que os *Land-Grant Colleges* funcionaram como uma espécie de instituição "incubadora" que, ao mesmo tempo, gestaram o modelo de intervenção técnico-científica da extensão rural e alimentaram a Economia Doméstica como área de conhecimento proximal. Era, portanto, o elemento educativo que primeiro agrupou as duas instituições.

É necessário pontuar que a extensão rural só pode encontrar o "doméstico" da Economia Doméstica na medida em que, no interior de seus elementos constituintes, demandasse por uma perspectiva de mundo que fosse a ele correspondente. Como a extensão rural tinha a premissa de levar o "progresso" ao campo, arcaico e onde prevaleciam as tradições, encontrou eco nas ideias da Economia Doméstica fortemente pautada na visão harmônica de colaboração entre os sexos e de aplicação dos conhecimentos científicos ao cotidiano. Basicamente, a interseção de seus elementos ideológicos consolidou um lugar em comum nas ideias pedagógicas, germe suficiente para fazer prosperar uma determinada visão pedagógica mais geral entre ambas.

Nesse momento, já na virada para o século XX, a extensão rural nos parece bastante firme em reforçar que sua perspectiva de campo contemplasse uma determinada visão dicotômica entre produção/reprodução, doméstico/produtivo, atividades de homem/atividades de mulher. Aqui, a Economia Doméstica também aparece confortável em prosperar nesse cenário, almejando para si cada vez mais *status* científico e uma posição equivalente às ciências da época, sobretudo as agrárias e biológicas. Foi nesse cenário que, ao que parece, uma determinada Pedagogia do Doméstico efetivamente emerge de sua síntese dialética.

Ellen Richards (1905) chega a destacar que a Economia Doméstica é ainda mais imprescindível para as famílias rurais, visto que a situação de "isolamento" a que estão

submetidas coloca ainda maior responsabilidade sobre as mulheres no ambiente doméstico e na garantia do bem-estar de todos os membros. Parece mesmo que esse tipo de ideia gerava a proximidade necessária para que a extensão rural acreditasse que, parte de seu projeto desenvolvimentista mais geral seria também incluir possibilidades de progresso para "o mundo doméstico", igualmente considerado "atrasado" - uma perspectiva de progresso total.

Retomando o conceito de concepções pedagógicas formulado por Saviani (2012), parece-nos então que Economia Doméstica e extensão rural se encontram nos aspectos filosóficos da educação (compartilham uma mesma visão de mundo e de "missão" da educação), intercambiam elementos teóricos (a extensão incorpora os elementos do doméstico e a Economia Doméstica incorpora os elementos do rural e do método da extensão, mediante uma perspectiva intervencionista tradicional, baseada na transferência de conhecimentos) e se unem no nível da prática (juntos se direcionam ao mesmo público, com um só objetivo, segundo as mesmas premissas de materiais e rituais).

Nesse movimento histórico é que parece ter emergido determinada concepção que chamamos de Pedagogia do Doméstico. Essa pedagogia, baseada nos pares dialéticos atrasado/moderno, tradições/ciência, produtivo/não produtivo e familiar/não familiar iria comportar elementos ideológicos específicos, convergindo em um modelo para postular metodologicamente sobre o ato educativo no ambiente doméstico. Sua emergência, dialeticamente, iria acarretar em uma reestruturação qualitativa de ambas as instituições, que historicamente passaram a incorporar elementos dessa Pedagogia até se tornarem fortemente dependentes pela estrutura em comum que compartilharam.

Mas essa proposta pedagógica não tardaria a se reestruturar. Nos EUA, esse momento se deu ainda na primeira metade do século XX, quando em decorrência das crises do capital e das Guerras Mundiais emergentes, alguns dos elementos ideológicos que davam sustentação à Pedagogia do Doméstico e alguns de seus pares, seriam "deslocados". Dyas (2014) descreve como o movimento de industrialização do país somado ao plano de desenvolvimento do período entre e pós-Guerras foi salutar para deixar a perspectiva da *Home Economics* obsoleta e questionável. Nas entrelinhas, isso significava uma nova percepção de "lugar social da mulher", uma nova lógica de entendimento de produtivo/não produtivo, um capitalismo mundialmente conectado em crise para o qual as premissas do imperialismo de atrasado/moderno ainda eram vigentes, mas não nos mesmos termos de antes. A extensão rural tinha novos problemas para resolver, dentre os quais o abastecimento de alimentos e a rápida inserção tecnológica para aumento produtivo figuravam como centrais. Nesse cenário,

parece-nos mesmo que uma Pedagogia do Doméstico nos moldes daquela que emergiu no início do século se tornou, rapidamente, impraticável. O resultado foi a rápida dispersão de suas instituições pedagógicas, que buscaram se reorientar a outros objetos - promovendo um afastamento do doméstico. Foi o que ocorreu, conforme demonstramos no Capítulo IV, com a Economia Doméstica estadunidense, cujos únicos pontos focais de resistência estavam no interior das instituições educacionais que historicamente foram berço do surgimento dessa Pedagogia - as herdeiras dos *Lant-Grant Colleges* - que insistiram tanto na manutenção da Economia Doméstica, quanto no formato de extensão que a contemplava. Essa insistência chegaria à metade do século XX, mas teria o mesmo destino anteriormente adiado: a Economia Doméstica (*Home Economics*) "desapareceria" no formato originalmente organizado, assumindo outros nomes e outros objetos. A extensão rural, de forma análoga, extirparia os elementos pedagógicos do doméstico de sua perspectiva, centrando-se exclusivamente em uma lógica produtiva-economicista.

Mas a marca da implantação de ambas as instituições no Brasil remete à outra contingência histórica importante: *(v) há um delay no percurso da Economia Doméstica e da extensão rural brasileira, em que ambas as instituições são importadas, na década de 1950, tendo como base um modelo estadunidense já em desuso*. Isso significa dizer que, mesmo com sua reestruturação nos EUA, a Pedagogia do Doméstico implantada no Brasil herdou os elementos centrais de sua versão estadunidense, incorporando certos elementos típicos dessa relação político-econômica existente entre os países. Por isso, Economia Doméstica e extensão rural aparecem no Brasil como faces distintas de uma mesma moeda, ao melhor estilo de percepção linear de desenvolvimento.

Nas duas décadas que se sucederam, a extensão rural fomentaria a difusão e crescimento da Economia Doméstica no sistema de ensino formal brasileiro, e a Economia Doméstica viabilizaria, por sua vez, a implantação do projeto extensionista pelos acordos público-privado. Diferentemente do que ocorreu historicamente nos EUA, as instituições não tiveram uma formação pregressa suficientemente importante, em que resultaram da dinâmica social específica em que emergiram. No Brasil, elas foram trazidas em um modelo pronto, refletindo o caráter ideológico de entendimento linear do desenvolvimento das sociedades, em que aquelas consideradas "atrasadas" estavam, na verdade, em estágios anteriores do processo histórico de desenvolvimento pelo qual os países "avançados" já haviam passado. Importante ressaltar que, de maneira geral, as instituições responsáveis por esse movimento de "importação" foram aquelas mesmas que, diante da reestruturação geral da Pedagogia do

Doméstico nos EUA, resistiram em alterar os formatos anteriormente praticados. Esses dados reforçam que, sendo a década de 1950 o ponto crítico dessa desmobilização estadunidense, a implantação da extensão rural e da Economia Doméstica no Brasil se deu nesse cenário já bastante conturbado.

Adentrando especificamente a trajetória dessa simbiose no Brasil, podemos sistematizar três momentos históricos: (1) o de domínio da Pedagogia do Doméstico, que ocorreu entre 1948 e 1964; (2) o de supressão da Pedagogia do Doméstico, que está demarcado entre 1965 e 1980; e (3) o do paradoxo da Pedagogia do Doméstico, de 1980 em diante.

O domínio da Pedagogia do Doméstico no Brasil coincide com as duas primeiras décadas da implantação e estruturação da Economia Doméstica enquanto área de formação superior e da extensão rural no país. Em plena convergência, ambas as instituições compartilhavam elementos em torno dessa proposta pedagógica e estavam fortemente voltados para a intervenção educativa no ambiente doméstico. A Economia Doméstica se popularizava nas instituições de ensino como uma possibilidade real de inserção das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho, ainda muito incipiente no Brasil, sobretudo nas cidades menores (LOPES, 1995). A extensão rural também se popularizava como política de Estado, se apresentando como possibilidade para uma população que o poder público e as ações estatais raramente abrangiam (*Op. cit.*).

Caracterizamos esse momento como aquele de "domínio" da proposta porque suas premissas formavam uma unidade aparentemente harmônica entre as duas instituições, que se complementavam. Significa dizer, portanto, que aqueles elementos estruturantes da Pedagogia do Doméstico eram fortes o suficiente para manter a unidade entre as instituições, e orientavam as ideias pedagógicas e seus desdobramentos a uma mesma direção. Mesmo que a extensão rural não envolvesse apenas economistas domésticas, tampouco almejasse só a intervenção doméstica, foi a plena convergência de visão de um mundo dividido entre atrasado/moderno, para o qual a ciência e a técnica seriam formas de superação das tradições, e a percepção de produção/não produção e família, que fizeram a proposta pedagógica prosperar. O familismo do qual discorremos no Capítulo VI, central para a extensão rural da época, demonstra como as duas instituições falavam de um lugar comum, sob uma mesma perspectiva e orientadas a um mesmo fim: a extensão rural baseando-se em um modelo de família fortemente pautado na divisão sexual do trabalho, enquanto a Economia Doméstica reforçava o vocacionalismo feminino e a naturalização dessa divisão.

Mas, assim como havia ocorrido nos EUA, não tardaria para que as mudanças na economia política colocassem sobre perspectiva alguns elementos da Pedagogia do Doméstico, impactando não só na forma como as instituições pedagógicas se estruturavam, mas também na maneira como elas se relacionavam. Diferentemente do que ocorreu nos EUA, não foi uma mudança mais geral na perspectiva sobre a mulher, a produção, o desenvolvimento, a economia mundial e a educação como política de Estado que provocaram uma reestruturação inicial. Aqui, o elemento central parece mesmo ter sido uma cisão na perspectiva atrasado/moderno. Conforme demonstra Fonseca (1985) e Rodrigues (1997) o principal condutor de mudança na reorientação geral do Estado foi a percepção de que não era mais necessário promover mudanças culturais e valorativas nas formas de vida e comportamento dos sujeitos do campo: bastava orientar os esforços para a produção e o desenvolvimento seria alcançado. Portanto, uma reestruturação fragmentada em parte dos elementos estruturantes da Pedagogia do Doméstico marca o início de seu momento de supressão.

É notório que os motivos que fizeram a Pedagogia do Doméstico ser colocada em segundo plano no Brasil são bastante distintos dos verificados nos EUA. O projeto desenvolvimentista do Governo Militar demandava que as políticas públicas - incluindo a extensão rural - se orientassem exclusivamente ao aumento da produção. Amplamente impactados pela Revolução Verde, os países periféricos assumiram uma outra noção de "caminho para o desenvolvimento", via adoção de pacotes tecnológicos (ANDRADES; GANIMI, 2007). Isso significou um abandono das premissas da Pedagogia do Doméstico, não necessariamente sua superação. Quando o elemento "produtivo" se tornou central e exclusivo, as outras partes da equação - doméstico, familiar, reprodução, não produtivo... - Se tornaram dispensáveis ou secundárias. A extensão rural, portanto, se distanciou de uma só vez da Economia Doméstica e do elemento qualitativo que emergia da relação com ela.

Os desdobramentos desse evento já estão bem descritos nos Capítulos IV, V e VI. O que queremos destacar aqui é que, diferentemente do ocorrido nos EUA, a Pedagogia do Doméstico não se reestruturou no Brasil nessa época, mas foi suprimida em detrimento de outra perspectiva. A extensão rural do período - e a educação como um todo vale ressaltar - passou a se orientar mais em torno de uma pedagogia tecnicista, que oscilava orbitando a perspectiva tradicional pedagógica (GUIMARÃES; SILVA, 2012). Argumentamos também no Capítulo IV como a Economia Doméstica, que só havia experimentado popularidade no Brasil impulsionada por sua relação simbiótica com a extensão rural, começou nessa época

um lento e obtuso processo de crise.

A Economia Doméstica encontrava na década de 1950-1960 a legitimação social necessária para se justificar, atraindo estudantes que acreditavam em sua "missão", que buscavam uma vaga na universidade, que procuravam oportunidades de casamento com homens universitários ou que buscavam ascensão social por meio dos desejados empregos na extensão rural (LOPES, 1995). Sem o apoio que sustentava essa relação, a Economia Doméstica se encontrou historicamente presa a um modelo pedagógico considerado dispensável. Não é possível neutralizar também o peso dos movimentos feministas no processo de crise da Economia Doméstica, mas seria incorreto sustentar que a "desmobilização" vivenciada por essa instituição pedagógica se deu principalmente em decorrência disso. Parece-nos mais plausível afirmar que a Economia Doméstica, amplamente dependente da Pedagogia do Doméstico que emergia de sua relação com a extensão rural, teve dificuldades em encontrar outros correspondentes que a englobassem e lhe garantissem a legitimação necessária para sua sobrevivência enquanto instituição pedagógica no sistema de ensino formal.⁹⁵ Uma desvalorização do doméstico também é uma marca dessa época, conforme apontam Duran (1989) e Simão (2016), fato que ajuda a compreender porque certas áreas de formação e atuação, mesmo mantendo certo vocacionalismo e "redutos de formação feminina", eram consideradas de maior prestígio e não enfrentavam problemas semelhantes.

A Economia Doméstica passou a buscar, portanto, legitimação acadêmica e social, em múltiplos movimentos que, como demonstra Simão (2016) ilustram que entre as décadas de 1970-1980, a área enfrentava mesmo uma grande crise. Na extensão rural, as vagas para economistas domésticas lentamente se dissiparam em ações pontuais, um reflexo do modelo produtivista adotado e da nova pedagogia em voga. Nessa época, multiplicaram-se os componentes curriculares maquiados, a busca por legislações que estabelecessem políticas de privilégios para a carreira e as disputas com outras áreas de formação (AMARAL JUNIOR, 2016). Todos esses esforços, ao que parece, suficientes para dar uma sobrevivência à Economia Doméstica, mas incapazes de livrá-la da Pedagogia do Doméstico - cuja amálgama ideológica era forte demais para se destituir, sob o risco de fragmentar a si mesma.

A extensão rural, no entanto, pareceu despir-se da proposta com bastante agilidade. Vale lembrar, no entanto, que esse relativo "movimento" só foi possível porque, historicamente, a extensão rural sempre englobou a outra parte da equação: sempre versou sobre um produtivo e um "não produtivo" na mesma medida. Sempre buscou colocar

⁹⁵ Sustentamos parcialmente esse pressuposto em Amaral Junior (2016).

doméstico e não doméstico juntos no mesmo objeto. O que significa dizer que, mesmo dialeticamente formando uma Pedagogia do Doméstico com a Economia Doméstica, buscava síntese semelhante com o pensamento da "área produtiva", mas segundo outras premissas. Por essas questões, tanto nos EUA como no Brasil, a extensão rural se afastou da Pedagogia do Doméstico com relativa autonomia. O que não significa, necessariamente, ter se desfeito dela.

Mostramos no Capítulo VI como esse momento marca uma reificação das pessoas no processo educativo da extensão, sobretudo da categoria família. Essa marca é um reflexo típico das formas tradicionais e tecnicistas da educação (SAVIANI, 2013). No entanto, a extensão carregaria a marca da Economia Doméstica - e de certa Pedagogia do Doméstico - mesmo seguindo um caminho diferente. Isso porque, as agências estaduais de extensão ainda tinham certo número de economistas domésticas, e dada a não consecução etapista dos modelos de extensão rural, a coexistência dessa Pedagogia do Doméstico se daria, mesmo que suprimida e em segundo plano.

Chega-se, finalmente, ao terceiro momento identificado. Enquanto a Economia Doméstica tentava, de muitas maneiras, se justificar socialmente sem modificar suas premissas ideológicas mais arraigadas, a extensão rural sobrepôs um conjunto de novas premissas às demais, sem necessariamente extingui-las. Nesse ponto, percebemos que a Economia Doméstica quis afastar-se da Pedagogia do Doméstico pela via aparente, sem elementos suficientes para fazê-lo de forma estrutural, enquanto a extensão rural a subjugou sob outra concepção pedagógica. Em um cenário, o sombreamento dos elementos ideológicos sem superá-los, em outro, sua subsunção. Em nenhum deles, no entanto, força suficiente para reestruturar a própria lógica da Pedagogia do Doméstico. Inevitavelmente, após a década de 1980, Economia Doméstica e extensão rural voltariam a enfrentar as heranças desse momento.

Esse terceiro momento, que se inicia mais ou menos em torno de 1980, marca um paradoxo da Pedagogia do Doméstico. Nossa pesquisa indica que esse paradoxo tem três faces: um retorno parcial da extensão rural aos elementos da Pedagogia do Doméstico; a reestruturação da proposta dessa pedagogia em outros termos; e a extinção da Economia Doméstica, enquanto instituição pedagógica fixada no sistema de ensino formal.

As entrevistas que apresentamos no prólogo do trabalho ilustram bem a primeira dessas faces. O esgotamento do modelo difusionista-produtivista da extensão rural e as pressões sociais por novas políticas de desenvolvimento, sobretudo na agricultura, colocaram o fazer extensionista de volta à sua vertente humanista (GUIMARÃES; SILVA, 2012). Isso

não significa, mesmo que tenha havido a intencionalidade, que o assistencialismo do primeiro modelo tenha sido superado. Na realidade, esse movimento de reorientação da extensão rural, com emergência da categoria "agricultura familiar" parece ter corroborado com a construção de um cenário que incentiva a coexistência de modelos diversos de prática extensionista (CALLOU, 2006). Os entrevistados demonstram como, nas últimas décadas, o profissional de Economia Doméstica voltou a figurar entre os contratados das agências de extensão, assumindo um lugar dúbio e impreciso, que remete em grandes partes às "heranças" que o profissional deixou no passado. Em larga medida, fragmentos da Pedagogia do Doméstico que, diante da perspectiva difusa e multi-orientada da PNATER, parecem retornar como estratégia para "suavizar" os excessos produtivistas dos anos 1960 e 1970. Mas os elementos gerais dessa "nova" Pedagogia do Doméstico não parecem – e nem poderiam – ser os mesmos.

A segunda face desse paradoxo incide justamente nessa percepção: de que a Pedagogia do Doméstico se reestruturou segundo uma outra lógica, dispersando-se amplamente em novos elementos ideológicos, como a liberação da mulher do doméstico por meio das tecnologias, a garantia do bem-estar familiar por meio da gestão de seus recursos, a sustentabilidade sob uma ótica individualista e a gestão de competências dos membros familiares para o mercado de trabalho. Claro que se observa a constância de alguns dos seus elementos - como o consumismo, o higienismo e a racionalização da vida doméstica - mas há, ao que tudo indica, mudanças suficientes para sugerir que a Pedagogia do Doméstico sobre a qual nos debruçamos é um modelo histórico que se dissipa em outro formato, nos objetos de outras áreas a partir dos anos 1980. Outro contexto geral do metabolismo do capital explica essa mudança, para a qual o antigo modelo se apresenta como anacrônico. Esse aprofundamento, no entanto, é tema para estudos posteriores.

Por último, a terceira face desse paradoxo está na completa extinção da Economia Doméstica enquanto instituição pedagógica formal. Nossas análises apresentadas no Capítulo IV nos levam a acreditar que a Economia Doméstica, sem a sustentação necessária para se reproduzir que a extensão rural fornecia, viu-se impossibilitada historicamente de manter os elementos da Pedagogia do Doméstico suficientemente coerentes para que a sua proposta institucional permanecesse relevante. Quando dizemos "suficientemente coerentes" designamos a garantia da conexão teórico-prática necessária à manutenção das ideologias fundantes, como explicita Eagleton (2019). Seus elementos ideológicos, sem correspondentes práticos no que apresentava como sua reprodução no mundo real lentamente tornaram a

proposta anacrônica e obsoleta. A estrutura acadêmico-burocrática construída a partir da década de 1980⁹⁶ não foi suficiente para sustentá-la, visto que seu alicerce era a Pedagogia do Doméstico, visivelmente reestruturada em termos que a própria Economia Doméstica não conseguiu acompanhar, pois incompatíveis com sua estrutura historicamente intacta. Os acontecimentos que daí se desdobraram coadunaram com a extinção oficial de todos os cursos superiores em Economia Doméstica no Brasil, formato central pelo qual a instituição pedagógica se organizou desde a década de 1950.

Esse terceiro momento, de um paradoxo para a Pedagogia do Doméstico nos remete de volta a toda problemática da memória que suscitamos na fase introdutória do trabalho. Sendo essa pedagogia um estrato da memória social, mantê-la rígida com o passar das décadas contraria o movimento da própria realidade das relações sociais e da vida objetiva. Assim, parece mesmo que uma instituição cuja reprodução estava baseada nesse modelo que historicamente não se atualizou não poderia lograr êxito. A Economia Doméstica não tinha como fazê-lo, pois, presa também às suas origens, estava sempre a um passo de transformar-se sob o custo de negar a si mesma. A extensão rural, mais fluída e apenas parcialmente dependente da Pedagogia que resultava dessa relação, encontrou outras saídas institucionais na medida em que pode realizar-se por outras concepções pedagógicas e ideológicas. Mas seu retorno à Pedagogia do Doméstico, mesmo que em menor intensidade, levanta duas possibilidades: a de historicamente mudar a proposta pedagógica, mudando também as ideias pedagógicas institucionalmente norteadoras, ou a de encarar a obsolescência cujo fim não pode ser outro além do experimentado pela Economia Doméstica. O resultado qualitativamente novo obtido historicamente da relação dialética entre a Economia Doméstica e a extensão rural representou, cada um a seu tempo, a popularidade e crescimento para ambas, o desafio e crise para a primeira, e a sentença de extinção e possibilidade de mudança, respectivamente

⁹⁶ Conforme demonstra Simão (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito ser esse o fim de uma jornada. Uma caminhada que se iniciou em 2006, quando ingressei formalmente no curso de Economia Doméstica pela UFV e ali me deparei, pela primeira vez, com todas as manifestações objetivas da série de contradições descritas no decorrer desse trabalho. De certo que minha inquietação apareceu apenas mais tarde, por volta de 2011, quando havia ingressado no mestrado em Economia Doméstica daquela mesma instituição, é possível entender que o caminho acadêmico-científico traçado até essas linhas foi intensamente construído entre desconfortos, descobertas, frustrações e conquistas. Por isso gostaria de iniciar essa seção com a pretensiosa afirmação de que os resultados dessa pesquisa contribuem para a sensação de dever cumprido.

Como demonstrado no prólogo que aqui desenvolvemos, ser economista doméstico significa estar imbuído historicamente em uma série de discursos e práticas erigidos sobre um conjunto de contradições e sistemas ideológicos que emolduram certa visão de mundo, limitando sobremaneira um olhar que se voltasse para a gênese da formação, da área e da profissão. Portanto, a aproximação com o objeto se revelou difícil, por questões ora metodológicas, ora ideológicas. O projeto que aqui se apresentou em formato de tese é resultado direto desse movimento, que inclui a trajetória acadêmica e a prática profissional do pesquisador.

Nas partes preliminares desse trabalho, intentamos construir uma dimensão empírica do problema, demonstrando por meio dos depoimentos de cinco extensionistas, em condições sócio ocupacionais distintas, o tamanho do desafio posto. Os estudos anteriores já indicavam o que as entrevistas apresentadas logo no início de nossa discussão confirmaram: a existência de uma categoria profissional cuja "memória oficial" é fortemente ideologizada, apresentando-se a-histórica, homogeneizada, enquadrada, universal e - talvez o mais estranho - contínua. Essa continuidade indicava que, mesmo a Economia Doméstica tendo vivenciado sucessivas crises que culminaram com a sua extinção enquanto campo de formação, ainda mantinha os elementos em torno dessa memória inalterados. Essa percepção, mesmo tendo sido aferida com profissionais da área que, no momento da pesquisa, ocupavam cargos na extensão rural, sofreram poucos distanciamentos do que se podia verificar para os outros economistas domésticos como um todo em momentos anteriores da pesquisa. Outro ponto de estranhamento, se considerarmos que as contingências históricas apontam para uma relação extremamente importante entre Economia Doméstica e extensão rural na realidade brasileira,

reside na ausência de consciência dessa aproximação - que não aparece na memória oficial da categoria.

A busca por respostas a que se lançou essa tese, inicialmente, articulou uma empreitada em três direções: primeiro, compreender a gênese da Economia Doméstica e porquê ideologicamente havia um aparente esvaziamento de seu caráter histórico; segundo, entender o percurso da extensão rural e se, a relação dessa política de Estado não estava sendo superestimada em relação à Economia Doméstica; e terceiro, quais os elementos ideológicos estavam envolvidos nessa relação. Daí decorre nossa tese central de que, muito além de determinada relação casual ou funcionalista, Economia Doméstica e extensão rural se constituíram funcionalmente em torno de uma determinada pedagogia, assumindo uma forma específica no Brasil que se tornou dialética.

O primeiro dos passos, portanto, consistiu em *estudar o processo de formação histórica da Economia Doméstica, desde sua origem estadunidense no século XIX*. Esse movimento se fez necessário na medida em que, de forma geral, era um processo analítico não realizado de forma densa na maioria dos trabalhos sobre o tema. As análises permitiriam perceber, já nesse movimento, que seria pouco cauteloso não entender essa instituição pedagógica segundo a categoria da totalidade, como resultado das relações sociais que estavam estabelecidas em contextos específicos, localizadas na história. Os EUA de meados do século XIX, experimentando o avanço sem precedentes do capitalismo concorrencial e as mudanças de sua estrutura societária eram o berço dessa proposta, que não emergiu isolada de outras tantas instituições e ideias daquele tempo. A Economia Doméstica é, portanto, um resultado desse movimento específico, tendo encontrado por volta de 1840 as condições concretas para se objetivar em seu primeiro modelo.

Podemos observar também que, na medida em que se aproximava do fim do século XIX e acompanhando as mudanças sociais que ocorriam em decorrência das expressivas modificações do sistema capitalista mundial, a proposta inicial de Economia Doméstica foi lentamente se modificando. Aqui chegamos a uma primeira conclusão que coloca um elemento novo no debate da área: o formato de Economia Doméstica gestado em meados do século XIX e aquele institucionalizado nas primeiras décadas do século XX foi substancialmente diferente. Se o primeiro - como reforçamos inúmeras vezes - estava ancorado na manutenção das tradições, na visão harmoniosa do vocacionalismo feminino, da esfera reprodutiva doméstica e da divisão sexual do trabalho, o segundo encontraria fôlego na quebra das tradições, na eugenia, na racionalidade científica e no culto às especialidades.

Diferenças substanciais que vão exercer influxos consideráveis no modelo que adentraria as equipes extensionistas dos EUA e do Brasil, bem como nos colégios rurais de ambos os países. Outro elemento importante que esse primeiro objetivo nos propiciou foi perceber a herança eugenista-higienista da Economia Doméstica do século XX, cujo rebatimento ideológico será percebido até os dias atuais.

Na sequência, a análise resultou, inevitavelmente, na compreensão de que o modelo brasileiro de Economia Doméstica foi particularmente híbrido, mantendo características que remetem tanto à proposta do século XIX, como daquela da qual era contemporânea. Sua conformação particular estava ainda, ao que apontam as fontes consultadas, inevitavelmente imbricada com a popularização e difusão da extensão rural no país. Esse modelo, substancialmente diferente do percebido nos EUA, é uma marca de extrema importância. Além disso, uma marca histórica é constante para entender a trajetória da Economia Doméstica no Brasil: seu caráter de "tecnologia obsoleta", na medida em que, enquanto era apresentada de forma inovadora e atual para a extensão rural brasileira, vivenciava uma intensa crise e descontinuidade no contexto dos EUA.

O percurso desse objetivo foi suficiente para confirmar que a primeira hipótese colocada era acertada. A Economia Doméstica possuiu duas conformações históricas que, embora se apresentem como similares, indicam modificações importantes no conjunto de suas ideias, agentes, materiais e rituais pedagógicos. Enquanto sociais e históricos, esses elementos variaram segundo os contextos da organização da produção capitalista de cada época, tendendo mais à nucleação trabalho reprodutivo/manutenção das tradições em determinados cenários e à nucleação trabalho produtivo/quebra das tradições em outros. No Brasil, ainda, foi possível perceber a implantação de um modelo híbrido, segundo as condições específicas em que tomou forma. Essa constatação, portanto, solapa as leituras "evolutivas" em que o desenvolvimento da Economia Doméstica aparece como praticamente linear, resultante de acúmulos históricos que, ora flertam com o funcionalismo na percepção do lugar do economista doméstico na divisão social do trabalho, ora despencam para a ingenuidade das explicações causais de ter sido a área resultado da vontade de um grupo de mulheres "politicamente influentes".

O segundo movimento empreendido por essa pesquisa foi o *estudo do processo de formação da extensão rural no Brasil a partir da década de 1950*. Nesse ponto, deslocando menos pelo território do desconhecido, nos deparamos com os velhos dilemas da extensão rural à brasileira, muito bem desenhados em diversos trabalhos: a descontinuidade de seus

projetos, a ausência de debates endógenos suficientemente estruturados e as contradições que estão materializadas na prática dos extensionistas. Importante ressaltar que, apesar do histórico relativamente recente - a extensão rural brasileira tem pouco mais de 60 anos de existência - sua trajetória sempre foi marcada por polêmicas de diversas ordens. A maior delas, seu caráter produtivista que alinha o campo à lógica capitalista pelo viés mais perverso, está longe de ser constante e única.

Procedendo com essa análise, foi necessário dar outro enfoque em detrimento daqueles frequentemente utilizados nos trabalhos sobre o tema, e mostrar como a extensão rural, longe de despir-se dos elementos ideológicos, carrega historicamente deslocamentos importantes em torno da categoria família. Seus momentos históricos distintos marcam esses deslocamentos, com uma percepção de família fortemente ligada à divisão sexual do trabalho em um primeiro momento, um processo de centralização da "reificação" da família que coincide com o advento do produtivismo, e uma noção de família entendida como empresa capitalista, perspectiva que surge como resultado das fases mais tardias do capitalismo e, conseqüentemente, da reestruturação da ATER brasileira.

Essa análise nos ajudou a perceber que, para além das leituras já estabelecidas sobre a extensão rural - ou seja, que seu projeto é centrado em uma educação não formal para o capital - há elementos subterrâneos importantes para se perceber que, longe da continuidade e da homogeneidade, essa política atende às demandas do capitalismo de maneiras distintas, as vezes sutis e sombreadas por uma série de elementos ideológicos. Desse movimento, desdobramos também as relações históricas que a extensão rural assumiu com a Economia Doméstica: de um primeiro momento intenso e próximo, passando por um momento distante e fraco, resultando em uma relação complexa e difusa, de traços mais recentes.

Tendo colocado em evidência, tanto esses contornos ideológicos que historicamente estavam presentes na trajetória da Economia Doméstica, como aqueles que marcaram a extensão rural no Brasil, *analisamos os principais elementos existentes na relação simbiótica entre essas duas instituições, compreendendo de que se articulam em torno de ideias comuns e contraditórias, identificando ainda as características básicas do modelo pedagógico que emergiu historicamente dessa relação.*

Isso significou emprendermos esforços em sistematizar o que chamamos de Pedagogia do Doméstico. Concluímos, portanto, que as duas instituições pedagógicas compartilharam uma série de elementos que apontam para a existência de uma ramificação da pedagogia inclinada à vida cotidiana doméstica, cuja origem remete a meados do século XX e

a formas de organização e difusão foram bastante diferenciadas. Para procedermos com o exercício analítico, três exposições se fizeram necessárias na argumentação de como essa Pedagogia se estruturou: a exposição seus pares dialéticos; a caracterização de seus principais elementos ideológicos; e sua análise no bojo do fenômeno educativo.

Os pares dialéticos que, na análise tanto da Economia Doméstica como da extensão rural puderam ser apreendidos foram: atrasado/moderno, tradições/ciência, produtivo/não produtivo e familiar/não familiar. Intrinsecamente relacionados, foi possível observar como uma ou outra instituição pedagógica tendia a se concentrar com mais intensidade em um ou outro conjunto desses pares, movimento que deu a elas certo caráter de complementariedade e proximidade.

Mais do que isso, os elementos ideológicos que compartilhavam também se fizeram importante, na medida em que funcionaram historicamente tanto como fator de conexão dos pares dialéticos identificados, quanto como emparelhamento das dimensões filosóficas, teóricas e práticas do ato educativo que intentavam. Assim, foi possível perceber que Economia Doméstica e extensão rural se organizaram historicamente também em torno dos seguintes elementos: o vocacionalismo das atividades femininas, a racionalização das atividades domésticas, a naturalização da família nuclear, o higienismo e o consumismo. De forma semelhante ao visto com os pares dialéticos, a concentração das referidas instituições segundo um conjunto ou outro de aspectos ideológicos, ao que pode ser percebido, longe de ter se apresentado como uma limitação, garantiu a complementariedade e aproximação entre elas.

Isso significou, por consequência, uma simbiose que ocorreu no núcleo do ato educativo: Economia Doméstica e extensão rural se encontraram nos aspectos filosóficos da educação (compartilham uma mesma visão de mundo e de "missão" da educação), intercambiaram elementos teóricos (a extensão incorporou os elementos do doméstico e a Economia Doméstica incorporou os elementos do rural e do método da extensão, mediante uma perspectiva intervencionista tradicional, baseada na transferência de conhecimentos) e se uniram no nível da prática (juntas se direcionaram ao mesmo público, com um só objetivo, segundo as mesmas premissas de materiais e rituais). Daí esses elementos terem direcionado a pesquisa para a confirmação da segunda hipótese, na medida em que demonstraram que tanto a Economia Doméstica quanto a extensão rural compartilham de certos elementos no campo das ideias pedagógicas, sobretudo aqueles que versam sobre a divisão sexual e social do trabalho, sobre o vocacionalismo das atividades femininas, sobre o rompimento com as

tradições, sobre as crenças higienistas e sobre determinada visão desenvolvimentista do campo atrelada ao consumo. Esse compartilhamento indica que ambas as instituições pedagógicas emergiram de um fenômeno social da dinâmica do capital que buscou normatizar as atividades domésticas, difundindo sobre elas certa lógica empregada na produção capitalista e inculcando certos valores e crenças que fossem capazes de garantir a reprodução das condições necessárias à manutenção das relações sociais nesse tipo de organização da sociedade. Dessa relação dialética surgiu uma Pedagogia do Doméstico de conteúdo familiar, especialmente orientada ao rural enquanto lugar de trabalho e vida cotidiana.

Importante destacar que, conforme também pode ser observado, Economia Doméstica e extensão rural são instituições históricas relativamente autônomas, que encontram seu ponto de interseção já nos EUA do fim do século XIX, mas cujo o formato brasileiro apresenta suas peculiaridades. Essas singularidades são marcadas tanto pelo caráter híbrido da Economia Doméstica brasileira, quanto pelas adaptações que o modelo de extensão rural passou no país. Além disso, pela época em que ocorreu a implantação desse modelo, deve-se destacar que ambas as instituições já tinham assumido formas simbióticas que, dialeticamente, mudou qualitativamente o rumo das duas. Portanto, o modelo brasileiro não é só peculiar pelas adaptações e pelo hibridismo, mas pela centralidade da Pedagogia do Doméstico.

Essa compreensão, invariavelmente, nos levou a responder *quais eram os principais elementos em comum entre essas instituições pedagógicas e como eles refletem características da Pedagogia do Doméstico no fazer extensionista dos Economistas Domésticos, posicionando historicamente essa relação*. Em resumo, o objeto demandava, após apreendidas as suas determinações históricas, compreender de que forma elas se relacionavam com os fenômenos documentados e observados.

Nesse sentido, observamos que o grau e a intensidade com que a Pedagogia do Doméstico determinava a construção do fenômeno educativo de cada uma das instituições foi/era primordial para compreensão de suas respectivas trajetórias no Brasil. Esta análise foi constantemente direcionada pelo seguinte paradoxo: se Economia Doméstica e extensão rural compartilhavam de tantos elementos ideológicos em sua origem, quais determinantes históricos resultaram em uma decadência obtusa da primeira, em detrimento de uma relativa manutenção da segunda?

A pesquisa indicou que a dependência da Economia Doméstica aos elementos históricos da Pedagogia do Doméstico era não só bem mais intensa, como fortemente justificada naqueles componentes ideológicos que seriam primeiro "reestruturados" nessa

proposta pedagógica. Foi o caso, por exemplo, da posição da mulher na sociedade e do entendimento do lugar do doméstico nas relações sociais. Esse conjunto de determinações e conexões internas fez com que a Economia Doméstica se deparasse com um sistema completamente fechado: negar a si mesma para se reproduzir. O resultado desse complexo jogo de forças contraditórias não poderia ser outro além do que observamos: a modificação de um conjunto discursivo e instrumental-operativo não é suficiente para legitimar um sistema ideológico - e aqui contrariamos, diga-se, boa parte das perspectivas pós-modernas sobre a ideologia.

A extensão rural, por sua vez, se ancorando mais fortemente em outros elementos da Pedagogia do Doméstico e não se erguendo exclusivamente sobre ela - já que sempre teve também uma dimensão economicista/produtiva que embora se aproveitasse do projeto pedagógico para o doméstico, não era dele estritamente dependente - encontrou outras maneiras eficazes de se legitimar. Isso significa que também comportou com mais facilidade os elementos ideológicos reestruturados no bojo dessa pedagogia como, por exemplo, as alterações de perspectiva sobre o doméstico e sobre a posição feminina na sociedade. Esse movimento pode ser corroborado ao se analisar historicamente como a extensão rural, segundo seus distintos modelos, demanda o profissional de Economia Doméstica, relegando-o ora a uma posição, ora a outra.

Entendendo esse percurso exclusivamente pelo seu aspecto relacional, concluímos que pelo menos três momentos da Pedagogia do Doméstico podem ser observados: (1) o de domínio da Pedagogia do Doméstico, que ocorreu entre 1948 e 1964; (2) o de supressão da Pedagogia do Doméstico, que está demarcado entre 1965 e 1980; e (3) o do paradoxo da Pedagogia do Doméstico, de 1980 em diante. Importante destacar, portanto, as conexões que deles apreendemos.

A primeira delas diz respeito ao modelo clássico, simbiótico, a partir do qual as duas instituições pedagógicas são implementadas no Brasil e se constituem mutuamente. Ou seja, é nesse período de compartilhamento intenso e próximo que a extensão rural irá se efetivar graças ao trabalho dos economistas domésticos, ao passo que a Economia Doméstica vai se difundir graças à demanda da extensão rural.

A segunda diz respeito à crise que assolou - com algumas décadas de atraso em relação ao modelo estadunidense - a Economia Doméstica brasileira. Nesse período está marcado o caráter secundário que a extensão passou a atribuir ao doméstico, e a dificuldade salutar que a Economia Doméstica passou a enfrentar diante de um pretense projeto de

reconceituação.

A terceira designa os resultados que esse segundo momento da Pedagogia do Doméstico resultou para ambas as instituições. À Economia Doméstica coube a lenta corrosão, que resultou em sua extinção - ainda em curso, importante ressaltar, visto que há espaços sócio ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro e cursos de pós-graduação ativos no país. À extensão rural, coube um retorno parcial, imposto pelas demandas pós-1980, a uma Pedagogia do Doméstico sobre outras premissas, mais difusa e menos correspondente ao modelo da década de 1950. Isso explica, por exemplo, porque as agências de extensão voltaram a recrutar profissionais de Economia Doméstica ao lado de outros - como assistentes sociais - segundo uma "nova demanda" em torno da intervenção familiar. Cabe a dúvida, nesse caso, se a extensão rural não vai enfrentar problemas parecidos pelos quais passou a Economia Doméstica, visto que esse retorno, ao que parece, tem gerado reflexos metodológicos que apontam para um reposicionamento da Pedagogia do Doméstico em seu escopo.

Essa análise responde à última hipótese apresentada, demonstrando que a Economia Doméstica e a extensão rural, mesmo após a aparente "cisão" entre as instituições na década de 1970, continuaram mantendo certa relação histórica com a Pedagogia do Doméstico. Para uma, isso significou sua extinção. Para a outra, ao que parece, tem apontado para a possibilidade de retomada de algumas frentes de trabalho.

Para além do atendimento dos objetivos propostos e das hipóteses previamente formuladas, algumas questões tomaram forma no decorrer do trabalho, embora não puderam ser respondidas por escaparem à proposta da pesquisa. Ficam como estímulos para reflexões futuras ou, quem sabe, uma retomada do problema.

A primeira delas diz respeito a uma temática que abordamos tanto no prólogo da pesquisa quanto em sua conclusão: a aparente indiferença dos economistas domésticos em relação à extinção dos cursos, cujas explicações simplistas se limitam a atribuir causas superficiais, mas não se refletem em uma busca das implicações desse processo. De forma similar, a extensão rural não registra nenhuma preocupação em ainda recrutar profissionais cuja formação está, oficialmente, extinta no país. A constância dessa indiferença, acreditamos, tem origem na percepção a-histórica neutralizada da Economia Doméstica no Brasil. No entanto, é um fenômeno particular do campo da memória que necessita de maiores aprofundamentos.

Outra questão que se coloca, em posição ainda mais vaga, é a "retomada" da área de

bem-estar social pela extensão rural, que conforme indicamos parece ser um desdobramento dos eventos das últimas três décadas. Essa retomada, no entanto, se fez recrutando uma outra base de profissionais, dos quais destacamos aqueles formados em Serviço Social. Aproximações iniciais têm indicado que, longe de uma reformulação expressiva do escopo de trabalho da "área", esses profissionais são demandados segundo um escopo de trabalho muito próximo ao dos economistas domésticos. Esse fenômeno precisa, portanto, ser melhor compreendido. Isso porque pode indicar a aproximação de outras áreas de conhecimento e atuação a uma nucleação da Pedagogia do Doméstico - novamente operada pela aproximação com a extensão rural.

A terceira e última questão que se coloca é compreender, de forma mais objetiva, as determinações históricas do que chamamos de dispersão das instituições da Pedagogia do Doméstico. O fim da Economia Doméstica como campo de formação e atuação específica pode não indicar o fim dos elementos ideológicos envolvidos naquela proposta Pedagógica, conforme descrevemos e argumentamos. Assim, apontamos que a pedagogização do doméstico pode tomar forma em outros campos e áreas, como a Nutrição, a Economia, a Medicina, e etc.

Essas questões devem ficar, provisoriamente, em suspensão. Mas não devem ser subtraídas da importância da discussão desenvolvida nessa pesquisa, voltando o problema para elementos atuais que envolvem o cotidiano doméstico, outras profissões e áreas de formação, o Estado e as relações sociais.

Por último, gostaríamos de destacar que a Pedagogia do Doméstico, em menor ou maior grau, fez ou faz parte da vida de todos os brasileiros. Como um movimento histórico das sociedades capitalistas em suas conformações mais recentes, a ordenação sistemática para a vida doméstica não afetou apenas Economistas Domésticos, extensionistas, ou o público alvo do trabalho desses profissionais. Apesar de termos analisado uma forma histórica específica dessa pedagogia que resulta das relações entre essas duas instituições, a pedagogização da vida cotidiana - incluindo aqui o doméstico - é uma constante das sociedades capitalistas, conformando e reproduzindo as lógicas subjacentes do próprio capital. Daí suas possibilidades de dominação ou potencialidade revolucionária vão depender da forma como esse movimento de pedagogização se consolida, e como as distintas classes dele se apropriam. O que coloca no espectro também a perspectiva de que, embora tenham sido historicamente apropriadas enquanto instituições pedagógicas a serviço das classes dominantes, Economia Doméstica e extensão rural podem se converter, no contexto da luta de

classes, em instrumentos a favor da classe trabalhadora.

Retornamos assim, inevitavelmente, à problemática da memória. Na esteira da concepção teórico-metodológica que escolhemos, e considerando a Pedagogia do Doméstico como uma parte específica, um estrato da memória social, finalizamos destacando como apreender as distintas manifestações desse fenômeno individual e coletivo auxilia a compreender as dinâmicas de reprodução da sociedade de classes - e também as possibilidades concretas de sua superação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STEDILLE, J. P. (org.). **A Questão Agrária no Brasil e o debate da década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ALMEIDA, S. E. S.; FARIAS, I. A. **Economia Doméstica: a estudante de 1940 do Atheneu Sergipense e o profissional do século XXI**. In: Aracaju-SE: [s.n.], 2008.

AMARAL JUNIOR, J. C. **Economia Doméstica: adaptação, transformação ou extinção?** 1. ed. São Paulo: PerSe, 2015.

AMARAL JUNIOR, J. C. **Economia Doméstica: adaptação, transformação ou extinção?** 2. ed. São Paulo: PerSe, 2016a.

AMARAL JUNIOR, J. C. Economia doméstica: entre os discursos e as práticas. **Jornal Tribuna Livre**, agosto. p. 7, 2013a.

AMARAL JUNIOR, J. C. Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de Economia Doméstica no Brasil. **Revista HISTEDBR Online**, n. 52, 2013b.

AMARAL JUNIOR, J. C. Ensino superior, desigualdades e “cursos femininos”: uma análise do padrão vocacionalista da escolha dos cursos e carreiras. In: **XIII Colóquio de Educação na Bahia e III Colóquio do NHIPE: História, Educação e Patrimônio**. Caetité, Bahia: [s.n.], 2016b.

AMARAL JUNIOR, J. C. Lugar de mulher é na cozinha? Ensino superior, “ciência para mulheres” e o curso de Economia Doméstica no Brasil. In: **XVIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) Sobre Mulher e Relações de Gênero**. Salvador, Bahia: [s.n.], 2015.

AMARAL JUNIOR, J. C. Novas questões sobre o curso superior de Economia Doméstica no Brasil: história, memória e extinção. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 194, 2017.

AMARAL JUNIOR, J. C. Questões contemporâneas sobre o ensino de Economia Doméstica no Brasil: 61 anos depois. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 155, 2014a.

AMARAL JUNIOR, J. C. Ruptura ou afastamento? Análise da relação entre a economia doméstica atual e as ideologias de divisão sexual do trabalho da década de 1940. In: **II Colóquio de Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas**. Brasília, DF: [s.n.], 2014b.

AMARAL JUNIOR, J. C.; ALMEIDA, J. R. M. A cientificação do doméstico e a influência do capital: Estado, ideologia e a Economia Doméstica no Brasil. In: **XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico**. Vitória da Conquista, Bahia: [s.n.], 2017.

AMARAL JUNIOR, J. C.; ALVES, A. E. S. Sobre a difusão de uma “educação para o lar”:

mulheres, extensão rural e a Economia Doméstica no Brasil. *In: V Simpósio Nacional do Movimento do Contestado, XIII Semana de História e VIII Seminário de Estudos Étnico-Raciais*. Irati, Paraná: [s.n.], 2018.

AMARAL JUNIOR, J. C.; BARBOSA, F. B. **Mulheres, ensino superior e políticas públicas**: um panorama da (des)construção das desigualdades. 1. ed. São Paulo: PerSe, 2016.

AMARAL JUNIOR, J. C.; BIFANO, A. C. S. **Idosas, tecnologias e autonomia** - um estudo interativo no universo doméstico. 1. ed. São Paulo: PerSe, 2016.

AMERICAN ASSOCIATION OF FAMILY AND CONSUMER SCIENCES. **AAFCS Brand History**. 2019.

AMERICAN HOME ECONOMICS ASSOCIATION. **Lake Placid Conference proceedings**: Volume 1-3. 1901.

ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, v. 21, p. 43–56, 2007.

BARCELOS, R. M. **Efeitos de bancos de desenvolvimento na economia - uma análise a partir de equilíbrio geral**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

BEECHER, C. E. **A treatise on Domestic Economy** - for the use of young ladies at home and school. New York: Harpers & Brothers, 1841.

BERGSON, HENRI. **Matéria e memória** - ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 4. ed. São Paulo: WMF Martins, 2010.

BRAGA, F. F. **Educação do Consumidor**. Viçosa, Minas Gerais: Imprensa Universitária da UFV, 1969.

BRASIL **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL. **Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.897 de 18 de dezembro de 2013**. Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Caderno de boas práticas de ATER**.

2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos Teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER.** 2010.

BRONSON, J.; BRONSON, R. **The domestic manufacturer's assistant, and a family directory, in the arts of weaving and dyeing:** comprehending a plain system of directions applying to those arts and other branches nearly connected with them in the manufacture of cotton and woolen goods. Boston, Massachusetts: Utica: Printed Willians, 1817.

CALLOU, A. B. F. Extensão rural: polissêmia e resistência. In: **IV Congresso da Sober - "Questões Agrárias, educação no campo e desenvolvimento"**. Fortaleza, Ceará: [s.n.], 2006.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 1991.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Extensão Rural**, v. 1, n. 2, p. 7–32, 1994.

CAROLA, C. R. Jeca Tatu e o processo civilizador da família rural brasileira. In: **Simpósio Processo Civilizador, História e Educação.** João Pessoa: [s.n.], 2013.

CARVALHO, E. **A produção dialética do conhecimento.** Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado.** São Paulo: Ubu Editora, 2019.

CORNELL UNIVERSITY. **What was Home Economics?** 2001. Disponível em: <http://rnc.library.cornell.edu/homeEc/masterlabel.html>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA (DED). **Ata nº 444.** Colegiado de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. 2011.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA (DED). **Atribuições da Economia Doméstica.** s/d.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA (DED). **Principais resultados obtidos em pesquisas realizadas pelo Departamento de Economia Doméstica - 1998-2013.** s/d.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA (DED). **Proposta de criação do curso de Serviço Social.** 2015.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA (DED). **Relatório final sobre a situação do curso de Economia Doméstica na UFV.** 2015.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, v. 8, n. 2, p. 11–21, 2007.

DURAN, M. A. **A Dona-de-casa: crítica política da Economia Doméstica**. Madrid: Edições Graal, 1983.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DYAS, Brie. Who killed Home Ec? Here's the real story behind its demise. **The Huffington Post**, 2014. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2014/09/29/home-ec-classes_n_5882830.html. Acesso em: 8 jun. 2019.

EMATER-PR. **Histórico**. 2019a. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>. Acesso em: 10 jun. 2019.

EMATER-PR. **Missão, Visão e Papeis**. 2019b. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=45>. Acesso em: 10 jun. 2019.

EMATER-PR. **Relatório de Atividades 2017-2018**. 2019. Disponível em: http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Institucional/EMATER_RelAtiv2017_18.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola - educação e trabalho no capitalismo**. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ESAV. **Apostila curso de extensão rural, crédito rural supervisionado e economia doméstica**. Viçosa: Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, 1948.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memória Social**. Lisboa, Portugal: Editorial Teorema LDA, 1992.

FERREIRA, N. V. C. Magistério em Economia Rural Doméstica em Minas Gerais: Uberaba (1953-1962). **Suplemento EXedra**, 2013.

FERREIRA, N. V. C.; NETO, W. G. Organização inicial do ensino profissional feminino em Uberaba/MG: Economia Rural Doméstica (1953-1962). **Revista HISTEDBR**, n. 51, 2013.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FOSTER, M. L. **Economia Doméstica no ensino secundário**. Viçosa: Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, 1954.

- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.
- GIOPPO, C. Eugenia: higiene como estratégia de segregação. **Educar**, v. 12, p. 167–180, 1996.
- GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais**, v. 14, n. 50, p. 27–38, 2006.
- GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. *In: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRUNER, C. **História, economia, política e cultura no século XIX**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2019.
- GUIMARÃES, R. C.; SILVA, A. J. **Tendências político-pedagógicas na Assistência Técnica Oficial do Paraná**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Metodologias Participativas) - Universidade Estadual do Centro do Paraná, Guarapuava, PR, 2012.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003.
- HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anhropos Editorial, 2004.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HEGGESTAD, M. What is Home Economics? **Mann Library**, 2005.
- HOBSBAWN, E. **A era dos impérios (1875-1914)**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018b.
- HOBSBAWN, E. **A era das revoluções**. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- HOBSBAWN, E. **A era do capital (1848-1875)**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018a.
- JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1975.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1963.

LEITE, D. B. C.; COSTA, E. M. F.; MINIONI, E.; *et al.* **Educação para o lar**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1980.

LEONTIÉV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LOPES, M. F. **O Sorriso da Paineira**: construção de gênero em uma Universidade Rural. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

LOURO, G. L.; MEYER, D. A escolarização do doméstico: a construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Cadernos de Pesquisa**, n. 87, 1993.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

LURIA, A. R. **A mente e amemória** - um pequeno livro sobre uma vasta memória. São Paulo: Editora Manrtins Fontes, 1999.

LURIA, A. R. **Desenvolvimento Cognitivo** - seus fundamentos sociais e culturais. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2016.

LURIA, A. R. **O homem com um mundo estilhaçado**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MAESTRI, M. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, J. P. (org.). **A Questão Agrária no Brasil** - O debate na esquerda - 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, v. 2, p. 217-275.

MAGALHÃES, C. S.; GUEDES, R. C. Perfil histórico do curso de Economia Doméstica implementado na década de 1960 na UFRural-RJ. In: **XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, VIII Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica e I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica**. Fortaleza, Ceará: [s.n.], 2009.

MAGALHÃES, L. D. R.; ALMEIDA, J. R. M. Memória, ideologia, história e educação: relações simbioóticas. In: **História, memória e educação**. São Paulo: Alínea Editora, 2011.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: STEDILE, J. P. (org.). **A Questão Agrária no Brasil** - Interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016, v. 9, p. 35-54.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, R. H. A. **Memória compartilhada e história: entre alienação e ideologia**. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, 2015.

MENDONÇA, S. R. **A Questão Agrária no Brasil - A classe dominante agrária: natureza e comportamento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MESZAROS, E. **O poder da ideologia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Secretaria da Educação Superior. **Ofício nº 82 do MEC/SESu/DESUP**. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Secretaria da Educação Superior. **Parecer do processo nº 23001.000108/2010-78**. 2010.

MULLER, G. São Paulo - o núcleo padrão agrário moderno. *In: STEDILLE, J. P. (org.). A Questão Agrária no Brasil e o debate da década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

NELSON, L. **Administre su hogar**. Turrialba, Costa Rica: IICA, 1969.

NETO, C. G. A. M.; MELO, L. M.; MAIA, C. M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7–28, 1993.

OLIVEIRA, A. C. M. Economia Doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. **Vértices**, v. 8, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, I. B.; NETO, C. F. M. “Um ninho de cozinheiras?": Henrique Castriciano de Souza e a “modernidade pedagógica” da escola doméstica de Natal. **Revista Humanidades**, v. 30, n. 2, p. 304–332, 2015.

OLIVEIRA, N. F. **A inserção de Arthur Bernardes na política viçosense no início do século XX: grupos sociais, disputas políticas e imprensa**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Ouro preto, Ouro Preto, MG, 2019.

OLIVEIRA, P. C. F. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974)**. Dissertação

(Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2013.

PARANÁ. **Lei nº 17.447 de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR).

PARLOA, M. **An ideal kitchen** - A guide for all who would be good housekeepers. 20. ed. Boston, Massachusetts: Estes and Lauriat, 1887.

PARLOA, M. **Young housekeeper** - Designed especially to aid beginners. Boston, Massachusetts: Estes and Lauriat, 1894.

PAULA, L. K.; BATISTA, R. L. B. **As teses de Marx sobre Feuerbach**: uma reflexão a partir de Ernst Bloch. *In*: Campo Mourão - Paraná: [s.n.], 2014.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. **Textos para Discussão - Senado Federal**, 2008.

PERROT, M. **Os excluídos da história** - operários, mulheres e prisioneiros. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PINHEIRO, C. F. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2016.

PINTO, E. S. L. A extensão rural no Brasil. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrária**, v. 5, 2009.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

POMIAN, K. Memória. **Enciclopédia Einaudi**, v. 42, p. 507–516, 2000.

RATTO, I. M. R. De boa mãe de família à consumidora esclarecida: os currículos dos cursos de Economia Doméstica. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 3, p. 155–160, 1994.

RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume, 2000.

RIBEIRO, M. G. M. A constituição das ciências humanas numa Universidade Rural. **ALEPH**, v. 14, p. 52–60, 2010.

RIBEIRO, M. G. M. educação superior norte-americana: gênese de um modelo. **História da Educação [online]**, v. 20, n. 48, p. 75–93, 2016.

RIBEIRO, M. G. M. Escola Superior de Agricultura de Viçosa: um land-grant college em Minas Gerais? *In: XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, Paraná: [s.n.], 2005.

RIBEIRO, M. G. M.; PORFÍRIO, M. Americanismo e educação: a experiência da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (ESAV). *In: IV Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*. [s.l.: s.n.], 2007.

RICHARDS, E. H. **Euthenics** - the science of controlling the environment. A plea for better living conditions as a first step toward higher human efficiency. 2. ed. Boston, Massachusetts: Witcomb & Barrows, 1912.

RICHARDS, E. H. **The cost of shelter**. [s.l.]: MIT - Massachusetts Institute Of Technology, 1905.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, v. 14, n. 1, 1997.

SANTOS, A. J. **Memória, ideologia e lutas de classes em Vitória da Conquista: a segregação socioespacial como manifestação das contradições sociais**. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, 2014.

SANTOS, A. R. **Quando a Eugenia se distancia do saneamento: as ideias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim Eugenia (1929-1933)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2005.

SAVIANI, D. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. *In: Projeto 20 anos do HISTEDBR*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11. ed. [s.l.]: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 2, n. 34, 2007.

SCHWARTZMAN, S.; BONEMY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SEPULCRI, O.; PAULA, N. M. O Estado e seus impactos na EMATER-PR. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 114, p. 87-110, 2008.

SILVA, A. P.; OLIVEIRA, J. T. A. O modelo cooperativo de extensão dos Estados Unidos: contribuições possíveis para o Brasil. **Revista Ceres**, v. 57, n. 3, p. 297-306, 2010.

SILVA, E. B. Empregadas domésticas, máquinas e moral nos lares brasileiros. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 6, n. 10, 2010.

SILVA, E. B. Tecnologia e vida doméstica nos lares. **Cadernos Pagu**, v. 10, p. 21–52, 1998.

SILVA, J. G. **O que é Questão Agrária**. 4. ed. Brasília, DF: Editora Brasiliense, 1981.

SILVA, P. P. **A higiene como missão**: Fundação Rockefeller, filantropia e controvérsia científica - Paraíba do Norte (1923-1930). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SIMÃO, F. L. R. **Ser mulher, “uma missão”**: Escola Superior de Ciências Domésticas, domesticidade, discurso e representações de gênero (1948-1992). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2016.

STÉDILLE, J. P. Introdução. *In*: **A Questão Agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, v. 4.

SUDERMANN, H. Whatever happened to Home Economics? **Washington State Magazine**, 2014. Disponível em: <http://wsm.wsu.edu/s/index.php?id=265>. Acesso em: 8 jun. 2019.

THERBORN, G. **La ideología del poder y el poder de la ideología**. Espanha: Siglo XXI de España Editores, 2015.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna** - teoria social na era dos meios de comunicação em massa. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

TOMÉ, D. C.; QUADROS, R. S., R. S.; MACHADO, M. C. G. O papel social da mulher e da família no pensamento de Gustavo Capanema. **V Congresso Internacional de História**, 2011.

TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor** - a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNITED STATES GOVERNEMENT. **Act of July 2**, (Morrill Act), Public Law 37-108, which established land grant colleges, 07/02/1862; Enrolled Acts and Resolutions of Congress, 1789-1996. 1862.

UREMG. **Administração do lar**. Viçosa, Minas Gerais: UREMG, 1970.

VEIGA, J. E. Fundamentos do agrorreformismo. *In*: STÉDILLE, J. P. (org.). **A Questão Agrária no Brasil e o debate da década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VILLEGAS, S. **La mecanización del hogar**. Madrid: Ediciones Giner, 1958.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins, 2009.

VYGOTSKY, L. S. Desarrollo de las funciones mnemónicas y mnemotécnicas. *In: Obras Escogidas III - Problemas del desarrollo da psique*. Madrid: Machado Grupo, 2012, p. 247–263.

VYGOTSKY, L. S. **Imaginação e criatividade na infância**. São Paulo: Editora Manrtins Fontes, 2014.

VYGOTSKY, L. S. La memoria y su desarrollo en la edad infantil. *In: Obras Escogidas II - Pensamiento y Lenguaje/Conferencias sobre psicología*. Madrid: Machado Grupo, 2014, p. 369–381.

VYGOTSKY, L. S. Prefacio al libro de A. N. Leontiév: Desarrollo de la Memoria. *In: Obras Escogidas I - El Significado histórico de la crisis de la psicología*. Madrid: Machado Grupo, 2013, p. 111–118.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

APÊNDICES

Apêndice 01 - Roteiro da entrevista



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E
SOCIEDADE**

Projeto de pesquisa: Memória, educação e trabalho: Economia Doméstica. Extensão Rural e a construção histórica de uma “pedagogia do doméstico” no Brasil

Responsável técnico: José Carlos do Amaral Junior

QUESTIONÁRIO - PROFISSIONAIS DA ECONOMIA DOMÉSTICA

Procedimentos:

1. Explicar ao entrevistado os objetivos da pesquisa, deixando claro que a participação é voluntária, anônima e de fins restritos ao que compete o objeto da referida pesquisa;
2. Mostrar e ler com o entrevistado o Termo de Esclarecimento Livre e Consentido, coletando a assinatura ao final após sanar todas as dúvidas e eventuais questões;
3. Pedir ao entrevistado autorização para captação de áudio, explicando a facilidade na transcrição das entrevistas e maior qualidade dos depoimentos.

Bloco 1 - Dados básicos

Data de Nascimento	
Gênero	() Masculino () Feminino
Tempo de formado	
Tempo que exerce a profissão	
Tempo de atuação com ATER	
Instituição de ensino	() UFV () UFRRJ () UFC () UNIOESTE () UFRPE
Formação complementar	() Especialização () Mestrado () Doutorado

Bloco 2 - Perfil profissional

2.1 Você poderia descrever, brevemente, qual a área de atuação do profissional de Economia Doméstica?

2.2 Você poderia exemplificar cargos, funções e atividades que o Economista Doméstico pode/está apto a desempenhar?

Bloco 3 - Economia Doméstica e Extensão Rural

3.1 Você poderia descrever seu cotidiano de trabalho na extensão rural?

3.2 Qual é a linha de ação, no seu entendimento, do Economista Doméstico na Extensão Rural hoje?

3.3 Você conseguiria pontuar alguma(s) mudança(s) histórica no espectro de atuação do Economista Doméstico na Extensão Rural?

3.4 Qual deve ser, na sua perspectiva, as áreas prioritárias de atuação dos Economista Domésticos na Extensão Rural?

Bloco 4 - Finalizando

4.1 Há algo mais que gostaria de acrescentar à entrevista?

4.2 Não havendo nada mais, agradecemos a participação na pesquisa comprometendo a trazer devolutivas aos participantes conforme cronograma previsto para o projeto.

Data de aplicação da entrevista:

Local: